

Porque aqui é a minha casa!

Velhas práticas e novas possibilidades em conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida

VIVIANE FERNANDA DE OLIVEIRA CARVALHO

Porque aqui é a minha casa!

Velhas práticas e novas possibilidades em conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida

VIVIANE FERNANDA DE OLIVEIRA CARVALHO

Presidente Prudente – SP
2019

Programa de Pós-Graduação em Geografia
Área de concentração: Produção do Espaço Geográfico
Linha de Pesquisa: Produção do Espaço Urbano

Porque aqui é a minha casa!

Velhas práticas e novas possibilidades em conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida

Agência de fomento

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP Processo:
2014/26118-0

Projeto de pesquisa de vinculado

“Lógicas econômicas e práticas espaciais contemporâneas: cidades médias e consumo”.
FAPESP: Processo nº: 11/20155-3

Orientação: Eda Góes

VIVIANE FERNANDA DE OLIVEIRA CARVALHO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT-UNESP, Campus de Presidente Prudente como requisito para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Presidente Prudente – SP
Abril de 2019

C331p

Carvalho, Viviane Fernanda de Oliveira

Porque aqui é a minha casa! : velhas práticas e novas possibilidades em conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida / Viviane Fernanda de Oliveira Carvalho. -- , 2019

261 f. : tabs., fotos, mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Araraquara,

Orientadora: Eda Góes

1. Programa Minha Casa Minha Vida. 2. cotidiano. 3. insurgência da cidadania. 4. Presidente Prudente. 5. São Carlos. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: Porque aqui é a minha casa!: velhas práticas e novas possibilidades em conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida

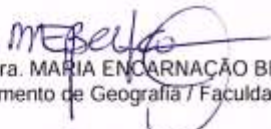
AUTORA: VIVIANE FERNANDA DE OLIVEIRA CARVALHO

ORIENTADORA: EDA MARIA GOES

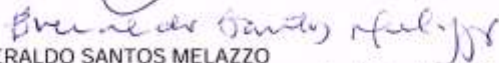
Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em GEOGRAFIA, área: Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:



Profa. Dra. EDA MARIA GOES
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente



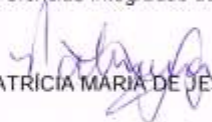
Profa. Dra. MARIA ENCARNACÃO BELTRÃO SPOSITO
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente



Prof. Dr. EVERALDO SANTOS MELAZZO
Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente



Profa. Dra. MARIA ANGÉLICA DE OLIVEIRA MAGRINI
Faculdade de Ciências Integradas do Pontal / Universidade Federal de Uberlândia



Profa. Dra. PATRÍCIA MARIA DE JESUS
UFABC

Presidente Prudente, 25 de fevereiro de 2019

APOIO FINANCEIRO



FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA
DO ESTADO DE SÃO PAULO



APOIO ACADÊMICO



Dedicatória

*Àquela rapaziada que
“não corre da raia a troco de nada”,
em especial mãe, pai, Bruno e
nossos cidadãos entrevistados*

AGRADECIMENTOS

A escrita e a trajetória percorrida durante essa tese de doutorado não seriam possíveis se no caminho eu não tivesse o apoio dos amigos, o fortalecimento espiritual, psicológico e acadêmico dessa rede de seres, que aqui agradeço.

Sou uma pessoa que acredita no poder de uma energia a qual não vemos, não ouvimos, mas de alguma maneira, de acordo com a fé de cada um, se manifesta de uma maneira. Na minha religião, chamamos de Deus, mas sei que pode parecer estranho um trabalho embasado no conhecimento científico racional assim iniciar os agradecimentos, mas não poderia ser diferente, uma vez que a constante oração e fortalecimento espiritual foram importantíssimos para se acreditar que seria possível finalizar algo tão almejado.

As rigorosas leituras e o olhar sensível aos significados do cotidiano da professora Eda, que orientou essa tese de doutorado, foram fundamentais não apenas para as análises desenvolvidas, como também para o meu aprendizado enquanto professora na busca constante do conhecimento e de novas formulações teóricas que nos possibilitem compreender os processos nos quais estamos envolvidos. Muito obrigada pelas discussões teóricas realizadas, por instigar a ir além e compreender as limitações encontradas durante toda nossa trajetória juntas, que embora iniciada oficialmente durante a elaboração do trabalho anterior de mestrado, para mim, não teve aqui seu início nesse momento, uma vez que minha admiração por suas formulações teóricas criativas e inovadoras iniciaram-se ainda durante as aulas de História na graduação. Assim espero também não ter aqui a finalização dessa parceria.

Aos colegas do grupo de pesquisa no qual estou inserida, o GAsPERR, que por vezes, nas paradinhas para o café ou nos grupos de estudos, entremeia discussões teóricas substanciais quanto ao futuro das cidades com outras, sobre o ponto correto de assar o pão de queijo. Com o risco de esquecer alguns nomes que fizeram meu cotidiano no grupo mais feliz e produtivo, seja compartilhando algum material de pesquisa, contando alguma história engraçada, ouvindo lamúrias relacionadas à pesquisa, ou me abraçando quando tudo parecia muito impossível de ser realizado, especialmente os queridos Mari Gazolla, Pri, Fe/César/Augusto/Xuxu, Flaviane, Rita, Cláudio, Paula, Nati, Mari Gomes e Gabriel, não encontrei palavras o suficiente que pudessem exprimir o quanto sou grata por tudo o que fizeram por mim, mas estarão sempre em meu coração!

Às professoras Maria Angélica Magrini e a professora Maria Encarnação Beltrão Sposito, cujas participações na minha qualificação de doutorado ajudaram a reorganizar

a tese, direcionando algumas ideias que mereciam ser ajustadas, aprofundadas ou mesmo eliminadas, muito obrigada pela valiosa colaboração! Há ainda um grupo de professores pelos quais tenho extrema admiração pela competência com que se dedicam a ensinar e aprender, que gostaria de agradecer por terem feito parte de minha trajetória acadêmica e social, seja no GAsPERR tomando um café, uma cerveja em um evento comemorativo ou em casa preparando um peixe: Márcio Catelan, Nécio, Joseli Maria, Arthur, Carminha, Eliseu e Everaldo, muito obrigada!

À competente e animada equipe da Seção Técnica de Pós-Graduação da FCT UNESP, em especial: Cínthia, Ivonete, Aline e Lincoln. Obrigada por cuidarem tão bem da minha vida acadêmica, sempre com tanta gentileza. Adoro vocês!

Quando entramos no programa de pós-graduação, fazemos amizades que inicialmente jamais imaginamos que carregaríamos para a vida inteira, ou que um dia seriam até mesmo nossos padrinhos de casamento, e eu agradeço demais a parceria entre vida e geografia (que aqui não se restringe aos Geógrafos!) que construímos: Mari Cunha, Tadeu, Carol, Baiano, Fani, Guina, Jé, Márcio's, cada um num cantinho desse país, mas a saudade sempre amenizada nos encontros realizados.

Me sinto ainda duplamente privilegiada por ter no meu convívio diário meu amor, Bruno, que mesmo sendo meu 'menino do computador', é capaz de saber explicar minimamente essa tese, tamanhas vezes que me ouviu contar sobre as narrativas dos moradores, dos pesquisadores sobre o tema, dos *insights*. Obrigada por 'segurar a barra' de uma esposa surtando durante alguns momentos! Meu privilégio se estende também ao fato de poder ter por perto os demais integrantes da minha família durante a elaboração desse trabalho, cujo apoio financeiro, emocional e afetivo que me deram quando tudo parecia difícil foi essencial: pai, mãe, Bruno, Li, Haysmer, Yayá, Ká e Matheus, muito obrigada! Sem vocês na minha vida, nada disso seria possível!

A todos os nossos entrevistados, em especial aos moradores dos conjuntos habitacionais, que ao dispor um pouquinho do tempo de cada um, compartilhando suas experiências cotidianas nesses novos espaços, foram fundamentais para as descobertas dessa tese e também para minha própria reflexão enquanto cidadina.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e também da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), instituições as quais agradeço pelo financiamento desta pesquisa, tornando-a possível de ser realizada da melhor maneira possível.

SUMÁRIO

LISTA DE FOTOS	11
LISTA DE GRÁFICOS	13
LISTA DE IMAGENS	13
LISTA DE MAPAS	13
LISTA DE TABELAS	14
RESUMO	15
ABSTRACT	16
INTRODUÇÃO	17
1 - PRESIDENTE PRUDENTE E SÃO CARLOS: SEMELHANÇAS, DIFERENÇAS E PARTICULARIDADES	41
1.1. CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA	43
1.2. CONTEXTO SOCIOESPACIAL	49
1.3. CONTEXTO POLÍTICO-ECONÔMICO	70
2 - O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E O DIREITO À CIDADE: SUJEITOS REAIS, COTIDIANOS POSSÍVEIS	85
2.1. O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: REGRAS NACIONAIS, AGENTES LOCAIS E CONJUNTOS HABITACIONAIS REAIS	87
2.2. O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS ENTRE PRESIDENTE PRUDENTE E SÃO CARLOS	108
3 - NEOLIBERALISMO: DA LÓGICA NORMATIVA GLOBAL AO COTIDIANO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PMCMV	156
3.1. O PARADOXO DA CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS SUBSIDIADAS VIA MERCADO	159
3.2. HOJE VOCÊ PODE DEITAR, RESPIRAR, PORQUE VOCÊ TEM A SUA CASINHA, VOCÊ NÃO ESTÁ NA RUA	182
3.3. O FACEBOOK: ENTRE INSURGÊNCIAS E INTERESSES DIVERSOS	206
4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	230
5 - BIBLIOGRAFIA	238

A) WEBSITES CONSULTADOS	246
B) LEIS E DECRETOS CONSULTADOS	247
6 - ANEXOS	250
ANEXO I - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM CIDADINOS	250
ANEXO II - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AGENTES BEM INFORMADOS	254
A) ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM A SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE, REGINA PENATI	254
B) ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM A SILVANA TREVISAN, PROPRIETÁRIA DA TREVISAN ASSESSORIA E CONSULTORIA	256
C) ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM A SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PROHAB DE SÃO CARLOS, YARA ABREU E FLÁVIA APARECIDA MASSOLI ROCHA	258
ANEXO III – DECLARAÇÃO DE BENEFICIÁRIO - PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) – RECURSOS DO FAR	259

LISTA DE FOTOS

FOTO 1 – Subcentro do Cidade Aracy, São Carlos, 2017.....	64
FOTO 2 – Subcentro do Cidade Aracy, São Carlos, 2012.....	65
FOTO 3 – Avenida Ana Jacinta, na COHAB, Presidente Prudente, 2018.....	66
FOTO 4 - Unidades habitacionais na COHAB, Presidente Prudente: mudanças e permanências, 2018.....	66
FOTO 5 – Unidades habitacionais transformadas em lojas ou igrejas no Ana Jacinta, Presidente Prudente, 2018.....	67
FOTO 6 – Unidades habitacionais no Ana Jacinta, Presidente Prudente: mudanças e permanências, 2018.....	67
FOTO 7 - Canteiro de obras das unidades habitacionais do Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, Presidente Prudente, 2014.....	85
FOTO 8 - Vista aérea do Residencial Eduardo Abdelnur, São Carlos, 2016.....	85
FOTO 9 – O Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, em Presidente Prudente: Fronteiras entre o urbano e o rural, abril de 2016.....	87
FOTO 10 – Casa abandonada no Jardim Zavaglia, São Carlos, 2017.....	108
FOTO 11 - Escola de Ensino Infantil no Jardim João Domingos Netto, Presidente Prudente, 2017.....	108
FOTO 12 e FOTO 13 - “Praça do <i>Wi-fi</i> ”, a noite e de dia, Conjunto Habitacional João Domingos Netto, Presidente Prudente, 2017.....	110
FOTO 14 - Praça com equipamentos para ginástica, Jardim Panorâmico, Presidente Prudente, 2017.....	110
FOTO 15 – Praça com <i>Wi-fi</i> , equipamentos para ginástica aos fundos e Estratégia Saúde da Família (ESF), Residencial Bela Vista Presidente Prudente, 2018.....	110
FOTO 16 - Escola estadual “Jardim Zavaglia”, São Carlos, 2017.....	114
FOTO 17 – Cartilha distribuída pela Trevisan Assessoria aos moradores dos Conjuntos Habitacionais pelos quais foi responsável pelo TTS.....	117
FOTO 18 – Crianças atraídas por ação promocional de moradora cuja casa é adaptada ao comércio, Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, Presidente Prudente, 2018.....	122
FOTO 19 – Casa adaptada ao comércio no Jardim Zavaglia, São Carlos, 2017.....	122
FOTO 20 - Lotes vazios ao longo da avenida principal do Residencial Eduardo Abdelnur, São Carlos, 2017.....	124
FOTO 21 - <i>Outdoor</i> na entrada do Residencial Eduardo Abdelnur, São Carlos, 2017.....	124
FOTO 22 e FOTO 23 – Esquinas destinadas a lotes comerciais no Residencial Planalto Verde, São Carlos, 2017.....	124
FOTO 24 e FOTO 25 – Unidade de Saúde da Família no Jardim Zavaglia com janelas depredadas e calçadas mal cuidadas, São Carlos, 2017.....	126
FOTO 26 e FOTO 27: Unidade de Saúde da Família no Jardim Zavaglia e seu entorno, São Carlos, 2017.....	127
FOTO 28 – Estratégia de Saúde da Família do Jardim Panorâmico, Presidente Prudente, 2017.....	128
FOTO 29 - Estratégia de Saúde da Família do Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, Presidente Prudente, 2017.....	129
FOTO 30 – Imagem do <i>Google Earth</i> com destaque para a localização da ESF do Residencial Bela Vista I, entre os residenciais Tapajós e Cremonezi, Presidente Prudente.....	129
FOTO 31 - Estratégia de Saúde da Família do Residencial Bela Vista I, Presidente Prudente, 2017.....	130

FOTO 32 – Placa informativa sobre futura escola no Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, em Presidente Prudente, 2017	143
FOTO 33 – Área na qual a Unidade Escolar de Ensino Fundamental será construída, Conjunto Habitacional João Domingos Netto, Presidente Prudente, 2017.....	144
FOTO 34, FOTO 35 e FOTO 36 – Destruição causada pelo desabamento de caixa d’água em residência do Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, Presidente Prudente, 2016.	156
FOTO 37 e FOTO 38 – Oferecimento de serviços privados nos primeiros dias após a entrega das unidades habitacionais do Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, Presidente Prudente, 2015.	159
FOTO 39, FOTO 40, FOTO 41 e FOTO 42: Problemas construtivos denunciados por moradores nas unidades habitacionais no Jardim Zavaglia, São Carlos, 2016.....	164
FOTO 43 - Residencial Eduardo Abdelnur, São Carlos: fachada com muro lateral, calçada cimentada e quintal permeável, 2017.	172
FOTO 44 - Residencial Planalto Verde, São Carlos: fachada com divisão lateral, calçada e entradas cimentados, 2017.	172
FOTO 45 e FOTO 46 – Canteiro de obras do Residencial Eduardo Abdelnur, São Carlos, com os muros laterais previamente demarcados, 2016 e 2017.	173
FOTO 47 e FOTO 48 – Jardim Zavaglia em São Carlos: sem muros laterais e sem calçadas pavimentadas, 2011 e 2017.	173
FOTO 49 - Residencial Bela Vista, Presidente Prudente: fachada com a divisão lateral previamente demarcada em apenas uma das laterais, calçada e quintal sem pavimentação, 2015.	174
FOTO 51 - Residencial Cremonezi, Presidente Prudente: calçadas semipermeáveis, 2015.....	174
FOTO 52 - Residencial Cremonezi, Presidente Prudente: casas padronizadas e limites imprecisos dos lotes, 2014.....	175
FOTO 53 - Residencial Panorâmico, Presidente Prudente: muro construído entre os relógios de luz, 2014.....	175
FOTO 54: Ausência de limites e demarcações entre os lotes e casas, Jardim Panorâmico, Presidente Prudente, 2014.	177
FOTO 55: Limites e demarcações improvisados no Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, Presidente Prudente, 2017.	177
FOTO 56 - Sorteio das unidades habitacionais do Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, Estádio Prudentão, Presidente Prudente, 2015.	182
FOTO 57 - Sorteio das unidades habitacionais do Jardim Zavaglia, Ginásio de Esportes “Milton Olaio Filho”, São Carlos, 2011.....	182
FOTO 58 – Publicação informativa sobre a entrega das unidades habitacionais do Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, Presidente Prudente, 2015.	184
FOTO 59 - Tenda principal do evento de entrega das chaves, Conjunto Habitacional João Domingos Netto, Presidente Prudente, 2015.	184
FOTO 60 – Moradores organizados em fila para entrar na cerimônia de entrega das chaves do Conjunto Habitacional João Domingos Netto, Presidente Prudente, 2015.	185
FOTO 61 – Moradores dentro das tendas onde ocorreu a cerimônia de entrega das chaves do Conjunto Habitacional João Domingos Netto, Presidente Prudente, 2015.	185
FOTO 62 - Feira livre no Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, Presidente Prudente, 2017.	206
FOTO 63 – Festa Junina no Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, Presidente Prudente, 2018.	206

FOTO 64 - Transporte coletivo privado oferecido em grupo fechado do Facebook “João Domingos Netto – oficial”, 14 de novembro de 2016.	219
FOTO 65 – Crianças brincando em brinquedos durante a feira do João Domingos Netto, Presidente Prudente, 2016.	221
FOTO 66 - Feira livre no Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, Presidente Prudente, 2017.	221
FOTO 67 – Moto-táxi no Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, Presidente Prudente, 2018.	222
FOTO 68 e FOTO 69: Reunião dos moradores do Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto junto a representantes do Ministério Público, Presidente Prudente, 2017.....	227
FOTO 70 - Post publicado por Emerson no grupo fechado do Facebook, 2017.	228

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- Composição das dívidas bancárias das famílias brasileiras, 2012.....	21
--	----

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 - Visão geral das microbacias da área urbana de São Carlos.....	28
IMAGEM 2 - Microbacia do córrego Água Quente, em São Carlos.	29
IMAGEM 3 - Microbacia do córrego Água Fria, em São Carlos.	29
IMAGEM 4 - Planta do núcleo urbano de São Carlos até 1888.	48

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - Situação geográfica da Região Administrativa de Presidente Prudente.	41
MAPA 2 - Situação geográfica da Região Administrativa Central – com destaque para as cidades sede São Carlos e Araraquara.	41
MAPA 3 - Disposição da Vila Goulart e Vila Marcondes, em Presidente Prudente.	46
MAPA 4 – Rede Urbana – Brasil – 2007.....	51
MAPA 5 – REGIC. Resultados intermediários para: 1. Deslocamento para compras; 2. Deslocamento para o lazer.	52
MAPA 6- Mapa da área urbana da cidade de São Carlos formada entre 1857 e 1929, com os principais eixos de expansão do período.	55
MAPA 7 – São Carlos. Chefes de família com rendimento de até 2 salários mínimos, 2010. ...	58
MAPA 8 - Presidente Prudente. Chefes de família com rendimento de até 2 salários mínimos, 2010.	59
MAPA 9 – São Carlos: expansão espacial ao longo do século XX.....	95
MAPA 10 - Presidente Prudente: expansão espacial ao longo do século XX.	96

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Composição da população rural (1899) –município de São Carlos.....	54
TABELA 2 – Conjuntos Habitacionais financiados pelo estado de São Paulo em Presidente Prudente até 1990.....	60
TABELA 3 - Fases e faixas de renda, Programa Minha Casa Minha Vida.....	89
TABELA 4 – Caracterização dos Conjuntos Habitacionais aprovados até 2012, pelo Programa Minha Casa Minha Vida em Presidente Prudente e São Carlos.....	91

CARVALHO, Viviane Fernanda de Oliveira. *Porque aqui é a minha casa! Velhas práticas e novas possibilidades em conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida*. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2019.

RESUMO

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), lançado no Governo Lula (2009) e com continuidade no Governo de Dilma Rousseff, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), foi direcionado a três faixas de renda, que teve como objetivo duplo impactar na economia e diminuir o *déficit* habitacional, subsidiando moradias a partir do crédito e da redução de juros do financiamento, sendo as construtoras responsáveis pela edificação dos conjuntos habitacionais, a partir de critérios pré-estabelecidos pelo programa. Sem desconsiderar a vasta e importante obra já publicada sobre os efeitos do PMCMV na perspectiva urbana e, sobretudo, especificamente do mercado imobiliário, buscamos evidenciar nessa tese seus efeitos no cotidiano dos moradores beneficiados. Dentre os procedimentos metodológicos adotados, realizamos entrevistas com agentes bem informados e cidadãos residentes nos novos conjuntos habitacionais: Jardim Panorâmico, Residencial Tapajós, Residencial Bela Vista, Residencial Cremonesi e Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, em Presidente Prudente e Jardim Zavaglia, Residencial Planalto Verde e Residencial Eduardo Abdelnur, em São Carlos. Todos loteamentos horizontais abertos e direcionados a faixa 1 do PMCMV, voltado à renda de 0 a 3 salários mínimos. Além disso, foram realizadas observações e categorizações de publicações desses moradores em grupos fechados voltados aos próprios conjuntos habitacionais no *Facebook*. Com base nas suas articulações para solucionar os novos problemas das atuais periferias, discutimos o papel da casa própria nesses espaços urbanos em sua relação com a conquista da cidadania e com o processo de fragmentação socioespacial. O interesse por essa perspectiva analítica é justificado pela complexidade envolvida no cotidiano desses moradores, que combina a aquisição da casa própria, considerada como seu aspecto positivo principal, com circunstâncias tais como a residência em áreas distantes do centro, monofuncionais e/ou com transporte público insuficiente, com tamanho inadequado às necessidades da família etc. Assim, analisamos as implicações da aquisição da casa própria, subsidiada a partir de políticas neoliberais na periferia de duas cidades médias paulista, Presidente Prudente e São Carlos, para seus diferentes moradores, questionando se as estratégias que utilizam para superar os problemas decorrentes dessa localização podem reforçar o processo de fragmentação socioespacial ou possibilitar uma nova “insurgência da cidadania” (HOLSTON, 2013). Como principal resultado, evidenciamos o caráter amplamente contraditório que caracteriza as novas formas de politização nas novas periferias, se estabelecendo num limiar entre reivindicações coletivas e individuais, pautadas no próprio mercado.

Palavras-Chave: Programa Minha Casa Minha Vida, cotidiano, insurgência da cidadania, neoliberalismo, fragmentação socioespacial, Presidente Prudente (SP), São Carlos (SP).

CARVALHO, Viviane Fernanda de Oliveira. *Because here is my house! Old practices and new possibilities in housing complexes of the Minha Casa Minha Vida Program*. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2019.

ABSTRACT

The My House, My Life program (PMCMV), launched in the Lula Government (2009) and with continuity in the Government of Dilma Rousseff, both of the Workers Party (PT), was directed to three income brackets, which had as a double objective to economy and to reduce the housing deficit, subsidizing housing from credit and reducing interest on financing, and the construction companies are responsible for building housing complexes, based on pre-established criteria. Without disregarding the vast and important work already published on the effects of PMCMV in the urban perspective and, especially, specifically in the real estate market, we tried to show in this thesis its effects on the daily life of the beneficiary inhabitants. Among the methodological procedures adopted, we conducted interviews with well-informed agents and city dwellers in the new housing complexes: Jardim Panorâmico, Residencial Tapajós, Residencial Bela Vista, Residencial Cremonesi and Jardim João Domingos Netto housing complex, in Presidente Prudente and Jardim Zavaglia, Residencial Planalto Verde and Residencial Eduardo Abdelnur, in São Carlos. All horizontal allotments open and directed to track 1 of the PMCMV, focused on income from 0 to 3 minimum wages. In addition, observations and categorizations of these residents' publications were carried out in closed groups aimed at the housing complexes on Facebook. Based on their articulations to solve the new problems of the present peripheries, we discuss the role of the house in these urban spaces in relation to the conquest of citizenship and the process of socio-spatial fragmentation. The interest in this analytical perspective is justified by the complexity involved in the daily life of these residents, which combines the acquisition of the home, considered as its main positive aspect, with circumstances such as residence in areas far from the center, monofunctional and / or public transportation inadequate, inadequate to the needs of the family, etc. Thus, we analyze the implications of the acquisition of the own house, subsidized from neoliberal policies in the periphery of two medium-sized cities of São Paulo, Presidente Prudente and São Carlos, for its different inhabitants, questioning if the strategies they use to overcome the problems arising from this location can strengthen the process of socio-spatial fragmentation or enable a new "insurgency of citizenship" (Holston, 2013). As a main result, we show the broadly contradictory character that characterizes the new forms of politicization in the new peripheries, establishing themselves on a threshold between collective and individual demands, based on the market itself.

Keywords: My House, My Life program, daily, citizen's insurgency, neoliberalism, socio-spatial fragmentation, Presidente Prudente (SP), São Carlos (SP).

INTRODUÇÃO

Os espaços urbanos são caracterizados pela dinâmica de seus processos que envolvem diferentes agentes produtores e consumidores de tais espaços em diferentes períodos históricos, assim, “o espaço urbano de uma cidade é produzido e é fruto de trabalho social” (VILLAÇA, 2001, p.72).

No Brasil, as desigualdades sociais sempre foram uma característica fundamental dos espaços urbanos, nesse sentido, assume evidente relevância o processo recente de redução das desigualdades constatado, por exemplo, por Campello (2017), que se baseia no Coeficiente de Gini para demonstrar “uma queda na desigualdade de renda no período de 2002 a 2015, em patamares e com uma qualidade como não havia ocorrido na história brasileira” (p.5-10). O conjunto de medidas adotadas pelos governos petistas (2003 – 2016), que incluíam o aumento real do salário mínimo, políticas de inclusão social e redistribuição de renda, “ainda que mantendo níveis profundos de desigualdade, começou a reverter um ciclo histórico de injustiça social, marcado pela crescente exclusão dos mais pobres e pela concentração de privilégios nos setores mais ricos da sociedade” (idem, p.11).

Esse conjunto de mudanças, que impactaram diretamente na diminuição das diferenças de renda, alguns autores interpretaram como a ascensão de uma “nova classe média” (POCHMANN, 2012; NERI, 2011), enquanto outros demonstraram que se trata da formação de uma “nova classe trabalhadora” (SOUZA, 2012). No entanto, embora as disparidades na renda tenham apresentado decréscimo, observamos que, no plano socioespacial, as desigualdades continuaram a se ampliar, visto que ocorreu a intensificação da produção de conjuntos habitacionais em áreas distantes da malha urbana compactada, segmentadas de acordo com a faixa de renda e ainda separadas por muros.

Em vigor desde 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que teve sua terceira fase oficialmente lançada em março de 2016¹, subsidia unidades habitacionais a partir do crédito e da redução de juros do financiamento, com o objetivo duplo de impactar na economia e ainda diminuir o *déficit* habitacional (CARDOSO e ARAGÃO, 2013) é direcionado a 3 faixas de renda mensal, com formatos e taxas diferentes, de

¹ Retirado de: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/governo-lanca-terceira-fase-do-prog-minha-casa-minha-vida.html>, consultado em maio de 2017. No capítulo 2 o leitor poderá encontrar mais detalhes da atual fase do PMCMV e também a respeito da divisão em faixas de renda.

acordo com a renda comprovada pelo candidato. Até 2016, 4,2 milhões de habitações populares haviam sido contratadas no âmbito do PMCMV, dessas 2,6 milhões haviam sido entregues, sendo 1,7 milhões destinadas às famílias com rendimentos de até R\$1.600,00, numa estimativa total de mais de 10,4 milhões de pessoas beneficiadas².

Em Presidente Prudente, foram implantados pelo PMCMV, os Residenciais Bela Vista, Tapajós, Cremonezi, o Jardim Panorâmico, e o Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, e em São Carlos os Residenciais Planalto Verde, Eduardo Abdelnur e Jardim Zavaglia, todos eles com localização periférica, como também ocorreu nas demais cidades brasileiras. Levando em conta pesquisa anterior³, inicialmente, questionamos no projeto de pesquisa que deu origem à essa tese de doutorado, se a convivência entre o velho, representado pela produção de conjuntos residenciais periféricos, e o novo, representado pelo alcance do PMCMV, implicam em mudanças nas relações que seus moradores estabelecem com os demais espaços urbanos e em sua afirmação como cidadãos.

A opção por dar continuidade ao trabalho de pesquisa realizado anteriormente, indicou a necessidade de atentar para a relação entre as singularidades, de cada uma das cidades escolhidas, e os processos gerais nos quais o PMCMV está envolvido, que são contrastados ao longo desta tese de doutorado em Geografia. No entanto, especialmente no capítulo 2, quando analisaremos as regras do PMCMV e seus desdobramentos de acordo com os níveis locais e os sujeitos envolvidos, o leitor encontrará um maior detalhamento de informações sobre esses conjuntos habitacionais, tais como número de unidades construídas, construtora responsável, agentes responsáveis pelo Trabalho Técnico Social etc.

Decorrente da importância do tema, várias pesquisas, em diferentes áreas, vêm sendo realizadas para analisar a dimensão e os desdobramentos de tal programa. Partindo do pressuposto de que “a casa não é qualquer espaço, é um espaço íntimo de alto conteúdo simbólico, condensador de sentidos, mas também é um espaço básico que situa o ser humano de uma maneira particular no mundo”⁴ (LINDÓN, 2005, s/n), nessa tese

² Retirado de: <http://www.brasil.gov.br/noticias/infraestrutura/2016/03/em-sete-anos-minha-casa-minha-vida-entrega-mais-de-1-000-casas-por-dia>, consultado em novembro de 2018.

³ OLIVEIRA, Viviane Fernanda de. **Os sentidos da casa própria: condomínios horizontais populares fechados e novas práticas espaciais em Presidente Prudente e São Carlos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

⁴ Tradução nossa de: “*la casa no es cualquier espacio, es un espacio íntimo de alto contenido simbólico, condensador de sentidos, pero también es un espacio básico que ubica al ser humano de una manera particular en el mundo*”. Retirado de: LINDON, 2005 [sem numeração de página]. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-20.htm>, acessado em 08/09/2014.

buscamos compreender a relação – tanto subjetiva, quanto objetiva - que seus moradores passaram a estabelecer com a cidade, após a aquisição da casa própria.

Para a proposição de nosso caminho teórico-metodológico que partiu do reconhecimento da importância de ouvir esses moradores dos novos conjuntos habitacionais, assim reconhecidos como sujeitos do processo de produção do espaço urbano, foram importantes as contribuições de Lindón (2006), a partir das Geografias da Vida Cotidiana, a qual, segundo a autora, se está escrevendo no plural pois é “urbana, pero también es rural; lo cultural es parte central de ella, igual que lo político, la condición de género, el turismo... La pluralidad se relaciona con que la vida cotidiana es transversal a todos los campos que ha cultivado la geografía humana, tanto como la espacialidad misma” (LINDÓN, 2006, p.356). Dessa forma, “para las GVC cuestiones aparentemente banales expresan dimensiones de la vida social que merecen un análisis geográfico profundo” (idem, p.357).

Com base na adoção de procedimentos metodológicos qualitativos, identificamos aspectos positivos e negativos do PMCMV, sem nos limitarmos às constatações dos demais pesquisadores do tema. Assim, a análise das postagens em grupos fechados no *Facebook* feitas pelos moradores desses novos conjuntos habitacionais, foi essencial tanto para elaborarmos nosso roteiro de entrevista com agentes bem informados e cidadãos⁵ (ANEXO I e II), quanto para aventarmos para outras possibilidades mais integradoras que as redes sociais poderiam proporcionar, uma vez que, do ponto de vista espacial, seus membros estão relativamente isolados.

O interesse por utilizar o *Facebook* como uma das fontes de pesquisa surgiu já durante a etapa de elaboração do projeto, quando nos chamou a atenção a denúncia de um usuário desta rede social quanto aos contemplados por sorteio das habitações do Residencial Tapajós, em Presidente Prudente. Tal denúncia gerou uma polêmica virtual, que tomou proporções concretas, com participação do Ministério Público. No *post*⁶ havia a foto de uma casa desse residencial que estava sendo ampliada e o seguinte texto escrito pelo autor da foto:

⁵ As expressões ‘agentes bem informados’ e ‘cidadãos’ são provenientes do Projeto Temático “Lógicas econômicas e práticas espaciais contemporâneas: cidades médias e consumo”, ao qual essa pesquisa é vinculada, utilizadas para diferenciar aqueles que estão mais diretamente vinculados ao projeto ou gestão de determinado plano político daqueles que habitam e produzem o espaço urbano a partir de suas práticas. Além delas, também o modelo de relatório de campo, no qual registramos sobretudo informações referentes às condições nas quais a entrevista foi realizada, foram elaborados no âmbito daquele projeto.

⁶ ‘*Post*’ é um substantivo do idioma inglês, que significa postar. No Brasil é utilizado para referenciar publicações que se fazem na internet. Há ainda uma variação em português no uso do termo para ‘postagem’, que possui o mesmo sentido.

Estou extremamente revoltado com uma coisa que eu vi agora pouco. Estava passando perto do bairro Residencial Tapajós aqui no [Jardim] Brasil Novo quando me deparei com umas duas casas sendo ampliadas. E pra mais detalhar, são sobrados. Pela pouca informação que recebi, essas casas seriam sorteadas e entregues a pessoas de baixa renda e que não tinha um lar ou que viviam no aluguel. Mas o que vejo hoje não é a realidade. Vejo famílias com outro padrão de vida instaladas nessas casas. Vejo carros bons, pessoas que tem chácaras e outros imóveis. Enquanto quem precisa, está na espera. Não quero prolongar a minha queixa, revolta ou denúncia. Mas não me conformo com essa atitude, espero e quero que alguma transformação ocorra e que nossos governantes municipais tomem providência. Boa tarde⁷ (FERREIRA, 29 de outubro de 2014).

Em menos de dois meses, havia mais de 700 curtidas ao *post*, 426 compartilhamentos e 190 comentários, alguns deles escritos pela própria dona da casa citada (“quanto a pessoa que disse que me faria devolver, faz como eu, batalha das 8h às 18h vai pra casa deixa seu filho criança e vai fazer bicos até 1 da madrugada, aí você poderá me julgar”). Outros estimulavam a formação de um grupo de moradores para lutar por seus direitos e realizar denúncias (“não se calem...”).

Tal repercussão nos levou a questionar: como podemos utilizar dessa ferramenta para apreender o *livre*⁸ discurso dos seus moradores? Quais os limites e consequências que essas denúncias/publicações podem suscitar? Ou ainda: será mesmo que houve a utilização de meios ilícitos para conseguir a casa própria, durante a vigência do Programa Minha Casa Minha Vida? As possibilidades (exceto os meios ilícitos) que aventamos para que fosse possível a ampliação da casa em tão pouco tempo, foram quatro: 1. A existência de uma poupança prévia, acumulada ao longo dos anos, agora utilizada para investir na sua casa própria; 2. A moradora ter conseguido um empréstimo, seja informalmente, com algum familiar⁹, seja formalmente, em alguma casa de crédito ou mesmo via crédito bancário, uma vez que o acesso ao crédito sofreu um notável crescimento naqueles anos, como observado por Catelan (2015, p.458), ao analisar o GRÁFICO 1:

O processo de financeirização articulado à expansão do crédito vem promovendo a composição de dívidas das famílias brasileiras aos bancos, considerando que o crescente uso do cartão de crédito em todos os ramos do comércio, inclusive no setor imobiliário. Como vemos no

⁷Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=738678879548739&set=a.150192538397379.39141.100002199008284&type=1&theater>

⁸ *Livre* no sentido de que não se produz a partir da relação entre pesquisador e pesquisado, como ocorre nas entrevistas que realizamos com moradores e agentes bem informados, além de ser tornado público (*publicado*) por iniciativa do próprio autor.

⁹ A importância das relações familiares, inclusive no que se refere à obtenção de crédito, foi evidenciada por Góes (2018).

gráfico [...], apresentaram aumento entre os anos de 2004 e 2012 o endividamento das famílias por uso do crédito imobiliário, os empréstimos consignados que geralmente são utilizados para a compra de veículos ou compra e/ou reforma da casa, e para compra de veículos com leve queda em 2012.

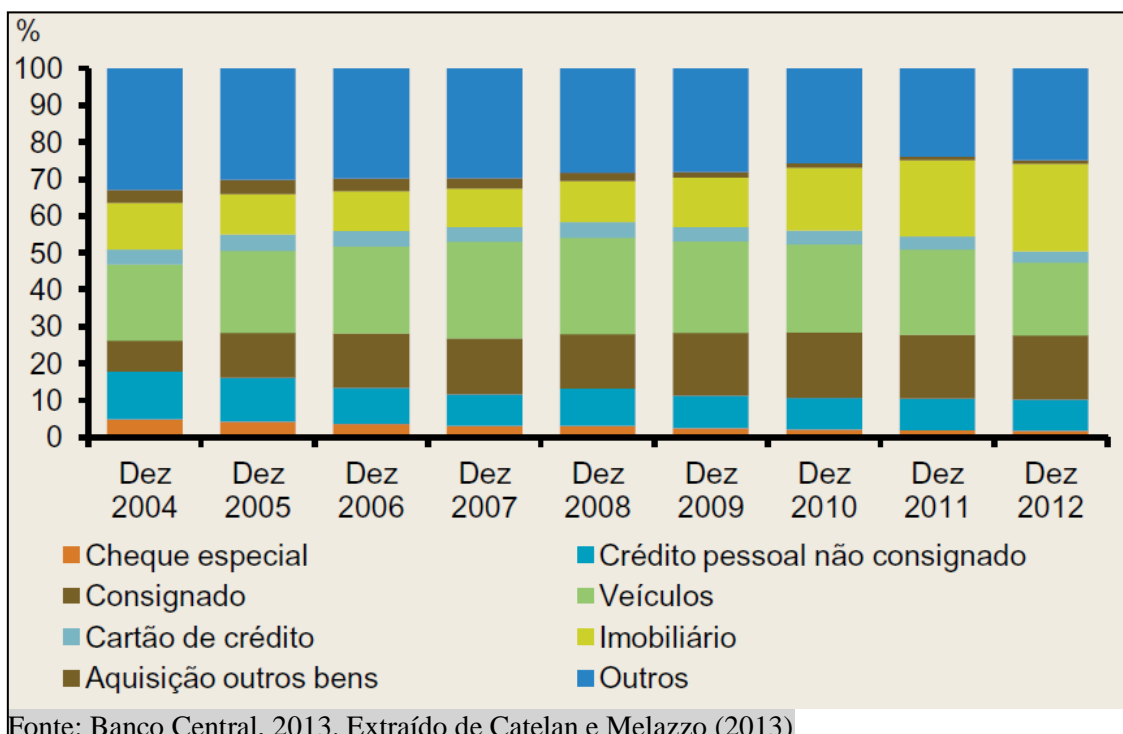


GRÁFICO 1- Composição das dívidas bancárias das famílias brasileiras, 2012.

Fonte: Catelan (2015).

3. Nos termos propostos por Souza (2012), estes moradores se caracterizariam como “batalhadores”, ou seja, aqueles que conquistaram seu acesso à renda à custa de um extraordinário esforço, com o qual lograram adaptar-se às condições do novo capitalismo flexível e financeiro, e assim conseguiram ampliar seu acesso ao consumo; 4. Considerando que os conjuntos habitacionais que pesquisamos estão localizados em cidades médias, mesmo que tenha havido maiores gastos com deslocamento depois da mudança para a nova casa, o valor economizado com o aluguel permitiria a uma parcela considerável de seus moradores investir em melhorias na casa recém-adquirida, conforme observamos nas visitas exploratórias que fizemos. Decorrente da importância e particularidade das cidades médias na rede urbana, é necessário dedicar atenção especial a estas, visto que nelas, a localização desses conjuntos habitacionais, além de propiciar aceleradas transformações intraurbanas,

devido ao processo de financeirização pelo qual tem passado o mercado imobiliário brasileiro, as cidades médias têm constituído ótimas

oportunidades de investimentos lucrativos para esse mercado, por se caracterizarem como áreas economicamente dinâmicas, pelo fato da concorrência não ser tão acirrada como nas metrópoles e nos grandes centros e ainda por possibilitarem a formação de bancos de terras, já que esses se constituem, nesse contexto, como ativos de valores (MAIA, LUCENA, 2015, p.352).

Embora entre os conjuntos habitacionais que pesquisamos, apenas o Residencial Eduardo Abdelnur, Planalto Verde¹⁰ e Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto tenham grupos fechados no *Facebook*¹¹, apostamos na possibilidade de acompanhar as publicações nessa rede social para obter um panorama geral (inicial) sobre o perfil desses moradores, quais suas principais necessidades, bem como o nível de participação e as iniciativas para solucionar seus problemas cotidianos. Nas primeiras reuniões já realizadas para discutir necessidades e problemas diversos do João Domingos Netto, por exemplo, trataram da reivindicação de um posto policial; do funcionamento urgente do posto de saúde¹²; das articulações para que fosse viabilizada a feira, que passou a ser realizada a partir de 16 de abril de 2016; da associação de um grupo de mães para contratar o serviço de vans para transporte escolar de suas crianças, bem como outros movimentos por transporte coletivo; da intervenção de pré-candidatos a vereador ou representantes de candidatos, que prometem solucionar os problemas de transporte, escola, posto de saúde etc.. Essas diferentes possibilidades, cujas práticas e significados implicam em lógicas ora mais individuais, ora mais coletivas, foram fundamentais para a elaboração do capítulo 3 dessa tese, cujo atual contexto, caracterizado pela hegemonia neoliberal é complexificado quando consideramos o mito da casa própria (LINDÓN, 2005), por um lado, e, por outro, quando atentamos para o potencial que as reivindicações por melhorias contém, a partir dos muitos problemas que permeiam o cotidiano de seus moradores.

Consideramos importante ressaltar que utilizamos as postagens e os comentários dos próprios moradores, atentando para as premissas metodológicas da netnografia,

¹⁰ Ambos em São Carlos.

¹¹ Os outros estão nessa rede social como “local”, ou como perfil, no qual é necessário “solicitar amizade” como é o caso do “residenciais tapajosbelavistacremonezzi”, administrado pela presidente da associação de moradores dos três conjuntos habitacionais, Elisângela, entrevistada em 08 de maio de 2017. Nesse perfil, são veiculadas notícias relacionadas a esses três conjuntos habitacionais, com informações sobre ofícios enviados e pedidos realizados à prefeitura

¹² No caso do Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, o Estratégia de Saúde da Família foi inaugurado em 25 de novembro de 2016, conforme notícia veiculada no *site* da prefeitura municipal, disponível em: <http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/noticias.xhtml?cod=34541>.

apontadas por Amaral, Natal e Viana (2008, p. 38), a partir dos trabalhos de Geertz (2001):

manter postura inicial de estranhamento do pesquisador em relação ao objeto, considerar a subjetividade, considerar os dados resultantes como interpretações de segunda e terceira mão; e finalmente considerar o relato etnográfico como sendo de textualidades múltiplas.

Além disso, segundo os autores, o pesquisador deve estar “consciente de que está observando um recorte comunicacional das atividades de uma comunidade *on-line*, e não a comunidade em si, composta por outros desdobramentos comportamentais além da comunicação (gestual, apropriações físicas, etc.)” (idem, p. 39).

Para que pudéssemos utilizar o conteúdo de tais grupos fechados como um procedimento de pesquisa, buscamos organizar os *posts* e comentários que seriam relevantes para nossa pesquisa, de modo a que pudéssemos acessá-los facilmente em nossos arquivos posteriormente. Inicialmente, por ser o grupo fechado mais antigo entre os conjuntos habitacionais que pesquisamos, acessávamos a página “João Domingos Netto – oficial” todos os dias e salvávamos em arquivos *Word* tudo o que postavam, classificando por temas em arquivos diferentes: “compra e venda”, “reclamações diversas”, “presidente – críticas”, “agradecimentos”. Um mês após a mudança dos moradores para o conjunto habitacional, o acompanhamento diário já não foi possível, pois crescia o número de publicações, sendo que comerciantes de bairros próximos ou que lá faziam entrega, postavam todos os dias seus anúncios/ofertas, e não nos interessava salvá-las repetidamente. Dessa forma, passamos a entrar na página todas as segundas-feiras e salvar as publicações dos próprios moradores, pois notamos que havia um maior número de publicações nos finais de semana.

Os temas/arquivos começaram a aumentar e se diversificar, incluindo: “desaparecidos”, “lazer”, “melhorias na casa”, “serviços”, “solidariedade”, “soluções”. Conseguimos realizar esse acompanhamento por algumas semanas, mas em menos de um mês, isso novamente foi impossível, pois o número de publicações ficou enorme e a barra de rolagem não conseguia acompanhar o prazo de uma semana.

Como o *Facebook* mostra no nosso próprio *feed* de notícias¹³, as postagens das pessoas/páginas que mais acompanhamos, todas as publicações mais comentadas/curtidas

¹³ “A palavra ‘*feed*’ é de origem inglesa e significa ‘alimentar’. No caso, o internauta que não tem tempo para navegar por vários *sites* à procura de conteúdo seria ‘alimentado’ com todas as atualizações que ele normalmente buscaria. Dessa forma, o assinante de ‘*feeds*’ não precisa ir ao portal para ler determinada postagem, recebendo tudo diretamente no seu leitor de ‘*feeds*’. Ou seja, ele deixa de ir atrás do conteúdo e

dos moradores do Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto aparecem automaticamente no nosso *feed* e assim salvamos nos arquivos/temas já existentes ou mesmo criamos novos, como: “violência”, “outros”, “casas aumentadas”, “eleições”, “feira”, “iniciativas”, “móveis planejados”, “transporte”.

Nos arquivos originais, com o intuito de ‘limpá-los’ para diminuir o número de páginas existentes e deixá-los mais ‘leves’ (menos mb¹⁴), apagamos as fotos dos moradores, mas mantivemos os nomes e escritos originais em arquivos nossos¹⁵. Para utilizá-los nos nossos textos, mantemos o último nome do perfil e corrigimos erros de português ou abreviações utilizadas na linguagem de *internet*. Realizamos tais procedimentos para valorizar o que está sendo dito, não haver descon siderações do que está sendo ‘falado’ e também para tornar a leitura mais fácil, principalmente para quem não está acostumado com as abreviações utilizadas no “mundo virtual”.

Além disso, antes de realizarmos as entrevistas com esses cidadãos, utilizamos os relatos retirados do *Facebook* como uma primeira aproximação do seu cotidiano e das dinâmicas presentes nesses espaços periféricos, considerando “o que as pessoas sentem e necessitam no ambiente que habita cotidianamente”¹⁶ (ORTIZ, VIEIRA, OROSCO, 2015, p.83), visto que “não poderíamos entender como as pessoas valorizam o entorno em que vivem a partir da visão técnica dos planejadores e os promotores imobiliários”¹⁷ (idem).

Considerando que “na contemporaneidade, as redes sociais apresentam-se como uma nova forma de estabelecer contatos e formar vínculos” (RONCONI, MENDONÇA, 2015, p.6), além de serem estratégicas para demonstrar opiniões, convocar manifestações, exaltar egos/posições sociais e também realizar compras/vendas, optamos por utilizar

o conteúdo passa a seguir o usuário”. Retirado de: <http://www.tecmundo.com.br/rss/252-o-que-sao-feeds-.htm>, consultado em 06/06/2016. Segundo a central de ajuda do *Facebook*: “As histórias que aparecem no *feed* de Notícias são influenciadas por suas conexões e atividades no *Facebook*. Isso ajuda você a ver mais histórias que sejam do seu interesse, compartilhadas pelos amigos com quem você mais interage. O número de comentários e curtidas que a publicação recebeu, bem como o tipo da história (por exemplo: foto, vídeo, atualização de status), também podem torná-la mais propensa a aparecer no seu *feed* de Notícias”. Retirado de: <https://www.facebook.com/help/327131014036297/>, consultado em: 06/06/2016.

¹⁴ MB é uma sigla que significa MegaByte, e equivale a um milha de Bytes. O termo “byte” é frequentemente usado para especificar quantidade, por exemplo, a quantidade de memória de um determinado dispositivo ou a capacidade de armazenamento. Todos os arquivos digitais possuem alguma quantidade de MB, quanto menos quantidade de MB, mais fácil do arquivo ser carregado e manuseado pelo usuário.

¹⁵ Como forma de termos acesso à publicação exatamente da maneira como foi escrita, pois ao clicarmos *ctrl*+clique, automaticamente somos direcionados à página original.

¹⁶ Tradução nossa de: “*lo que la gente siente y necesita en el entorno que habita cotidianamente*”.

¹⁷ Tradução nossa de: “*No podríamos entender cómo valoran las personas el entorno en que viven desde la única visión de los planificadores y los promotores inmobiliarios*”.

essa ferramenta como mais um instrumento metodológico a fim de “preservar os detalhes ricos da observação em campo etnográfico usando o meio eletrônico para ‘seguir os atores’” (BRAGA, 2001, p.05 *apud* AMARAL, NATAL, VIANA, 2008). Para os moradores dos conjuntos habitacionais que pesquisamos, tais redes sociais possibilitam a visibilidade de seus problemas cotidianos, decorrentes do relativo isolamento em que tais espaços foram implementados, ao mesmo tempo em que os conecta a escalas distintas, tornando-se “um meio de comunicação, um ambiente de relacionamento e um artefato cultural” (AMARAL, NATAL, VIANA, 2008, p.36).

Combinadas às análises do *Facebook*, as entrevistas com os cidadãos ocorreram entre agosto de 2016 e agosto de 2017. Optamos por realizá-las entre o segundo e o terceiro ano de pesquisa por dois motivos principais: 1. para que pudéssemos, apoiados no nosso referencial teórico e na efetiva experiência desses moradores em suas novas moradias, reunir aspectos que orientassem nossa análise, que visa compreender as mudanças e permanências nas periferias de cidades médias e de que forma elas favorecem ou não a “insurgência da cidadania” (HOLSTON, 2013); 2. entre os conjuntos habitacionais que pesquisamos, o último¹⁸ a ser entregue, em abril de 2016, foi o Residencial Eduardo Abdelnur, em São Carlos, e o Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, em Presidente Prudente, entregue em setembro de 2015.

Em nossa abordagem, empenhamo-nos em diversificar por idade e gênero as pessoas a serem entrevistadas. Contudo, o número de mulheres entrevistadas sobressaiu. Inicialmente, levantamos como hipótese o fato de encontrarmos mais mulheres realizando alguma atividade doméstica no quintal de suas residências. Passamos a diversificar os horários e dias da semana¹⁹, sendo os sábados à tarde o período em que encontrávamos mais pessoas do sexo masculino, em sua maioria lavando os carros. No entanto, o problema persistiu, pois mesmo quando abordávamos alguém do sexo masculino, eles nos direcionavam à mãe, à esposa ou à vizinha, sob a justificativa de que elas saberiam expressar-se melhor.

Com o desenvolvimento dessa tese e mediante contato com outras leituras e debates realizados no âmbito do nosso Programa de Pós-graduação, postulamos que não se trata em si de uma falha subjetiva, no sentido de que, intuitivamente, a interação

¹⁸ O primeiro conjunto habitacional a ser entregue em São Carlos foi o Residencial Zavaglia, em setembro de 2011, e em Presidente Prudente, o Residencial Tapajós, entregue em dezembro de 2013.

¹⁹ Principalmente em Presidente Prudente, cidade sede da pesquisa, na qual tínhamos maior disponibilidade de horários.

ocorresse preferencialmente com outras mulheres. Assim compreendemos que nosso próprio corpo também é um espaço de mediação, definindo como “nós interpretamos e somos interpretados pelos outros” (SILVA, 2016, p.512). Ou seja, minha cor da pele enquanto sujeito pesquisador, sexo, gênero, aparência, maneira de falar, também foi um espaço de mediação, estabelecendo diferentes níveis de subjetividade por mim e por aqueles com quem conversei. “Aquilo que o pesquisador é e a leitura que fazem dele seus sujeitos de pesquisa conduzem a certas aberturas ou resistências, levam ao estabelecimento de certas relações pelas quais algumas informações nunca chegarão a aparecer” (TURRA NETO, 2013, p.9).

Importa salientar que as análises apresentadas nessa tese são fruto da busca por uma abordagem qualitativa dos impactos do PMCMV no cotidiano dos sujeitos contemplados. Essa busca se pautou tanto pela identificação teórica com a abordagem de alguns autores, como Lindón (2005, 2006); Rego; Pinzani (2014); Silva (2016) e Turra Neto (2013, 2014), que valorizam o papel dos sujeitos sociais, quanto da minha própria trajetória de vida, enquanto sujeito pesquisador. Ou seja, uma parte daquilo que eu sou, das minhas experiências de cidade, são acionadas cada vez que eu me interesso por determinado tema de pesquisa ou estabeleço *links* com a teoria e seus sujeitos, assim, as narrativas desses cidadãos são interpretadas a partir de um sujeito pesquisador, que é uma mulher branca cisgênero, moradora de uma velha periferia de uma cidade média paulista. Nesse sentido,

Appleby, Hunt e Jacon (1994) afirmam que a epistemologia é um estudo do conhecimento produzido por pessoas, e tal conhecimento não é algo a ser adquirido, que esteja fora delas, à espera de que haja uma capacidade de revelar aquilo que já existe fora da ação humana (SILVA, ORNAT e CHIMIN JR., 2017, p.14).

Estabelecemos, portanto, nosso referente a partir de uma determinada posição no mundo, sendo “fundamental que o/a pesquisador/a se coloque como ativo/a na produção do conhecimento e reflita como sua própria posição sociopolítica de privilégios estabeleceu as dinâmicas específicas com os outros participantes da pesquisa, resultando no saber que se fez coletivamente” (idem, p.21). Nesse raciocínio, segundo o qual o pesquisador também é um sujeito, com sua própria identidade, a forma como as informações são produzidas precisa ser problematizada, visto que possuímos trajetórias

baseadas em nossas premissas teóricas, sociais, culturais²⁰. Decorrente de todos esses aspectos, assumimos que os resultados apresentados nessa tese não são neutros, uma vez que a neutralidade científica é questionada pelas geógrafas feministas, que “colocaram em xeque a capacidade de uma pessoa/cientista transcender seu próprio ser e conseguir falar e interpretar a realidade espacial para todo o conjunto da humanidade” (SILVA, 2016, p.509).

Nossas opções metodológicas, bem como nosso referencial teórico, influenciaram nos diferentes momentos da pesquisa, do início ao fim, tanto durante a interpretação das informações, quanto durante a produção destas, sendo assim, “as opções metodológicas que empregamos fazem emergir certas informações, mas escondem outras, portanto, estamos longe de uma visão total daquela micrototalidade em que ancoramos nossos sujeitos de pesquisa” (TURRA NETO, 2014, p.8). Produzimos informações que não são neutras, com questionamentos que são frutos da nossa formação teórica e da nossa percepção sociocultural, “jamais seremos livres do fardo da responsabilidade de nossas ações de ‘como conhecer o espaço geográfico, que não são imparciais, mas fruto de nossa visão de mundo, tal qual sustenta Moss (2002)’” (SILVA, ORNAT e CHIMIN JR., 2017, p.14). Daí decorre a importância de explicitar o caminho percorrido para atingi-los, desvendando tanto as nossas escolhas e opções teórico-metodológicas, como os problemas enfrentados ao longo da pesquisa, como forma de aproximar o leitor de nossas análises, como parte fundamental do processo de produção de conhecimento.

Nesse sentido, ponderamos que algumas experiências de campo merecem ser compartilhadas, e uma delas está relacionada às entrevistas feitas em São Carlos. Embora já tivéssemos realizado em pesquisa anterior (OLIVEIRA, 2015), entrevistas com moradores de áreas estigmatizadas dessa cidade, durante a efetivação do primeiro conjunto de entrevistas, em 2016, ficamos extremamente receosos. Alguns possíveis entrevistados pré-agendados através da intermediação de amigos da cidade desistiram e fomos informados que isso poderia ter relação com casos de assassinato e roubos já ocorridos no Jardim Zavaglia.

As notícias veiculadas na mídia²¹ local reiteravam esse receio com a veiculação de fotos de pessoas assassinadas, notícias sobre assaltos ocorridos na entrada desse

²⁰ Para o conceito de cultura, é necessário lembrar que os sujeitos se relacionam em um mundo social e espacialmente interligado, pertencendo, dessa forma, em uma ou várias culturas (GUPTA, FERGUSON, 2000).

²¹ “Disputa por mulher termina em homicídio no Jardim Zavaglia”, de 26/06/2016, disponível em: <http://www.saocarlosagora.com.br/policia/noticia/2016/06/26/75625/disputa-por-mulher-termina-em->

conjunto habitacional, detalhadamente narrados e ilustrados com fotos, propagando o temor nos demais moradores da cidade e também em nós, pesquisadores que não a vivenciavam cotidianamente. Além disso, a posição desses novos conjuntos (IMAGEM 1), morfológicamente localizados entre a microbacia do córrego Água Quente (IMAGEM 2) e a microbacia do córrego Água Fria (IMAGEM 3), contribui para uma dupla sensação de estar sendo controlado: tanto para quem chega, quanto para esses moradores, que estão relativamente isolados do restante da cidade. Isto porque a escarpa que separa tais bacias é a entrada para esses bairros, dividindo-os do restante da cidade, significativamente chamados pelos moradores como “os de lá”, “lá em cima”, “lá na cidade”, como se fosse algo isolado do espaço territorial da cidade.

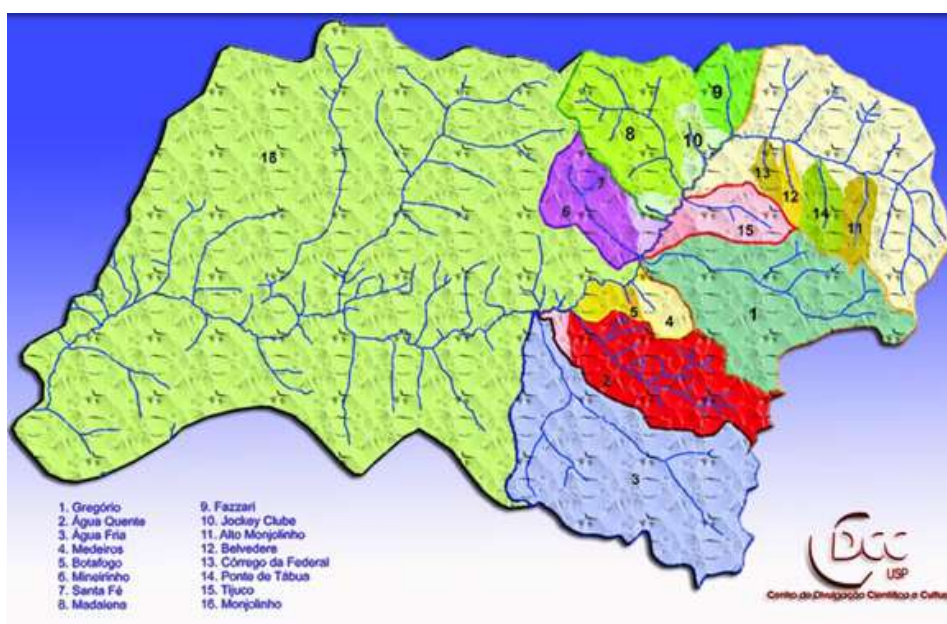


IMAGEM 1 - Visão geral das microbacias da área urbana de São Carlos.

FONTE: CDCC – Centro de Divulgação Científica e Cultural. Retirado de: <http://www.ufscar.br/aprender/aprender/sub-bacias-da-area-urbana-de-sao-carlos/>, consultado em 03 de novembro de 2017.

[homicidio-no-jardim-zavaglia/](#); “Homem é Assassinado Com Três Tiros No Jardim Zavaglia”, de 02/02/2016, disponível em: <http://cabuloso.com/portal/news/view/homem-e-assassinado-com-tres-tiros-no-jardim-zavaglia-2>; “Discussão termina com homem assassinado no Zavaglia”, de 11/07/2016, disponível em: <http://www.saocarlosemrede.com.br/policia/discussao-termina-com-homem-assassinado-no-zavaglia>; “Mulher é morta a tiros no Planalto Verde”, de 05/08/2016, disponível em: <http://www.saocarlosagora.com.br/policia/noticia/2016/08/05/76919/mulher-e-morta-a-tiros-no-planalto-verde/>; “Gerente é baleado em tentativa de roubo no Zavaglia”, de 28/06/2014, disponível em: <http://www.revelandosaocarlos.com.br/policia/gerente-e-baleado-em-tentativa-de-roubo-zavaglia/>; “Bandidos roubam supermercado no Jardim Zavaglia”, de 05/05/2015, disponível em: https://www.saocarlosdiaenote.com.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=44804:bandidos-roubam-supermercado-no-jardim-zavaglia&Itemid=588.

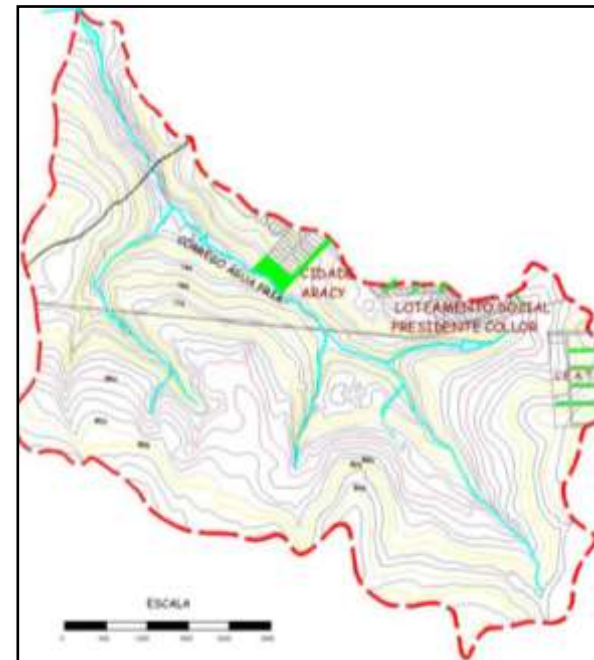


IMAGEM 2 - Microbacia do córrego Água Quente, em São Carlos.

IMAGEM 3 - Microbacia do córrego Água Fria, em São Carlos.

FONTE: CDCC – Centro de Divulgação Científico e Cultural.

Retirado de: <http://www.ufscar.br/aprender/aprender/sub-bacias-da-area-urbana-de-sao-carlos/>, consultado em 03 de novembro de 2017.

Na primeira etapa, em 2016, foram realizadas quatro entrevistas nessa cidade, marcadas por muito receio durante as visitas às áreas pesquisadas. Estávamos com veículo particular, com placa de Presidente Prudente, e a todo momento tínhamos a sensação de sermos observados. As entrevistas tinham um cunho qualitativo e não havia, a priori, um número a ser atingido, entretanto, algo fundamental para determinar essa quantidade, que é a repetição das respostas pelos moradores, ainda não ocorria, ou seja, novos elementos surgiam a cada entrevista. Era preciso continuar.

Aproximadamente um ano após a primeira etapa da pesquisa de campo em São Carlos e uma certa experiência acumulada, a partir das entrevistas realizadas em Presidente Prudente, retornamos a São Carlos com uma nova estratégia: não ler o noticiário que disseminava o medo e ir a esses espaços por transporte público. Assim estabelecemos um primeiro contato com os moradores do Jardim Zavaglia e dos Residenciais Eduardo Abdelnur e Planalto Verde no ponto de ônibus, que em São Carlos é localizado em uma área exclusiva para os moradores desse setor da cidade²². Dentro do ônibus conversávamos com os passageiros, perguntando sobre a cidade e o bairro de residência, identificando-nos como pesquisadores em Geografia, dispostos a entender a produção daquele espaço urbano, a partir dos próprios moradores, esclarecendo de que não se tratava de fiscalização da prefeitura ou algo congênere. Dessa maneira, além de nos sentirmos menos inseguros e mais próximos àquelas pessoas, falando sobre a pesquisa, elas também ficaram mais tranquilas, e quando nos viam caminhando pelo bairro, contavam aos seus vizinhos o motivo de nossa visita.

Em Presidente Prudente, cidade sede da pesquisa e do doutorado, a utilização mais diversa e abrangente identificada no conteúdo das publicações do grupo fechado “João Domingos Netto – oficial”, que não se restringe aos seus moradores membros dos grupos fechados no *Facebook*, possibilitou o agendamento de duas entrevistas, a partir de um primeiro contato através dessa rede social. Assim entrevistamos Elisângela, presidente da associação de moradores dos residenciais Tapajós, Bela Vista e Cremonezi, e Emerson, presidente da associação de moradores do Conjunto Habitacional João Domingos Netto.

Nos dois casos, a partir de suas publicações rotineiras nesse grupo fechado, informando sobre ações da associação de moradores ou cobrando o posicionamento de alguma autoridade municipal, eles foram identificados como moradores atuantes daqueles conjuntos habitacionais e então adicionamos seus perfis como amigos virtuais, enviando

²² Entre o camelódromo e o Magazine Luiza, no centro da cidade.

mensagens nas quais nos apresentamos, explicando o objetivo da pesquisa e o interesse em entrevistá-los, sendo prontamente atendidos. Realizamos a entrevista primeiramente com Elisângela, que nos passou o telefone de Emerson, todavia, não conseguimos falar com ele dessa maneira. Quando o entrevistamos, nos contou que não atende ligações que não estejam em sua lista de contatos, numa tentativa de estabelecer limites entre suas funções como presidente da associação de moradores e sua vida privada. Assim soubemos que utilizava exclusivamente o *Facebook* para o atendimento aos moradores.

Nessas duas entrevistas em especial, após desligarmos o gravador, conversamos por cerca de mais uma hora, o que nos possibilitou identificar diferenças na atuação de cada um deles. Na casa de Elisângela há um certo movimento de moradores, sendo que em um dos momentos, um deles lhe deu um boleto junto com um dinheiro e ela pagou uma conta através do seu *smartphone*. Emerson, ao contrário, atendeu a apenas uma moradora, do lado de fora do portão e conforme contou depois, deixou claro a ela que o atendimento é exclusivamente via *Facebook*, devido ao fato de não haver uma sede oficial para a associação de moradores.

No que tange aos perfis ao quais essa pesquisa se volta, embora direcionada aos cidadãos com renda de acordo com a faixa 1 do PMCMV (até R\$1.600,00), constatamos uma variedade de perfis nessa mesma faixa de renda, que incluem desde famílias com filhos pequenos e renda de até R\$500,00, até aposentados morando sozinhos com renda de R\$1.600,00, como foi o caso de Pedro. Em ambas as cidades, encontramos famílias que possuíam carro e moto, não necessariamente novos, e famílias que contavam com os vizinhos para emprestar o dinheiro do passe de ônibus, como foi o caso de Fernanda, moradora do Residencial Bela Vista, em Presidente Prudente. Em São Carlos, realizamos 14 entrevistas, sendo que em quatro delas, os cidadãos mencionaram que sua última moradia havia sido em barracos ou habitações com mais de dez pessoas, como foi o caso de Irene, Tati, Patrícia e Dona Jô. Em Presidente Prudente, realizamos 26 entrevistas e em um contexto diferente, apenas Pedro, um aposentado divorciado, contou que morava anteriormente na casa dos pais com outros irmãos, totalizando quase dez pessoas.

Em alguns momentos fomos surpreendidos porque nem sempre as respostas eram o que esperávamos, e revelaram horizontes para além do que estávamos inicialmente pressupondo, ampliando o rol de possibilidades com que vínhamos trabalhando. A importância de a casa estar no nome da mulher, assegurada pelo PMCMV foi uma dimensão vislumbrada apenas no decorrer das entrevistas, visto que muitas das nossas entrevistadas falaram da tranquilidade de assegurar um bem para os filhos e também do

fato de não ser colocada sob pressão para sair de casa mediante alguma briga do casal. Além disso, o alcance de aspectos relacionados à insegurança urbana foi outro tema inicialmente não previsto, mas que vêm assumindo proporções distintas, com diferentes significados, nas novas periferias de cada uma das cidades pesquisadas.

Finalizadas as entrevistas, passamos a etapa de sua transcrição e revisão, observando as premissas e os cuidados que a passagem do texto oral para o escrito necessita, “como advertira Bordieu, essa passagem é crucial. A fala tem seu ritmo próprio e este se perde no texto escrito” (REGO, PINZANI, 2014, p.25). Nas passagens transcritas, como forma de aproximar o leitor do contexto em que as falas foram produzidas, buscamos colocar entre colchetes as perguntas que motivaram tais falas, bem como os gestos e entonações que representavam significativamente aquele diálogo, corrigindo imperfeições dessa passagem oral para a escrita, como forma de não desvalorizar aquilo que estava sendo dito. Além disso, optamos por apresentar o perfil desses cidadãos, com informações sobre composição familiar, local anterior de moradia, renda e locais em que as falas foram realizadas, em pequenos textos nas notas de rodapé²³. Cientes da natureza diversa e densa dessas notas de rodapé, recorreremos a elas para que a fluidez da redação não fosse interrompida, e também:

para direcionar o olhar do leitor para os traços pertinentes que a percepção distraída e desarmada deixa escapar. Eles tem a função de lembrar as condições sociais e os condicionamentos, dos quais o autor do discurso é produto, sua trajetória, sua formação, suas experiências profissionais, tudo que se dissimula e se passa ao mesmo tempo no discurso transcrito, mas também na pronúncia e na entonação, apagadas pela transcrição, como toda a linguagem do corpo, gestos, postura, olhares, e também nos silêncios, nos subentendidos e nos lapsos (BOURDIEU, 1997, p.10 *apud* REGO, PINZANI, 2014, p.25).

De posse desse material, sua decodificação foi realizada em diferentes temas, que buscavam relacioná-los aos questionamentos iniciais de nosso projeto²⁴. Ao todo, um conjunto de 25 temas e subtemas foram categorizados e separados em diferentes arquivos. No entanto, aquilo que estava sendo dito era frequentemente relacionado a múltiplos (mas complementares) aspectos, como por exemplo a relação entre consumo e mobilidade, ou quanto aos principais problemas enfrentados por esses cidadãos nos novos espaços residenciais, que permeavam aspectos decorrentes tanto da distância e dos meios de

²³ Em todas elas, embora cientes de que estamos tratando de fatos ainda muito recentes, optamos pela utilização do tempo verbal no Pretérito Perfeito (simples), em decorrência dessas realidades apresentarem-se de maneira significativamente dinâmicas.

²⁴ Retomados no final desta introdução.

transporte inadequados, quanto de gastos inicialmente não previstos, como a construção dos muros. Assim, o retorno às entrevistas na íntegra e ao contexto de tais falas foi realizado durante todo o processo de escrita da tese, visto que a complexidade inerente à pesquisa qualitativa e ao tratamento das informações produzidas não nos garantem resultados imediatos, a partir de um simples cruzamento de dados, exigindo “tempos longos, tanto na coleta dos depoimentos como na reflexão sobre o material recolhido” (REGO, PINZANI, 2014, p.24).

As entrevistas semi-estruturadas também foram realizadas com agentes bem informados de cada cidade, que tinham como intuito apreender as articulações ocorridas entre Prefeitura Municipal, cidadãos e agentes promotores²⁵ responsáveis pela implantação dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida em Presidente Prudente e São Carlos, visto que é um programa a nível federal, mas articulado a escalas distintas cujos desdobramentos no cotidiano dos moradores apontam diferenças que podem estar relacionadas a atuação municipal. Além disso, foram analisadas diferentes entrevistas realizadas junto aos agentes bem informados de ambas as cidades pelos pesquisadores do Projeto Temático²⁶ ao qual essa tese se vincula. No texto, foram utilizadas as seguintes: 1. com o então prefeito de Presidente Prudente (2009 – 2016), Milton Carlos de Mello “Tupã” (2013); 2. com o consultor do SEBRAE São Carlos, Eduardo Tadeu Rantin (2012 e 2013); 3. com Sandra Mota, docente da UFSCar, que teve efetiva participação na revisão do Plano Diretor de São Carlos (2012). Posteriormente, em 2016, também realizamos uma entrevista aberta com Sandra Motta, com o intuito de apreender suas impressões gerais a respeito dos novos conjuntos habitacionais construídos pelo Programa Minha Casa Minha Vida em São Carlos.

Assim, na composição dessa tese, buscamos “construir uma narrativa que revele a articulação entre dados empíricos e pressupostos teóricos” (REGO, PINZANI, 2014, p.32). Não poderíamos deixar de considerar o significado do acesso a um bem como a casa própria para os mais pobres, visto que “a maioria das medidas que visam combater a pobreza é tomada com base em dados estatísticos, quantitativos ou macroeconômicos. O pobre é, em suma, considerado mero *objeto de políticas públicas*, não *sujeito da política*” (idem, p.35).

²⁵ Quanto aos agentes promotores, nos referimos ao Governo Federal, à Caixa Econômica Federal, às construtoras e demais empresas privadas responsáveis pela execução do PMCMV nas cidades pesquisadas.

²⁶ “Lógicas econômicas e práticas espaciais contemporâneas: cidades médias e consumo”, financiado pela FAPESP e coordenado por Maria Encarnação Beltrão Sposito e Eda Góes.

Embora o PMCMV desde seu início tenha sido anunciado como uma política econômica, que visava amenizar os impactos da crise econômica mundial no Brasil, é inegável seu impacto na vida de milhares de brasileiros, inclusive os mais pobres, com renda de 0 a 3 salários mínimos. No entanto, observamos uma predominância das análises sobre o PMCMV que versam sobre seu impacto econômico ou social, sempre a partir de outros agentes, se desconsiderando àqueles que vivenciam cotidianamente esses espaços. Buscamos, a partir das entrevistas, observações de campo e relatos no *Facebook*, entender como a casa própria poderia realizar um papel para além do acesso a moradia na vida daquelas pessoas, assumindo também outras formas de politização, mesmo que relacionada ao consumo. Entretanto, enfatizamos que “não é nossa intenção (nem foi ao longo da pesquisa) falar em nome dos pobres ou desempenhar o papel de seus representantes. Muito pelo contrário, partimos da ideia de que é necessário ouvir sua voz e deixar que eles próprios descrevam sua situação” (REGO, PINZANI, 2014, p.36).

É inegável a importância da casa própria, que pode ser pesquisada sob diversos enfoques: econômico, social, espacial, histórico. Isso porque ela agrega diferentes significados e valores, visto que é um bem com valor de uso (serve para dar abrigo, fixação) e também um valor de troca (é uma mercadoria). Além disso, possui um componente simbólico e também é um investimento, quer seja como um bem de consumo, ou uma poupança não financeira e ainda uma herança transmissível (BOURDIEU, 2000). Na concepção de Lindón²⁷ (2005, s/n):

a casa representa o ponto de referência básico no qual o sujeito constrói sua relação com o entorno [...], mas também é o ponto de referência com relação ao que está mais além do bairro, a cidade... [...] ainda em situações difíceis as pessoas mobilizam seus recursos e economias para preservá-lo.

Analisando o processo de “insurgência da cidadania democrática” nas periferias da capital paulista, nos anos 1960, e utilizando como procedimento metodológico a Etnografia, Holston (2013, p.27) traz importantes contribuições para a compreensão dos sentidos da casa própria, demonstrando que os moradores das periferias, ao construir e equipar suas casas, “assumiram as identidades sem precedentes de produtores e consumidores da vida urbana”, além disso, “a nova subjetividade das classes

²⁷ Tradução nossa de: “*La casa representa el punto de referencia básico desde el cual el sujeto construye su relación con el entorno, [...] pero también es el punto de referencia con relación a lo que está más allá del barrio, la ciudad.... [...] aun en situaciones difíciles las personas movilizan sus recursos y defensas para preservarlo*”. Retirado de: LINDON, 2005, *op cit*.

trabalhadoras como produtoras e consumidoras da vida urbana respaldou a exigência de novos direitos: direitos de contribuidor à cidade” (idem).

O autor propõe uma tese original sobre o que chama de “cidadania urbana” (HOLSTON, 2013, p.49), ou seja, quando a “moradia urbana é a base da mobilização”, quando há “reivindicações de direito à experiência urbana” e ainda “quando os moradores legitimam essa agenda de direitos e práticas”, sendo que “as experiências vividas nas periferias se tornaram ao mesmo tempo o contexto e a substância de uma nova cidadania urbana”. Com base nessas proposições (idem, p.49), questionamos se esses conteúdos políticos identificados também estariam presentes entre os novos moradores dos conjuntos habitacionais entregues nos últimos anos nas periferias de cidades médias como Presidente Prudente e São Carlos.

Como desdobramento dessa tese, Holston chega a identificar um deslocamento da “luta de classes” para a “luta pela cidade”, como eixo principal do processo a partir do qual, as classes trabalhadoras foram reconhecidas como cidadãs no Brasil. Ele considera que na eleição de 2002,

Lula representava esse Brasil dos trabalhadores exatamente por vir de periferias “autoconstruídas” [...] Em outras palavras, Lula representava não apenas a autoformação individual de uma São Paulo imigrante e industriosa. Ele exemplifica também as experiências coletivas de formação de periferias urbanas e de uma cidadania decorrente em todo o Brasil (HOLSTON, 2013, p.25).

Em função de sua própria experiência, Lula enfatizou desde o início de sua carreira, a importância do consumo para as classes trabalhadoras, em sua relação direta com “o projeto de construção e montagem de uma casa própria no qual o trabalhador pobre tem se empenhado desde a década de 1960” (HOLSTON, 2013, p.26).

Além disso, teriam ocorrido mudanças objetivas e subjetivas, decorrentes desse acesso ao consumo.

Quando passaram a construir e montar suas casas, as classes trabalhadoras assumiram as identidades sem precedentes de produtores e consumidores de vida urbana. Suas casas se tornaram textos legíveis que atestam essa mudança, performances arquitetônicas tanto da aquisição de bens individuais e da competição por status como do drama coletivo de produzir as próprias periferias ao se apropriar e transformar o solo mesmo da cidade. Na condição de construtores de cidade, eles passaram a se compreender como portadores de interesses na cidade, como contribuidores fundamentais para sua economia e sua sociedade (HOLSTON, 2013, p.26-7).

Levando-se em conta as relações necessárias entre tempo e espaço, perguntamos o que mudou desde os anos 1960, e o que diferencia as periferias metropolitanas pesquisadas por Holston, das periferias de Presidente Prudente e São Carlos.

Nessa tese, sem desconsiderar as contribuições de Holston (2013) e em concordância com Lindón (2005), entendemos que as projeções de uma vida melhor a partir da casa própria se refletem em utopias que “são ‘espaciais’ porque essa visão otimista de uma vida melhor se constrói sempre sobre um ‘lugar’, que em essência é um ‘espaço’”²⁸ (LINDÓN, 2005, s/n).

Em uma concepção geral, a casa própria representa uma segurança financeira, visto que ao possuí-la, os cidadãos estarão livres daquilo que costumam considerar como problema: o aluguel. Além disso, devido a popularização e maior acessibilidade dos meios de transporte individuais, em particular os carros e motos, *a priori*, a residência em periferias distantes parece não trazer grandes preocupações a quem está tendo a oportunidade de adquiri-la, gerando assim diferentes graus de capacidade de consumo e apropriação do e no espaço urbano.

Dessa forma, nessa tese temos como escopo analisar os desdobramentos do Programa Minha Casa Minha Vida, materializados no cotidiano dos moradores de conjuntos residenciais implantados no âmbito do referido programa, nas periferias de Presidente Prudente e São Carlos-SP, buscando contribuir assim para a compreensão das mudanças, não apenas dessas periferias, mas das duas cidades médias paulistas.

Nesse sentido, é preciso levar em conta que a produção do espaço urbano, nas cidades brasileiras, vem ocorrendo em descontinuidade, com a implantação de espaços residenciais populares abertos e fechados, mas também de espaços residenciais fechados de classe média e elite, em áreas distantes da malha urbana compacta. Esse processo, além de provocar o encarecimento da vida urbana, devido à distância dos principais equipamentos e infraestruturas, impõe o uso de veículos automotivos como principal meio de deslocamento. Essa extensão do tecido urbano está correlacionada à ampliação da condição de mercadoria da própria cidade, uma vez que, a cada expansão, há mais terra para ser vendida pelo mercado imobiliário.

Além disso, vem ocorrendo o afastamento territorial das atividades ligadas ao consumo, o aumento do uso de veículos automotivos e a melhoria da qualidade dos transportes (há um aumento significativo da mobilidade, embora ela seja estratificada),

²⁸ Tradução nossa de: “*son ‘espaciales’ porque esa visión optimista de una vida mejor se construye siempre sobre la base de un ‘donde’, que en esencia es un ‘espacio’*”. Retirado de: LINDON, 2005, *Op cit.*

valorização das novas paisagens urbanas associadas à imagem do moderno (embora cada vez mais estandardizadas) e ação do Estado associada a interesses econômicos. Desses processos, resulta como atual configuração, os novos centros, subcentros, eixos especializados e ainda os centros antigos, além da valorização dos espaços privados em detrimento dos espaços públicos, lógicas definidas por interesses das atividades de produção e comercialização, mas também, e cada vez mais, por interesses fundiários e imobiliários. A ideologia do crescimento e do desenvolvimento, sustentando essas lógicas e justificando a ação do Estado, não pode ser desconsiderada²⁹.

Os atuais processos de urbanização, nos quais localizações e distâncias adquiriram importância crescente, passaram a constituir situações de vida urbana, em que o diálogo entre as partes da cidade se atenuou ou se rompeu (LEFEBVRE, 1983). Isso vem sendo abordado à luz do conceito de segregação socioespacial, cuja contribuição primordial reside na ênfase conferida ao fato dessa segregação ser uma construção histórica, opondo-se, portanto, à tendência de naturalizá-la (PRÉVOT-SCHAPIRA e PINEDA, 2008), como expresso na origem do conceito, que foi desenvolvido no âmbito da Escola de Chicago, “com as contribuições de Burgess (1967[1916]) e McKenzie (2005[1926])” (SPOSITO, 2013, p.62). Em sua concepção original, “refletia o esforço da Ecologia Humana em transpor teorias, leis e dinâmicas próprias das Ciências Naturais para ler o espaço urbano” (SPOSITO e GÓES, 2013, p.283), sendo que “sua origem esteve associada à ideia de que o uso residencial do espaço urbano resultaria de um processo de competição entre os cidadãos, gerando áreas de grande homogeneidade interna, tanto socioeconômica como cultural” (idem). Algumas décadas depois, esse conceito “foi apropriado e repensado por outras perspectivas teóricas, entre elas a reconhecida como ‘Escola da Sociologia Urbana Francesa’, cuja leitura teve grande importância nos anos 1960 e 1970” (SPOSITO, 2013, p.62). No decorrer dos anos, ao conceito de segregação foram acrescentados adjetivos para distinguir um processo do outro.

Com base nessas referências, entendemos que a segregação socioespacial é um processo e um estado, que se estabelece a partir de um ‘jogo’ social e político³⁰. Ocorre em áreas com baixa diversidade social, quando os moradores de determinadas áreas se diferenciam dos de outras áreas, quando se estabelecem barreiras – materiais ou mentais

²⁹ Escrito com base nas anotações da disciplina “Urbanização e Produção do Espaço”, realizada no Programa de Pós-Graduação em Geografia, em 2012, no módulo proferido pela professora Maria Encarnação Beltrão Sposito.

³⁰ Idem.

– no plano das representações sociais. Uma população está segregada quando é estigmatizada³¹, quando carimba a condição espacial à condição social do sujeito. A segregação socioespacial é resultado de formas de discriminação cuja base é espacial³².

Levando em conta que em pesquisa anterior³³, já citada, caracterizamos os processos de segregação socioespacial em Presidente Prudente e São Carlos, questionamos nessa tese de doutorado, se a convivência entre o velho, representado pela produção de conjuntos residenciais periféricos, e o novo, representado pelo alcance do PMCMV, implicam em mudanças nesses processos.

Desse modo, as seguintes questões nortearam nossas reflexões:

1. Quem são os sujeitos contemplados pelo PMCMV (faixa 1) em Presidente Prudente e São Carlos?
2. Onde moravam anteriormente?
3. Como elaboram (ou representam) a mudança para a “casa própria”? (Conquista, doação, sorte, benção...)
4. A mudança para tais espaços implicou em mudanças nas práticas espaciais? Quais?
5. Quais são as principais implicações de possuir uma casa própria localizada na periferia de uma cidade média?
6. Quais são os principais problemas enfrentados por eles nesses novos espaços residenciais? Quais são as estratégias empregadas para solução desses problemas?
7. Qual a importância que o acesso às redes sociais assume nesses novos espaços residenciais? Possibilitam a conformação de um novo “espaço”, o virtual? Quais suas potencialidades e limites?
9. Há indícios da “insurgência da cidadania” (HOLSTON, 2013) nos depoimentos de seus moradores?
10. Quais foram os critérios utilizados pelo PLHIS (Plano Local de Habitação de Interesse Social) para a escolha das áreas indicadas para construção de conjuntos habitacionais? Eles foram levados em conta nos empreendimentos do PMCMV?

³¹ Embora o conceito esteja fortemente associado aos casos mais comuns de segregação socioespacial, em que alguns segmentos são radicalmente obrigados a se separar, há casos em que o caráter negativo, que decorre dessa separação, não está presente, é então que se caracteriza a autosegregação.

³² Escrito com base nas anotações da disciplina “Urbanização e Produção do Espaço”, realizada no Programa de Pós-Graduação em Geografia, em 2012, no módulo proferido pela professora Maria Encarnação Beltrão Sposito.

³³ OLIVEIRA, Viviane Fernanda de. **Os sentidos da casa própria: condomínios horizontais populares fechados e novas práticas espaciais em Presidente Prudente e São Carlos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

Embora não tenhamos, nesse trabalho, resposta a todas essas questões, a análise de nossas entrevistas realizada com base no referencial teórico permitiu identificarmos evidências que nos possibilitam responder sobre os desdobramentos do PMCMV, tanto no cotidiano dos moradores pesquisados, como no conteúdo dessas novas periferias das cidades médias. A presença marcante da subjetividade neoliberal é o pano de fundo para tal análise, que buscou verificar se há indícios de uma insurgência³⁴ da cidadania tal qual encontrada por Holston (2013), nas periferias metropolitanas da década de 1960. Como resultado, observamos que o acesso à casa própria possibilitou a esses cidadãos uma segurança financeira, ao mesmo tempo que exigiu novas articulações frente aos problemas emergentes decorrentes da localização, do acesso limitado ao comércio, serviços e equipamentos de uso coletivo. Mas há muitas diferenças em relação às velhas periferias. Se anteriormente, o enfrentamento dos problemas possibilitou a mobilização desses moradores, sendo as lutas coletivas para o atendimento de suas exigências a principal forma de sua articulação, nas novas periferias aqui analisadas, há uma linha mais tênue entre reivindicações coletivas e individuais, que passam por soluções ora privadas, ora públicas, conformando uma nova forma de politização, contraditoriamente, pautada no próprio mercado.

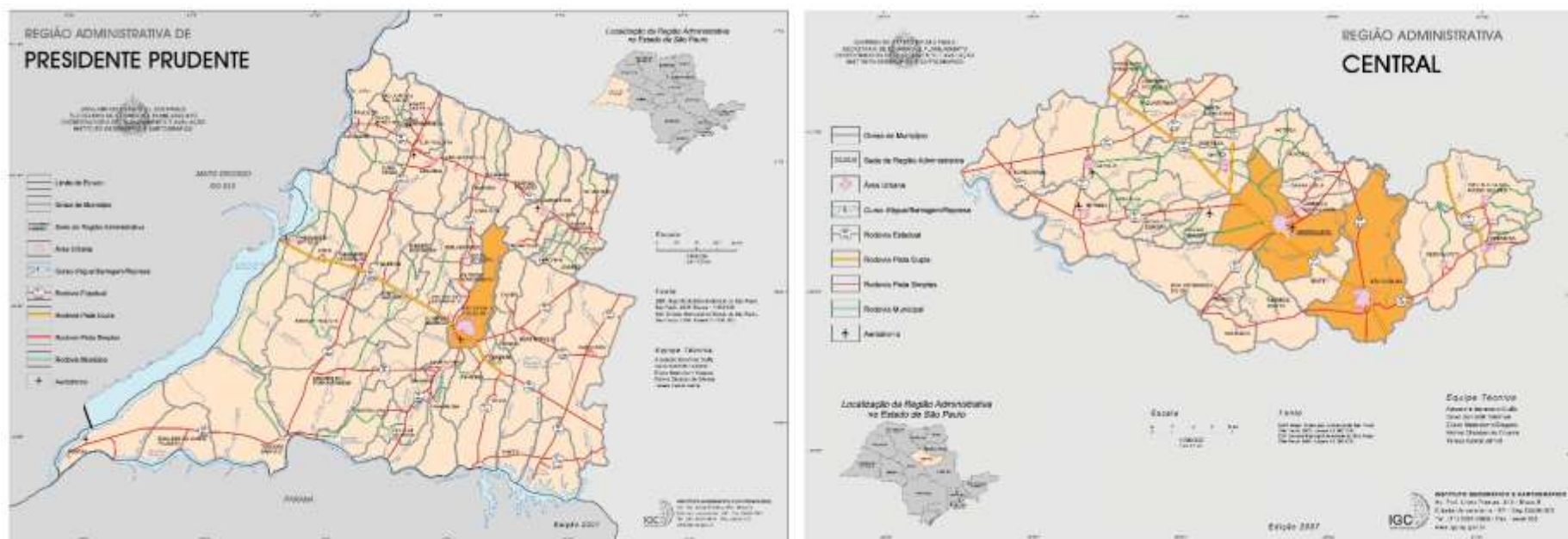
Com o intuito de apresentar nossa análise, elaboramos três capítulos, sendo que o primeiro, busca, a partir dos processos que marcam a constituição histórica, socioespacial e política das duas cidades médias paulistas pesquisadas, demarcar suas semelhanças, diferenças e singularidades, que serão fundamentais para a compreensão dos desdobramentos do Programa Minha Casa Minha Vida no cotidiano dos moradores de cada uma delas. As regras do PMCMV são o eixo condutor do segundo capítulo. Nele relacionamos as regras, avanços e inércias desse programa habitacional com a constituição das novas periferias e seu impacto no cotidiano dos moradores, atentando para as novas práticas e significados no âmbito nacional, evidenciando as responsabilidades dos diferentes agentes envolvidos na sua execução e assim, colaborando para o entendimento dos resultados diferenciados em cada cidade e conjunto habitacional.

O debate sobre a lógica neoliberal permeando as distintas escalas e impactando diretamente as cidades, através das políticas habitacionais, é problematizado no terceiro

³⁴ Estamos entendendo insurgência como aquela ação inicialmente não prevista, na qual a possibilidade de reagir ou mesmo opor-se à determinada situação é consubstanciada, mesmo em contextos tão desfavoráveis como geralmente são as novas periferias por moradores pobres.

capítulo. Para isso, apoiamo-nos nos pressupostos de Dardot e Laval (2016) e nas considerações de Holston (2013) que possibilitaram interpretar os significados e as implicações, sobretudo, da padronização dos projetos e da produção em escala das casas, no cotidiano dos moradores dos conjuntos habitacionais financiados pelo PMCMV. Além disso, o papel da casa própria para esses cidadãos é interpretado criticamente enquanto o mito (LINDÓN, 2005), por um lado, e, por outro, a partir dos muitos problemas que permeiam o cotidiano de seus moradores, cuja solução contém o potencial de politização inerente às reivindicações coletivas.

1 - Presidente Prudente e São Carlos: semelhanças, diferenças e particularidades



MAPA 1 - Situação geográfica da Região Administrativa de Presidente Prudente.

MAPA 2 - Situação geográfica da Região Administrativa Central – com destaque para as cidades sede São Carlos e Araraquara.

Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico – IGC. Disponível em: <http://www.igc.sp.gov.br/centraldownloads/index.html>.

Nesse capítulo, temos por objetivo apresentar os processos que marcam a constituição histórica, socioespacial e política dessas duas cidades médias paulistas, com o intuito de demarcar suas semelhanças, diferenças e singularidades, que serão fundamentais para a compreensão dos desdobramentos do Programa Minha Casa Minha Vida no cotidiano dos moradores de cada uma delas.

Localizado no extremo oeste do estado de São Paulo, o município de Presidente Prudente possui 207.625 habitantes e São Carlos, na Região Administrativa Central, possui 221.950 habitantes. Inicialmente escolhidas tanto pela possibilidade de perscrutar cidades médias que “são, não apenas menores demográfica e territorialmente, que as metrópoles, mas, sobretudo, menos complexas em suas estruturas espaciais, tanto no jogo político encetado por seus diferentes sujeitos sociais, como na produção e representação de valores e práticas espaciais” (SPOSITO e GÓES, 2013, p.287), como pelos seguintes aspectos comuns e diferentes entre elas, identificados em pesquisa anterior (OLIVEIRA, 2015), que potencializam a sua comparação: 1. as duas cidades possuem tamanhos populacionais semelhantes, mas localizações diferentes, assim como desempenham diferentes papéis na rede urbana (SPOSITO e GÓES, 2013) (MAPAS 1 e 2); 2. possuíam, respectivamente, de acordo com seus Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS), um *déficit* habitacional básico quantitativo semelhante, respectivamente de 3.766 e 3.607 unidades habitacionais em 2000; 3. em ambas, através de seus planos diretores, o poder político municipal atuou, ao longo do tempo, na legalização de loteamentos irregulares, embora haja pequenas diferenças em relação à expansão territorial urbana de cada uma, como apresentaremos no subitem 2 deste capítulo. 5. Um último aspecto preliminarmente observado é que em ambas, os conjuntos habitacionais destinados aos segmentos da faixa 1 do PMCMV³⁵ estão concentrados em áreas específicas, sendo o setor sul para São Carlos, com um total de 2.792 unidades habitacionais e o norte para Presidente Prudente, com 3.464 unidades habitacionais, ambos periféricos e distantes do centro, das instituições de ensino superior e espaços de consumo.

³⁵ Horizontais e abertos, em ambas.

1.1. Constituição Histórica

Constituídas em períodos históricos distintos, Presidente Prudente e São Carlos assemelham-se quanto a importância econômica que o café exerceu na produção inicial destes espaços urbanos, pelo papel desempenhado por seus fundadores e por sua atual configuração populacional, ainda que com algumas diferenças e particularidades que serão evidenciadas ao longo desse primeiro subitem.

A constituição de São Carlos remonta à política colonial portuguesa. Sua localização, no novo caminho para as minas de Goiás³⁶, despertou o interesse de Carlos Bartholomeu de Arruda Botelho, que já “era dono de grande parte das terras dos sertões de Araraquara” (LIMA, 2007, p.28) e fora “chamado pelo capitão-general de São Paulo para supervisionar os trabalhos de abertura da nova estrada” (idem). Em 1785, requisitou³⁷ a primeira das três sesmarias que viriam a compor as terras do município, a sesmaria do Pinhal. As outras duas sesmarias, Monjolinho correspondente à parte noroeste da cidade, e a do Quilombo, na região do atual distrito de Santa Eudóxia foram respectivamente concedidas em 1820 a João Alves de Oliveira, e em 1812 ao capitão Demétrio José Xavier (LIMA, 2007). Em 20 de abril de 1857, passou a existir oficialmente como Distrito de Paz de São Carlos do Pinhal, em 1858, foi criada a freguesia de São Carlos do Pinhal, em 1865, elevado à categoria de vila (idem, p.26), e em 1880 à condição de município (FERREIRA, 2007).

Presidente Prudente, por sua vez, foi inicialmente nucleada por dois coronéis, sendo eles o Francisco de Paula Goulart, que em 1917 saiu da cidade de Assis-SP, onde morava, até tais terras – irregulares - herdadas de seu pai, para abrir uma fazenda, a fim de explorar café e cereais com um grupo de trabalhadores sertanejos. Em 1919, outro coronel, o José Soares Marcondes, iniciou suas atividades na Alta Sorocabana, como agente de negócios, vendendo terras do quinhão de Dr. Amador Nogueira Cobra³⁸. O município foi oficialmente sancionado em 1921, pelo Presidente Washington Luís, “tornando-se a lei nº1798 de 28 de novembro de 1921” (ABREU, 1972, p.93),

³⁶ Conhecido como Picadão de Cuiabá, que partia de São Paulo, passando por Sorocaba, e seguia no sentido noroeste, atingindo Rio Claro e os sertões de Araraquara.

³⁷ Posteriormente, outros dois filhos também requereram sesmarias, as quais tinham limites pouco precisos (LIMA, 2007).

³⁸ Um advogado, que recebeu como honorários dos antigos “proprietários” uma porção de terras de 10.000 alqueires, grilados – porque nunca se conseguiu a legitimação de tais terras - em frente ao lugar onde depois surgiu a estação de Presidente Prudente da Estrada de Ferro Sorocabana. Desse montante, Marcondes vendeu 4.700 alqueires, e adquiriu para si próprio cerca de 500 alqueires. Para maiores detalhes, ver Abreu (1972).

Assim, embora apenas quarenta anos diferenciem a elevação à condição de município dessas cidades, o processo histórico de São Carlos foi mais lentamente desenvolvido, enquanto Presidente Prudente levou apenas cinco anos para alcançar essa condição jurídica. Tal fator pode estar relacionado ao caráter empreendedor com que Presidente Prudente fora desde o início nucleada. Seus coronéis possuíam o domínio das terras que estavam divididas a partir do espigão em que estava construída a ferrovia da Alta Sorocabana, sendo a leste os pertencentes ao coronel Marcondes e a oeste ao coronel Goulart (ABREU, 1972; SPOSITO, 1984).

Ao possuir a informação do local em que se construiria a futura estação da estrada de ferro, Goulart pediu ao engenheiro da obra que projetasse um núcleo urbano defronte à mesma, que fez um traçado separando a fazenda e a cidade, sendo essa a base do arruamento futuro do núcleo, atualmente denominada de Avenida Washington Luiz. A partir dela, foram planejados 25 quarteirões de 88 por 88 metros, limitados por 4 avenidas³⁹, que conformam as principais avenidas de ligação⁴⁰ entre o centro e os bairros localizados a oeste da ferrovia. Parte dos terrenos eram vendidos, sendo alguns pagos parcialmente, outra parte fornecida gratuitamente: a exigência era a de que se construísse logo, pois sua intenção era de que a cidade crescesse depressa, possibilitando maiores lucros com a venda dos lotes rurais. A construção da capela no fim da vila demarca essa característica: obrigava as pessoas a circular pela via e a fazer benfeitorias (ABREU, 1972).

O coronel Marcondes, por sua vez, contratou o agrimensor prático Francisco Cunha para a medição e divisão dos lotes, que ficavam à leste da ferrovia, ou seja, do lado oposto à Vila Goulart (MAPA 3). Como o objetivo primordial dos compradores era o cultivo do café, Marcondes recomendou a esse agrimensor que todos os lotes tivessem uma parcela de terras altas e água para pasto. O comprador recebia um contrato de compromisso de compra e venda; ao quitar a dívida, a escritura definitiva era fornecida. Todos os lotes tinham terras para café, para pasto e saída independente, o que evitava conflito com os vizinhos. Com o sucesso nas vendas, Marcondes ampliou seus negócios, fundando em 1920 a Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio⁴¹, que

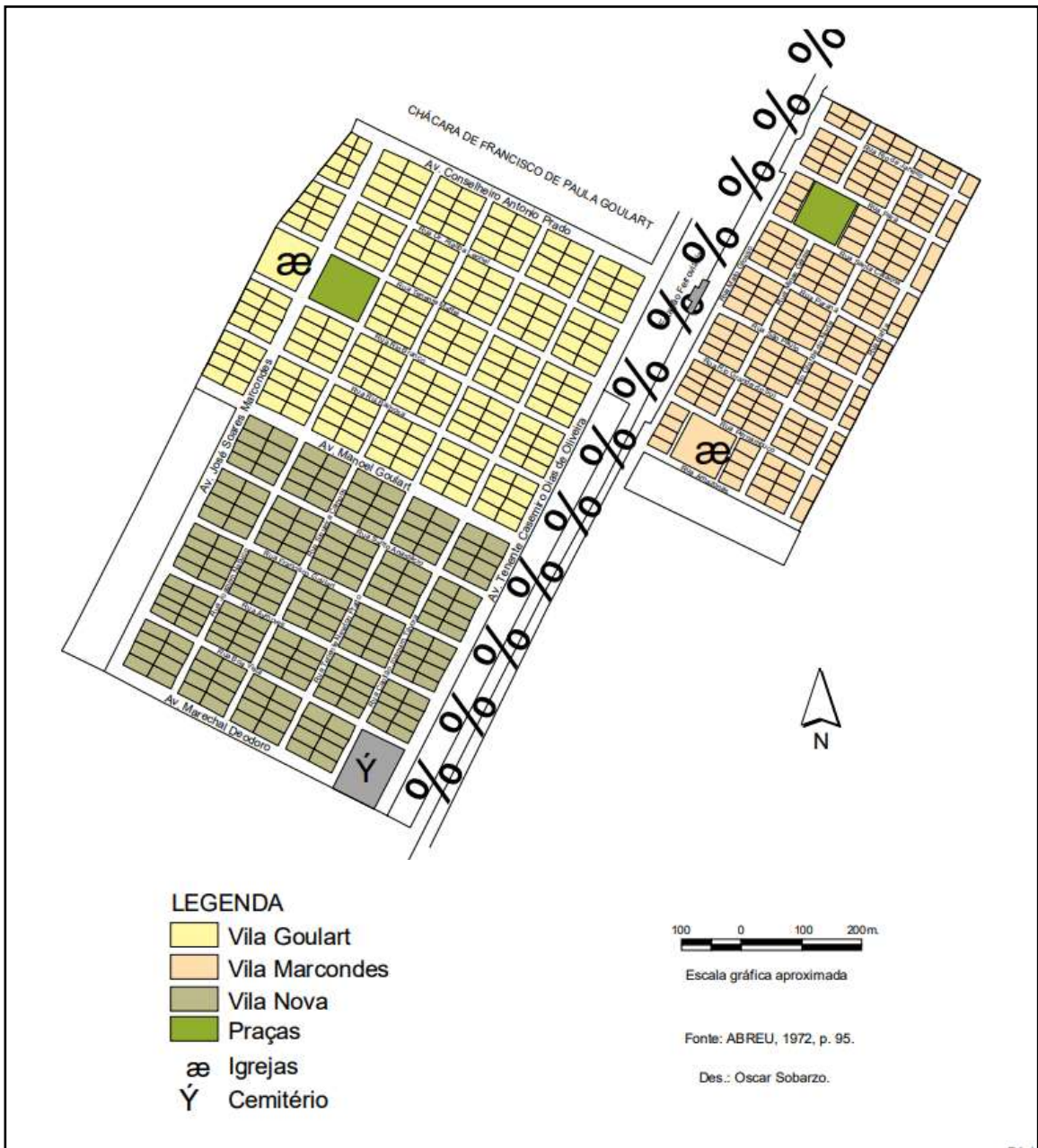
³⁹ Posteriormente, com o avanço das vendas, Goulart solicitou que o traçado fosse replicado, conformando a Vila Nova, que possuía as mesmas dimensões e quantidade de quarteirões da Vila Goulart.

⁴⁰ Sendo essas: em paralelo à Avenida Washington Luís, a Avenida Manoel Goulart e em perpendicular a essas às avenidas Coronel José Soares Marcondes e Brasil, formando o quadrilátero central.

⁴¹ Cujas instalações foram posteriormente ocupadas pelas Indústrias Matarazzo, de 1937 até a década de 1970, quando em todo o país começou o declínio do complexo industrial. Os galpões ficaram por muitos anos abandonados e desocupados, o que gerou uma movimentação reivindicatória. O primeiro passo foi o

possuía sua sede na capital, e através de intensa propaganda em jornais, boletins e cartazes, difundia a esperança de ficar rico, através do plantio do café nas terras da Alta Sorocabana, num processo de valorização da terra em virtude da marcha do café (ABREU, 1972).

tombamento do imóvel e toda a sua área, efetivado em 1987, pelo Decreto do Executivo Municipal n. 6.128. Apenas em 2007 sua compra foi realizada pela Prefeitura Municipal, a qual o transformou no Centro Cultural Matarazzo, que contempla cursos de formação artístico/cultura, projetos diversos, salas de cinema com programação especial e gratuita, o teatro Paulo Roberto Lisboa, a escola municipal de artes Professora Jupyra Cunha Marcondes e a biblioteca municipal. Retirado de: <http://www.culturapp.com.br/index.php/equipamento/centro-cultural-matarazzo/>.



MAPA 3 - Disposição da Vila Goulart e Vila Marcondes, em Presidente Prudente.

Fonte: Retirado de: Sobarzo Miño (2005, p.41). Disponível em:

https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/105050/sobarzomino_oa_dr_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

Ao contrário de Presidente Prudente, o primeiro povoado do município de São Carlos surgiu de forma espontânea, às margens do Córrego Gregório, que era um dos pontos de repouso de tropas que seguiam para a região das minas.

Parte do nome original da cidade de São Carlos, que anteriormente incluía “Pinhal”, é atribuído aos extensos bosques naturais de pinheiros de araucária na qual suas terras estavam situadas. O nome “São Carlos” pode ser devido à devoção de Carlos José

de Arruda Botelho⁴², conhecido como Botelhão, à São Carlos Borromeu, uma vez que doou à Igreja uma parte de suas terras para a construção de uma capela ao santo protetor, próximo ao antigo pouso das tropas, evidenciando interesses econômicos e políticos para além de fins religiosos, como argumenta Lima (2007, p.25):

A doação de terras para a Igreja nem sempre era feita sem nenhum interesse, pois era comum que essa doação trouxesse prestígio aos doadores, além de vantagens materiais, pois nos arredores da capela passavam a se instalar residências e estabelecimentos comerciais que aumentavam o movimento do local, atraindo cada vez mais interessados em viver ali. Esse movimento, em longo prazo, criava “a possibilidade de venda de lotes no entorno do patrimônio, para chácaras e outras moradias” (BRIOSCHI, *Op. cit.*, p. 80). Em São Carlos, isso de fato acabou acontecendo, embora o usufruto dessas vantagens tenha sido dos herdeiros da sesmaria do Pinhal, uma vez que Carlos José faleceu antes da inauguração da capela.

Entre 1858 e 1869, sua área urbana era formada por sete quarteirões, localizados ao sul do pátio da capela. A partir de doações do proprietário da sesmaria do Monjolinho, em 1868, a cidade se estendeu ao norte, chegando em 1888 a medir “260 hectares, área correspondente à atual região central da cidade” (LIMA, 2007, p.40), sendo habitada por um pequeno povoado e com uma “vida urbana ainda pouco movimentada, pois a maioria da população vivia no campo” (idem) (IMAGEM 4).

⁴² Filho mais novo e herdeiro de Carlos Bartholomeu de Arruda Botelho, que tinha a posse da sesmaria do Pinhal.

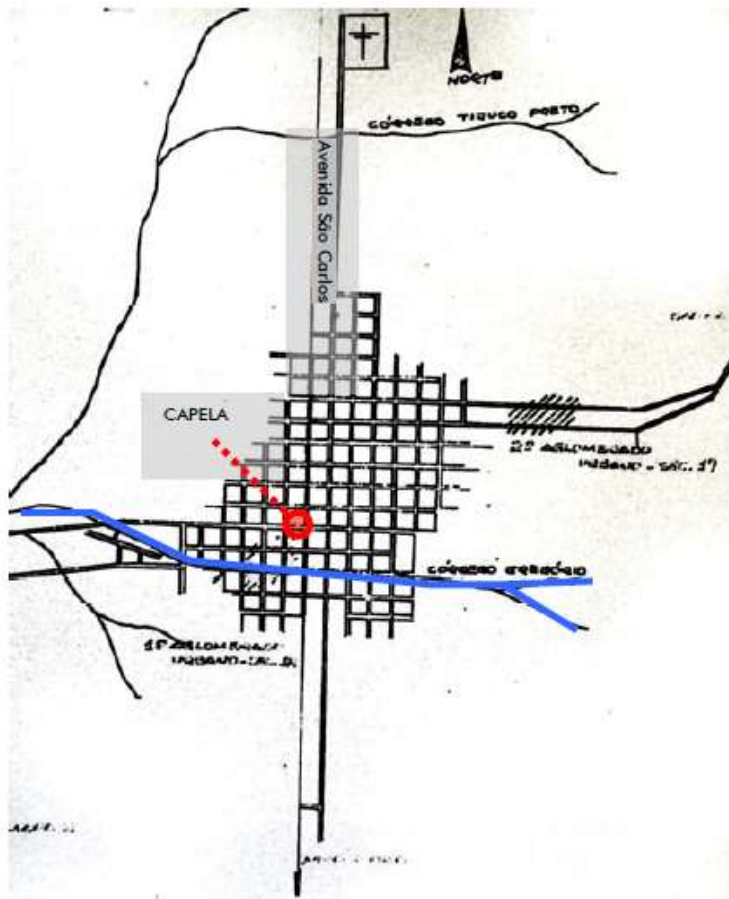


IMAGEM 4 - Planta do núcleo urbano de São Carlos até 1888.

Fonte: Amador (1985, s/p.) *apud* Lima (2007, p.40).

O café também foi a principal fonte econômica durante os primórdios de São Carlos, sendo “o primeiro cafezal nas terras do município formado por cinco mil pés, plantado por Carlos José de Arruda Botelho, em 1840” (LIMA, 2007, p.29). A ferrovia foi fundamental para escoar sua produção, sendo inaugurada anos mais tarde, em 1883, a linha que ligava São Carlos à capital e ao porto de Santos, sendo o trem “decisivo para a transformação da cidade: aproximou a área rural da urbana, dinamizou o escoamento da produção de café e facilitou a ligação do município com a capital e com outras cidades da região. Com isso, a vida urbana se modernizou e a cidade passou a atrair novos habitantes” (LIMA, 2007, p.29).

De acordo com essa autora, em São Carlos, o processo de industrialização teve início durante o ciclo do café, com pequenas fábricas para dar suporte à sua produção e manutenção das ferrovias. Além disso, com a chegada dos imigrantes europeus, que “possuíam conhecimento técnico fabril, trazidos de seus países de origem” (idem, p.34),

“muitas das novas fábricas foram criadas pelos próprios imigrantes”, com um crescimento de 110 estabelecimentos industriais em 1894 para 183 em 1924.

Dessa forma, se o café teve papel fundamental na conformação dessas duas cidades, a diferença temporal na conformação de seus espaços urbanos e o processo de industrialização em São Carlos já na primeira metade do século XX, ocasionou impactos diretos tanto na forma como ocorreu a produção das suas periferias, como na atração das universidades, conforme apresentaremos no subitem a seguir.

1.2. Contexto Socioespacial

Consideramos que alguns aspectos relacionadas a posição geográfica, ao papel exercido por cada uma dessas cidades bem como às leis (ou sua ausência) que (des)controlaram a expansão urbana, além da influência da presença de cursos de níveis de prestígio diferenciados nas suas universidades públicas, compõem um mosaico que nos ajuda a entender o processo de formação do espaço urbano dessas cidades e de suas periferias, diretamente relacionados a níveis diferentes no que tange aos processos de segregação e fragmentação socioespacial.

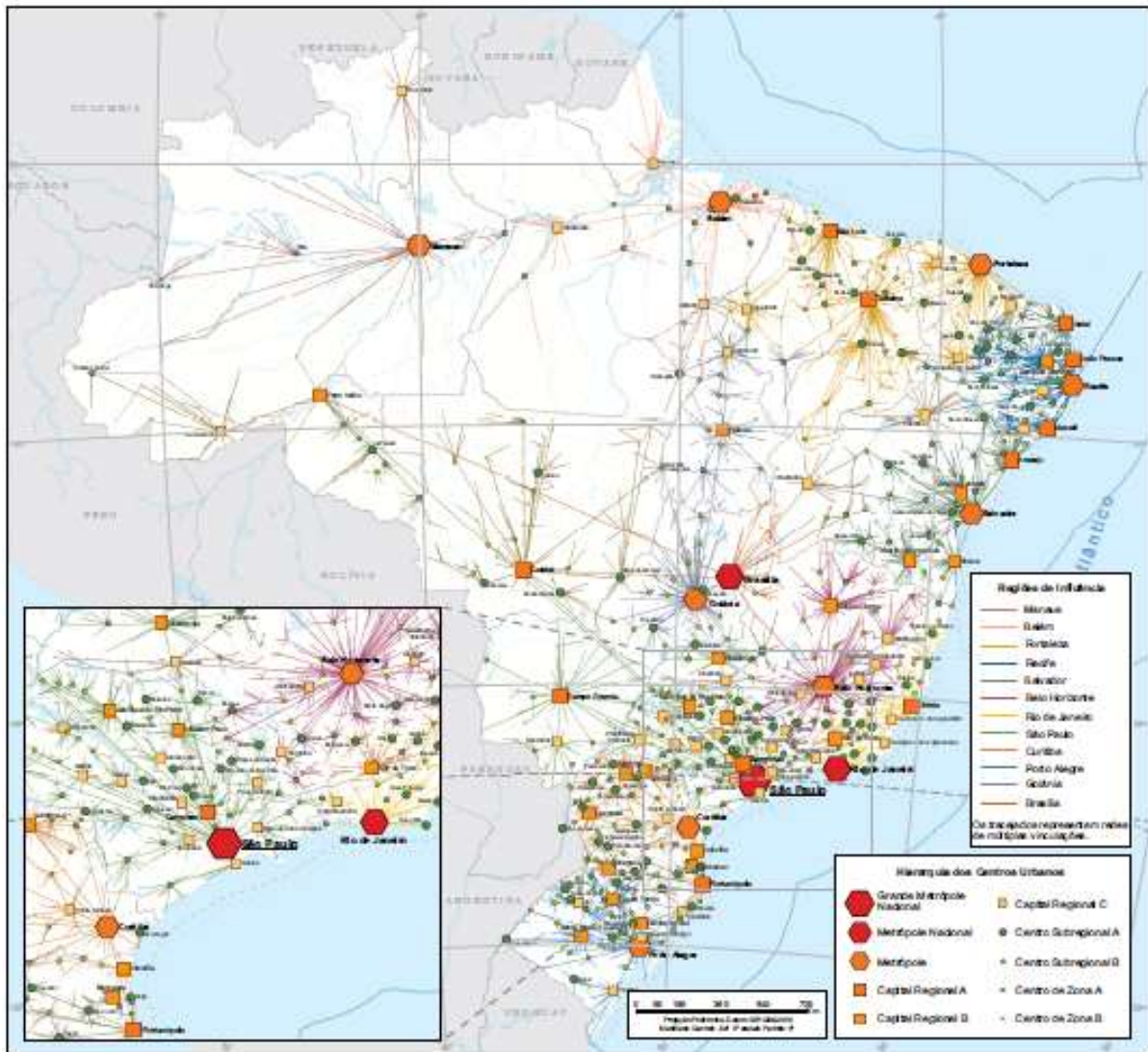
Presidente Prudente é entendida como cidade média, por concentrar papéis e funções na rede urbana, visto que possui tamanho maior do que as que estão ao seu redor, além da distância de outras cidades de mesmo porte e de suas características intra-urbanas. Nesse sentido, se diferencia de São Carlos que, embora exerça importantes papéis e funções urbanas, sua proximidade de outras aglomerações, como Araraquara e Ribeirão Preto, relativiza sua importância na rede urbana, pois divide esses papéis com outras cidades, sem concentrá-los. Sposito e Góes (2013, p.36) caracterizam essa diferença entre os papéis na rede urbana de cada uma dessas cidades:

É notória a maior centralidade interurbana de Presidente Prudente, única cidade no Sudoeste paulista, num raio de ao menos 150 km, a oferecer bens e serviços em níveis suficientes para polarizar 57 cidades de menor tamanho populacional e de menor complexidade funcional. Na posição de menor centralidade interurbana está São Carlos, cuja localização muito próxima de outras cidades de porte semelhante ou maior (Araraquara, Americana, Rio Claro, Limeira e Ribeirão Preto) reduz sua capacidade de polarização.

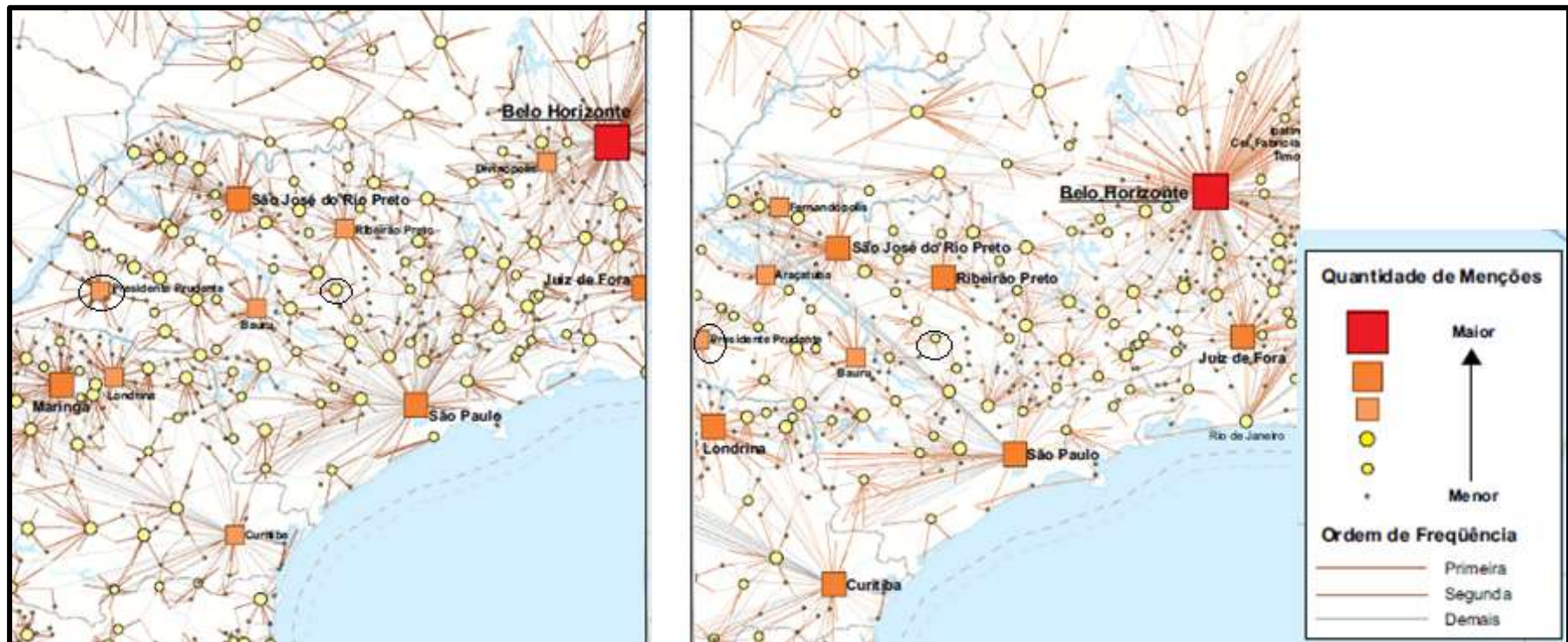
De acordo com os dados da Regic (2007) sobre a Rede urbana brasileira (MAPA 4), na hierarquia dos centros urbanos⁴³, Presidente Prudente, junto com outras 38 cidades, com medianas de 250 mil habitantes e 162 relacionamentos, constitui o grupo denominado Capital Regional C. São Carlos, por sua vez, junto com outras 84 cidades, com medianas de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos, compõe o Centro Subregional A.

Presidente e Prudente e São Carlos, quando analisadas a partir de São Paulo, como matriz da região de influência, desempenham diferentes papéis na rede urbana. São Carlos hierarquicamente influencia outros sete centros locais e Presidente Prudente 25 centros locais, 5 centros de zona B e 2 centros de zona A. Com o intuito de visualizarmos o papel dessas cidades na rede urbana, selecionamos algumas variáveis da Regic, como deslocamento para compras e para o lazer (MAPA 5), que evidenciam uma maior complexidade de Presidente Prudente quando comparada à São Carlos.

⁴³ Definida a partir da “classificação dos centros de gestão do território, a intensidade de relacionamentos e a dimensão da região de influência de cada centro, bem como as diferenciações regionais” (REGIC, 2007, p.11).



MAPA 4 – Rede Urbana – Brasil – 2007.
Fonte: REGIC, 2007.



MAPA 5– REGIC. Resultados intermediários para: 1. Deslocamento para compras; 2. Deslocamento para o lazer.
Fonte: REGIC, 2007.

Em entrevista⁴⁴ realizada em 2016, Milton Carlos de Mello Tupã, então prefeito de Presidente Prudente, evidencia a localização geográfica da cidade, próxima aos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, e sua relativa distância de outras cidades de porte aproximado, detalhando seu papel de mediadora no oferecimento de comércio e serviços junto à outras cidades, o que corrobora os dados anteriormente apresentados:

Eu vejo a nossa cidade que ela se solidifica mais como uma **cidade prestadora de serviços**, eu conheci aqui como estudante em 1981, eu já conhecia a cidade como **polo universitário** e me formei aqui, [...] aonde a gente vai, principalmente nos outros municípios, as pessoas veem Prudente como uma **sede regional**, nós temos pesquisas que não foram feitas pela Prefeitura [...] mostrava que 60, 70% dos **frequentadores do shopping eram pessoas da região**, isso foi confirmado também pelas grandes redes de atacadistas que se instalaram na cidade. [...] Mas é importante relatar que, primeiro, Prudente está na **divisa com dois estados**, nós temos algumas dificuldades em questão de infraestrutura rodoviária, mas somos abastecidos por **voos até São Paulo**, então desde este ano tem chamado atenção para o número de empresas que tem procurado a Prefeitura para se instalar, junto com isso tem muitas empresas que estão seguindo o ramo da cana de açúcar. [...] **a prestação de serviços médicos e odontológicos** é excelente, são referências, talvez não qualidade por parte do governo, mas os profissionais são ótimos, que as pessoas dos outros municípios venham até aqui. [...], existem alguns municípios que, por exemplo, a divisão da área da saúde, que se não me engano até Flora Rica pertence já Prudente, a as outras pertencem a Marília. Mas as pessoas, elas já **saem da rede pública para a rede particular e vem até aqui, para consumir**. [Milton Carlos de Mello “Tupã” - Prefeito Municipal de Presidente Prudente entre 2009-2016, entrevista realizada em 22/03/2016]

São Carlos, por sua vez, embora influenciada pela densidade da rede urbana na qual está localizada, destaca-se pelo papel exercido pela atividade industrial. Já na primeira metade do século XX, o processo de industrialização foi impulsionado pela grande quantidade de imigrantes europeus que ali chegaram (TABELA 1) e que, além de possuírem o conhecimento técnico fabril, “passaram a compor uma massa de trabalhadores livres e assalariados que provocou o imediato crescimento do mercado consumidor interno” (LIMA, 2007, p.34). Algumas dessas famílias vieram com capital suficiente para investir nessa indústria, criando muitas das novas fábricas que ali se instalaram.⁴⁵

⁴⁴ Entrevista realizada por Maria Encarnação Beltrão Sposito, Nécio Turra Neto e Marcio José Catelan, no âmbito do Projeto Temático “Lógicas econômicas e práticas espaciais contemporâneas: cidades médias e consumo”, gentilmente cedida pelas coordenadoras do projeto.

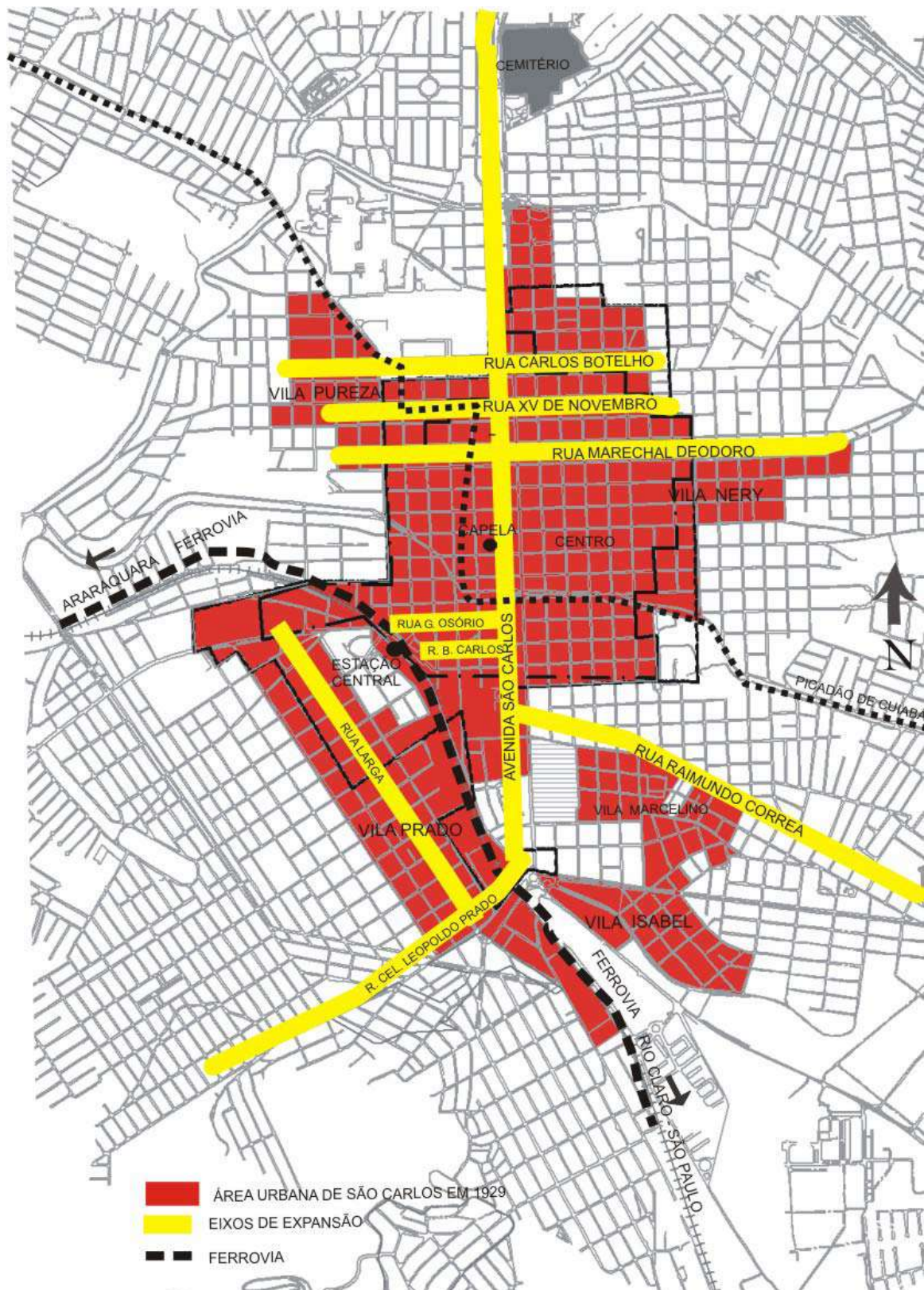
⁴⁵ Entre elas, a Antônio Narvaes & Cia, de 1897; a Indústria Giometti de 1914; a Companhia de Fiação e Tecidos São Carlos, de 1911 e a fábrica de lápis, que se tornaria a Johann Faber, fundada em 1926 (LIMA, 2007).

Origem	Nacionalidade	Número de pessoas	Porcentagem
Exterior	Italianos	10.396	85,53%
	Espanhóis	1.356	
	Portugueses	886	
	Austriacos	447	
	Alemães	211	
	Polacos	119	
	Franceses	3	
Brasil	Brasileiros pretos (*)	1.242	14,47%
	Brasileiros brancos	1.028	
	TOTAL	15.688	100%

TABELA 1- Composição da população rural (1899) –município de São Carlos.
Fonte: Lima (2007).

Esse processo teve impacto tanto na produção de sua periferia como na atração das universidades, uma vez que os primeiros bairros fora da malha urbana central – Vila Nery, Vila Pureza, Vila Izabel e Vila Prado (MAPA 6) – surgiram em 1889, em processo de periferação (FERREIRA, 2007), “ocorrendo um crescimento da área urbana de 47,37% em apenas quatro anos” (LIMA, 2007, p.42), ocupados por “operários qualificados, funcionários especializados de qualificação média e pequenos comerciantes” (LAVANDEIRA, 1999, p.73).

Esses bairros, separados pela linha férrea, eram inicialmente ocupados por operários, majoritariamente em moradias alugadas e “devido ao alto preço destinado ao aluguel, uma parcela da população passou a ocupar espaços que se caracterizavam por condições de higiene precária, os denominados cortiços” (DOZENA, 2001, p.100). Embora houvesse nesses espaços condições razoáveis de moradia, como a praça, a igreja e o cinema, correspondiam à periferia da época, no mais arraigado sentido do termo, “com forte conotação social, [...] em porção próxima aos limites externos da área edificada, onde predomina a ocupação residencial pelas camadas mais pobres da população, estabelecida ali de modo bastante precário” (LANGENBUCH, 2002, p.89). Por outro lado, o código de posturas de 1929 determinava um quadrilátero central, no qual “só poderiam ser construídos sobrados” (LIMA, 2007, p.57), o que significou “a criação de uma área com uso restritivo, sendo provavelmente realizado para garantir o alto padrão do centro da cidade, que era o local de residência da elite” (idem).



MAPA 6- Mapa da área urbana da cidade de São Carlos formada entre 1857 e 1929, com os principais eixos de expansão do período.
Fonte: Lima (2007).

Outro fator que influenciou nos eixos de expansão de São Carlos, diretamente relacionado à proeminência da atividade industrial, foi a criação da Escola Industrial⁴⁶, em 1932 e a Escola de Engenharia de São Carlos, EESC, ligada à Universidade do Estado de São Paulo (USP), em 1948, as quais atraíram profissionais qualificados, “provenientes de várias regiões do país, que transferiram residência para o município” (LIMA, 2007, p.71), e passaram a residir nos loteamentos Cidade Jardim e Jardim Santa Paula, próximos à Escola de Engenharia de São Carlos. Em 1970 iniciam-se os cursos de Engenharia de Materiais, pioneiro na América Latina, e Licenciatura em Ciências, hoje extinto na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, primeira universidade federal do estado de São Paulo no interior. Atualmente, o campus de São Carlos da UFSCar concentra 39 cursos de graduação presenciais, 43 cursos de pós-graduação *lato-sensu* e 63 *stricto-sensu*. Juntas, USP São Carlos e UFSCar, concentram os mais variados cursos da área de engenharias, entre eles, engenharia aeronáutica, ambiental, civil, materiais e manufatura, produção, elétrica, mecânica, mecatrônica, computacional, além de medicina, arquitetura e urbanismo etc.

A existência de tais universidades públicas não influenciou apenas no eixo de expansão norte-sul da cidade, mas também no perfil econômico da população atraída para a cidade, como nos contou Eduardo Rantin⁴⁷, consultor do Sebrae, quando expressa na palavra *bala* o arsenal financeiro e intelectual necessário para cursar essas universidades:

Vocês conhecem as duas universidades que nós temos aqui em São Carlos? **A expansão que os dois campus tiveram nos últimos anos, refletem a capacidade de compra do consumidor na cidade, [...] que eu imagino que na média seja classe A, [...] aí isso é puxado para um aumento no aumento nos cursos de pós-graduação e de graduação que traz uma quantidade enorme de alunos, com um perfil diferenciado, isso não é empírico, isso está saindo da minha cabeça, mas se você comparar o perfil do aluno médio da USP com o campus mais remoto da Unesp por exemplo ou se a gente for fazer uma análise social, vai dar uma diferença brutal, porque esses alunos entram em um padrão de competição, onde a gente não precisa entrar em sociologia, mas o Brasil continua sendo desigual e vai ser desigual por mais provavelmente cem anos, a gente não resolve determinadas coisas. Para você entrar em determinados cursos aqui em São Carlos, você tem que chegar com uma bala muito grande e isso puxa o padrão médio dos alunos.** (Hoje, você) não só não estaciona dentro da universidade, como você não estaciona mais no entorno, eu acho que

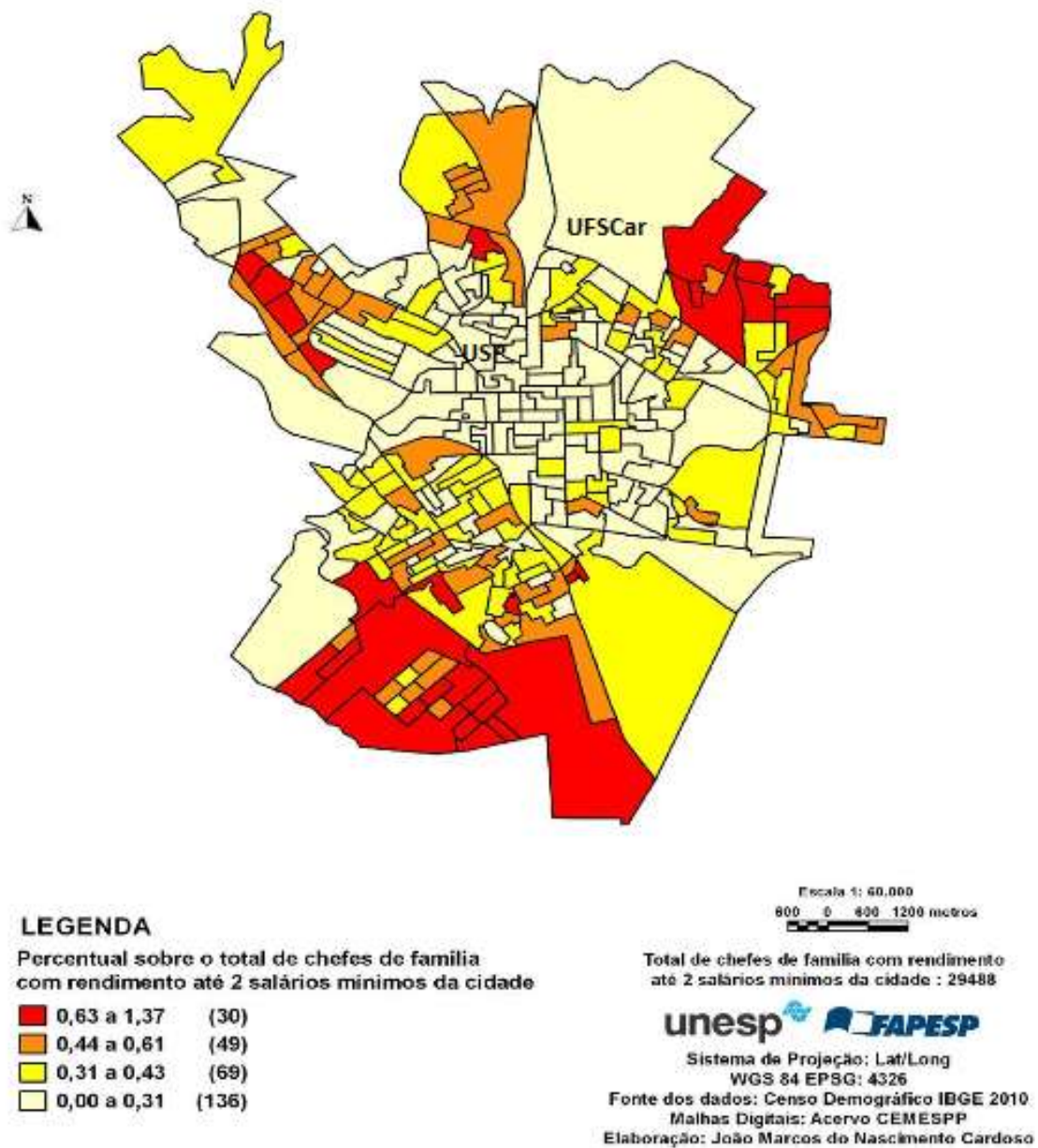
⁴⁶ Posteriormente denominada Escola Técnica Federal Paulino Botelho, “como parte da política nacional de industrialização para qualificação da mão-de-obra industrial, configurando importante centro de formação da mão-de-obra operária da cidade” (LIMA, 2007, p.68).

⁴⁷ Entrevista realizada por Willian Ribeiro da Silva e Luciano Antônio Furini, no âmbito do Projeto Temático “Lógicas econômicas e práticas espaciais contemporâneas: cidades médias e consumo”, gentilmente cedida pelas coordenadoras do projeto.

isso reflete em um padrão de mudança. A cidade que se desenvolveu **em um primeiro momento nesse eixo, norte e sul acabou nos últimos, eu acho que de vinte cinco anos para cá, ganhou uma cidade nova**, eu acho que é tipo extremo sul, que tem um lugar na chamada Cidade Aracy. [Eduardo Tadeu Rantin, Sebrae São Carlos, 26/10/2012]

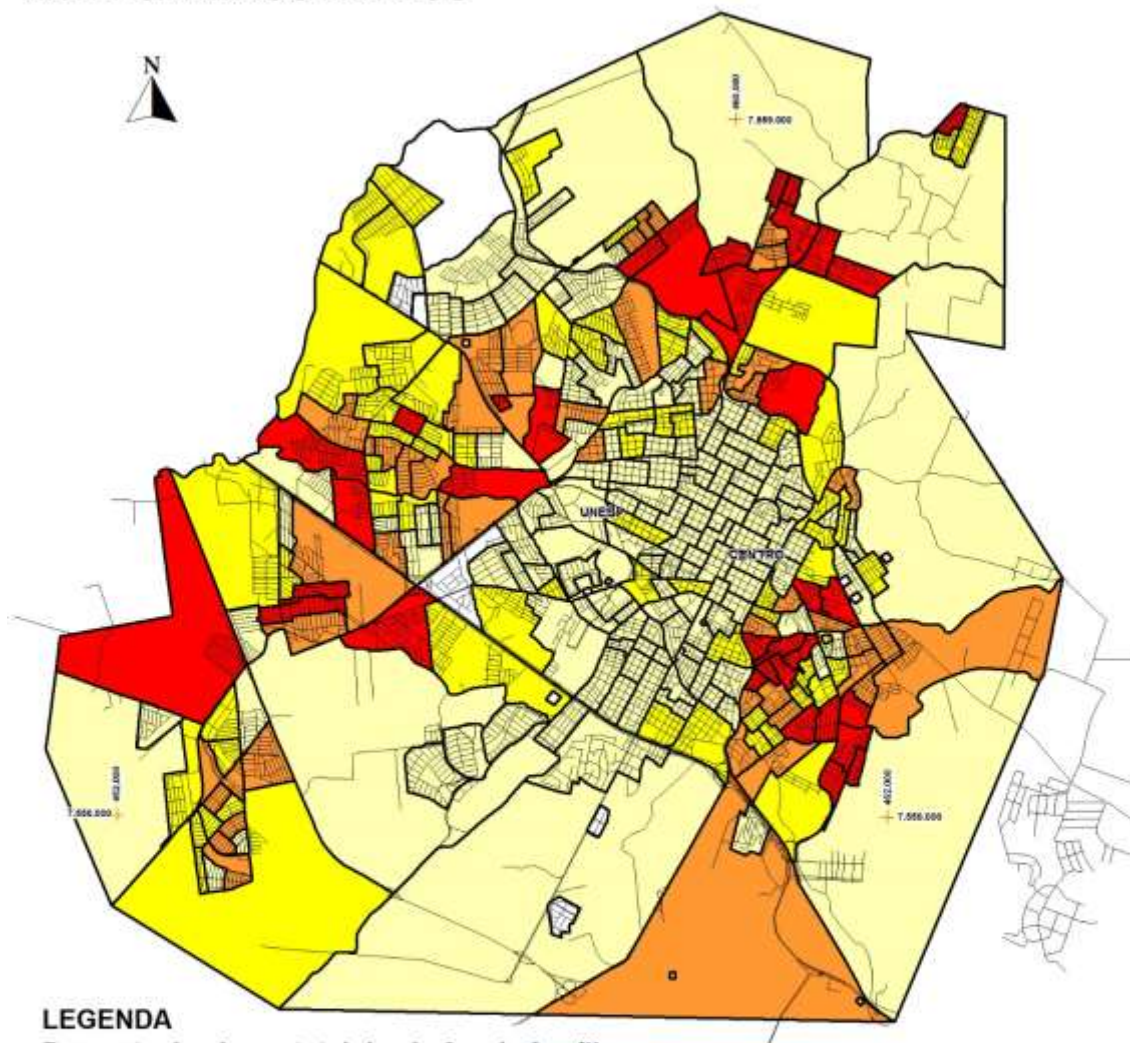
A partir do mapa dos chefes de família com o rendimento de até 2 salários mínimos em São Carlos (MAPA 7), observamos três áreas bem demarcadas na cidade que concentram uma população de menor poder aquisitivo, com destaque para o extremo sul, também reforçado por Eduardo, todos nos limites extremos da cidade. Quando comparamos com Presidente Prudente (MAPA 8), tal indicador aparece diluído por diversas áreas, contornando a cidade, mas imbricadas a áreas de rendas diferenciadas. Nessa tese, demarcar tais diferenças é fundamental, visto que durante nossas entrevistas com cidadãos e agentes bem informados, foi recorrente o estigma negativo da zona sul de São Carlos. Consideramos que tal fato está relacionado tanto à tendência a criminalização da pobreza quanto ao fato de estarem em espaços à margem da malha urbana, que não compõem o caminho diário para o trabalho, estudos, compras ou lazer dos não moradores de tais espaços, criando um imaginário negativo daquilo que lhes é desconhecido, desenvolvendo processos de fragmentação socioespacial mais acentuados.

SÃO CARLOS 2010
Chefes de família com rendimento até 2 salários mínimos








MAPA 7 – São Carlos. Chefes de família com rendimento de até 2 salários mínimos, 2010.
Fonte: Silva (2018).

Presidente Prudente CHEFES DE FAMÍLIA COM RENDIMENTO ATÉ 2 SALÁRIOS MÍNIMOS



LEGENDA

Percentual sobre o total de chefes de família
com rendimento até 2 salários mínimos da cidade

	0,58 a 1	(36)
	0,45 a 0,58	(45)
	0,33 a 0,45	(68)
	0,01 a 0,33	(137)
	0	(15)

Fonte dos dados: Censo 2010 IBGE

Malhas Digitais: Acervo CEMESPP e Malhas IBGE

Organização: Vitor Augusto Luizari Camacho

Escala 1 : 70000
0 700 1400 2100 m

MAPA 8 - Presidente Prudente. Chefes de família com rendimento de até 2 salários mínimos, 2010.

Fonte: Camacho (2013).

Em Presidente Prudente, o principal vetor de expansão urbana foi a divisão da linha férrea, que possui o relevo menos acidentado a oeste, além da inauguração da Rodovia Raposo Tavares, em 1954, direcionando na década seguinte a primeira expansão territorial do município. Em 1959, houve o primeiro registro de favelas na cidade, no Parque Furquim, zona leste, “próximas a áreas servidas de equipamentos e serviços urbanos, [...] com exceção das áreas próximas ao núcleo central formado pelo quadrilátero das avenidas Washington Luiz, Cel. Marcondes, Brasil e Manoel Goulart” (SILVA, 2005, p.48). Essa área “apresentava uma grande concentração de população de baixa renda, carência de pavimentação, terrenos muito acidentados, com fundo de vale que abrigava grande parte das ocupações e problemas ambientais por causa da utilização de vales como escoamento de esgoto” (SILVA, 2005, p.49).

Diferentemente de São Carlos, que teve seu primeiro Plano Diretor elaborado nos anos 1960, e que de certa maneira foi decisivo para o controle da expansão urbana num primeiro momento, em Presidente Prudente, houve um intenso processo de expansão descontínua do tecido urbano, principalmente a oeste, com a instalação de vários conjuntos habitacionais via financiamentos nacionais e estaduais (TABELA 2).

Ano de entrega	Agente promotor	Nº de unid. habitacionais	Nome
1978	COHAB	1017	Bartolomeu Bueno de Miranda – COHAB
1980	Prudenco/Nosso Teto	82	Parque Cedral – Cidade 2000
1981	COHAB CRHIS	414	Jardim Jequetibás
1982	CECAP/Codespaulo	776	Cidade 2000/CECAP
1989	COHAB CRHIS	146	Jardim Mediterrâneo
1990	COHAB CRHIS	74	Jardim Santa Paula
1990	COHAB CRHIS	183	Jardim Vale do Sol
1990	COHAB CRHIS	2500	Conjunto Habitacional Ana Jacinta
1990	COHAB CRHIS	500	Mário Amato
1990	CDHU	104	Ana Jacinta II
1990	CDHU	500	Mário Amato
1990	CDHU	386	Jardim Jequetibás II

TABELA 2 – Conjuntos Habitacionais financiados pelo estado de São Paulo em Presidente Prudente até 1990.

Fonte: Fernandes (1998); Silva (2005).

Em 1989, a prefeitura de Presidente Prudente contabilizou três mil residências juridicamente irregulares. Foi então elaborada uma política habitacional específica para essa população, com o programa “Desfavelamento Urbano”, visando o assentamento das famílias cadastradas, que deveriam construir suas respectivas residências, com o

financiamento de lotes ou materiais para a construção de casas embriões, regularizando assim a posse e o domínio. De acordo com Silva (2005, p.50), tinha entre seus objetivos:

A legalização das moradias por fixação ou deslocamento; melhoria das condições de moradia através da construção de novas habitações e implantação de infra-estrutura; participação da população nos encaminhamentos, com amplo esclarecimento; integração com as secretarias municipais; acompanhamento técnico (social e físico); remanejamento temporário das famílias durante o período de recuperação das áreas e construção das casas; acompanhamento na mudança das famílias para as novas casas; desenvolvimento de programas sociais voltados à saúde, lazer, trabalho e educação.

Paralelamente a implantação desse projeto, foi executado o programa habitacional “Loteamentos Urbanizados”⁴⁸ e segundo analisou Silva (2005, p.52):

Parte dos moradores das favelas foi para os Loteamentos Urbanizados: Jardim Morada do Sol (Km 7), Brasil Novo, Parque Shiraiwa, Vila Aurélio e Jardim Paraíso. O Jardim Morada do Sol e Brasil Novo foram implantados além do perímetro urbano, que foi ampliado em 1996, com a elaboração do novo Plano Diretor, para regularizar a situação desses loteamentos, o que mostra uma nítida intenção do poder público em afastar espacialmente os moradores das favelas, fator que, unido à situação econômica desses indivíduos, leva a um contexto de segregação socioespacial. Outra parte foi para os loteamentos do Programa de Desfavelamento: Chácara Marisa, Jardim Sabará e Jardim Sumaré, para onde ninguém queria ir.

Os programas “Desfavelamento Urbano e Loteamentos Urbanizados”, implantados pelo poder público municipal durante a década de 1990, embora declarasse no plano discursivo, pretender “acabar com as favelas em Presidente Prudente”⁴⁹, não se referia à sua “erradicação conforme o sentido literal do termo, qual seja, o de arrancar pela raiz. [...] [que] implica em soluções de ordem estrutural [...] através de salários adequados, oferta de habitação compatível com a renda, pleno emprego controle sobre o preço da mercadoria terra urbana e habitação” (MARACCI, 1999, p.72). Assim, essa população que morava em áreas públicas ou em condições precárias na zona leste, próxima a equipamentos urbanos e de serviços, foi deslocada para áreas distantes e não dotadas de condições mínimas necessárias à vida urbana. De acordo com Maracci (1999, p.74), “retirar a favela da visibilidade, para o poder público, tem assim, o caráter de ‘limpeza’. Por outro lado, esta ‘limpeza’ reafirma a visibilidade da segregação, à medida que este tipo de intervenção não significa erradicação, mas deslocamento”.

⁴⁸ “Que tinha o propósito de atender as famílias que não puderam ser beneficiadas com residência no Conjunto Habitacional Ana Jacinta” (SILVA, 2005, p.52).

⁴⁹ Discurso proferido pelo candidato a prefeito Paulo Constantino, em 1988, conforme Maracci (1999, p.72).

Através do “Loteamentos Urbanizados”, O Jardim Morada do Sol⁵⁰, implantado no início da década de 1990, e o Parque Residencial Francisco Belo Galindo, contínuo a ele e implantando em 1996, no extremo norte da cidade, permaneceram por anos em relativo isolamento e cercados por vazios urbanos⁵¹, em grande parte, em função da sua localização, em descontínuo à malha urbana. Como se não bastasse a distância, seus moradores permaneceram por anos vivendo de forma precária, sem infraestruturas, equipamentos e serviços urbanos básicos. De acordo com Silva (2008, p.21-22), que reuniu relatos dos primeiros moradores, embora sua implantação date de 1991, a maioria da população chegou entre os anos de 1997 a 1999:

através de muita luta por parte dos trabalhadores, houve melhorias no bairro: as primeiras e de extrema necessidade foram os serviços de energia elétrica e água encanada, carências que fizeram com que, nos primeiros anos do loteamento muitas famílias abandonassem os lotes, pois o loteamento era servido com ‘caminhões-pipas’ que enchiam as caixas d’água presentes na frente das habitações. Posteriormente, houve melhorias no transporte coletivo, que passou a servir internamente o loteamento. Registra-se ainda: - o asfaltamento das ruas e vielas [...], - a construção de creche (inaugurada no início de 2007); - a implantação da escola, inaugurada no começo de 2008, porém atende apenas o Ensino Infantil, Fundamental e EJA (Ensino de Jovens e Adultos); - direito ao Passe Escolar; - atendimento do Programa de Saúde da Família (PSF) com atual construção do Posto de Saúde, com previsão de início de suas atividades para o primeiro semestre de 2009.

Contraditoriamente, enquanto em Presidente Prudente houve uma regularização do ilegal, com a transferência de moradores de áreas favelizadas para áreas fora do perímetro urbano – que fora posteriormente ampliado - em São Carlos, na década de 1980, ocorreu uma desregularização do legal, visto que se observa um abrandamento da

⁵⁰ Popularmente conhecido como quilômetro 7 por estar localizado no Km7 da Rodovia Raimundo Maiolini, que liga Presidente Prudente ao distrito de Montalvão e fortemente estigmatizado, em parte, devido a paisagem que apresentava durante seus primeiros anos, com “muitas casas feitas de restos de materiais e se constituíam em verdadeiros ‘barracos’, pois os primeiros moradores tiveram apenas 90 dias para construir um embrião de casa no lote e muitos, mesmo depois, não possuíram condições financeiras para a construção de residências de alvenaria. Além disso, há o fato de que as características relativas à ausência de infraestrutura, provavelmente assustava os cidadãos que passavam pela estrada, acostumados com a ‘limpeza’ do centro da cidade, então (re)criada pelo poder público ao ‘esconder’ a população pobre com a implantação de loteamentos populares a grandes distâncias do centro. Cabe ressaltar que o loteamento foi implantado a fim de alojar moradores oriundos do desfavelamento, objetivo central do ‘Programa de Desfavelamento e Loteamentos Urbanizados’, sendo esse outro forte indício para o surgimento desse estigma, pois os cidadãos tinham em seu imaginário uma população ‘favelada’ residente no bairro” (SILVA, 2009, p.8). Ver: SILVA, Flávia Cristine da Silva. O Espaço produzido e a Segregação. In: **XII Encuentro de Geógrafos de América Latina**, 2009, Montevideo. Disponível em: http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egall2/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/19_5.pdf.

⁵¹ Após mais de quinze anos, viriam a ser parcialmente ocupados pelos novos conjuntos habitacionais financiados pelo Minha Casa Minha Vida.

legislação municipal, autorizando a ampliação do perímetro urbano, que resultou em processos de especulação imobiliária, devido a criação de vazios urbanos, com aprovação de loteamentos que não levaram em conta o oferecimento de serviços urbanos básicos, como é o caso da zona sul, onde estão localizados o Cidade Aracy I e II, Antenor Garcia e Presidente Collor, num total aproximado de 80 mil habitantes⁵². O isolamento desses bairros foi agravado devido a barreira física que os separa do restante da cidade, além disso, sua própria denominação reforça a representação social de que se trata de “outra cidade” (OLIVEIRA, 2015, p.32-33). Assim, nos discursos de seus moradores, analisados por Ávila (2006, p.49), sair do bairro é

“subir para a cidade”, atingir os bairros mais centrais e privilegiados de São Carlos, num deslocamento espacial, mas também simbólico. Essa associação entre os demais bairros com a própria cidade de São Carlos, em parte, pode ser explicada pelo fato de que a região periférica está espacialmente isolada do restante da cidade, pois após a descida do declive não há mais nenhum outro bairro, que não os componentes da região Cidade Aracy.

Em entrevista realizada por Sposito e Góes (2013, p.272), as autoras contrapõem “o peso das permanências nos depoimentos” dos moradores dos espaços fechados em relação as mudanças experimentadas pelo Cidade Aracy desde seu processo de ocupação, como evidenciado na entrevista com o Secretário de Habitação de São Carlos:

Hoje, olha, o bairro está inteirinho asfaltado, está inteirinho com serviços públicos, tem drenagem, tem escola, tem centro de requalificação de jovens e adultos, centro de alfabetização, tem tudo aqui, agora. Em seis anos nós conseguimos por esse bairro..., aliás, na inauguração da praça aqui, como nome de juiz, foi um... porque fazia muito tempo que o pessoal não descia no Cidade Aracy. O rádio, televisão, e com a vinda do pessoal do fórum, do juiz, da família, do cara que fez a praça lá, tal, veio televisão, veio tudo. Na segunda-feira, todo mundo ficou bobo, falou, “nossa senhora, a Cidade Aracy está outra, como é que vocês conseguiram em seis anos, tal...”. Com trabalho de formiguinha de quatro anos e meio pra requalificar o bairro, em função do quê? Em função do plano diretor... [Ricardo Martucci, Secretário de Habitação de São Carlos, 18/09/2007]

Embora essa área periférica tenha apresentado melhorias ao longo do tempo, com a implementação de infraestrutura básica, além de posto de saúde, escolas, praças, linhas

⁵² Esse total é referente à soma desses junto aos novos conjuntos habitacionais financiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida, conformando uma área conhecida pela população como “Grande Aracy”, que inclusive atualmente está sob consulta pública na Câmara Municipal quanto a uma possível emancipação municipal da área. Para mais informações, ver: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/camara-de-sao-carlos-abre-consulta-online-sobre-emancipacao-do-cidade-aracy.ghtml>.

de transporte coletivo, e ainda um importante subcentro, com minimercado, lojas de calçado, roupa, material escolar, farmácia etc., (FOTOS 1 e 2), as mudanças significativas não foram capazes de reverter a representação da área como perigosa para os que não moram no local, como fica evidente na fala de Eduardo:

[...] ganhou uma cidade nova, eu acho que é tipo extremo sul, que tem um lugar na chamada Cidade Aracy.[...] Esse foi criado como um **bolsão** para se receber uma **mão de obra migrante**, o bairro é essencialmente migrante, pouco qualificada, [...] seriam **classes D e E**, deve estar batendo **40.000 habitantes naquele lugar**, se vocês forem lá vocês vão ficar impressionados, vocês vão perceber o seguinte: hoje ele tem um “**centrão**” **que tem comércio e serviços, uma presença recente do Estado na forma de apoio à saúde, educação, esse tipo de coisa**, vocês vão ver que é aquela coisa sofrida, bem pobre mesmo, [...] mas em volta da Cidade Aracy, eu acho que um lugar típico desse é o **Antenor Garcia** que é um bolsão de pobreza muito, muito..., um lugar marcado pela **violência, abandono, pelo tráfico de drogas, tudo de ruim que pode juntar em um lugar de extrema pobreza**. Eu vi no jornal há poucos dias atrás, e eu até tomei um susto, **tem nove mil famílias vivendo em pobreza extrema em São Carlos**, e esse é um dado, famílias, não são pessoas, famílias, eu não sei de onde veio isso, por **que a gente não consegue ver, você não vê essas pessoas**, eu imagino que elas estejam todas naquele lugar, por volta desse Antenor Garcia. [Eduardo Tadeu Rantin, Sebrae São Carlos, 26/10/2012]



FOTO 1 – Subcentro do Cidade Aracy, São Carlos, 2017.
Fonte: Trabalho de campo, 2017.



FOTO 2 – Subcentro do Cidade Aracy, São Carlos, 2012.

Fonte: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2012/12/bairro-da-periferia-de-sao-carlos-sp-atrai-investimentos-no-comercio.html>

Outra questão consideravelmente importante em ambas as cidades diz respeito à escolha das áreas onde foram implantados os conjuntos habitacionais do PMCMV faixa 1. Não havia dúvidas: o lugar dos pobres em São Carlos era na zona sul da cidade, e em Presidente Prudente, na zona norte. No entanto, observamos uma perspectiva positiva maior dos cidadãos de Presidente Prudente quanto à possibilidade de valorização e melhorias na infraestrutura dos conjuntos financiados pelo PMCMV nos quais habitam. Tal fato pode estar relacionado à experiência anterior de transformação dos conjuntos habitacionais implementados na zona sul e sudoeste dessa cidade, durante as décadas de 1980 e 1990, descontínuos à malha urbana, inicialmente sem asfalto, acesso à linhas de transporte e comércio e serviços, como é o caso da Cohab (FOTOS 3 e 4) e do Ana Jacinta (FOTOS 5 e 6), cujas unidades habitacionais passaram por intensas transformações ao longo do tempo.

Dois importantes aspectos diferenciam a transformação ocorrida nesses conjuntos habitacionais em Presidente Prudente daqueles ocorridos na região do Cidade Aracy, em São Carlos. O primeiro deles está relacionado ao fato de que em Presidente Prudente, eram voltados à famílias com renda de até cinco salários mínimos, que somados ao

segundo aspecto destacado, a entrega das casas já prontas, garantiam de imediato, condições mínimas de moradia, permitindo assim que os investimentos individuais fossem realizados mais rapidamente para sua transformação, tanto na ampliação em relação ao seu tamanho, quanto na sua diversificação quanto ao uso, mesclando a função comercial embaixo e moradia no andar superior ou nos fundos, como fica evidente na FOTO 3. Assim, é nítida a transformação ocorrida não apenas quanto aos equipamentos de uso coletivo, mas nas próprias residências, que, no caso de Presidente Prudente, amenizaram consideravelmente os aspectos subjetivos relacionados à pobreza, apresentando-se como um futuro possível para os moradores das novas periferias da cidade.



FOTO 3 – Avenida Ana Jacinta, na COHAB, Presidente Prudente, 2018.

Fonte: *Google Earth.*



FOTO 4 - Unidades habitacionais na COHAB, Presidente Prudente: mudanças e permanências, 2018.

Fonte: *Google Earth.*



FOTO 5 – Unidades habitacionais transformadas em lojas ou igrejas no Ana Jacinta, Presidente Prudente, 2018.

Fonte: Trabalho de campo, 2018.



FOTO 6 – Unidades habitacionais no Ana Jacinta, Presidente Prudente: mudanças e permanências, 2018.

Fonte: Trabalho de campo, 2018..

Além disso, o Conjunto Habitacional Ana Jacinta, implantado a quinze quilômetros do centro de Presidente Prudente, até 2010 era considerado o bairro mais populoso, com aproximadamente 15 mil habitantes. Decorrente disso, desde o princípio

de sua implantação, se tornou um dos colégios eleitorais mais disputados, tanto por prefeitos quanto por vereadores. Na eleição de 2014, foram eleitos dois vereadores que lá residiam: Elza Alves Pereira (“a Elza do Gás”) e José Geraldo de Souza (“o Geraldo da Padaria”). Uma conjunção de fatores, tais como o isolamento relativo⁵³ em que tais moradores estavam dos demais espaços urbanos, oportunizou práticas como o apoio político aos candidatos que se comprometessem com o atendimento das reivindicações, por parte da associação de moradores, fundamentais para que benfeitorias imprescindíveis fossem implementadas ao longo do tempo, tais como: escolas, hospital 24h, UPA (Unidade de Pronto Atendimento – primeira em Presidente Prudente), feira, linhas de transporte público (sete no total). Assim passou a constituir-se como um importante subcentro de comércio e serviços.

Decorrente das mudanças pelas quais passaram os principais conjuntos habitacionais de Presidente Prudente ao longo do tempo, para os cidadãos entrevistados, seus espaços de moradia periféricos constituem uma promessa de valorização e de implementação de benfeitorias ao longo do tempo, como presume Ane⁵⁴:

*[E o que é bom e ruim aqui na sua opinião?] É que nem eu falei, o ruim é que às vezes **deveria ter um pouco mais de benefícios**, um pouco mais de coisas, **uma lotérica, ou um parquinho para as crianças**, aqui no bairro mesmo, **no Brasil Novo tem parquinho, tem essas coisas, mas a gente mora no Tapajós, não é no Brasil Novo**, então acho que deveria ter um parquinho mais de coisa. Mas assim, de coisa ruim assim não tem, é bom morar aqui, não tem o que reclamar não. [...] por mais que esteja assim do jeito que está, **eu sei que isso aqui pode mudar**, pode melhorar mais, pode ter mais benefícios, é que **no começo tudo é assim**. No começo tudo é assim, igual era no **Ana Jacinta, aqui mesmo no Brasil Novo**... Aos poucos vai melhorando, é, porque não é assim tudo no começo, porque **se fosse assim era bom, já entrar aqui já com tudo prontinho**. Aí... [Ane, 36 anos, autônoma, Residencial Tapajós, Presidente Prudente – 01 de janeiro de 2017]*

⁵³ Decorrente do fato de que o carro e/ou moto favorecem o acesso aos demais espaços urbanos.

⁵⁴ Quando a entrevistamos, Ane tinha 36 anos, era autônoma, morava no Residencial Tapajós em Presidente Prudente, junto com o marido, de 32 anos, que trabalhava no aeroporto, e as duas filhas de 9 e 2 anos. A renda declarada foi de um salário mínimo, pois “contava apenas com o salário do marido”, visto que o seu salário variava de mês a mês, entre 400 e 500 reais, por trabalhar como autônoma, exercendo funções de vendedora de lingerie e manicure/pedicure. Morava anteriormente no Jardim Itatiaia, zona leste, em uma casa alugada com apenas a filha mais velha do casal, quando estava divorciada do atual marido. Eles reataram no período em que ela foi sorteada e então tiveram a segunda filha. As únicas casas em que não pagou aluguel foi quando morava com a mãe no Jardim Cambuci, zona leste, e com a sogra, na COHAB, zona oeste. Além desses, morou na Vila Aurélio, Jardim Planaltina e Jardim Itatiaia, sempre pagando aluguel. A entrevista foi realizada na casa de Ane, enquanto exercia o trabalho de manicure com a cliente Jussara, que também foi entrevistada. Sua casa não tinha muro nem quintal cimentado, e durante a entrevista, apontava para as paredes da casa, que já apresentavam mofo e rachadura. Sua filha estava deitada no sofá, assistindo vídeos infantis num *tablet*.

Embora em São Carlos também tenha ocorrido na zona sul, na região do “Grande Aracy”, a constituição de um contingente populacional até maior do que o observado em Presidente Prudente, seu processo de formação foi diferente, uma vez que demandou ainda mais investimentos de seus moradores. Além de comprarem os terrenos de seu loteador, Airton Garcia⁵⁵, reuniram esforços financeiros para realizar a construção de suas casas ao longo dos anos, ao mesmo tempo em que lutavam pela melhoria de suas condições urbanas, que nesse caso eram ainda piores, devido à serra que separa essa área das demais.

Airton Garcia ficou conhecido como o “pai dos pobres” por vender meio lote e conceder outra metade ao comprador, desde que zelasse pelo terreno do lado, que incluía desmatar e manter limpo esse terreno lateral, metade do lote oficial, além de evitar a ocupação dele por outras famílias. Assim, o lote ao lado de uma casa já iniciada, com o bairro mais estruturado pelas benfeitorias dos próprios moradores, foi vendido depois mais facilmente, e por preços mais altos, recuperando-se assim o lucro do lote original, valorizando o patrimônio de Airton Garcia ao mesmo tempo que gerava uma representação messiânica em torno de sua figura por parte de muitos moradores, garantindo um eleitorado cativo fundamental à manutenção do poder econômico e político de seu grupo na cidade (FELTRAN, 2005).

Em ambas as cidades, as unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida faixa 1 situam-se nas áreas em que há uma maior concentração de cidadãos com menor poder aquisitivo. No entanto, o PLHIS - Plano Local de Habitação de Interesse Social, os agentes envolvidos e a implantação dos conjuntos habitacionais em cada uma das cidades, requerem uma maior atenção, visto que influenciam diretamente no cotidiano de seus moradores e na representação que os demais cidadãos elaboram desses espaços. Em virtude desses aspectos, nos dedicaremos a detalhar no subitem a seguir o papel de cada gestão municipal no direcionamento e implementação do PMCMV.

⁵⁵ Empresário e político local, conhecido por um número significativo de moradores como “pai dos pobres”, pois facilitava o pagamento ou mesmo doava lotes para os que desejavam realizar o sonho da casa própria. É o atual prefeito da cidade de São Carlos. (2016-2020).

1.3. Contexto Político-Econômico

A escolha de Presidente Prudente e São Carlos para compreender os impactos do Programa Minha Casa Minha Vida no cotidiano de seus habitantes se pautou tanto por suas diferenças no que tange à posição na rede urbana, quanto pelas suas semelhanças, como por exemplo o *déficit* habitacional básico quantitativo de 3.766 e 3.607 unidades habitacionais para o ano de 2000, de acordo com os respectivos Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) e Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), e por ambas concentrarem imensos conjuntos habitacionais em áreas periféricas e estigmatizadas (3.464 unidades na zona norte de Presidente Prudente e 2.792 na zona sul de São Carlos). No entanto, no decorrer da pesquisa, constatamos que o processo de implantação dos conjuntos habitacionais, bem como a organização de seus moradores nesses novos espaços, demarcava diferenças que não se explicavam apenas pela sua posição na rede urbana, e tampouco seria possível generalizar as ações do PMCMV e suas implicações.

Nesse sentido, evidenciaremos aqui as dimensões políticas e suas articulações na escala municipal para a efetivação do PMCMV. Um primeiro aspecto a ser enfatizado está relacionado a uma de suas regras, que atribuiu aos municípios a responsabilidade pela inscrição dos candidatos a moradia, bem como o encaminhamento de seus respectivos documentos à CAIXA, que avaliava se tais inscritos poderiam ser habilitados para o sorteio ou não. Em Presidente Prudente, a Secretaria de Assistência Social foi a responsável pela inscrição dos interessados em todos os conjuntos habitacionais e em São Carlos, a Progresso e Habitação de São Carlos S/A PROHAB teve essa responsabilidade para os Residenciais Eduardo Abdelnur e Planalto Verde⁵⁶.

⁵⁶ Para o Residencial Zavaglia, não conseguimos conversar com os responsáveis pela inscrição dos seus moradores. Embora no *site* da prefeitura municipal conste que a inscrição e o sorteio teve como responsável a PROHAB (<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2011/158946-inscricoes-para-casas-do-jardim-zavaglia-terminam-nesta-quinta.html>, <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2011/158969-4-mil-participam-do-sorteio-do-jd-zavaglia.html>, <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2011/159955-prefeitura-e-prohab-realizam-2o-sorteio-de-casas-do-jardim-zavaglia.html>, <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2011/160339-familias-assinam-contratos-do-zavaglia.html>, <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2011/160802-minha-casa-minha-vida-.html>, <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2011/160951-barba-entrega-250-casas-no-zavaglia.html>) e o trabalho técnico social tenha sido realizado pela PROHAB, SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) e RPS (<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2011/159445-zavaglia-social.html>, <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2011/160823-prefeitura-e-prohab-se-reunem-com-futuros-moradores-do-residencial-zavaglia.html>), fomos informados na PROHAB de que não foram os responsáveis pela inscrição, e que deveríamos perguntar no Paço Municipal, pois fora realizado em gestões municipais anteriores. Fomos a todos os departamentos na prefeitura, até sermos informados, na Secretaria

A despeito de as mesmas regras gerais impostas pelo PMCMV vigorarem em Presidente Prudente e São Carlos, inferimos que os papéis exercidos pelos agentes municipais se diferenciam consideravelmente e precisam ser levados em conta quando buscamos explicar as diferenças que constatamos na articulação dos moradores em cada uma dessas cidades, na ausência/presença do Trabalho Técnico Social – TTS, previsto em lei e também nas discrepantes rendas e perfis selecionados em São Carlos, que serão oportunamente apresentados. Como afirmamos, a CAIXA é a responsável final por avaliar se os candidatos indicados pelos municípios estão aptos ou não a receber a habitação. No entanto, de acordo com a portaria 610 de 26/12/2011, ao realizar a indicação, os municípios deverem “providenciar a inclusão ou **atualização** dos candidatos selecionados no CadÚnico, antes da indicação do candidato às instituições financeiras ou agentes financeiros” (grifos nossos). Depreendemos que isso implica que o município tenha suas bases cadastrais atualizadas.

No que tange a esse aspecto, as entrevistas a seguir nos permitem afirmar que a forma como foram tratados tais dados se diferencia de um município ao outro. Ainda que fosse de responsabilidade da CAIXA avaliar as famílias que estavam habilitadas ou não para participar do sorteio, em Presidente Prudente, com o intuito de atualizar o Cadastro Único da Cidade e torná-lo o mais próximo da realidade, uma série de medidas foram tomadas durante o processo de inscrição dessas famílias, como a investigação dos dados informados, o estímulo para que a população denunciasse os candidatos que não estavam nos critérios e assim pudessem ser investigados, além da compatibilização do sistema cadastral da Secretaria de Planejamento, como nos contou Regina Penati:

porque desde o início, pra mim ficou claro também que, pelas próprias dinâmicas do município, [...] **a gente foi vendo o quanto a gente não tem de fato um cadastro com mais clareza das necessidades habitacionais**. A gente foi tentando fazer um processo de trazer as famílias para atualização do nosso cadastro, que era o cadastro único, que antigamente era um cadastro só para o Bolsa [Programa Bolsa Família]. Porque com a questão habitacional, ficou mais claro, mais concreto para todo mundo, inclusive para os técnicos, **que o cadastro não era uma questão só para o [Programa] Bolsa família**, como ele vinha sendo... Vamos dizer assim: **ressignificou o cadastro único, porque ele passou a ser essa referência para o programa de moradia**. Lógico, com todas as dificuldades, porque como ele é um cadastro em que a pessoa ou a família faz, **ele é auto declaratório**,

de Planejamento, que a responsável não estava mais trabalhando na prefeitura, mas maiores informações poderiam ser obtidas na PROHAB e no Instituto Cidadania. Em visita à PROHAB, fomos informados que a assistente social responsável, Eleni, estava alocada em outro departamento. Embora tenham nos passado seu telefone, não conseguimos estabelecer contato.

sempre aparecem essas divergências de realidade, mas que foi um esforço grande também da gente torná-lo cada vez mais próximo ao que realmente era e poder verificar algumas coisas. [...]. Então isso serviu pra gente também dar uma dimensão para o cadastro único e acredito que **hoje ele está muito mais próximo de uma realidade que ele persegue, que é você ter os muito pobres e os pobres, né?! [...]** O levantamento, **as entrevistas** mais próximas para a entrega habitacional, isso também foi permitindo que **a gente atualizasse e melhorasse mais ainda a compatibilidade de dados [...]** E aí fomos **criando alguns processos** que eu acho que foram interessantes porque deu para a população uma clareza de como a gente atuava nisso. [...]. uma coisa que eu tentava sempre **garantir que alguém permanente da secretaria acompanhasse os programas**, porque você sai depois enquanto dirigente técnico político e depois você tem que deixar **memória desses processos**, então foi uma pessoa [Fabiana] que acompanhou muito isso [...]. E quando teve situações que a gente não conseguia ter clareza **ou que havia denúncia**, isso também foi um elemento que a gente usou bastante com a população: “Ah...” “Denúncia! **Denúncia, que nós vamos investigar!**”, “Ah, aquela pessoa não [precisa]...” “Então, denúncia! Diz quem é!”. Então tudo o que a gente pode fazer pra tentar criar uma relação com a população que fosse de **confiança** e entender que a gente não estava querendo fazer *maracutaia* nenhuma, não querendo dar pra esse e não dar pra aquele, mas dentro de algum critério, e que se escapa esse critério, que a pessoa poderia denunciar [...], **a gente teve denúncias**, não sei se muitas ou pouca, porque não deu pra comparar com outros programas, **mas que permitiu a gente investigar processos, desclassificar nos dois programas, nos dois sorteios**. Em 2013 e depois no de 2015... Deu muito trabalho, mas que também foi diminuindo. [...] teve uma coisa legal que a gente foi adquirindo habilidade de confrontação de informação. [...] que foi instalar um programa deles [da secretaria de habitação] **de conferência com os lotes da prefeitura, com tudo que tem de cadastro urbano da prefeitura**, nós transferimos o cadastro, os nossos funcionários acessavam ali também. Então também conferiam se tinha alguma coisa no nome daquela pessoa, a gente... Nossa! Viramos um negócio que a gente conferia sobrenome, a gente achava! [...] Então, eu acho que aparecem muitas dimensões assim, **apareciam denúncias do tipo assim: “Ah ele não precisa, ele tem um carro ou ele tem isso”, eu falei assim: “Mas ele não tem casa”**. [...] E assim, sempre tentando lidar com aquilo que pudesse ser materializado **numa necessidade de habitação e que não era necessariamente a habitação que ia resolver**. Com os idosos acontecia muito isso. Então, **com os idosos**, a gente ia, fazia uma investigação, e de repente assim: teve idoso que a gente mandou pra abrigo de idoso, teve idoso que foi para a nossa Vila da Fraternidade, teve... Porque o problema não era ir pra habitação, até **porque ele não ia conseguir morar sozinho**. Teve situações que a gente detectou que não era caso de habitação, **que morava com irmão, com isso e aquilo e que ali era o melhor pra ele** e aí eu não... Eu dizia pro pessoal: **“isso aqui eu assumo”**. A gente desclassificava, porque não tinha sentido. Era uma coisa que você ia, às vezes colocar uma pessoa com 60, 70, 80 anos numa casa...[...]. Um **técnico visitava, outro técnico visitava, pra até entender o que de fato era melhor pra aquela pessoa**. Então assim, foi um esforço grande. [...] e aí que a gente foi trabalhando muito no **individualizado mesmo, porque senão você iria só olhar a renda,**

sem uma característica maior desse idoso, de repente você colocaria lá pessoas que... e geraria um problema. [Regina Penati, Secretária de Assistência Social entre janeiro de 2009/março de 2016, 23/06/2016]

Embora Presidente Prudente não disponha de uma secretaria exclusivamente dedicada a fins habitacionais, observamos a importância tanto da escala municipal para a execução de um programa tão amplo como é o PMCMV, quanto do efetivo comprometimento político com a base da vida social de determinados sujeitos sociais. Os esforços realizados pela Secretaria de Assistência Social de analisar o cadastro não apenas sob o ponto de vista da renda declarada, mas ajustando ou readequando uma necessidade social que em muitos casos não era exatamente habitacional, revelam a importância do papel desempenhado por Regina Penati à frente dessa Secretaria.

As entrevistas realizadas em São Carlos, tanto com os cidadãos, como com os agentes bem informados, evidenciaram que ocorreu um processo diferente nessa cidade, cuja entidade responsável – PROHAB – teve papel muito mais limitado, como explica Flávia Aparecida Massoli Rocha, chefe de divisão⁵⁷ da Progresso e Habitação de São Carlos S/A (PROHAB), na entrevista a seguir.

[Quais as atribuições da ProHab junto à implantação do Programa Minha Casa Minha Vida em São Carlos?] A atribuição aqui da PROHAB junto à implantação do PMCMV **foi de fornecer ao programa a demanda**, fez toda a parte de **documentação** que passa pra CAIXA, **porque é a CAIXA que vai avaliar se a pessoa pode ser habilitada ou não. Avalia a renda, avalia se a pessoa já teve um imóvel ou não.** A PROHAB **só faz o serviço de interlocução entre um e outro.** *[Recebeu as inscrições, os documentos e encaminhou à CAIXA...]* Isso. Recebemos, encaminhamos, fizemos toda a **parte de sorteio dos nove mil e poucos inscritos que tem aqui.** O Programa permite que você haja com a vulnerabilidade. Foi feito uma pesquisa, através dos CRAs, com indicação dos CRAs, **as pessoas em áreas vulneráveis...** *[Foi reservado um número...]* Foi reservado isso daí pra eles, como é reservado também para os deficientes e idosos. Aqui, olha... como ocorre essa relação com o governo Federal? Ocorre tranquila, não vejo problema não, porque o representante do Governo Federal é a Caixa. A nossa Caixa central é a de Piracicaba e não vejo problema nenhum. *[Vocês só encaminhavam os papeis...?]* Só. **A gente encaminhava pra eles**, e eles retornavam rápido. Todo esse processo durou eu acho que uns 4 meses. *[Recebia algum tipo de denúncia? Por exemplo: de morador que denunciava outro morador, que já tinha casa e não poderia estar inscrito no programa?]* **Somente um. Antes da habilitação.** Somente um caso que houve, no Planalto Verde. No Eduardo Abdelnur, não. *[E o procedimento foi o de encaminhar à Caixa? Como foi feito?]* Foi. **Nós encaminhamos para a CAIXA**, mas infelizmente ele **conseguiu assinar o contrato com a CAIXA**, e hoje estamos no maior perrengue com a CAIXA, pra CAIXA tentar pegar esse imóvel de volta. Desde o início é passado pra Caixa. Desde

⁵⁷ Informou que estava nesse cargo há dois anos.

novembro a dezembro de 2015, mas infelizmente até hoje não conseguimos a devolução do imóvel ainda por parte dessa pessoa. **E pior, ele já vendeu a casa para umas três, quatro pessoas.** [*Ah...está um vendendo pro outro, as pessoas perdendo dinheiro...*] É. Isso! Está acontecendo isso sim. [Flávia Aparecida Massoli Rocha, chefe de divisão da Progresso e Habitação de São Carlos S/A (PROHAB) – 02 de outubro de 2017]

As informações apresentadas no PLHIS de São Carlos reiteram a ausência de confrontação de informações apresentadas pelos inscritos na PROHAB, uma vez que:

O cadastro é preenchido no balcão de atendimento pelos atendentes (muitas vezes menores aprendizes, sem capacitação específica ou dedicação exclusiva para esta função, com **rotatividade** que dificulta seu envolvimento efetivo com a importante função desempenhada) a partir de dados fornecidos pelos próprios indivíduos, que procuram espontaneamente a PROHAB, ou a partir de encaminhamentos promovidos pelos diversos departamentos da Prefeitura Municipal [...]. Em relação as insuficiências ou comprometimentos desse sistema de registro da demanda habitacional no município, cabem algumas observações:

- o cadastro da PROHAB ainda **não possui um instrumento de filtros** desenvolvido para que se possam gerar relatórios a partir de dados específicos, como, por exemplo, renda ou distribuição no território da cidade;

- a inserção da informação no cadastro em alguns campos não é pré-formatada ou pré-definida – ou seja, há uma enorme diversidade de formas de escrita de qualquer um dos dados lançados que pode dificultar bastante seu agrupamento quando necessário. Por exemplo, o bairro Cidade Aracy pode ser escrito: Aracy; Araci; C. Aracy; Cidade Aracy; Cidade Araci; Cidade Aracy 1; Cidade Aracy I; Cidade Aracy 2; Aracy um; Araci do 2, etc; e assim também ocorre com a digitação dos próprios nomes e CPFs dos interessados, **podendo gerar duplicidade de cadastros;**

- no que toca a questão da duplicidade, o sistema de cadastro da PROHAB **também não dispõe de ferramentas de cruzamentos de documentos ou de qualquer tipo de controle dessa duplicidade;** desse modo, há que se considerar a hipótese de um mesmo núcleo familiar possuir mais de um cadastro (PLHIS, 2010, p.80).

Embora São Carlos possua uma legislação avançada, com instrumentos jurídicos⁵⁸ bem elaborados e instâncias públicas direcionadas às políticas habitacionais e urbanas, como a PROHAB e a SMH DU (Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano), observamos que estas não garantem por si só uma efetiva política urbana, havendo sempre uma dimensão de luta a partir do aparato jurídico institucional.

⁵⁸ Elaborado pela Equipe de Assessoria TEIA – Casa de criação, o PLHIS de São Carlos é dividido em três etapas, na quais são bem estabelecidas as atividades, os prazos e produtos para cada uma delas, sendo a Etapa 1 – Proposta Metodológica; Etapa 2 – Diagnóstico do Setor Habitacional; Etapa 3 – Estratégias de Ação.

Podemos vislumbrar a complexidade dessa dimensão política e de sua influência na produção do espaço urbano, quando comparamos o papel desempenhado por cada um dos sujeitos sociais nessas cidades. Em Presidente Prudente, a elaboração do PMHIS foi executada pela “Dominium Consultoria”, uma empresa privada, sem qualquer vínculo local e sem participação dos professores/pesquisadores universitários que trabalham/vivem nessa cidade e possuem conhecimentos reconhecidos nas áreas urbana, da habitação, do planejamento etc. São Carlos, de modo diverso, teve seu PLHIS elaborado por uma premiada associação não governamental local, a “TEIA - Casa de criação”, tendo a arquiteta e urbanista, Thaís Troncon Rosa como sócia-fundadora. Além disso, essa cidade experimentou a gestão municipal consecutiva de três representantes do PT – Partido dos Trabalhadores e da UFSCAR⁵⁹.

Entre os avanços na legislação de São Carlos nesse período, destaca-se tanto a regulamentação do COMDUSC (Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano), paritário e de caráter consultivo, em 2006, e entre 2001-2004, através da Coordenadoria de Orçamento Participativo, houve a criação e/ou reativação de 27 associações de moradores, “inclusive tentado instituir a articulação das mesmas em uma ‘federação’, que acabou não se consolidando” (PLHIS, 2010, p.95). No entanto, consideramos que identificar o partido e a relação com a UFSCAR não é suficiente para discernir todos os processos ocorridos na cidade, uma vez que na gestão de Oswaldo Barba, a preocupação com a gestão do urbano foi se restringindo, inclusive com a diminuição da participação de urbanistas, como por exemplo a nomeação de Alberto Engelbrecht como secretário de Habitação, um funcionário de carreira, sem identidade com o Plano Diretor e a destituição do COMDUSC, em 2011, por falta de empenho na sua continuidade⁶⁰.

Além disso, em São Carlos o capital imobiliário é organizadíssimo, tanto integrando a ABMI (Associação Brasileira do Mercado Imobiliário) como a AEAASC (Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de São Carlos), disputando espaço permanentemente, na gestão municipal e no aparato legislativo, como ocorrido durante a

⁵⁹ Newton Lima Neto, doutor em engenharia química, reitor da UFSCar no período 1992-1996 foi prefeito de São Carlos por duas gestões: entre 2001-2004 e 2005-2008. Oswaldo Baptista Duarte Filho (“Barba”), doutor em engenharia química, vice-reitor da UFSCar de 1996 a 2000 e reitor por dois mandatos de 2000 a 2008, foi prefeito de São Carlos entre 2009-2012.

⁶⁰ Com base em informações retiradas da entrevista com Sandra Motta, Diretora de Planejamento da Prefeitura Municipal de São Carlos (2001 – 2004) e responsável pela elaboração do plano diretor de 2001 a 2005. Entrevista realizada em 21 de setembro de 2012 por Maria Encarnação Beltrão Sposito e Eda Góes, no âmbito do já referenciado Projeto Temático.

atualização do Plano Diretor, em que estiveram sempre presentes e exerceram forte pressão, como relatou Sandra Mota⁶¹:

Até é interessante agora você ver a plataforma dos candidatos, por exemplo, o **Barba é candidato a reeleição, na plataforma dele entra a política urbana, concluir o processo de revisão do plano diretor.** Agora você pega candidatos que estão muito fortes, tipo **Paulo Altomani**, eu já tive uma discussão direta com ele no **AEASC** (Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de São Carlos, ligada ao capital imobiliário – sede: Rua Episcopal, 1476). **Ele dizia que esse plano era um plano bom para Cuba, Venezuela, mas que era subversivo, não combinava com São Carlos, tal.** Então ele é um tipo de gestor que pode reverter tudo. [Sandra Mota, docente do departamento de engenharia civil, da Universidade Federal de São Carlos, 21 de setembro de 2012]

Na disputa eleitoral de 2012, Paulo Altomani saiu vitorioso, exercendo o cargo no período entre 2013-2016, sendo na sequência eleito Airton Garcia para prefeito de São Carlos, os quais significaram o retorno desses agentes políticos anteriores, estreitamente relacionados ao capital imobiliário, o que garantiu um espaço ainda maior desses grupos na gestão municipal e no aparato legislativo. Em Presidente Prudente, Milton Carlos de Mello Tupã, do PTB, em uma coligação ampla e contraditória⁶², que incluía inclusive partidos como o PT e o PSDB, foi eleito por duas gestões consecutivas entre 2009-2016. Isso significou mudanças menos evidentes na gestão urbana, no entanto, proporcionou pequenas aberturas decorrentes dessa aliança, como a destinação da pasta da Secretaria de Assistência Social à Regina Penatti, geógrafa, mestre em educação e militante política do Partido dos Trabalhadores – PT, com vasta experiência em periferias urbanas e em estudos sobre cidades e exclusão social. Se, do ponto de vista político, isso representou pequenas mudanças, na vida das pessoas que foram contempladas com a casa própria ou incluídas em outros programas sociais, as mudanças não foram pequenas⁶³, como é possível constatar a partir da passagem da entrevista realizada com Silvana Trevisan, que ressaltou o comprometimento profissional e político de Regina Penati, reforçando o papel que cada sujeito representa, mesmo dentro de forças muito complexas:

Então o que a gente fez? A minha equipe estava lá, inclusive eu estava lá também, quando mudou, no primeiro dia, que entregou a chave, no outro dia a gente já estava lá. Porque eu já tinha organizado com a

⁶¹ Idem.

⁶² Sua candidatura foi pelo PTB-PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO através da coligação PRB / PP / PDT / PT / PTB / PSC / PR / DEM / PSDC / PTC / PSB / PRP / PSDB / PSD - PRUDENTE UNIDA.

⁶³ Durante a entrega das unidades habitacionais, quando a presidente Dilma Rousseff mencionou seu nome, os moradores a ovacionaram, evidenciando um reconhecimento de sua participação, o que também chamou a atenção da presidente.

Regina, de pegar o Estratégia [de Saúde da Família], fui avisando todo mundo: “Estamos na Trevisan e no Estratégia, utilizando o espaço do Estratégia” [...]. Outra coisa que acontecia: “ah, o fulano que pegou a casa ele tem uma casa lá no lugar tal” aí você ia, tinha **uma equipe lá da assistência que ia atrás** [...]Você quer ver o que o diagnóstico da empresa descobriu? Descobriu que nós tínhamos uma creche e depois nós tínhamos uma escola, estava previsto aqui [apontando para o mapa], uma escola de quinto ao terceiro colegial. **Cadê a escola do ensino elementar?** Não tinha! Então, o que nós fizemos imediatamente? Eu chamei a **secretária da educação**. Fui lá e conversei. **Passei pra Regina**, a Regina: “Como não tem escola? Vamos...” “não tem, não está previsto!” Nós chamamos, retomamos. E eles vão construir agora. [...] Já começou o processo de licitação, tal tal. Mas, vamos lá. Vai chegar! Só que nesse meio tempo, as famílias já estão morando! [...]Agora, **uma grande parceira foi a Regina, muito comprometida**, gostei demais de trabalhar com ela, porque eu chegava lá, **ela chamava todo mundo**, vamos resolver, ligava, sabe? “Olha nós estamos com telefone de Correio, **o Correio não quer passar!**”, “**Toma o telefone do superintendente**. Liga pra ele!”, sabe assim, foi uma parceira assim. Porque eu falo que **as políticas públicas deviam ter muitos profissionais comprometidos. Isso faria muita diferença!** [Silvana Trevisan, responsável pelo trabalho técnico social em três lotes no João Domingos Netto, Bela Vista e Tapajós, 20 de julho de 2016]

Outra importante regra do Programa Minha Casa Minha Vida, que foi gerida de diferentes maneiras em cada uma das cidades, diz respeito à obrigatoriedade do Trabalho Técnico Social (TTS), que consiste em um conjunto de ações educativas planejadas pelo proponente (Governo Estadual, do Distrito Federal ou Prefeitura Municipal, COHAB’S, Companhias de Saneamento e outras concessionárias de serviços públicos), sendo de responsabilidade do Proponente/Tomador, e podendo ser executado diretamente por ele ou terceirizado. De acordo com o Decreto nº7.499, de 16 de junho de 2011, o TTS é definido como:

um conjunto de ações que visam promover o desenvolvimento da população beneficiária, de forma a favorecer a sustentabilidade do empreendimento, mediante a abordagem dos temas mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental, e geração de trabalho e renda⁶⁴.

A portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014⁶⁵, apresenta um Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. As próprias prefeituras podem apresentar um projeto de trabalho técnico social (PTTS) ou terceirizar esse serviço mediante licitações. De acordo com a portaria nº 21, “a abordagem dos eixos

⁶⁴DECRETO Nº 7.499, DE 16 DE JUNHO DE 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7499.htm, acessado em 20/11/17.

⁶⁵Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosCidades/PAC/Manuais-Gerais-PAC/portaria21.pdf>, acessado em 20/11/2017.

no PTTS deve contemplar os temas mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental, e geração de trabalho e renda, dispostos no Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011”, abrangendo “Mobilização, organização e fortalecimento social”, “Acompanhamento e gestão social da intervenção”, além de “Educação ambiental e patrimonial”, “Desenvolvimento Socioeconômico”.

O trabalho técnico social tem o intuito de promover a mobilização e organização comunitária, a educação sanitária e ambiental, a capacitação profissional e/ou geração de trabalho e renda, procurando atender as principais demandas sociais existentes. Seu objetivo é a criação de mecanismos capazes de viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens/serviços, a fim de adequá-los às necessidades e à realidade dos grupos sociais atendidos, bem como incentivar a gestão participativa, garantindo a sustentabilidade do empreendimento (CAIXA, COTS, Maio/2013)⁶⁶. Dividido em três fases, compreende: 1. Projeto de Trabalho Social Preliminar (PTS-P); 2. Projeto de Trabalho Social – PTS; 3. Plano de Desenvolvimento Socioterritorial – PDST. Essas fases devem ser executadas, antes, durante e depois dos moradores mudarem-se para os novos conjuntos habitacionais, a fim de avaliar se as ações previstas no plano foram efetivadas. A entidade responsável por esse trabalho é avaliada através dos relatórios de atividades apresentados pelo Ente Público e encaminhado ao Ministério das Cidades. De acordo com a portaria 21, a não realização do Trabalho Social impede o Ente Público de efetuar novas contratações.

Em Presidente Prudente, as empresas Trevisan, Senac e Indago foram as responsáveis pelo Trabalho Técnico Social e em São Carlos, em entrevista com Flávia Aparecida Massoli Rocha, chefe de divisão da PROHAB, fomos informados de que em nenhum dos bairros foi realizado o trabalho técnico social, devido ao fato de os antigos gestores da PROHAB não estarem de acordo com a forma como estavam ocorrendo os processos licitatórios. Segundo ela:

Nos anos anteriores, **nós não começamos a fazer o trabalho técnico social porque o gestor do município travou**, e os gestores **também da própria PROHAB**, na administração passada, travavam o procedimento, nós também depois tivemos problemas de licitação e de questionamentos... [*Chegaram a não deixar fazer a licitação?*] É. Por conta que estava.... **Eles achavam que a licitação estava manipulando.** [*E acabou não licitando...*] Não licitando e não fazendo. Quando acabou, agora nessa nova gestão, houve a licitação e ocorreu tudo bem. **Nós começamos os trabalhos de diagnóstico da população**

⁶⁶ Disponível em: http://portal.cnm.org.br/sites/6700/6745/caderno_de_orientacao.pdf, acessado em maio de 2017.

com o Planalto Verde a partir do dia 07 de agosto [de 2017]. [*Ah então é bem recente! Desse ano?*] Desse ano! É. Então nós estamos terminando a fase do diagnóstico. **Do Eduardo Abdelnur, nós nem começamos. A empresa já foi licitada, mas o trabalho com os técnicos de porta a porta ainda não começou.** [*E quais são as empresas do Planalto e do Eduardo?*] Do Planalto é o Instituto Consciência, de Curitiba e do Eduardo Abdelnur é o INDEP, Instituto de Desenvolvimento de Pessoas de Marília. Então como eu avalio? Eu não tenho ainda como avaliar, porque os trabalhos estão bem iniciais mesmo, tá?! [Flávia Aparecida Massoli Rocha, chefe de divisão da Progresso e Habitação de São Carlos S/A (PROHAB) – 02 de outubro de 2017]

A seriedade desse trabalho em Presidente Prudente foi pormenorizada por Silvana Trevisan, no trecho a seguir. No entanto, apenas tivemos a dimensão de sua importância quando visitamos os conjuntos habitacionais e entrevistamos seus moradores, nas duas cidades, e observamos indícios de mobilização decorrente dessas ações, que interferem diretamente em seus cotidianos. Além da especificidade no caso do Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, devido a quantidade de casas, que foi muito maior do que nos outros conjuntos nos quais havia trabalhado, Silvana nos contou sobre o esclarecimento de dúvidas, que parecem banais, mas constituem os primeiros elementos que permitem a esses moradores informar-se e organizar-se para que os acordos previstos com os gestores municipais e não efetivados se estabeleçam:

Então eu fiz isso de uma forma... Em todos! O que vai diferir é a metodologia de trabalho devido a especificidade de cada, vamos dizer... da quantidade! Então era muito diferente. Então, eu trabalhava com eles desde **o que era o Programa Minha Casa Minha Vida, quais as dúvidas, o que era a prestação, o que era a casa subsidiada, [...] todos os detalhes** [...] que essa casa ela **custava pra eles e pro Estado 66 mil** e se ele paga 120 meses, que são 10 anos, o valor máximo de 80, dava nove mil e seiscentos reais, nove mil e pouco, **eu fazia essa conta com eles.** Esse nove mil e pouco, quem paga o resto? Esse fundo [apontando para o FAR no *slide* que mostrava no computador] então **eles não podem vender essa casa. Essa casa é subsidiada.** [...] E daí eu explicava **o que era um programa social,** [...] sobre as reformas e construções... Pode fazer reforma, Silvana? Pode fazer construção? E explicava detalhe por detalhe pra eles, como é que eles tinham que fazer, se eles tivessem que fazer uma reforma, por quem é que tem que passar, pela aprovação da Caixa, você entendeu? Pela prefeitura. [...]. E o que era o meu trabalho? **O meu trabalho é diferente da construtora.** “Porque, ah, Silvana...!” Eles ligam aqui até hoje, até hoje eles têm essas dúvidas, e olha que foi trabalhado em todas as reuniões. **“Ah está vazando a minha torneira!”**, **“mas não é comigo, a torneira é com a construtora!”**. [...]. Eu **direcionava.** Eu tenho que direcionar pra construtora, eu não respondo. Ou o 0800 da Caixa. [...]. **Quantas articulações e parcerias que nós fizemos.** Com a rede pública, sabe?! De serviço, CRAS, CREAS, educação, **a gente fez vários combinados, porque lá não tinha escolas, sabe?!** [...] capacitação de renda, aqui foi

feito um trabalho com eles de capacitação, o que nós fizemos? **Nós levantamos cada microempresário que tinha lá, prestador de serviço e nós fizemos capacitações.** Para eles poderem fortalecer enquanto microempresários, até deixamos sugestões para eles formarem talvez uma cooperativa de compras, que sai muito mais barato. Então juntamos lá quem faz, quem presta serviços na área de alimentos, quem presta serviços na área de beleza, sabe? [...]. Eu explicava do conjunto habitacional. Olha, eu fiz uma planta, com o Vitor [Camacho] aqui. Aqui é o conjunto habitacional, e aí **tudo o que está previsto para construir dentro do conjunto habitacional.** E enquanto isso, o entorno do conjunto habitacional. Isso tudo foi na cartilha. [...], mas eu explicava pra eles. [...] **O correto, sabe, era ter construído o conjunto habitacional e já construído os equipamentos. Só que alguns equipamentos foram construídos e outros não.** [...] segundo a informação que eu tenho, **é que a construtora que estava construindo o lote, a Caixa ofereceu pra ela construir o equipamento.** Então no lote 3 estava previsto o Estratégia de Saúde da Família [ESF], só que teve algumas construtoras que aceitou, outras não. Falava que o dinheiro.... **Não era possível com aquele dinheiro!** Então, o que aconteceu?! Quando entregou o conjunto habitacional, eu tinha um ESF só, não tinha o segundo. Um não podia funcionar sozinho. A creche estava construindo, até hoje ainda está construindo, mas era pra ter sido entregue junto, mas daí houve um atraso na obra, eu não sei o que aconteceu. Aqui, o CRAS, que era **um CRAS de referência, também não se acertou com a construtora, então agora parece que vai para licitação de novo pra construir. Então qual foi o acordo que foi feito com as políticas, com a educação?** Então, com a educação, **quando eu fiz o diagnóstico,** eu entreguei um *pen drive* pra eles, **com todas as crianças que eu tinha que ia mudar.** Todas! Com a idade dela, data de nascimento e que escola ela estava. Entendeu? Pra eles. Olha, ela está nessa escola, **ela precisa de vaga.** Só que a educação não conseguiu colocar as crianças no entorno! Então, **fez um acordo com a empresa de transporte coletivo. A empresa daria o passe pra mãe, tá?!** Você vai falar: “aconteceu isso bonitinho?” Não aconteceu como deveria acontecer! **Porque a gente faz os acordos aqui, a nível de gestão e às vezes a execução dá problema.** Aí o motorista do ônibus fala que a criança não pode passar debaixo da [roleta].... Aí eu falo: “como é que vai passar a criança? “Até tanta idade, passa por debaixo da catraca!” Aí o motorista é novo e não sabia, não ia. Aí a família vinha e ligava na Trevisan: “**Silvana, é uma mentira tudo isso! Ele não deixou passar!**” Você entendeu? Então a empresa de ônibus de repente falou: “Ah, é muita gente!”, então, no meio do processo, [...] era uma trabalhadora danada! **Você tinha que chamar a empresa, ir lá na secretaria de educação e falar: “gente, mas e o nosso combinado? Foi combinado! Olha, o que aconteceu? Não está sendo executado!”**, “Ah, vamos ver o que aconteceu!” “Sabe esses tipos de coisas que às vezes acontecem em termos de... Entendeu? [...]. Então, houve todos esses combinados pra atender aqui, mas muitas coisas... E até hoje eles reclamam, você vai ouvi-los! E assim, **no fim o que era pra ser inaugurado não foi,** você vai ouvir! Que as **políticas não acompanharam esse processo.** [...] foi destinado 24 lotes para as áreas comerciais, **explicava pra eles o que estava previsto** [mostrando no mapa], porque aqui é uma escola, aqui é o Estratégia, aqui é um CRAS com praça de esportes, aqui é a creche e aqui é o Estratégia de Saúde da Família. **Tudo isso deveria ter sido**

entregue prontinho? Deveria! Desse tamanho você deveria ter tudo já pronto. Não aconteceu. As políticas sempre chegam depois, infelizmente. As áreas verdes: **área de preservação permanente e área verde.** Explicava qual a diferença de uma e de outra: aqui tem alambrado, aí eu brincava com eles: **“sabe aquele sofá velho, que não coube na sua casa? Aí você vai lá e fala assim: hoje eu vou jogar nesse buracão, e não é buracão. É uma área de preservação, vai ser plantado árvore!”** Daí eu explicava das árvores. “Aquilo vai virar um bosque”, sabe?! Então explicava pra eles [mostrando as imagens de APP e áreas verdes] **“aqui você pode pisar, aqui você pode jogar bola com seu filho. Aqui não. Aqui você tem que preservar, ajudar a gente a preservar!”.** E sensibilizava eles com a questão da área verde. **Das tarifas sociais, como que funcionava, que eles tinham direito.** “Você tem tarifa social lá? Como você vai fazer? Você não tem? Como que é?” Então explicava. Sabe, dos acordos: do transporte coletivo, do Correios, explicava pra eles, que **o Correio não estava previsto lá, que ia ser uma luta mesmo, que eles precisavam se organizar, se mobilizar, foi aí que nós montamos uma associação, uma comissão de moradores.** Assim que eles mudaram. **Uma luta! Porque também ninguém quer assumir lá uma comissão de moradores, porque é muita gente, assusta! [E já está funcionando?]** Está. Eles fizeram uma festa junina domingo, eles que organizaram, vieram aqui...[...] **Tem muitas brigas entre eles, muitas discussões,** no sentido de “eu penso assim eu penso assado”, então não se achou ainda uma forma de comunicação com eles, aí eles ficam sabendo depois. **Porque como é muito grande, então uma das lutas é a questão do Correio.** Mas o Correio fala o seguinte, ele tem uma lei, e eu explico isso pra eles, que se não tiver uma caixinha, o Correio pode não entregar a carta pela lei deles. Então eles não podem permitir que seja essa a alegação do Correio. Então eu falava com eles: “vocês vão ter que ter uma caixinha”, “ah, mas eu não tenho dinheiro pra comprar!” **“Pega uma lata de tinta, pinta ela, escreve Correio, e já sabe!”.** Então eu dou essas orientações, esses detalhes pra eles. **São detalhes! E pra eles serem orientados sobre isso, sabe? Então eu pegava as leis das agências de tarifas sociais, dos Correios e já trabalhava em cima daquilo que eles tinham que se organizar, você entendeu? [...]** E o 0800 da Caixa, “Ah, eu fui na construtora, uma vez, olha, meu cano está vazando, não consertou. Fui na construtora de novo...” - porque a construtora ficou de plantão lá. **“Não deu certo? Não deu. Liga no 0800 da CAIXA, já liga na CAIXA”,** a CAIXA que manda. O aquecimento solar... que é outra coisa que você tem que orientar bem eles. Não é algo comum! Você entendeu? Então a gente falava do aquecimento, [...]. Pra evitar acidentes! **Como funcionava... a energia solar, a economia que eles estavam fazendo de usar,** porque falava: “Ah, não funciona esse negócio!” Então eu explicava. [...] “olha, está pronta uma **cartilha social,** na hora em que vocês mudarem...” meu medo de entregar antes era que na mudança eles não levassem a cartilha, e na cartilha tinha tudo, número de tudo e perdessem... Então o que a gente fez? A minha equipe estava lá, inclusive eu estava lá também, **no primeiro dia, que entregou a chave, no outro dia a gente já estava lá.** Porque eu já tinha organizado com a Regina [Penati], de pegar o ESF, fui avisando todo mundo, **mandei uma cartinha pra todo mundo, colocando debaixo da porta,** “estamos no ESF. Estamos na Trevisan e no Estratégia, utilizando o **espaço do Estratégia**” e ao mesmo tempo, a minha equipe estava na

rua. Então, nós tínhamos todas as casas, todo mundo tinha um mapa, de quem mudou e quem não mudou, quem estava mudando e quem não estava mudando. Então quem mudava naquela semana, “ah, eu mudei”, então a gente **ia lá e fazia uma visita de boas-vindas e entregava a cartilha**, “olha, seja bem-vindo. “Como foi colocado a cartinha embaixo da sua porta, nós estamos no Estratégia, no que você precisar”. Nesse meio tempo, muitas coisas aconteceram: casas invadidas, gente que não mudou imediatamente, gente que faleceu, e aí a gente ia trabalhando as especificidades: “Faleceu? Faleceu”. Ia lá e via qual era a situação, estudava, ia pra Caixa, vinha pra prefeitura, você entendeu? **São as individualidades** que a gente ia tentar trabalhar, **pra saber os procedimentos**, como vai ser feito, como não vai ser feito, vai passar a casa pro próximo, invadiu, como que faz todo o tramite de tirar da invasão? [Silvana Trevisan, proprietária da Trevisan Assessoria e Consultoria, 20 de julho de 2016]

Observamos que os efeitos das ações realizadas pelo trabalho técnico social foram objetivamente substanciados tanto na presença de associação de moradores em quatro dos cinco conjuntos habitacionais financiados pelo PMCMV em Presidente Prudente, quanto na preservação de suas áreas institucionais, que não apresentam sinais de abandono ou vandalismo. Subjetivamente, essas ações comparecem na fala de seus moradores, quando manifestam indignação com algum direito desrespeitado, ou valorizam resultados de suas mobilizações, como o acesso ao serviço dos Correios, a realização de festas juninas e a ocorrência da feira semanal no Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, mesmo que outras experiências possam ter favorecido tais conquistas⁶⁷.

A implantação do PMCMV em Presidente Prudente e São Carlos ocorreu de formas distintas, especialmente no que se refere ao processo de indicação das famílias. Como mencionado anteriormente, não conseguimos localizar os responsáveis pela efetivação desse programa no Residencial Zavaglia, na referida cidade, o que pode, inclusive, ter influenciado nossa interpretação⁶⁸. Nossa hipótese é que, em parte, tais diferenças decorrem das diversas escalas que envolvem esse programa habitacional, que deveriam otimizar a qualidade habitacional, mas são negligenciadas ao longo do processo. Ao mesmo tempo, evidenciam a importância política dos sujeitos locais na efetivação de políticas públicas.

Embora neste trabalho nos apropriemos das experiências de vida dos moradores desses conjuntos habitacionais para entender a produção do espaço urbano, ponderamos sobre a importância de se pensar o PMCMV interescalarmente, relacionando-o a outras

⁶⁷ Pela sua importância para essa tese, a questão é desenvolvida especialmente no capítulo 3.

⁶⁸ Temos evidências de que a alta rotatividade de funcionários diretamente relacionados a esse processo em São Carlos tenha contribuído com a baixa qualidade do trabalho realizado.

escalas de planejamento e gestão. Nesse sentido, estamos concebendo a escala para além de um nível de demarcação no território, com o envolvimento de conteúdos históricos e sociais, que permitem relacionarmos fatos que ocorrem em uma rua qualquer de uma cidade, a processos que são resultantes de multiescalaridades. Melazzo e Castro (2007, p.133) problematizam “a escala como noção e como conceito” e apontam para “a necessidade de construção de uma teoria da escala”. Segundo os mesmos autores, “a escala geográfica não é um *a priori* ou uma mera questão de escolha do analista quando delimita suas estratégias investigadoras” (idem), ou seja, trata-se de uma escolha que necessita levar em conta os objetivos da pesquisa. De acordo com Souza (2013, p.187), “era costume e, infelizmente, ainda é comum os pesquisadores (e planejadores) tomarem os níveis da realidade como ‘dados’, quase da mesma maneira como observamos uma porção da superfície terrestre expressa em uma fotografia aérea ou imagem de satélite”, o autor ainda ressalta que “as escalas de análise não são ‘dadas’: elas são antes ‘arrancadas’ da realidade do processo de construção do objeto de conhecimento por parte do pesquisador” (idem, p.188).

Assim, “a escala, entendida como delimitação territorial de um objeto de pesquisa, não tem mais sentido se a articulação entre as escalas geográficas não for a condutora da elaboração do pensamento” (SPOSITO, 2016 [2011], p.136). Tal acepção fica evidente na análise da unidade habitacional, proposta por Souza (2013, p.203, n.r. 60), conforme o fragmento a seguir:

A unidade habitacional (isto é, a moradia), conquanto diga respeito, essencialmente, à esfera privada, deve ser, em diversas circunstâncias, considerada como uma escala relevante também para a análise de processos e ações de natureza e alcance coletivos, que dizem respeito fortemente à escala local (e também à nacional, e até à internacional): por exemplo, por ser objeto de políticas habitacionais e também no momento de se compatibilizar preferências individuais/privadas com a regulação coletiva/pública/estatal do espaço.

Partindo do pressuposto de que a escolha da escala do fenômeno depende do objeto de pesquisa, mas levando em conta que a escala de análise deverá articular-se com processos mais gerais, visto que atualmente, todos os eventos encontram-se articulados, reiteramos a necessária reflexão a respeito do papel da escala. Pesquisar os processos por eles mesmos seria inútil ou correríamos o risco de cair no senso comum e perder o rigor científico, afinal “nada pode ser explicado apenas numa escala, mesmo que estejamos nos referindo à escala internacional” (SPOSITO, 2016 [2011], p.130).

Dessa forma, ponderamos que o nosso foco no cotidiano dos moradores contemplados por habitações do MCMV, com suas práticas socioespaciais, implica na sua articulação com os desdobramentos deste programa habitacional, realizado em escala nacional, que leva em conta um conjunto de procedimentos que são concebidos em escala global, como a produção em série, a *standardização* das casas e dos seus materiais construtivos. Nessa pesquisa, interessa-nos compreender como esse conjunto de aspectos, que são realizados multiescalarmente, interfere nas relações socioespaciais de tais cidadãos, mas, sobretudo, interessa-nos compreender como tais relações, materializadas em práticas socioespaciais, influenciam nos processos de produção do espaço urbano. Atribuímos a voz aos habitantes “que são os menos escutados e indiscutivelmente os principais atores e afetados ante a incapacidade do Estado para enfrentar o problema da habitação⁶⁹” (ORTIZ, VIEIRA, OROSCO, 2015, p.61). Para este caso específico dos objetivos dessa pesquisa, essa é a escala mais apropriada, o que não significa presumir que essa é melhor do que outra, ou única possível, “não há uma escala que *a priori* seja melhor que outra. Sua escolha, para efeito de pesquisa, vincula-se a propósitos do pesquisador, que constrói o seu objeto de investigação” (CORRÊA, 2016 [2011], p.42).

Como nossos objetivos voltam-se à compreensão dos efeitos do PMCMV após a entrega das chaves, ou seja, no cotidiano de seus moradores, nossa escala de fenômeno escolhida é a do cotidiano, ou a denominada de microlocal por Souza (2013, p.204), visto que “é nessa escala que eles poderão monitorar mais eficientemente a implementação de decisões que influenciam sua qualidade de vida no cotidiano” (SOUZA, 2013, p.204).

Dessa maneira, realizamos as entrevistas com os moradores dos conjuntos habitacionais financiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida, denominados de cidadãos, como um dos procedimentos metodológicos utilizados que nos possibilitaram articular aspectos do espaço intraurbano dessas cidades com níveis globais. Buscamos realizá-las para que pudéssemos tomar como ponto de partida de nossa análise a relação entre o cidadão (os novos moradores do PMCMV) e o espaço (os novos conjuntos habitacionais). Com base nesses relatos orais, e levando em conta os silêncios, gestos, aspectos subjetivos presentes nas narrativas desses moradores, visamos apreender no próximo capítulo a vida cotidiana dos habitantes desses novos espaços da cidade, relacionando-as a escalas mais amplas de análise nas quais estão envolvidos.

⁶⁹ Tradução nossa de: “*quienes son los menos escuchados e indiscutiblemente los principales actores y afectados ante la incapacidad del Estado para enfrentar el problema de vivienda*”.

2 - O Programa Minha Casa Minha Vida e o Direito à cidade: sujeitos reais, cotidianos possíveis



FOTO 7 - Canteiro de obras das unidades habitacionais do Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, Presidente Prudente, 2014.

FOTO 8 - Vista aérea do Residencial Eduardo Abdelnur, São Carlos, 2016.

Fonte: Site da Lomy Engenharia. Disponível em: <http://www.lomyengenharia.com/Apresentacao.php?ID=49>, acessado em dezembro de 2015 e Site RPS Engenharia. Disponível em: <http://rpsengenharia.com.br/imoveis-a-venda/residencial-abdelnur>. Acessado em 12 de julho de 2016.

As FOTOS 7 e 8 que abrem esse capítulo são de dois dos oito conjuntos habitacionais financiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida em Presidente Prudente e São Carlos, que pesquisamos nessa tese para entender, a partir do cotidiano de seus moradores e em suas relações com os demais espaços urbanos, o papel da casa própria na afirmação desses cidadãos como cidadãos. Tais fotos evidenciam algumas das principais estratégias utilizadas pelas construtoras no Brasil, quando atuam no segmento da habitação de interesse social, que são analisadas por muitos pesquisadores do tema (RUFINO, 2015, ANDRADE, 2015; ROLNIK, 2015): a construção em escala, a padronização dos projetos e em áreas periféricas, as quais sempre ficam evidentes essa localização no limite entre o urbano e o rural.

Consideramos que embora esses sejam aspectos comuns à vigência do PMCMV em todo o Brasil, quando comparamos Presidente Prudente e São Carlos, constatamos que houve particularidades ocorridas em cada cidade, relacionadas tanto à sua localização na rede urbana quanto à atuação dos sujeitos responsáveis pela condução dessa política habitacional em cada município, que acabou por revelar a importância da escala municipal para o gerenciamento desse Programa Federal. Essas particularidades influenciaram de modos distintos a articulação dos cidadãos no seu espaço de moradia, embora a importância da casa própria tenha sido significativamente enfatizada em 31 das 40 entrevistas semi-estruturadas que apresentaremos ao longo desse capítulo.

Inicialmente, discutiremos as metas e as regras do PMCMV no âmbito nacional para, em seguida, evidenciar as responsabilidades e o capital político gerado em nível municipal, importantes para o entendimento das particularidades identificadas em cada cidade.

2.1. O Programa Minha Casa Minha Vida: regras nacionais, agentes locais e conjuntos habitacionais reais



FOTO 9 – O Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, em Presidente Prudente: Fronteiras entre o urbano e o rural, abril de 2016.
Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Olha que gosto daqui, dá uma olhada. [mostrando alguns cavalos que estavam na calçada] [*tem animais, né?!*] Quando nós entramos aqui, não tinha muro. Nem muro nem piso no chão. [*Já pensou, uma vaca dentro de casa? – risos*]. Não, mas tinha mesmo! Está vendo essas moitas aqui? No meio das casas tinha de monte, vinha, estava tudo pastando aí. Dentro do quintal. Aí foram fazendo cerca, fazendo cerca... é difícil acontecer isso, mas acontece. [Alberto, 68 anos, frisador ferramenteiro aposentado, Jardim Zavaglia, São Carlos – 10 de setembro de 2016]

Em Presidente Prudente e São Carlos, assim como em grande parte das cidades analisadas pela bibliografia específica, as unidades do PMCMV estão situadas nos limites do perímetro urbano, sendo que em ambas encontramos animais de grande porte, como apresentadas na FOTO 9, e na fala de Alberto, que abrem essa seção. Os PLHIS de cada uma das cidades ajudam a explicar tal característica, como é o caso do município de Presidente Prudente que, de acordo com o seu PMHIS (2012, p.71), elaborado durante a implementação dos novos conjuntos habitacionais do PMCMV, afirma que “não dispõe de legislação específica de zonas de especial interesse social e, conforme informações da Secretaria de Planejamento, o município não dispõe de estoque de terras públicas para implantação de novos loteamentos de interesse social”, além disso, o mesmo relatório aponta que o município “não possui reservas fundiárias atualmente e também não possui nenhuma estratégia para obtenção destas reservas para as demandas futuras, comprometendo assim o adequado planejamento da habitação de interesse social” (idem, p.73).

Em São Carlos, a partir dos levantamentos realizados na etapa de Diagnóstico do PLHIS, foram identificadas diferentes situações referentes às antigas e as potenciais novas Áreas de Especial Interesse Social (AEIS). Embora prevaleça a indicação de loteamentos sociais em áreas segregadas, como o Antenor Garcia, Jardim Gonzaga, Monte Carlo, Cidade Aracy, São Carlos VIII, Santa Angelina, há indicação de “áreas vazias públicas com potencial para implantação de HIS, as quais deverão ser transformadas legalmente em AEIS”, entre elas, cabe destacar o Jardim Ipanema, localizado próximo aos condomínios horizontais ‘Montreal’ e ‘Moradas de São Carlos’, além da Estância Suíça, na área pericentral da cidade. No mesmo documento, ainda se alerta para o potencial de implantação de habitação de interesse social em “vazios urbanos ou áreas subutilizadas, de caráter privado, inseridas na malha urbana consolidada com infraestrutura, equipamentos, comércio e serviços”.

Em ambas as cidades, nos seus respectivos Planos Diretores, há previsão de uso de instrumentos urbanísticos, como a **Edificação, utilização e parcelamento compulsórios, IPTU progressivo no tempo, Desapropriação Compulsória etc., no entanto, não foram implementados em nenhuma delas, desrespeitando, inclusive, às regras** do PMCMV, que institui a “implantação pelos municípios dos instrumentos da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, voltados ao controle da retenção das áreas urbanas em ociosidade” (ROLNIK, 2015, p.7). Além desta, há várias outras regras, cuja implementação resultou em readequações, de acordo com a parte interessada, que só

podem ser compreendidas levando-se em conta as lógicas que nortearam o próprio programa.

O Programa Minha Casa Minha Vida foi lançado em 2009, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e teve como objetivo duplo impactar na economia e ainda diminuir o *déficit* habitacional, subsidiando unidades habitacionais, a partir do crédito e da redução de juros do financiamento⁷⁰. Foi direcionado à três faixas de renda mensal, com formatos e taxas diferentes. Durante sua trajetória, teve três distintas fases marcadas pelas adaptações das respectivas faixas de renda⁷¹, sintetizadas na TABELA 3:

	1ªfase (2009-2011)	2ªfase (2012-2015)	3ªfase (A partir de 2016)
Faixa 1	Até R\$1.395,00	Até R\$1600,00	Até R\$1.800,00
Faixa 1,5	-	-	Até R\$2.600,00
Faixa 2	Entre R\$1396,00 e R\$2.790,00	Entre R\$1.601,00 e R\$3.600,00	Entre R\$2.601,00 e R\$4.000,00
Faixa 3	Entre R\$2.791,00 e R\$4.650,00	Entre R\$3.601,00 e R\$6.500,00	Entre R\$4.001,00 e R\$9.000,00

TABELA 3 - Fases e faixas de renda, Programa Minha Casa Minha Vida.

Fonte: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/releases/2017/02/entenda-as-novas-regras-do-minha-casa-minha-vida>,
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3342964/mod_resource/content/0/PDF.pdf.

Na primeira fase (2009 - 2011), o objetivo era a construção de um milhão de moradias, distribuídas de acordo com o então *déficit* habitacional no país, que concentrava 90,9% para quem recebia de zero a três salários mínimos; 6,7% para quem recebia de três a seis salários mínimos; 2,4% para quem recebia de seis a dez salários mínimos (HIRATA, 2009). No entanto, conforme analisaram Arantes e Fix (2009), ainda durante o lançamento do programa, devido à preferência do mercado pelo segmento de renda média, no qual poderiam obter maiores ganhos, seriam destinados 60% das unidades e 53% do subsídio público às famílias com renda entre 3 e 10 salários mínimos, que correspondiam a apenas 15,2% do total do *déficit*, enquanto que para as famílias que tinham rendimento abaixo de 3 salários mínimos, seriam destinadas apenas 35% das

⁷⁰ Outros aspectos, como o ganho político serão oportunamente abordados ao longo deste capítulo.

⁷¹ Outras regras, como o teto para financiamento de imóveis para a faixa 2 e 3 também foram estabelecidas e se diferenciam de acordo com a região, classificação quanto à metrópole e número de habitantes.

unidades, o que corresponderia a 8% do total do *déficit* para essa faixa. O atendimento à faixas inferiores, de acordo com Arantes e Fix (2009, p.9), só ocorreria se as empresas conseguissem torná-las igualmente lucrativas “por uma simples regra de mercado. Para tanto, estão fazendo pleitos junto ao governo para que amplie os valores da produção ‘por oferta’, até alcançar o ponto ótimo da viabilização do negócio, pois é disso que estamos falando”.

Na segunda fase do programa, houve um aperfeiçoamento das regras de financiamento em relação à primeira, sendo a meta aumentada para a construção de 2 milhões de unidades habitacionais, dessa vez, 60% destinadas para famílias de baixa renda. A partir dessa fase, foi dada prioridade para as unidades habitacionais destinadas às famílias inseridas na faixa 1⁷².

A terceira fase, na qual a meta era entregar mais de 3 milhões de unidades habitacionais⁷³, foi lançada oficialmente durante o processo de *impeachment* da Presidente Dilma Roussef, em 30 de março de 2016, com redução da meta para 2 milhões de unidades habitacionais. Em fevereiro de 2017, o presidente em exercício, Michel Temer, anunciou alterações nos limites das faixas de renda, e prestações entre R\$80,00 a 270,00, conforme a renda bruta familiar⁷⁴. Houve também a inclusão da faixa 1,5, que poderia adquirir um imóvel novo com taxas de juros de 5% ao ano e até 30 anos para pagar, com subsídios de 47,5 mil reais; a faixa 2 para famílias com subsídios de até 29 mil reais e a faixa 3, com taxas de juros diferenciadas⁷⁵.

Nessa tese de doutorado, direcionamos nossa atenção aos conjuntos habitacionais aprovados até 2012, durante a segunda fase do PMCMV, destinados aos segmentos da faixa 1, sendo cinco em Presidente Prudente e três em São Carlos, cujas principais informações são apresentadas na TABELA 4:

⁷² Nessa fase, o número total de unidades construídas foi maior do que o inicialmente estipulado, sendo um milhão e seiscentos mil para a faixa 1, seiscentos mil para a faixa 2 e duzentos mil para a faixa 3, num total de dois milhões e quatrocentos mil novas moradias. Retirado de: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3342964/mod_resource/content/0/PDF.pdf.

⁷³ Informação retirada de: <http://www.pac.gov.br/noticia/20eec3f6>, consultado em outubro de 2014.

⁷⁴ Até a fase 2, o valor máximo da prestação para essa faixa de renda era até R\$80,00.

⁷⁵ Retirado de: <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>, consultado em maio de 2017.

Nome do Conjuntos Habitacionais	Aprovação	Entrega	Cidade	U.H.	Tamanho	Construtora	Responsável pelo TTS
Jardim Zavaglia	Fev/2010	Set/2011	São Carlos	1000	42,52m ²	RPS Construtora	-
Residencial Eduardo Abdelnur	Dez/2012	Abr/2016	São Carlos	986	45,51m ²	RPS Construtora	-
Residencial Planalto Verde	Dez/2012	Out/2015	São Carlos	806	42,98m ²	Construtora Marimbondo	-
Residencial Tapajós	Set/2011	Dez/2013	Pres. Prudente	227	43,94m ²	Monteiro Mello Fernandes	Trevisan Consultoria
Residencial Bela Vista I	Dez/2011	Fev/2014	Pres. Prudente	162	43,94m ²	Monteiro Mello Fernandes	Trevisan Consultoria
Residencial Cremonezi	Jul/2012	Nov/2014	Pres. Prudente	402	43,94m ²	Monteiro Mello Fernandes	SENAC
Jardim Panorâmico	Mar/2012	Fev/2014	Pres. Prudente	330	s.i.	CAS Construtora	INDAGO
Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto-lote 1 (amarelo)	Fev/2012	Set/2016	Pres. Prudente	484	43,6m ²	Menin	INDAGO
Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto – lote 2 (verde)	Fev/2012	Set/2016	Pres. Prudente	483	44,5m ²	HTLS	Trevisan Consultoria
Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto – lote 3 (azul)	Fev/2012	Set/2016	Pres. Prudente	466	43,6m ²	Menin	Trevisan Consultoria
Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto – lote 4 (vermelho)	Fev/2012	Set/2016	Pres. Prudente	444	43,6m ²	Lommy	INDAGO
Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto – lote 5 (branco)	Fev/2012	Set/2016	Pres. Prudente	466	44,5m ²	HTLS	Trevisan Consultoria

TABELA 4 – Caracterização dos Conjuntos Habitacionais aprovados até 2012, pelo Programa Minha Casa Minha Vida em Presidente Prudente e São Carlos.
Fonte: Ministério das cidades: SNH/ DHAB/ DUAP/ CAIXA/ IBGE. Dados coletados em: 31 dez. 2012.

Embora o PMCMV tenha sido utilizado como uma medida contra a crise econômica, a proposta de uma política habitacional já vinha sendo esboçada durante o período de pré-candidatura da primeira eleição de Lula à presidência da República. Por um lado, a dimensão econômica prevaleceu, assim, a maioria das ações inicialmente previstas no Plano Nacional de Habitação - PlanHab⁷⁶ não foram consideradas, pois “as medidas deveriam ser imediatas e, portanto, desviar de qualquer política complexa que exigisse longo tempo de maturação ou que encontrasse resistências, como é o caso de uma política fundiária” (ROLNIK, 2015, p.301). Por outro, o número de unidades habitacionais produzidas pelo Programa Minha Casa Minha Vida é, sem dúvida, algo inédito na história da política habitacional brasileira, visto que foi lançado em 2009, e “contratou em apenas 5 anos quase 80% das unidades que o BNH financiou nos seus 22 anos de existência, sendo que cerca da metade dessas unidades já foi entregue”⁷⁷ (AMORE, 2015, p.12). Além disso, representou uma oportunidade para as famílias com rendimentos de 0 a 3 salários mínimos, visto que seus subsídios “podem chegar a 96% dos valores financiados” (idem). Outro detalhe importante é o fato de suas faixas de renda serem “definidas em reais, sem correção desde o lançamento da Fase 2, cada qual associada a diferentes fundos, níveis de subsídio, tetos de financiamento e custos de produção” (AMORE, 2015, p.19), evitando assim que ocorra a exclusão dos mais pobres, visto que de 2003 a 2015, houve “uma política de aumento sistemático” (idem) dos valores do salário mínimo.

No que se refere ao tamanho dos empreendimentos, é necessário levar em conta que no regulamento do PMCMV, há restrições quanto ao número de unidades, “estabelecido em função da área e do projeto, limitado em 500 unidades por empreendimento” (idem, p.8), visando evitar a tendência de grandes aglomerações. No entanto, as construtoras adotaram como estratégia segmentar áreas contíguas em vários loteamentos, como ocorre em ambas as cidades pesquisadas (MAPAS 9 e 10). Em São Carlos, por exemplo, o Jardim Zavaglia⁷⁸, foi inicialmente aprovado em três lotes,

⁷⁶ O contexto e os objetivos do PlanHab serão retomados no capítulo seguinte, quando analisaremos a influência do Neoliberalismo na formulação do PMCMV e no cotidiano de seus moradores.

⁷⁷ “Estudos sobre o BNH apontam que durante sua existência foram financiadas aproximadamente 4,5 milhões de moradias, ¼ de toda a produção, incluindo a produção informal. Os dados gerais do Programa Minha Casa Minha Vida em meados de 2014 davam conta de 3,5 milhões de unidades contratadas, 1,7 milhões entregues” (AMORE, n.r., 2015, p.12).

⁷⁸ Embora tenha sido inicialmente aprovado como Jardim Gramado módulo I (500 u.h.), II (250 u.h.) e III (250 u.h.), seu nome foi alterado, a partir de projeto de lei de autoria do vereador Antônio Carlos Catharino, para “Residencial Deputado José Zavaglia, que foi um são-carlense, filho de imigrantes italianos, nascido em 9 de janeiro de 1918. Empresário, deputado estadual (1974) e vereador (1968) de São Carlos. Faleceu aos 78 anos de idade, em sua residência, na Rua Episcopal, 2055”. Retirado da matéria: “Residencial

somando um total de 1.000 unidades em uma única área. Em Presidente Prudente, na área em que estão localizados os Residenciais Cremonezi, Tapajós e Bela Vista, somam 791 unidades habitacionais, e os cinco lotes do Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto somam 2.343 unidades. Nesse conjunto habitacional⁷⁹ especificamente, a decisão de construir uma grande quantidade de unidades em uma única área, partiu da própria prefeitura que já era sua proprietária, com a justificativa de atender a um maior número de famílias. Tal decisão corrobora estratégia amplamente empregada pelas empresas que atuaram no PMCMV de “construção de megaempreendimentos padronizados inseridos nas piores localizações da cidade, isto é, onde o solo urbano é mais barato” (ROLNIK, 2015, p.310).

Em Rolnik (2010, p.26), com base numa cartilha financiada pelo Ministério das Cidades, é apresentado um conjunto de orientações para a efetivação do PMCMV, entre elas, para os loteamentos faixa 1, que

deveriam ter no mínimo as seguintes características: inserção na malha urbana; existência prévia de infraestrutura básica que permita as ligações domiciliares de abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, vias de acesso e transportes públicos; existência de infraestrutura para a coleta de lixo e drenagem urbana; existência ou ampliação dos equipamentos e serviços relacionados à educação, saúde e lazer.

Em parte, tais regras são infringidas tanto “porque as construtoras, ao tentarem viabilizar a racionalização do processo produtivo, com o intuito de reduzir os custos da produção através dos ganhos com produtividade, ampliam as dimensões físicas dos

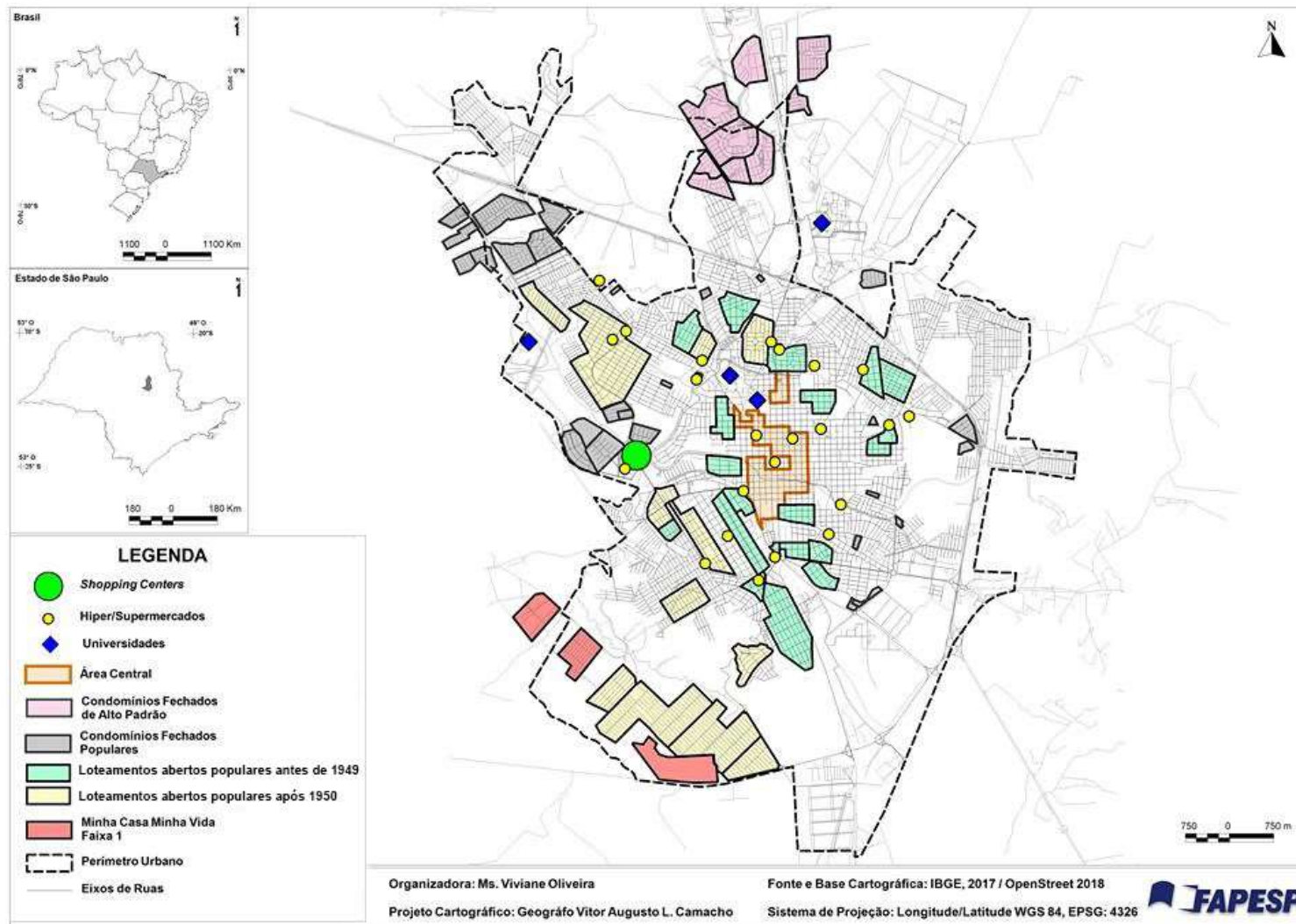
Gramado terá nome do ex deputado José Zavaglia”, de 28/05/2010. Disponível em: <http://www.saocarlosagora.com.br/cidade/noticia/2010/05/28/10179/residencial-gramado-tera-nome-do-ex-deputado-jose-zavaglia/>. Acessado em 19/07/2016.

⁷⁹ Nesse conjunto habitacional houve uma particularidade: em 2004, a prefeitura realizou um sorteio para as pessoas interessadas em participar do programa de habitação, através de lotes urbanizados fornecidos pelo Município, sendo na época um total de 1.677 sorteados habilitados (EDITAL PMPP, 2014). No entanto, as obras para a infraestrutura do local ficaram suspensas até 2009, quando ocorreu uma nova parceria através do Governo Federal, com PMCMV. A Prefeitura Municipal firmou um acordo junto ao Governo Federal para implantar e construir um conjunto habitacional na área, faixa 1. Para que fossem construídas as habitações, através da Lei nº 7.614/2011, a Prefeitura Municipal doou ao FAR/Governo Federal, a área destinada ao loteamento. No artigo 8º, inciso II, da referida lei, consta que a Caixa Econômica Federal contemplaria os sorteados e habilitados pelo Município de Presidente Prudente (em 2004) para os lotes referentes ao Conjunto Habitacional, **desde que atendidos aos requisitos preceituadas pelas normas do PMCMV Faixa 1**. Como dez anos haviam decorrido, em 2014, a Prefeitura elaborou um novo edital convocando os sorteados em 2004 para fazer a atualização de dados cadastrais e da situação do sorteado/habilitado. Após a atualização e análise dos dados cadastrais pela Secretaria de Assistência Social, dos 1677 sorteados habilitados anteriormente, 1143 permaneceram com o direito às habitações, por continuarem dentro dos critérios do programa. Como seriam construídas 2.343 habitações, as 1.200 habitações restantes foram sorteadas entre as novas famílias inscritas, sendo 117 sorteadas para idosos e outras 117 para Pessoas com Necessidades Especiais (PNE's).

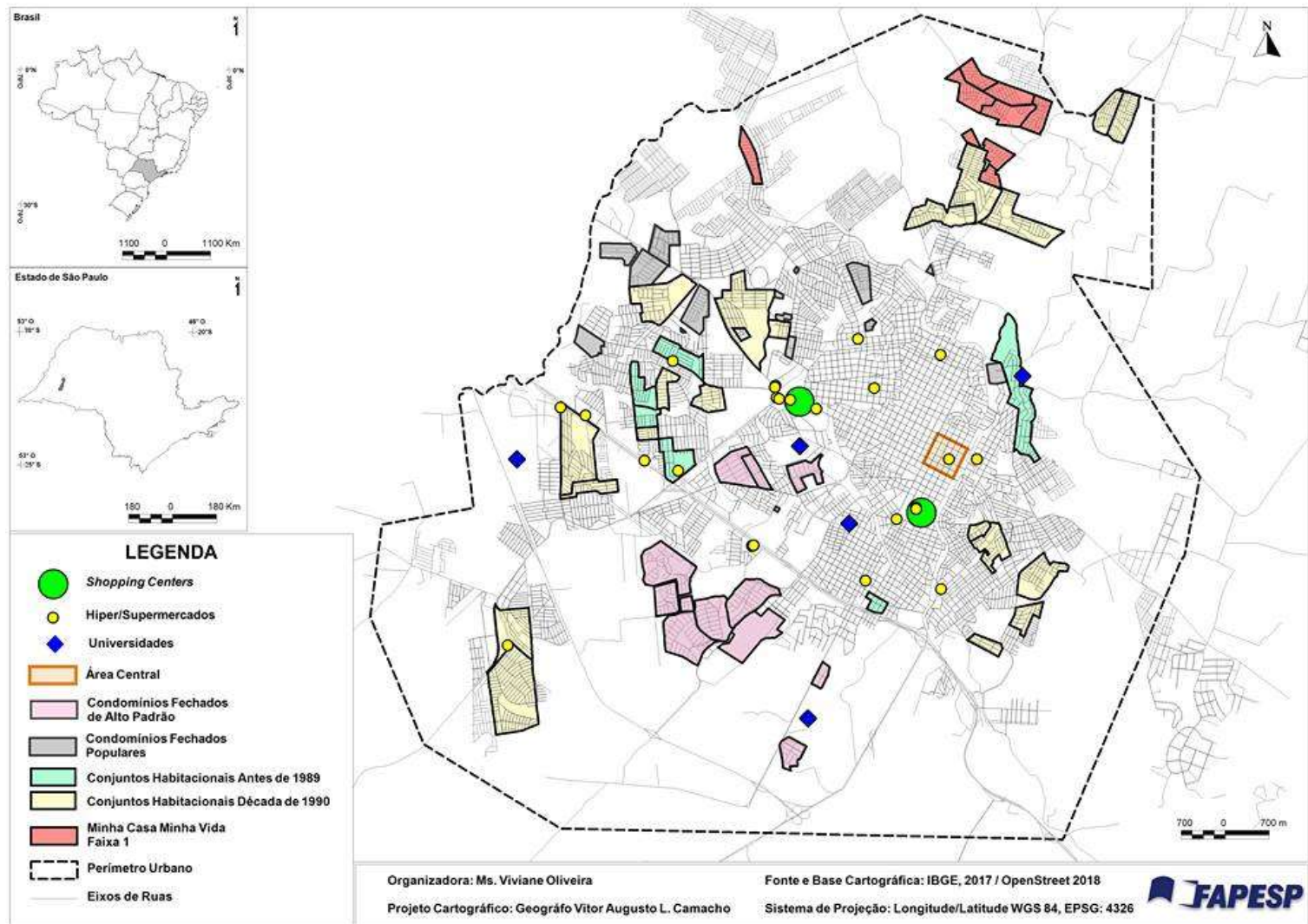
empreendimentos” (MAIA e LUCENA, 2015, p.365), quanto devido ao programa ter atribuído “aos municípios o papel de aprovar, em suas instâncias administrativas, os projetos dos empreendimentos, de modificar as respectivas legislações urbanísticas frente às demandas geradas pelo Programa” (CARDOSO *et al.*, 2015, p.74).

No que se refere à localização, a relativização quanto à aplicação da regra é uma estratégia predominante, uma vez que esta determinava que os conjuntos habitacionais deveriam estar localizados dentro da malha urbana. O que ocorreu foi uma radicalização quanto à localização periférica, conforme se observa na FOTO 9 (que abre esse subitem), que contém evidências do conteúdo das áreas escolhidas, que mais se assemelham ao rural, gerando portanto, consequências diretas sobre o processo de segregação socioespacial (PRÉVÔT-SCHAPIRA, 2001; PRÉVÔT-SCHAPIRA e PINEDA, 2008; SPOSITO, 1994, 2013; SPOSITO e GOES, 2013; MAGRINI, 2013) em curso nessas cidades e na reprodução de características próprias das velhas periferias que, no entanto, o PMCMV pretendia evitar.

Nos MAPAS 9 e 10, é possível observar ainda que em ambas as cidades, tais conjuntos habitacionais foram construídos distantes dos equipamentos de consumo, como hiper/supermercados, *shopping centers* e também de universidades, conformando um novo anel periférico nessas cidades. O leitor observará ainda uma diferença na tipologia e na periodização das legendas entre os mapas, que foram utilizadas de acordo com as singularidades dessas duas cidades, que se formaram em momentos diferentes, conforme apresentado no capítulo 1.



MAPA 9 – São Carlos: expansão espacial ao longo do século XX.



MAPA 10 - Presidente Prudente: expansão espacial ao longo do século XX.

No fragmento a seguir, a então secretária de assistência social de Presidente Prudente, Regina Penati⁸⁰ reconhece a complexidade da questão habitacional em sua relação com a questão urbana, frente à necessidade de garantir moradia adequada a quem não tem, à valorização imobiliária, aos limites institucionais e à ausência de movimentos sociais na cidade, que exerçam algum tipo de pressão para que questões previstas pelo Estatuto da Cidade se efetivem:

A gente tem todas essas discussões técnicas, eu fico lendo os textos da Raquel [Rolnik], ela falando da questão do **direito à cidade** e tal, e aí eu acho que são dois elementos importantes, para a gente pensar. **Quem não tem casa, quer ter casa.** E os programas precisam, de alguma maneira, ir de encontro a isso, porque eu acho que isso está toda na raiz de todo o debate do Minha Casa Minha Vida, dos técnicos, das pessoas que estudam cidades e dessas dimensões. Segundo, **nós não temos movimento popular de habitação aqui em Presidente Prudente.** E eu acho que isso é uma questão crucial para entender como vão se desenhando os programas habitacionais [...]. Então, o Estado, de alguma maneira, na cidade, ele vem agindo, seja pelo governo Estadual, seja pelo Federal, **e a população não se mobiliza nesse processo,** então isso também é um elemento para a gente entender, porque ou o Estado vem agindo de uma certa maneira e isso vem permitindo que a população não se organize efetivamente para isso. Então, **talvez algo que pudesse ter um confronto mais claro de justiça social em relação às casas, a quem atingir, que seria o papel de uma instituição coletiva, que pudesse colocar a visão de quem não tem casa de uma forma mais coletiva,** porque a visão individual também é muito precária *pra* gente, enquanto órgão público lidar [...] Agora, precisa de casa! **Ou é isso ou as outras dimensões que é você retomar prédios que estão disponíveis, você refazer dentro da área central da cidade, retomar áreas e construir. Só que aí você precisa ter uma mobilização que eu venho discutindo com algumas pessoas.** [...] [para] as pessoas que estão preocupadas, para isso se transformar num **caldo e isso virar luta urbana, porque sozinhos nós não vamos fazer.** [23/06/2016 - grifos nossos].

Como enfatizado por Regina Penati, a presença de movimentos sociais e o acesso à habitação são fundamentais para efetivarmos o direito à cidade, especialmente quando pensamos neste como um “direito de fazer cumprir os direitos que já existem formalmente” (MATHIVET, 2010, p.22), ou seja, ponderado enquanto um “direito a um hábitat que facilite o tecido das relações sociais”, “a se sentir parte da cidade (sentido de coesão social e construção coletiva)”, “a viver dignamente na cidade”, “à convivência”, “ao governo da cidade”, “à igualdade de direitos” (idem, p.23), e que são, simultaneamente, parte “de uma **dinâmica de processo e de conquista,** no qual os

⁸⁰ Já referenciada no capítulo anterior, exerceu o cargo de Secretária de Assistência Social de janeiro de 2009 a março de 2016.

movimentos sociais são o motor pra alcançar o cumprimento do mesmo” (idem, grifos nossos). Nesse sentido, é fundamental considerarmos a complexidade desse direito, pois se, por um lado, a ausência de movimentos sociais⁸¹ nas cidades pesquisadas não corporifica lutas urbanas, como a retomada de imóveis vagos para cumprir a função social da terra, prevista pelo Estatuto da Cidade, por outro lado, a necessidade habitacional é urgente, mas uma potencial insurgência emancipadora pode tornar-se mais limitada

A importância do PMCMV e seus limites também foram destacados por Silvana Trevisan⁸². Na passagem a seguir, ela fala sobre o dilema entre não ter um programa habitacional ou ter um programa habitacional sem as políticas públicas necessárias, além da importância da articulação dos moradores para lutar por seus direitos sociais:

Eu acho que positivo é o acesso à habitação. Eu acho que precisa ter programas sociais pra atender a população, a demanda dessa população. **Como aspecto negativo é que a habitação chega só.** Falta as políticas públicas estarem caminhando junto com a política de habitação. [...]. Então esse é o aspecto negativo. [...]. **Eu fui numa discussão de um congresso outro dia que uma pessoa falou: “é melhor não ter, do que ter do jeito que está.** Chegam às casas e não chega... é melhor não ter!” **Eu não penso assim também, porque no Brasil nós temos uma história que, se você também falar é melhor não ter, não vai ter mesmo!** Então, o que acho que deveria ter? Tem o programa, e é uma luta no sentido de efetivar as políticas públicas, que são direito da população. [...] então, eu acho que a luta aqui nessa região foi diferente. Nós desde o início estávamos **lutando**. A assistência, junto com a Regina lá [na Secretaria de Assistência Social], a Trevisan enquanto empresa, **no sentido de efetivar os direitos deles**, de transporte, de Correios, de saúde, de educação. “Não tem? Não tem. Vamos lá!” Quantas reuniões nós fizemos, chamando os secretários?! Quantas reuniões nós fizemos fortalecendo a população, para **fazer esse enfrentamento?! Então, ela vai chegar? Ela vai! Mas com muito atraso! Esse é o lado negativo. Mas o programa precisa existir!** Porque também eu tenho uma população que vivia.... Se você perguntar como é que eles viviam também [...]. Porque agora, a população vai falar que não tem nada. E não tem mesmo! [...]. Como era antes? Então, às vezes eles viviam em condições sub-humanas de habitação. **Sabe? Precárias, a casa caindo, às vezes, terreno invadido da prefeitura.** [20 de julho de 2016 – grifos nossos.]

Para os candidatos ao sorteio de unidades habitacionais referentes à faixa 1 do PMCMV, também havia regras explícitas, entre elas: estar obrigatoriamente inscritos no

⁸¹ Nesse caso, estamos nos referindo a ausência desses sujeitos organizados a nível local nas cidades médias, tal como salientado nas entrevistas com Regina e Silvana. Contudo, cabe ressaltar que, embora em nível nacional tenha ocorrido tal luta coletiva por moradia, esta acabou se perdendo. Devido a maneira como o PMCMV fora posteriormente implementado, o PMCMV Entidades é considerado por Rolnik (2015) como uma espécie de prêmio de consolação para os movimentos com ela envolvidos.

⁸² Proprietária da Trevisan Consultoria, responsável pelo trabalho técnico social nos Residenciais Bela Vista, Tapajós e lotes 2, 3 e 5 do Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, em Presidente Prudente.

CadÚnico⁸³ do Governo Federal, e através de cadastro na Prefeitura Municipal, apresentar documentação que comprovasse renda familiar mensal, não ter nenhum terreno, casa ou outro tipo de imóvel em nome da titular e de seu cônjuge, e residir há mais de três anos no município. Além disso, os candidatos assinavam um documento no qual autodeclaravam a renda, a composição familiar, se moravam em áreas de riscos ou se no núcleo familiar havia portadores de necessidades especiais, informando o CID (Classificação Internacional de Doenças) e se seria necessário algum tipo de adaptação no imóvel (ANEXO I), apresentando os documentos que comprovassem tais informações⁸⁴.

De acordo com a Portaria 610⁸⁵, eram priorizados os candidatos que se enquadrassem no maior número de critérios nacionais e adicionais de seleção, os quais abrangiam: as famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas; famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar; famílias de que façam parte pessoas com deficiência. De forma a complementar aos critérios nacionais, Distrito Federal, estados, municípios e entidades organizadoras poderiam estabelecer até três critérios adicionais de seleção, desde que aprovados pelos conselhos municipais e estaduais de habitação ou, nos casos de inexistência, nos respectivos conselhos de assistência social. Além disso, eram reservados, no mínimo, três por cento das unidades habitacionais para atendimento aos idosos e três por cento para atendimento a portadores de necessidades especiais ou de cuja família façam parte pessoas com deficiência.

⁸³ O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm renda mensal de até meio salário mínimo ou renda total de até três salários mínimos. Tal cadastro proporciona a inclusão dos cidadãos em vários programas federais, a partir de uma avaliação feita pelo Ministério do Desenvolvimento Social, baseada nas informações prestadas. Retirado de: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/bolsafamilia/cadastro-unico/beneficiario/inclusao-no-cadastro-unico>.

⁸⁴ No caso do Jardim Zavaglia, em São Carlos, entre as 1000 unidades entregues, 90 foram destinadas para famílias que moravam em áreas de risco, 27 para idosos e outras 45 foram sorteadas entre os portadores de necessidades especiais. Na mesma cidade, para o Residencial Planalto Verde os candidatos que se inscreveram na PROHAB e foram habilitados, participaram de um sorteio, que teve duas etapas. No primeiro sorteio, 2.556 candidatos concorreram a uma das 252 moradias reservadas ao grupo prioritário, composto por portadores de deficiência física, idosos, pessoas em situação de vulnerabilidade e solteiros entre 35 e 59 anos, sem filhos. As 554 unidades restantes foram sorteadas na segunda etapa e concorreram pessoas casadas, amasiadas e mães solteiras. Além destas, os idosos, deficientes, viúvas e separadas que não foram contemplados no primeiro sorteio, tiveram uma nova chance. Retirado de matéria: “PROHAB sorteia 252 moradias no Residencial Planalto Verde”. Disponível em: <http://www.revelandosaocarlos.com.br/cidade/prohab-sorteia-252-moradias-residencial-planalto-verde/>, de 09/11/2014. Acessado em 08/08/2016.

⁸⁵ A Portaria 610 (26 /12/2011) estabelece os parâmetros de priorização e as condições e procedimentos para a seleção dos beneficiários do PMCMV, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU. Disponível em: http://www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=570:mcidades-publica-portaria-610-sobre-demanda-do-mcmv&catid=75:minha-casa-minha-vida-entidades&Itemid=98

Tantas regras e critérios não impediram que estratégias também tenham sido empregadas pelos candidatos ao PMCMV para adequarem-se através da omissão de alguns de seus rendimentos, como observamos na entrevista que realizamos com Eduardo⁸⁶, parcialmente transcrita a seguir:

Minha mãe entrou no **grupo de idosos**, mas ela colocou que **morava sozinha, e que, obviamente, não recebia metade dessa renda que ela recebia, só o que dava pra comprovar mesmo[...]. Além desses terrenos que nós tínhamos aqui, minha família tem dois terrenos em Ilha Comprida**, só que é um grande processo, embargado pela CETESB porque é próximo a praia, é um rolo. **E um dos requisitos é também ir no cartório de imóveis e solicitar uma certidão, que prove que não existe em seu nome qualquer imóvel**, e aí além da renda já ter caído um pouco, porque mesmo a renda comprovada, já passava um pouco pois o limite era 1500 e a nossa renda comprovada eu acho que era de 1800. **E a renda foi a da minha mãe, porque teoricamente eu não moro com ela, eles não sabem que eu moro com ela. Ela colocou que morava sozinha.** Como esses terrenos aí estão em um processo que vai demorar anos e anos, **minha mãe também ficou com um receio de que saísse na certidão que ela tinha esses terrenos, mas magicamente, não sei porque, não saiu.** [*Então ela não tinha nenhum terreno no nome dela?*] Não, não saiu nada no nome dela. **Saiu na certidão que ela não tinha nenhum imóvel no nome dela.** [Eduardo, 22 anos, estudante universitário, Eduardo Abdelnur, São Carlos – 09 de setembro de 2016]

Além dos terrenos em outra cidade não constarem na certidão de imóveis, a renda total da família de Eduardo, de R\$4.800,00, ultrapassa a renda máxima estipulada para o segmento faixa 1. Conseguiram a moradia pela possibilidade de omitir sua renda, obtida com um estágio remunerado, e pela irregularidade da condição de trabalho da mãe como governanta, que também recebe uma pensão do falecido marido, sendo essa a única renda comprovada e declarada no momento do cadastro para o PMCMV. Assim, embora ultrapassem o limite estipulado para a faixa 1, a dupla jornada de trabalho de Eduardo, assim como sua relativa irregularidade, devem ser levadas em conta, uma vez que caracterizam a nova classe trabalhadora analisada por Souza (2012, p.50), a qual:

conseguiu seu lugar ao sol à custa de extraordinário esforço: à sua capacidade de resistir ao cansaço de vários empregos e turnos de trabalho, à dupla jornada na escola e no trabalho, à extraordinária capacidade de poupança e de resistência ao consumo imediato e, tão ou

⁸⁶ Eduardo tinha 23 anos, era estudante universitário em uma faculdade particular no período noturno e fazia um estágio remunerado na UFSCAR, no período da tarde. Morava no Residencial Eduardo Abdelnur, junto com sua mãe, de 61 anos, aposentada, pensionista de seu falecido pai e governanta na casa de uma família no Residencial Damha. Contou que, embora não lembre, quando criança morou na Vila Prado, depois por cerca de 12 anos, no Cruzeiro do Sul e por último, no centro, em uma casa de aluguel. Quando realizamos a entrevista, estava morando há 5 meses no Residencial Eduardo Abdelnur. A entrevista com Eduardo foi intermediada por um contato de São Carlos e só pôde ser realizada a noite, após sua saída da faculdade. Assim, excepcionalmente, foi realizada em um restaurante.

mais importante que tudo que foi dito, a uma extraordinária crença em si mesmo e no próprio trabalho.

Como conta Eduardo em outro momento da entrevista, a intenção inicial era obter o financiamento de uma casa no centro, mas como os fatores idade e renda atrapalhariam, a família acabou optando por “tentar” a moradia de interesse social:

Só que por que? Onde eu vou chegar? No motivo da gente ter optado por esse tipo de moradia. Quando nós mudamos pra casa do **centro**, nós, na verdade, iríamos comprar essa casa. Eu acho que ela custava 210, 220 mil, só que, pela minha mãe ser mais velha, já ser idosa, praticamente ter quase 62 anos, **a taxa de juros do financiamento é exorbitante**. Nós teríamos que dar algo em torno de 35 mil [reais] de entrada, e a parcela de financiamento em 15 anos ficaria em média, eu acho que **quase mil reais**. [*Não entraria também no faixa 2...*]. Não. Então, assim, mesmo colocando a minha renda, porque eu sou mais novo, ou mesmo se a gente invertesse os papéis e eu fosse o principal interessado no financiamento e minha mãe só entrasse pra complementar a minha renda, aí é o contrário, eu sou novo demais. Eu só tenho 22 anos. Então assim, na verdade, o intuito era comprar essa casa [do centro], porque também é uma casa boa, mas isso não deu certo. A gente poderia até cogitar a possibilidade de comprar essa casa no centro que a gente morou, **mas pela localização também, eu não sei nem quanto aquela casa custa, mas custaria muito mais e por estar muito mais bem localizada, seria mais inacessível financiá-la**. Então a gente pensou: vamos arriscar, se der certo, vai ser uma boa. Porque **a gente pagava no centro quase oitocentos reais de aluguel, e eu acho que minha mãe paga agora [...]**, algo por volta de **80 reais por mês**. Então assim, de 800 pra 80 [reais] é uma diferença gritante também. Então eu falei: vamos tentar. Vai que dá certo! Se der certo ... e ela tentou e deu. [Eduardo, 22 anos, estudante universitário, Eduardo Abdelnur, São Carlos – 09 de setembro de 2016]

Eduardo, ao contar que pretendeu financiar a casa em que moravam no centro, demonstra que primeiramente tentou exercer seu direito à habitação, dentro das regras, seja do mercado, seja dos programas habitacionais. Ele e a mãe compatibilizaram então suas condições socioeconômicas com as exigências do PMCMV, omitindo algumas informações, por um lado, mas abrindo mão da sua preferência pelo centro, por outro, em favor de uma moradia na nova periferia de São Carlos, ainda mais distante, o que teve importantes implicações⁸⁷.

Nos relatos a seguir, Cláudia e Antônia fornecem pistas que nos permitem pensar na relação entre os limites de averiguação das informações e a provisão habitacional, seu impacto nas relações de vizinhança e no estímulo às disputas entre cidadãos pobres:

⁸⁷ Entre elas, os estigmas que afetam os moradores das novas periferias. Esse tema será retomado oportunamente.

tem várias pessoas que tem a casa e não precisa, porque tem a casa em outro lugar. Várias casas, se você passar, você vê o porte dos carros nas garagens. Aí você fala: **uma pessoa que tem um carro desse não tem condição de ter uma casa? Então... eu acho que isso também não pensaram... saíram dando, sabe? As casas.** Porque eu conheço mesmo, tem várias pessoas aqui, que tem casa no Santa Felícia, tem uma moça [...] tem um sobrado, o sobrado é lindo. Ela tem uma casa no Damha [condomínio fechado]. Aí você me pergunta: o que é que ela está fazendo aqui? [*Aqui foi selecionado pela ProHab? Como foi selecionado?*] Pela ProHab, é um sorteio. **Te davam um nome, uma renda e tinha o sorteio.** E teve gente que ganhou, mas ganhou e deu pro filho, deu pra nora, ganhou pra dar pra outra pessoa. **Teve gente que pegou a casa e no outro dia por 3, 4 mil vendeu a casa. E eu estou na fila de espera faz muito tempo. Eu não consigo ganhar de jeito nenhum.** Será que uma dessas pessoas que ganhou será que precisava tanto? Sabe... então é tudo isso. [*Gera uma certa revolta...*] É. Porque a gente fica pensando... eu vim mesmo pela bondade dela [sua prima] de não querer deixar a casa sozinha, **ela falou: “só deixei com vocês porque eu sei que vocês estão precisando, vocês vão cuidar e eu não vou perder, mas por mim, eu deixava a casa por 2, 3 mil [reais]. Por 2, 3 mil [reais] pra mim, está ótimo!” [...], mas só não posso perder a casa! Ou sei lá, um dia, de repente, quem sabe vocês mesmos não compram?!”** Só que não adianta pra gente comprar, porque... a gente fica com medo. **Vai que a gente compra, dá algum problema e eles têm a condição de retirar da gente, a casa, entendeu? E se eles descobrirem?** [*Já teve algum caso que retirou?*] Já. Teve uns dois, três casos aqui no bairro. **A pessoa comprou assim por três mil, quatro mil e a ProHab descobriu, tirou e deu pro próximo da lista. E os quatro mil que a pessoa pagou?! Também não tem consideração. Teve só um moço, que é amigo do meu tio e veio morar na casa de aluguel, e o dono mora em São Paulo e ganhou a casa aqui, então ele falou assim: “olha, você vai me pagando aluguel, você vai cuidando pra mim, isso isso e aquilo”. Aí confiou demais, o rapaz disse: “não é questão de dar golpe, é questão de: ele precisa? ele não precisa, eu preciso mais do que ele. Ele tem casa no Santa Felícia e em um monte de lugar, eu vou ser esperto!”** Aí ele fez o dono passar os talões de água e de força no nome dele, que ele falou “assim eu não atraso, que se eu atrasar vai sujar o teu nome...” o cara não pensou e passou. Daí **ele foi lá na ProHab: “olha, o cara tem casa, isso e aquilo. Eu posso provar. Ele passou a água e a força no meu nome, eu quero a casa pra mim”.** Aí ele conseguiu, mas era uma questão de sobrevivência, ele precisava da casa. [*Ele conseguiu?!*] Conseguiu. Aí o outro veio depois, falando que ia matar ele, que a casa era dele, que ele não poderia ter feito isso. Ele falou: “não, eu só fui mais esperto. Você tem um monte de casa, você mora em São Paulo, você vem pra cá a cada três, quatro meses de passeio. Eu preciso da casa. Agora você não cuida, você não está nem aí pra uma coisa que é sua?! Eu quero uma coisa dessa pra mim!” Aí ele conseguiu a casa. [Cláudia, 22 anos, desempregada, Residencial Planalto Verde, São Carlos – 09 de setembro de 2016]

É que assim. Antes eu trabalhava. Agora, depois que eu fiquei doente, eu não consegui trabalhar mais. E por fim, a renda que tem é que ela [a filha] saiu da casa dela no Zavaglia e veio pra cá morar aqui, porque meu filho está preso e eu estou doente, ela veio morar pra cá e a gente

alugou a casa dela pra poder ter o que comer. [Antônia, 55 anos, auxiliar de limpeza desempregada, Residencial Eduardo Abdelnur, São Carlos – 10 de agosto de 2017]

Em que pese a ausência de comprovação dos fatos narrados por Cláudia quanto à reintegração da casa e sua transferência para um terceiro, ela própria assume sua condição irregular na atual moradia e ao fazê-lo evidencia três importantes aspectos: sua vulnerabilidade, o limite das estratégias disponíveis via mercado e a influência das estratégias próprias do neoliberalismo, como a concorrência, inclusive entre cidadãos com baixo poder aquisitivo. Consideramos que essa disputa entre cidadãos pobres evidencia outros aspectos para além da concorrência sob a lógica neoliberal que iremos discutir no capítulo 3, uma vez que o estímulo à denúncia dos casos que não atendiam às regras do PMCMV foi um importante mecanismo inicial empregado pelos agentes locais em Presidente Prudente. No entanto, ainda que tenha ocorrido uma produção massiva como nunca antes ocorrera na história habitacional brasileira, a percepção de que não seria suficiente a todos é recorrente entre esses moradores, que são diretamente dependentes da propulsora estabilidade gerada pelas políticas habitacionais. Observamos que nas narrativas dos entrevistados, o discurso é reelaborado, e a necessidade de luta para que todos tenham garantido o direito à casa própria perde espaço para a importância de denunciar quem não está respeitando as regras. Assim, o acesso à casa própria assume caráter mais individual, gerando uma divisão entre os próprios necessitados como desdobramento desse processo. Condição semelhante é a revelada por Antônia, tanto no que se refere à pobreza, agravada nesse caso pela doença que a impede de trabalhar, alugando “a casa para poder ter o que comer”, como aos referidos limites.

Tais depoimentos, por um lado, revelam alguns limites do PMCMV, no qual, “tem-se atendido cada vez mais à demanda habitacional local com a provisão da casa, o que nos mostra que, do ponto de vista quantitativo, o PMCMV tem sido de suma importância para o atendimento dessa demanda” (MAIA e LUCENA, 2015, p.364), por outro, indicam que é “importante discutir e questionar o processo de seleção da demanda realizado pelas prefeituras. De modo geral, não existe uniformidade nos procedimentos entre as diferentes prefeituras, tendo sido verificados processos de distribuição das unidades com pouca transparência” (RUFINO, 2015, p.60-61). Nesse caso, chamamos atenção para o fato de que, embora tenha sido realizada em Presidente Prudente uma averiguação minuciosa, conforme apresentado no capítulo 1, verificando inclusive se a provisão habitacional era a solução mais adequada para cada família, através do grupo

fechado “João Domingos Netto (oficial)” no *Facebook*, encontramos denúncias, como a seguinte:

O que fazer quando você tem uma gravação de vídeo provando que a pessoa vendeu a casa, e o pior: com a ajuda de um vereador daqui da prefeitura? Mas ninguém está interessado em nada, porque eu já fui mostrar o vídeo na Secretaria de Assistência Social, mostrei pra Tv Fronteira e ninguém ligou. Como assim? Não diziam que tinha que provar a venda? Não diziam que não podia vender? E outra quantas pessoas estão pagando aluguel sem ter condições pra alguém que ganhou vender por tão pouco. — sentindo-se chocada. (FERREIRA, 30/01/2018)⁸⁸

Três aspectos desse *post* merecem destaque. Primeiro, tal como observado em entrevistas realizadas em São Carlos, se constata o estímulo às disputas entre cidadãos pobres. Segundo, as diferentes possibilidades de efetivação da denúncia, que passam tanto pela iniciativa privada (Tv Fronteira), como pela pública (Secretaria de Assistência Social), no entanto, sem produzir os resultados esperados. O terceiro aspecto diz respeito ao próprio uso do *Facebook*, que parece favorecer a expressão “livre” de opiniões. Em poucos minutos, as manifestações de outros moradores, seja para incentivar a denunciante a levar tais provas ao “Ministério Público e na Caixa Econômica Federal”⁸⁹ ou para publicar “o vídeo no *YouTube*, [fazer] um *barraco*, que rapidinho dão um jeito”⁹⁰, também são expressivas do alcance e da rapidez das relações que o *Facebook* possibilita, especialmente relevantes no caso de cidadãos residentes em áreas periféricas. Outros alertavam: “não adianta mandar pra Caixa, a Caixa só toma se tiver prestação atrasadas. Manda um *e-mail* para o Fantástico com o vídeo. Nem tanto pela venda, mas o que pesa mais é um vereador ser o intermediário”⁹¹. Após várias reações como essas, incentivando a divulgação de tais provas na mídia, ou ainda questionando “o caráter brasileiro” e “a corrupção generalizada”, a própria autora do *post* inicial assume sua condição irregular, do ponto de vista das regras do PMCMV, mas não da “moral da dívida” (LAZARATTO, 2013):

Atualmente eu que moro nessa casa, há quase dois anos. **Eu invadi** antes do comprador se mudar pois sabia da compra e venda. Eles são de outra cidade. **E eu paguei luz, água, prestação que estava atrasada.** Depois desse tempo todo, **o juiz quer que eu saia para a dona da casa voltar.** Mas isso é injusto, ela vendeu, então não precisa.

⁸⁸Retirado de: <https://www.facebook.com/groups/1613621062232465/permalink/2003118993282668/#>, publicado em 30/01/2018.

⁸⁹ Postado por Hilário.

⁹⁰ Postado por Marquezin.

⁹¹ Postado por Galindo.

Eu até sairia sim, mas para alguém que precisa e não para ela. Será que tem alguma [coisa] que eu possa fazer?? (FERREIRA, 30/01/2018)

Várias reações ocorreram então, no sentido de auxiliá-la a continuar na casa, “Vai na Defensoria Pública e conversa com um advogado que te aconselha melhor...”⁹², “Vai conversar com o vereador que intermediou a venda e pede para ele te ajudar a ficar com a casa”⁹³, inclusive com o depoimento de outra moradora sobre o caso de sua irmã, que vendeu a sua e atualmente está morando em condições precárias, ou em um “buraco” como ela mesma diz:

Eu não acho que tem o direito de voltar não, pois minha irmã, mesmo precisando, foi induzida a vender, como não é certa da cabeça, tentamos de tudo pra que ela não saísse e que a pessoa desistisse de comprar. Hoje ela está em um buraco e a pessoa morando. Ela e qualquer assistente social que conhece ela, sabe como é. E ao meu ver, ela perdeu o direito sim. Se a pessoa for tirada, que eu não acredito, o direito tem que ser de outro que realmente precisa⁹⁴.

Mas outras questionaram sua atitude, enfatizando os processos legítimos para obtenção da casa própria, como no seguinte exemplo: “se você invadiu ou comprou casa aqui você está errada... Me desculpe. Eu fiquei sabendo que vão tirar quem comprou e passar pra outras pessoas... vai lá e faz a sua inscrição!”⁹⁵. Tais postagens evidenciam, além da referida disputa entre cidadãos pobres, mesclada, contraditoriamente, à manifestações de solidariedade, a complexidade do PMCMV e de suas regras, que limitou a compra e venda dessas unidades habitacionais, ao mesmo tempo em que implementou um pacote habitacional nos moldes do governo mexicano, “sem nenhuma interlocução com o Conselho das Cidades ou com o Conselho da Habitação, e sem diálogo com o SNHIS e seu fundo recém-regulamentado” (ROLNIK, 2015, p.300), cujas “ações deveriam ser imediatas e, portanto, desviar de qualquer política que exigisse longo tempo de maturação ou que encontrasse resistências, como é o caso de uma política fundiária” (idem, p.301). As intervenções inicialmente previstas durante a elaboração do SNHIS eram diversificadas, tais como “produção habitacional e de lotes urbanizados, urbanização, regularização fundiária, melhoria habitacional, reforme e conversão de imóveis para habitação” (idem, p.297), as quais, se implementados, evitariam o abandono de casas por pessoas que não se adaptaram ao novo local de moradia.

⁹² Postado por Quadros.

⁹³ Postado por Galindo.

⁹⁴ Postado por Leite.

⁹⁵ Postado por Albuquerque.

Maia e Lucena (2015, p.364), ao analisarem duas cidades do interior da Paraíba, Campina Grande e Patos, e com base em bibliografia específica, sugerem várias alternativas para solucionar o problema habitacional que não seja exclusivamente a aquisição de novas unidades:

Em ambas as cidades, Campina Grande e Patos, a quantidade de unidades a serem construídas é bastante representativa, entretanto, reforça a ideia de que a solução para o problema habitacional é unicamente a construção e a aquisição de novas unidades, em suma, a obtenção da propriedade privada, o que afasta outras possibilidades de lidar com o problema. Há muitas alternativas para sanar o problema habitacional, já incansavelmente apontadas pelos movimentos sociais e por pesquisadores sobre a questão, por exemplo, o aluguel subsidiado, a assistência técnica para a promoção habitacional por autogestão ou para a compra de materiais de construção, entre outras (Rolnik e Nakano, 2009; Ferreira, 2012; Lago, 2012), que, associadas à aplicação de instrumentos de regulação e tributação para o uso e a ocupação do solo (Souza, 2010; Moraes Netto e Saboya, 2010), como os previstos no Estatuto da Cidade, podem contribuir não apenas para o acesso à moradia, como também para oferecer as condições mínimas de habitabilidade e sociabilidade

À despeito da importância desse debate, que encontra amplo respaldo entre os especialistas, a dimensão subjetiva que envolve o acesso à moradia, a ser discutido no capítulo 3, quando tratarmos do “mito da casa própria” (LINDÓN, 2005, s/n), precisa ser levada em conta, e adquire ainda mais importância num contexto em que predomina a lógica neoliberal (DARDOT e LAVAL, 2016) e em espaços periféricos de cidades médias, nos quais os movimentos sociais não chegaram a exercer papel significativo, como ocorreu em áreas metropolitanas (HOLSTON, 2013).

Nesse sentido, é relevante que, entre os seis moradores entrevistados que disseram⁹⁶ preferir morar no local em que estão, cinco eram de Presidente Prudente e apenas um de São Carlos, o que sugere a importância dessa escala de efetivação do PMCMV, mesmo que tenha regras equivalentes em todo o território nacional, conforme analisa Cardoso et al. (2015, p.75):

em cada caso específico o processo de implementação do PMCMV assume nuances e particularidades que dependem diretamente da atuação *in loco* de qualquer de um dos agentes envolvidos. Dito de outro modo, o PMCMV certamente não acontece da mesma forma nas cidades em que atua, como Rio de Janeiro, São Paulo, Belém, Fortaleza ou qualquer outra (CARDOSO *et al.*, 2015, p.75).

⁹⁶ Durante a entrevista, perguntamos: *Se você pudesse escolher por um bairro para morar em Presidente Prudente/São Carlos, qual escolheria? E frente à seguinte opção: morar nesse bairro com uma garantia que o aluguel seria pago pelo governo pra sempre ou ter a casa própria aqui?* A análise das diferentes reações dos moradores a essa pergunta será retomada quando tratarmos do “mito da casa própria”.

Portanto, o estudo comparativo desse programa habitacional em duas cidades paulistas nos permitiu constatar que, embora norteados pelas mesmas regras, a forma como ocorreu sua implementação assumiu particularidades decorrentes de outros aspectos, como a militância dos sujeitos políticos locais que operacionalizam o PMCMV e o conseqüente estímulo à articulação de seus moradores, ainda que virtual. Por isso dedicamos o próximo subitem a caracterizar tais nuances que influenciaram diretamente no cotidiano de seus moradores.

2.2. O Programa Minha Casa Minha Vida: diferenças e semelhanças entre Presidente Prudente e São Carlos



FOTO 10 – Casa abandonada no Jardim Zavaglia, São Carlos, 2017.

FOTO 11 - Escola de Ensino Infantil no Jardim João Domingos Netto, Presidente Prudente, 2017.

Fonte: Trabalho de campo, 2017.

E o pessoal, ao invés de deixar ali, onde a RPS estava arrumando as coisas, não. Foram lá, roubaram tudo lá. Né?! [Dona Jô, 57 anos, auxiliar de serviços gerais, Residencial Eduardo Abdelnur, São Carlos – 10 de agosto de 2017]
Falta material dentro da unidade [UBA] pra fazer uma obturação, falta luva. Falta papel pra impressão. Então falta muita coisa. É precária. [Emerson, 33 anos, professor e presidente da associação de moradores do Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, Presidente Prudente – 12 de maio de 2017]

As FOTOS 10 e 11 e as falas que abrem essa seção indicam diferentes níveis de necessidades em cada uma das cidades pesquisadas. Consideramos importante trazê-las para dimensionar o desenvolvimento do mesmo programa habitacional em cidades distintas. Além disso, buscamos nessa seção relacionar a dimensão espacial à temporal como eixo da análise, tendo como parâmetro às periferias pesquisadas por Holston (2013) durante a década de 1960 na metrópole paulista e inclusive àquelas implementadas durante a existência do BNH.

Durante os trabalhos de campo realizados primeiramente em Presidente Prudente, entre dezembro de 2014 e julho de 2017, observamos a existência da infraestrutura básica, como rede elétrica, saneamento básico e asfalto, nos cinco conjuntos habitacionais pesquisados. Nessa cidade, o Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto foi entregue já com três praças públicas, que apresentam pouco conforto térmico devido ao fato de terem sido plantadas espécies arbóreas ainda em crescimento, mas todas dispõem de iluminação e sinal de *Wi-fi* gratuito⁹⁷. Nos Residenciais Bela Vista e Panorâmico, essas benfeitorias foram implementadas cerca de um ano após sua entrega (FOTOS 12, 13, 14 e 15). Além disso, em todos esses conjuntos habitacionais, ainda que com atendimento deficitário, como apontaram alguns de seus moradores, há a presença de escolas, Estratégia de Saúde da Família - ESFs⁹⁸ e acesso ao transporte urbano.

⁹⁷ De acordo com entrevista realizada com Emerson, o sinal funciona até às 22h, como uma forma de controle dos usuários da praça.

⁹⁸ Apresentadas nas fotos 11, 21, 22 e 24, ao longo dessa seção.



FOTO 12 e FOTO 13 - “Praça do *Wi-fi*”, a noite e de dia, Conjunto Habitacional João Domingos Netto, Presidente Prudente, 2017.



FOTO 14 - Praça com equipamentos para ginástica, Jardim Panorâmico, Presidente Prudente, 2017.

FOTO 15 – Praça com *Wi-fi*, equipamentos para ginástica aos fundos e Estratégia Saúde da Família (ESF), Residencial Bela Vista Presidente Prudente, 2018.

Fonte: Trabalho de campo, junho de 2017 e novembro de 2018.

Essas observações caracterizam alguns avanços na constituição de novas periferias, quando comparadas ao período em que foi implementando a última grande política habitacional no Brasil, através do extinto Banco Nacional da Habitação – BNH (1964 - 1986), visto que nas regras do PMCMV havia a previsão de acesso de seus moradores à infraestrutura e equipamentos coletivos. Tal panorama foi o pano de fundo de nossa hipótese inicial: a casa própria como substância política na mobilização e conformação de uma cidadania insurgente (HOLSTON, 2013).

Analisando o processo de “insurgência da cidadania democrática” nas periferias urbanas brasileiras e utilizando como procedimento metodológico a Etnografia, Holston (2013, p.27) traz importantes contribuições para a compreensão dos sentidos da casa própria, ponderando que os moradores dessas periferias, ao construir e equipar suas casas, “assumiram as identidades sem precedentes de produtores e consumidores da vida urbana”, além disso, “a nova subjetividade das classes trabalhadoras como produtoras e consumidoras da vida urbana respaldou a exigência de novos direitos: direitos de contribuir à cidade” (idem). O autor propõe uma tese original sobre o que chama de “cidadania urbana” (HOLSTON, 2013, p.49), ou seja, quando a “moradia urbana é a base da mobilização”, quando há “reivindicações de direito à experiência urbana” e ainda “quando os moradores legitimam essa agenda de direitos e práticas”, sendo que “as experiências vividas nas periferias se tornaram ao mesmo tempo o contexto e a substância de uma nova cidadania urbana”.

À despeito do enfrentamento do *déficit* habitacional, que teve início com o PMCMV, em 2009, ele veio acompanhado pelo avanço no país “dos circuitos globalizados do capital e das finanças, assim como das agendas e pautas neoliberais, especialmente nas políticas habitacionais, o que faz com que esse momento seja marcado por ambiguidades e contradições” (ROLNIK, 2015, p.262), contrariando alguns dos princípios que pautaram o PT ao longo de sua trajetória, que tinha como uma de suas agendas “a construção de um Estado de direitos, em que o acesso à moradia adequada e o direito à cidade eram elementos importantes” (idem).

Sem desconsiderar as deficiências já apontados no programa, consideramos que os seus avanços não podem ser desprezados, principalmente quando comparamos com as periferias pretéritas, como as estudadas por Holston (2013, p.208), quando a mudança para essas periferias significava

um drama de mudança extraordinária, cujos temas de desigualdade e luta, segregação e inclusão, pobreza e melhorias, humilhação e

afirmação são ao mesmo tempo imensamente pessoais e políticos no cotidiano: um drama em que as experiências de barracos, ruas de terra, esgoto a céu aberto, inundações, expulsões, violência, serviços urbanos precários, ônibus lotados e intermináveis viagens para trabalhar são lidas através do futuro das construções de casas, de melhorias no bairro, da organização de comunidades e do consumo moderno que constituem o sonho de algum dia ter a casa e destino próprios. Os moradores leem as mudanças cotidianas em seus bairros – em cada telha assentada, cada utensílio, num sofá e num segundo andar, com cada novo posto de saúde, escola, rua asfaltada e tubulação de esgoto – como prestações dessa narrativa da transformação da vida subalterna.

Na entrevista que fizemos com Ane, a casa própria como um bem adquirido, apesar das deficiências apontadas, é simultaneamente valorizada enquanto uma perspectiva de melhora ao longo do tempo, uma vez que, “no começo tudo é assim”, e não tem qualquer associação com a mobilização de seus moradores:

[E o que você acha se te dessem a seguinte opção: Morar na Cohab, com a garantia que o aluguel seria pago pelo governo para sempre ou ter a casa própria aqui no Tapajós?] Ane – Ter minha casa aqui no Tapajós. *[E por que?]* Ane – **Porque é minha, não vou sair do lugar que é meu, que eu sei que... por mais que esteja assim do jeito que está, eu sei que isso aqui pode mudar, pode melhorar mais, pode ter mais benefícios, é que no começo tudo é assim. No começo tudo é assim, igual era no Ana Jacinta, aqui mesmo no Brasil Novo...** Aos poucos vai melhorando, é, porque não é assim tudo no começo, porque se fosse assim era bom, já entrar aqui já com tudo prontinho... **Pelo menos eu sei que estou em uma casa que é minha! Que pago? Pago! Demora? Demora! Mil anos!, mas eu prefiro pagar mil anos em uma casa, em uma coisa que eu sei que é meu, e vai ser minha para sempre.** [36 anos, autônoma, Residencial Tapajós, Presidente Prudente – 01 de janeiro de 2017, grifos nossos]

Nessa entrevista, dois aspectos em especial nos chamaram a atenção: a naturalização quanto a concepção de habitações populares no Brasil, que sempre são periféricas, com serviços e equipamentos ausentes/ineficientes, e o reconhecimento das mudanças pelas quais essas periferias passaram ao longo do tempo. Embora resultantes de programas habitacionais diferentes, os bairros citados, Conjunto Habitacional Ana Jacina e Jardim Brasil Novo⁹⁹ também se localizam em áreas periféricas, porém, inicialmente, não possuíam a infraestrutura já existente nos novos conjuntos do Programa Minha Casa Minha Vida. Com o passar dos anos, através da mobilização desses moradores por um lado, e do interesse eleitoral de alguns políticos locais, por outro, essas

⁹⁹ Conforme apresentamos no Capítulo 1, ambos foram constituídos na década de 1990, por programas habitacionais diferentes, sendo o Ana Jacinta, através do BNH/CDHU e Jardim Brasil Novo através do “Desfavelamento Urbano” e “Loteamentos urbanos”, implementados pelo município.

velhas periferias “foram dotadas de infraestrutura, equipamentos, comércio e serviços – e fronteiras de expansão se inauguraram” (SHIMBO, 2015, p.29).

Também é importante levar em conta que, se, inicialmente, a periferia foi concebida como local de habitação de trabalhadores pobres, representada como espaço homogeneizado de criminalização e pobreza (ROSA, 2009), ela passou a assumir novos significados, principalmente a partir da introdução de empreendimentos imobiliários, por exemplo, permitindo que haja nesses espaços uma diversificação de grupos sociais, com uma distribuição espacial mais complexa entre ricos e pobres. Pobreza e riqueza distribuem-se de forma descontínua, com os novos empreendimentos imobiliários e equipamentos de consumo alterando as escalas de proximidade e distância entre pobres e ricos (OLIVEIRA, 2015). Além disso, a distância em relação ao centro “não é mais suficiente para analisar as diferenças e as semelhanças entre os próprios territórios da ‘periferia’. A periferia se alterou nos últimos anos no Brasil, e se tornou difícil, analiticamente, circunscrevê-la em apenas uma palavra ou denominação” (SHIMBO, 2015, p.29).

Reafirmamos que alguns avanços na constituição das atuais periferias, básicos, mas extremamente necessários, precisam ser levados em conta, visto que durante a construção dessas novas casas, houve a efetivação do acesso a transporte coletivo, rede de água, esgoto e energia elétrica. No entanto, durante os trabalhos de campo realizados entre agosto de 2016 e outubro de 2017 em São Carlos, observamos a existência dessa mesma infraestrutura básica, mas algo que nos parecia comum e obrigatório a todos os novos conjuntos habitacionais implementados pelo PMCMV não havia, como é o caso das unidades de saúde e escolas.

Uma exceção é o Jardim Zavaglia, cuja primeira escola estadual destinada aos estudantes do ensino fundamental, ciclo 2, e médio¹⁰⁰ foi inaugurada após quase cinco anos de entrega das unidades habitacionais, em 5 de maio de 2016 (FOTO 16). Nesse caso, ressaltamos que o entorno da referida escola estadual possui características mais

¹⁰⁰ Nas entrevistas, os moradores que tinham crianças em idade escolar na família, nos falaram da existência dessa escola, enquanto aqueles sem filhos nessa faixa etária, nos informavam que não havia unidade escolar nesse conjunto habitacional. Embora tivéssemos a informação oficial de sua existência, durante nossas idas a campo não conseguimos localizá-la para o registro fotográfico. Procurando informações na mídia local, encontramos no *site* “São Carlos Agora”, a informação de que o entorno lateral da escola e a sua frente não possuem nenhuma iluminação, pavimentação, ou sequer terraplanagem, necessitando de obras de pavimentação, calçamento, colocação de guias, sarjetas, sinalização e iluminação. A única rua asfaltada, com iluminação e infraestrutura, é a Rua Soldado Eliseu da Silva, nº 800, nos fundos da escola, não sendo a entrada oficial dos alunos. <http://www.saocarlosagora.com.br/cidade/noticia/2016/03/19/72727/roseleiquer-obras-de-acesso-no-entorno-da-escola-estadual-jardim-zavaglia/>, consultado em fevereiro de 2018.

rurais do que urbanas, problematizando o significado da inserção na malha urbana prevista entre as regras do PMCMV anteriormente apresentadas. Nenhum dos demais conjuntos habitacionais dessa cidade, entregues desde 2011, dispõe de escolas, postos de saúde ou áreas destinadas ao lazer.



FOTO 16 - Escola estadual “Jardim Zavaglia”, São Carlos, 2017.

Fonte: <http://www.saocarlosagora.com.br/cidade/noticia/2016/03/19/72727/roselei-quer-obras-de-acesso-no-entorno-da-escola-estadual-jardim-zavaglia/>, consultado em fevereiro de 2018.

Embora também enfrentem problemas relacionados a transporte, distância e à monofuncionalidade, nas entrevistas realizadas em Presidente Pudente, não foram mencionados casos de venda ou aluguel de casas nesses conjuntos habitacionais, mesmo com o gravador desligado¹⁰¹, sequer foram vistas ou citadas casas em estado de abandono, como aquelas encontradas em São Carlos.

Observamos ainda que em São Carlos, os problemas emergentes nessas novas periferias pareciam mais graves, indo além daqueles relacionados ao isolamento socioespacial em que tais conjuntos habitacionais foram implementados, agravados pela presença de uma violência desvelada, passando de furtos nas estruturas de uso coletivo

¹⁰¹ Encontramos esse tipo de denúncia apenas em um relato no grupo “João Domingos Netto (oficial)” no *Facebook*, apresentado na seção anterior.

ou aos poucos estabelecimentos comerciais lá existentes a casos de estupros e assassinatos, como narraram Eduardo e Irene nos excertos a seguir, nos quais destacamos dois aspectos principais.

Já aconteceu, até duas vezes, acho que numa ocasião o marido, o segundo marido da mulher, ele **esfaqueou ela, agrediu os filhos dela, e depois tentou cometer suicídio**. Um outro evento, foi um senhor que **bateu na mulher, trancou ela dentro de casa com os filhos e tacou fogo** na casa. Só que assim, a casa, pelo que deu pra ver nas fotos, infelizmente teve perda total. Claro, existe um seguro da casa, mas mesmo assim é um absurdo. Primeiro por ele ter feito tamanha covardia de agredir uma mulher e ainda por cima trancá-la junto com os filhos menores, maiores de idade, não importa! Junto da casa, enquanto atea fogo nela, isso é totalmente inadmissível! [...] Você tem um único mercado que fica bem próximo ali, que fica no Zavaglia, que é o '**Dia 100%**', mas existem até indícios de que eles vão **fechar** diante do [riu] **da quantidade enorme de assaltos que tem lá. Muitos assaltos!** E acaba sendo uma mancada muito grande que a população faz com a própria população! Porque é o único bairro perto ali, é o único mercado perto dos dois bairros, se ele fechar e não abrir nada no local, **pra mim não vai mudar nada porque eu ainda tenho o meu carro**, eu posso ir lá no Tenda, se eu quiser, que fica lá na [Rodovia] Washington Luís, mas e quem não tem carro? **Eu não posso só pensar em mim** e deixar de lado as pessoas que não tem condições de ter um carro, de ir longe buscar, de fazer uma compra. [...] Até eu prefiro atravessar a rua da minha casa pra comprar um hambúrguer do que ir até ao Mc Donald aqui no centro, eu vou gastar muito menos gasolina. [Eduardo, 22 anos, estudante universitário, Eduardo Abdelnur, São Carlos – 09 de setembro de 2016]

Se eu pudesse, com certeza, faria o muro de três metros cada lado (riso). Porque tenho a **minha neta de nove anos, que é a coisa mais linda**, uma gauchinha! Então a gente tem medo, né?! [...]. Tanto que eu sempre mando **meu marido fazer as coisas. Eu não vou**. Ah, é horrível andar de ônibus [...]. Eu mesmo não saio, não deixo a minha filha sair, porque **o pedaço de lá pra cima é escuro** e é onde acontece bastante coisa, né?! Pro bairro. Porque a noite, se a gente pensar em sair aqui, dá medo. A gente não sai. [*Não sai do bairro?*] Então **a noite a gente não sai mesmo**. Eu mesmo não saio, não deixo a minha filha sair, porque **o pedaço de lá pra cima é escuro** e é onde acontece bastante coisa, né?! Então a gente não sai. E pra sair desse outro lado, fica difícil, porque pra lá que está o problema no bairro, né?! Onde tem **bastante gente que é traficante, usuários...**A não ser que, quando a vizinha convida a gente de carro, a gente vai. [*E logo que você mudou, quais foram os aspectos positivos que você notou?*] Tudo de bom, melhor, paz, tranquilidade, sossego, vida nova (riso). Infelizmente não está sendo! (riso) porque já teve **assassinato** aí, **já teve roubo, teve assalto, teve estupro, teve de tudo já aqui**. Em um ano, não tem nem um ano. Tanto que os vendedores nem querem vir mais aqui, né?! São tudo assaltado, então... ficou feio. Só Deus pra nos guardar, né?! [Irene, 51 anos, dona de casa, Residencial Planalto Verde, São Carlos]¹⁰²

¹⁰² Irene tinha 51 anos, era dona de casa e morava no Residencial Planalto Verde, em São Carlos, junto com seu marido, de 37 anos, aposentado por invalidez, sua filha de 33 anos que era cozinheira em um restaurante, e os dois netos, de 2 e 9 anos. Contou que a renda era de aproximadamente R\$1.200,00. Anteriormente

O primeiro, relacionado à violência doméstica, que não compareceu nas entrevistas de Presidente Prudente, e pode estar relacionado ao papel dos agentes locais e, especialmente, à realização (ou não) do Trabalho Técnico Social. Nesse sentido, é esclarecedor o depoimento de Silvana Trevisan, já citado, que detalhou as orientações em caso de violência doméstica, realizando um trabalho de sensibilização com a distribuição de cartilha elaborada pela própria empresa (FOTO 17). Em suas palavras: “olha, ‘onde eu pego [o telefone]?, estou com problemas de violência doméstica’, a gente fazia todo um trabalho e tal, ligava para o CREAS, que trabalha com violência, também deixava os telefones, sabe?!”

moravam todos em uma *kitnet* de dois cômodos no Conjunto Habitacional Antenor Garcia, zona sul, pela qual pagava R\$400,00 de aluguel. Quando pedi que listasse em quais locais já havia morado, me contou, com lágrimas nos olhos, que já tinha “repassado” por São Carlos e perguntou se eu tinha certeza que queria ouvir. Foi criada pelos avós, conheceu o pai dos seus filhos e foi morar com ele em diversos lugares: em casa abandonada, em porão, na rua e em albergue. Depois de dez anos de casada, separou-se e foi morar na “praia do Broa”. Voltou para São Carlos, depois para Brotas e para o Rio Grande do Sul. Retornou a São Carlos pouco tempo antes de sair a inscrição para as casas do PMCMV. O quintal de sua casa estava cimentado, além disso, possuía uma cortina e cadeiras espalhadas que, segundo nos contou uma das vizinhas, eram utilizadas durante cultos religiosos realizados no local.

SEÇÃO DA MULHER



Ao longo da história a mulher sofreu muita discriminação apenas pelo fato de ser mulher. Nas últimas décadas, no Brasil, as mulheres têm conseguido igualdade, como o direito à paridade no trabalho, e na direção da família, direito à maternidade como função social e direito à educação não diferenciada nas escolas, entre outras conquistas.

Um dos principais problemas que a mulher ainda enfrenta é a Violência Doméstica. A violência doméstica pode ser:

- **Física:** Tapas, empurrões, chutes, Bofetadas, Tentativa de asfixia, puxões de cabelo, beliscões, mordidas, queimaduras e etc.;
- **Psicológica:** humilhações, ameaças de agressão, privação da liberdade, impedimento ao trabalho e/ou estudo, impedimento de contato com a família e amigos.
- **Sexual:** toques e carícias não desejados, exibicionismo e voyeurismo, prostituição forçada, participação forçada em pornografia, impedimento do uso de métodos contraceptivos.
- **Moral:** injúria, calúnia e difamação.
- **Patrimonial:** destruição, venda ou furto de objetos pertencentes a vítima.

É importante compreender também que, a violência contra a mulher é complexa e possui um ciclo que precisa ser rompido. Esse Ciclo da Violência³ envolve três fases:

Fase 1 - Evolução da tensão: o agressor apresenta comportamento ameaçador e violento, com ofensas verbais e destruição de objetos da casa. A vítima por outro lado, apresenta postura passiva e paciente, sentindo-se responsável pelas explosões do companheiro;

Fase 2 - Incidente de agressão: com a tensão além do limite, o agressor apresenta comportamento descontrolado e as agressões contra a vítima são de grande intensidade, sendo que, a cada novo ciclo, as agressões se tornam mais violentas. A vítima, nessa fase, encontra-se extremamente fragilizada;

3 Apostila de Capacitação Jurídica. Projeto Instruir: Explicando o Direito e a Lei Maria da Penha. GEVID - Grupo de Enfrentamento à Violência Doméstica. Ministério Público do Estado de São Paulo.

22

Fase 3 - Lua de mel: o agressor se sente arrependido e com medo de ser deixado pela vítima e, por isso, apresenta comportamento atencioso e carinhoso, com promessas de mudança e de uma vida feliz. A vítima acredita na mudança do agressor, confiando que os episódios de violência não se repetirão. Aos poucos, o casal retorna a fase de tensão no relacionamento (fase 1).

A violência doméstica é cometida, principalmente, pelos próprios esposos ou companheiros, mas também pode vir a serem cometidos por pais, avós, irmãos ou padrastos. É hora de acabar com qualquer tipo de violência contra as mulheres, você pode fazer parte através da conscientização e da denúncia!

DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER

Endereço: Rua Bandeirantes Renê Nobre, Nº 219 - Vila Formosa

Telefone: (18) 3908-3991

CREAS - CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO À MULHER

Endereço: Rua Major Felício Tarabay, nº 1167- Centro

Telefone: (18) 3222-4696

CENTRAL DE ATENDIMENTO À MULHER - Disque Denúncia- 180

FOTO 17 – Cartilha distribuída pela Trevisan Assessoria aos moradores dos Conjuntos Habitacionais pelos quais foi responsável pelo TTS.

Fonte: Trevisan Assessoria.

Um segundo aspecto está relacionado aos casos extremos, como homicídios e estupros, narrados com maior evidência nas entrevistas de São Carlos. Esses casos, assim como nossas observações de campo¹⁰³, nos levaram a realizar um breve levantamento na imprensa, que apontou para indícios de uma presença mais destacada do crime organizado nessa cidade, se comparada a Presidente Prudente. Tendo em vista a ampla influência da facção criminosa “Primeiro Comando da Capital” (PCC)¹⁰⁴ em crimes hediondos como aqueles narrados por nossos entrevistados, também chamados de “Tribunais do Crime” (FELTRAN, 2011), optamos por buscar em ambas as cidades notícias sobre crimes que pudessem estar relacionadas à influência dessa facção. Assim, utilizamos a palavra-chave “PCC São Carlos” ou “PCC Presidente Prudente”, como um mecanismo que pudesse filtrar as informações na *internet* relacionadas à presença dessa facção nessas cidades. No caso de São Carlos, foram encontradas diferentes reportagens que descreviam reuniões de integrantes do PCC nessa cidade¹⁰⁵, prisão de integrantes que teriam cometido homicídio em São Carlos¹⁰⁶ e até mesmo o velório de um dos seus possíveis chefes, realizado no Ginásio Municipal de São Carlos, graças à intermediação de um vereador¹⁰⁷, além de homicídios ocorridos na periferia sul, atribuídos aos “tribunais do crime”¹⁰⁸.

Já na pesquisa “PCC Presidente Prudente”, foi encontrado uma menor quantidade de matérias relacionadas à violência atribuída ao crime organizado¹⁰⁹, dentre elas, uma

¹⁰³ Em especial, aquelas relacionadas a sensação maior de insegurança em São Carlos, apresentadas na introdução dessa tese.

¹⁰⁴ Foi criado por detentos do Anexo da Casa de Custódia de Taubaté, em 1993 (DIAS, 2017). A partir da “Megarebelião” de 2001, que envolveu 29 unidades penitenciárias, sua influência para além das instituições penitenciárias ganhou visibilidade, sobretudo em áreas periféricas de diferentes cidades paulistas.

¹⁰⁵ <https://www.acidadeon.com/saocarlos/NOT.0.0.1317625.policia+militar+interrompe+reuniao+ligada+a+o+pcc+em+sao+carlos.aspx>

¹⁰⁶ <http://www.saocarlosagora.com.br/policia/policia-prende-integrantes-do-pcc-que-foram-denunciados-pelo-tribunal/74281/>

¹⁰⁷ <https://www.saocarlosdiaenoite.com.br/cidade/29790-mp-apura-vel%C3%B3rio-de-integrante-do-pcc-em-gin%C3%AAsio-municipal>; http://www.alfenashoje.com.br/noticia.asp?id_noticia=8217

¹⁰⁸ <http://www.saocarlosagora.com.br/policia/dig-conclui-investigacao-de-execucao-em-bar-no-aracy/66861/>; <http://www.saocarlosagora.com.br/noticia/homem-e-espancado-por-supostos-integrantes-do-pcc/2341/>; <https://www.jornalpp.com.br/policia/item/48377-duplo-homicidio-foi-executado-por-ordem-do-tribunal-da-facciao>; <http://www.portoferreirahoje.com.br/noticia/2014/02/12/tribunal-do-crime-por-ter-julgado-mais-um-na-regiao-sul-de-sao-carlos/>. Havia outras ainda que afirmavam que um dos cofundadores do PCC, o “Sombra” era nascido em São Carlos, e iniciou a formulação dos princípios da facção quando esteve preso na penitenciária de Araraquara, junto a outros comparsas - <https://www.acidadeon.com/ribeiraopreto/NOT.2.2.1265237.PCC+iniciou+em+Araraquara+a+historia+d+o+crime+organizado+pelo+Brasil.aspx>, <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri0403200113.htm>

¹⁰⁹ Em entrevista à revista Piauí, o promotor Lincoln Gakiya, do Gaeco – Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado – do Ministério Público, núcleo de Presidente Prudente, informou que “a região de Prudente é a meca dos presidiários no Brasil. Nenhum outro lugar concentra tantos presídios – 22 no total, abrigando em torno de 23.300 detentos. Se fosse um país, a região seria líder mundial em número proporcional de presos: 2 700 para cada 100 mil habitantes, índice nove vezes superior ao do Brasil (324 presos para cada 100 mil pessoas). Mesmo com tantos detentos, ou por causa disso, a região de Presidente

notícia sobre a prisão de informante do PCC acusado de monitorar a vida dos agentes penitenciários indicados como possíveis vítimas¹¹⁰, ou ainda relacionadas à morte do juiz-corregedor da cidade, Antônio Machado, em 2003¹¹¹. Diante disso, aventamos a hipótese de que os casos narrados estejam relacionados à posição de São Carlos na rede urbana, uma vez que a proximidade com outras cidades com papéis mais relevantes, como Ribeirão Preto, ou de metrópoles, como São Paulo e Campinas, favorece a atuação do PCC e do crime organizado, em geral, e assim, a ocorrência de crimes hediondos, como aqueles mencionados por Alberto:

[...] Aqui eu não vejo [casos violentos], mas tem lá no fundo... no começo lá em cima, vira e mexe fala assim... você vê, que não degolaram um lá no Aracy? [Ah, eu ouvi falar mesmo...] **Cabeça ficou em frente a padaria.** Aqui outro dia, teve um *entrevero* entre vizinhos, e o moleque que estava dentro, não estava na briga, ele foi socorrer o parente, que e não sei o que é dele, pegou uma pedra meio grande, tacou no cara, matou o cara. Menino, 8, 9 anos. Mas assim... acontece, mas a gente não... por isso eu falo pra você: **eu não conheço nada. Se for pra amanhã sair aqui, pra ir no Aracy, eu não consigo!** [Alberto, 68 anos, frisador ferramenteiro aposentado, Jardim Zavaglia, São Carlos – 10 de setembro de 2016]¹¹²

Além disso, nessas passagens, consideramos que três aspectos em especial merecem ser destacados: 1. a vulnerabilidade maior da condição feminina; 2. a dificuldade de apreensão do todo; 3. a ausência de comércio em razão dos assaltos.

Os casos de feminicídio narrados por Eduardo bem como a diferença de apropriação do espaço público e privado entre homens e mulheres descrita por Irene

Prudente está sempre entre aquelas com **menores índices de criminalidade** do estado. **O crime não acontece aqui, é comandado daqui.** Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/guerra-do-ccc/>

¹¹⁰ <http://www.portalprudentino.com.br/noticia/noticias.php?id=47601>

¹¹¹ <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1903200301.htm>

¹¹² Alberto tinha 68 anos, era aposentado, mas sua antiga profissão era de frisador ferramenteiro. Na sua residência, no Jardim Zavaglia, moravam ele, a esposa, a filha da esposa (30 anos) e os dois netos (10 e 12 anos). Durante a entrevista, nos contou que os rendimentos provinham apenas do trabalho da esposa, em um laboratório de análises clínicas e dele, que era aposentado, somando um total de aproximadamente R\$3.500,00, mas não especificou se nesse valor estava incluso o Bolsa Família que a enteada recebia referente às crianças. Alberto sempre morou em São Carlos, tendo nascido no Jardim São Carlos e residido na Vila Pureza com sua mãe. Durante seu primeiro casamento, residiu na Lagoa Serena, junto aos sogros. Em seu segundo casamento, financiou uma casa pela CAIXA no Azul Ville, ficando essa para a ex-esposa. Sozinho, morou de aluguel perto do [Parque do] Bicão. Conheceu a atual esposa e morou com ela no Boa Vista, em uma casa cujo aluguel era de R\$630,00 antes de mudarem-se para o Zavaglia. Durante a entrevista, sempre deixava claro que a casa era da sua atual esposa, visto que ela havia feito o cadastro e sido beneficiada pelo PMCMV. Mas a casa estava bastante modificada, com sala, garagem, muros e grades, quintal cimentado e novos cômodos, como a sala na frente, o quarto com banheiro nos fundos, a expansão da cozinha, com “oito metros de comprimento” e área de serviço, para armazenar suas ferramentas, segundo ele, “o que eu fiz é maior do que a casa”, “eu pretendia acabar, mas não arrumo serviço, se eu arrumasse serviço, eu já estava acabando”, afirmou Alberto sobre a ausência de pintura na garagem. No muro, do lado de fora, também havia um logotipo sugerindo que a casa contava com serviço de segurança privada.

dimensionam o significado das marcas que certos corpos carregam em determinados espaços, como o das mulheres, passíveis de serem violentadas no próprio espaço doméstico ou com sua mobilidade limitada pela ausência de iluminação em áreas vazias nas periferias. Assim, esses “corpos são móveis, fluidos, ativos e sua materialidade está em eterna negociação com a exterioridade” (SILVA, 2016, p.512), podendo o mesmo corpo ganhar significados diferentes em culturas ou tempos diferentes.

Essa mobilidade, quando perscrutada por diferentes geometrias de poder, que é “precisamente um produto de relações, e as relações são processos sociais, e muito vivas. Nesse sentido, as geometrias de poder exemplificam precisamente a conceitualização do espaço como sempre em construção. O espaço como imbuído de temporalidade¹¹³” (MASSEY, 2009, p.22), pode nos levar ao seguinte questionamento: esses corpos femininos encontrariam as mesmas limitações em espaços bem iluminados de áreas periféricas? Ou, esse corpo feminino se pensado como um espaço, sempre encontrará as mesmas restrições, mas em níveis diferenciados? Nesse caso, o corpo masculino, pensado em áreas sem iluminação, encontraria as mesmas restrições? Em Massey (2000, p.178), há pistas nesse sentido, uma vez que “pesquisas mostram de que modo a mobilidade das mulheres, por exemplo, sofre restrições – de inúmeras maneiras diferentes, da violência física ao fato de ser assediada, ou de ser simplesmente obrigada a sentir-se ‘fora do lugar’ – não pelo ‘capital’, mas pelos homens”, evidenciando a importância de se levar em conta tais diferenças para entender o papel das práticas socioespaciais e da produção do espaço urbano, além das questões socioeconômicas, visto que “não é só a economia que determina nossa experiência de espaço e lugar. Em outras palavras e dito de forma simples, há muito mais coisas determinando nossa vivência do espaço do que o ‘capital’” (idem, p.178). Quando comparamos os conjuntos habitacionais entre Presidente Prudente e São Carlos, observamos diferenças inclusive quanto a presença de iluminação pública na área que os cerca, influenciando na sensação maior de insegurança, conforme detalhado por Irene.

O segundo aspecto destacado é uma característica comum a todos os conjuntos de ambas as cidades, devido ao elevado número de unidades habitacionais construídas, que por um lado enfraquece o sentido de pertencimento ao bairro como um todo, demarcando limites espaciais não visíveis, como afirmado por Alberto “aqui eu não vejo [casos

¹¹³ Tradução livre de: “precisely a product of relations, and relations are social processes, and very much alive. In that sense power-geometries precisely exemplify the conceptualization of space as always under construction. The spatial as imbued with temporality”.

violentos], mas tem lá no fundo... no começo lá em cima” e por outro, tal contingente populacional tem um potencial capaz de redimensionar dimensões políticas antes não imaginadas¹¹⁴.

A presença de tantos moradores em um único espaço, que por sua vez têm relação com o desrespeito ao número máximo de unidades determinado pelo MCMV, de maneira inesperada também significou um potencial mercado consumidor, ainda que de baixa renda. Mas a oferta de produtos e serviços não é realizada de modo semelhante nos espaços pesquisados das duas cidades. Reagindo à monofuncionalidade, muitas casas são adaptadas para abrigar também espaços comerciais, conforme se observa nas FOTOS 18 e 19. Mas, no Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Neto, em Presidente Prudente, ocorrem atividades promocionais, como também se observa na FOTO 18, quando a proprietária da Sakamoto Conveniência contratou brinquedos e distribuiu doces no dia das Crianças.

Os recorrentes casos de assaltos, narrados por Eduardo e divulgados na imprensa local¹¹⁵, ocorrido nos conjuntos habitacionais de São Carlos, ajudam a explicar a menor quantidade de lojas de conveniências e comércio em geral nesses espaços¹¹⁶, quando comparados com os conjuntos habitacionais de Presidente Prudente, sendo a presença de vendedores ambulantes mais evidente em São Carlos, conforme presenciamos durante todas as entrevistas realizadas, os quais vendiam em automóveis com megafones, os mais diversos produtos, como pães, produtos de limpeza, verduras, botijões de gás, plásticos em geral, ou seja, alternativas temporais a vulnerabilidade espacial encontrada nesses espaços.

¹¹⁴ Tal aspecto é reiterado diversas vezes pelo presidente da associação de moradores do Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Neto e será retomado no capítulo 3, quando passarmos a análise das possíveis insurgências nesses espaços.

¹¹⁵ Como por exemplo, as seguintes matérias: “Gerente é baleado em tentativa de roubo no Zavaglia”, de 28/06/2014, disponível em: <http://www.revelandosaocarlos.com.br/policia/gerente-e-baleado-em-tentativa-de-roubo-zavaglia/> e “Bandidos roubam supermercado no Jardim Zavaglia”, de 05/05/2015, disponível em: https://www.saocarlosdiaenoite.com.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=44804:bandidos-roubam-supermercado-no-jardim-zavaglia&Itemid=588.



FOTO 18 – Crianças atraídas por ação promocional de moradora cuja casa é adaptada ao comércio, Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, Presidente Prudente, 2018.

FOTO 19 – Casa adaptada ao comércio no Jardim Zavaglia, São Carlos, 2017.

Fonte: Página do *Facebook*: “João Domingos Netto oficial”, outubro de 2018 e Trabalho de campo, agosto de 2017.

Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=2144494055806018&set=pcb.2168859363375296&type=3&theater&ifg=1>

Uma vez que na formulação do PMCMV não existem regras¹¹⁷ quanto à reserva de lotes comerciais, observamos também que diferentes estratégias foram empregadas nos conjuntos habitacionais pesquisados em São Carlos e Presidente Prudente, que parecem estar diretamente relacionadas ao proprietário anterior das áreas. Mas em ambas, esse potencial mercado consumidor desperta interesse¹¹⁸.

Em Presidente Prudente, o Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto é o único no qual foram reservados lotes comerciais. Devido ao fato de se tratar de área pública doada à Caixa para a implementação do PMCMV, foram reservados 24 lotes para comércio, com processo de licitação pela Prefeitura Municipal, encerrado em 28 de dezembro de 2016. Os lotes localizam-se na avenida principal, com área variando entre 160 m² e 304 m², e valor previsto entre R\$ 70.000,00 e R\$ 154.000,00. Embora a prefeitura tenha elaborado regras e prazos explícitos¹¹⁹ para a construção destes imóveis comerciais, apenas um dos cessionários vencedores da licitação iniciou seu funcionamento, em 01 de agosto de 2017, evidenciando o desencaixe temporal entre a mudança dos moradores para esses novos espaços e a vida urbana com seus espaços de consumo.

Em São Carlos, na entrevista com Flávia Aparecida Massoli Rocha, Chefe de divisão da PROHAB, soubemos de outras possibilidades de lucro pelas próprias construtoras, como a reserva e posterior venda dos lotes comerciais em espaços estrategicamente pré-estabelecidos, como visualizado nas FOTOS 20 e 21 do Residencial

¹¹⁷ Embora já esteja em análise no senado o projeto [PLS 465/2016](https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/02/01/comissao-analisara-projeto-que-fortalece-comercio-em-areas-do-minha-casa-minha-vida), proposto pelo senador Lindbergh Farias, que busca aprimorar as normas do PMCMV, para melhorar as condições de permanência dos beneficiários nos imóveis, incluindo nas normas a possibilidade de aplicação de recursos do programa para a estruturação de comércio local. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/02/01/comissao-analisara-projeto-que-fortalece-comercio-em-areas-do-minha-casa-minha-vida>, acessado em 17/02/2018.

¹¹⁸ Como destacado pelo então titular da Seplan (Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Habitação) de Presidente Prudente, Laércio Alcântara, em matéria veiculada no *site* da prefeitura municipal, “os lotes são na avenida principal, são pontos estratégicos para montar farmácia, lotérica, açougue, conveniência, materiais de construção, enfim. O João Domingos é um bairro para bom investimento, há uma população estimada em mais de 10 mil habitantes, isso com os bairros adjacentes”. Retirado de: <http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/noticias.xhtml?cod=33925>, de 11 de agosto de 2016. Acessado em 21/09/2016 e <http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/noticias.xhtml?cod=34674>. Acessado em 17/02/2018.

¹¹⁹ De acordo com matéria veiculada no *site* da Prefeitura Municipal, o cessionário deve efetuar pedido de aprovação do projeto de construção do imóvel comercial junto à Seplan, no prazo máximo de trinta dias, sendo o prazo para início da construção de seis meses e um ano para término da construção nas condições previstas nos editais. Embora tenha afirmado em dezembro de 2016 que “temos pessoas que compraram os lotes na primeira licitação que já estão aprovando os projetos na Seplan. No primeiro semestre do próximo ano praticamente todos os lotes estarão vendidos e o comércio funcionando”, as últimas matérias oficiais da prefeitura a respeito disso, datam de dezembro de 2016. Retirado de: <http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/noticias.xhtml?cod=33925>, de 11 de agosto de 2016. Acessado em 21/09/2016 e <http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/noticias.xhtml?cod=34674>. Acessado em 17/02/2018.

Eduardo Abdelnur e nas esquinas do Planalto Verde, mencionado por Flávia e observado em campo (FOTOS 22 e 23):



FOTO 20 - Lotes vazios ao longo da avenida principal do Residencial Eduardo Abdelnur, São Carlos, 2017.

FOTO 21 - *Outdoor* na entrada do Residencial Eduardo Abdelnur, São Carlos, 2017.

Fonte: Trabalho de Campo, agosto de 2017.



FOTO 22 e FOTO 23 – Esquinas destinadas a lotes comerciais no Residencial Planalto Verde, São Carlos, 2017.

Fonte: Trabalho de Campo, agosto de 2017.

*Uma coisa que eu vi lá, no Eduardo Abdelnur, por exemplo, tem lotes comerciais sendo vendidos pela Imobiliária Cardinalli....] Tem. Os dois têm. [Então, como funciona? É da construtora toda área em questão e ela vende como quiser depois?] Vem cá [mostrando as plantas funcionais que estavam nos quadros, na parede]. Aqui é o Planalto [Verde], todas as esquinas, o terreno ficou para o dono da área. Esse dono da área, o Joãozinho, que é muito rico por sinal (riso), ficou com todos esses terrenos pra ele, **ele é quem vai comercializar**, que fala que é pra área comercial. Então, a área comercial vai ter em todas as esquinas. [Essas plantas têm no site da prefeitura?] Eu não sei. **Eu nunca vi essas plantas no site**. Aqui [mostrando a planta do Eduardo Abdelnur], eu não sei quem comercializa lá no Planalto Verde. Aqui realmente é a Cardinalli. Esses verdinhos aqui é tudo das casas. **Área comercial é somente esses** [apontado os terrenos que ficam em frente ao canteiro central e a entrada do ônibus], e esses daqui, olha.*

Diferente da distribuição **do Planalto, em que toda esquina tem um comércio**, aqui não. É só essa área e aqui. É claro que tem os comercinhos clandestinos na garagem de casa, na sala de casa, container, eles alugam container e colocam dentro da casa... [*E essas áreas institucionais, já tem alguma previsão de serem efetivadas?*] Aqui, do Abdelnur, tinha essa área aqui e essa área [aos fundos do bairro, onde ficava o galpão da construtora], que **foram destruídas pelos moradores**. Onde ia ser escola...aqui tinha lugar pra ser uma escola, uma creche, o posto de saúde e talvez até um CRAs, porque tinha muita coisa construída lá. Agora aqui e aqui, eu não sei, talvez o Plano Diretor possa te ajudar a saber o que vai ser construído, eu não sei... [*Hum... não foi previsto o que seria construído onde, quando realizaram essa planta?*] Não. Eu sei que **o prefeito fez outro dia uma pedra fundamental de uma escola aqui**, mas eu não sei porque, eu não sei quando vai ser a escola, eu não sei exatamente, porque eu não fui nesse dia. [Flávia Aparecida Massoli Rocha, chefe de divisão da Progresso e Habitação de São Carlos S/A (PROHAB) – 02 de outubro de 2017]

Em São Carlos, o edifício que deveria abrigar a Unidade de Saúde da Família – USF do Jardim Zavaglia, cuja obra foi paralisada na etapa final, não possui previsão de retomada, devido à falta de recursos, de acordo com a Prefeitura Municipal. Conforme se observa nas FOTOS 24, 25, 26 e 27, algumas de suas janelas foram quebradas, e na calçada em frente ao prédio há o acúmulo de entulhos. Segundo nos contaram alguns moradores, o local tem sido utilizado para o tráfico de drogas e sua fiação interna foi furtada. Caso semelhante, narrado por Dona Jô¹²⁰ no início desta seção, ocorreu no Residencial Eduardo Abdelnur, em que parte da estrutura temporária na qual ficava o

¹²⁰ Dona Jô tinha 57 anos, era auxiliar de serviços gerais e morava no Residencial Eduardo Abdelnur, junto com seu filho, de 27 anos, que vendia saco de lixo na rua junto a uma ONG, quando a entrevistamos. Além dele, moravam suas 4 netas, de três, seis, nove e dez anos, sendo que duas delas foram adotadas por esse filho. Contou que a renda era em torno de R\$600,00, mas não especificou se já estava incluso o valor recebido de outros programas sociais de que participa, como o Bolsa Família, o Renda Cidadã, e o Vivaleite. Contou que na sua última residência, antes de se mudar para o Residencial Eduardo Abdelnur, morou junto com outros onze familiares (filhos, netos, genro, nora) no Jacobucci, em uma casa de aluguel, e que, devido ao fato de participarem das reuniões do CRAS do São Carlos VIII, já tinham a situação de coabitação conhecida pela PROHAB. Além dela, uma das filhas também conseguiu a casa pelo PMCMV, residindo em rua próxima. Sua trajetória habitacional passava primeiramente por duas cidades do interior paulista: Lins e Marília. Depois mudou-se para São Carlos, onde morou no Jardim Jacobucci, Vila Pureza, São Carlos VIII, mudando de casa, segundo ela: “enquanto não ganhava a casinha, a gente ia onde estava mais barato o aluguel. Ao longo da entrevista, fomos interrompidas quatro vezes. A primeira quando o nariz de uma de suas netas, começou a sangrar, a segunda quando uma vizinha veio combinar a doação de uma cama por Dona Jô. E por fim, um vizinho que estava passando, pediu cigarro. Com esse vizinho conversaram sobre o fato de o governo ainda não ter liberado um auxílio em que presidiários que contribuíssem com INSS têm direito quando são detidos. Contou a ele que seu filho também ainda não tinha recebido. Além das interrupções, ao longo da entrevista, ouvimos o som de vários carros, ora vendendo algum tipo de produto de limpeza/comida, ora descendo em alta velocidade, já que estávamos em uma baixada. Sua casa ainda não tinha portão, embora a parte da frente do quintal fosse cimentado e nos fundos ela tivesse uma pequena horta, inclusive com alguns legumes plantados.

escritório da construtora, como telhas de zinco, estruturas pré-moldadas e fiação, que seriam reaproveitadas para a construção de uma escola, foram furtadas. Esse fato foi confirmado por Flávia Aparecida Mansoli Rocha, chefe da divisão da PROHAB, que ainda sobre “a construção de uma pedra fundamental”, sinalizando uma futura escola nesse espaço, mas sem previsão de início das obras.



FOTO 24 e FOTO 25 – Unidade de Saúde da Família no Jardim Zavaglia com janelas depredadas e calçadas mal cuidadas, São Carlos, 2017.
Fonte: Trabalho de campo, agosto de 2017.



FOTO 26 e FOTO 27: Unidade de Saúde da Família no Jardim Zavaglia e seu entorno, São Carlos, 2017.

Fonte: Trabalho de campo, agosto de 2017.

Em Presidente Prudente, há uma edificação destinada ao Estratégia de Saúde da Família [ESF] em todos os novos conjuntos habitacionais (FOTOS 28, 29, 30 e 31)¹²¹, mas a carência de materiais e no quadro de funcionários foi denunciada por Emerson¹²²,

¹²¹ Como se observa na imagem do Google Earth, foi construída uma unidade do ESF para os residenciais Tapajós, Bela Vista e Cremonezi que, embora tenham nomes diferentes, estão localizados em uma área contínua.

¹²² Nesse caso, mantivemos o nome original do morador, pois se trata do presidente da Associação de moradores do João Domingos Netto. Quando o entrevistamos, Emerson tinha 33 anos, era professor e morava junto com um operador de caixa que estava desempregado, de 27 anos. Temporariamente, sua mãe, de 67 anos, por ter feito uma cirurgia e requerer cuidados específicos, estava morando com ele. Contou que a renda de sua mãe era por volta de um salário mínimo e a dele, por ser professor substituto na rede particular, variava um pouco, mas em torno de R\$2.000,00. Contou que fez a inscrição em 2004, quando recorreu judicialmente para ter o direito a concorrer ao sorteio. Morou no Conjunto Habitacional Jardim Jequitibás, zona oeste, na casa de seus pais, até os 17 anos, quando mudou para São Paulo para estudar. Voltou após três anos para a casa dos pais, e depois morou sozinho em diversos bairros, em casas de aluguel, como Jardim Bongiovani, centro e COHAB. Durante a entrevista, contou que já havia contratado com um engenheiro o projeto de expansão da casa, que incluiria a construção de uma área de lazer nos fundos, com

o que demonstra a necessidade de investimentos para a efetivação de políticas públicas, inclusive municipais, que garantam a manutenção do atendimento em tais unidades de saúde:

A diferença é que antes, quando mudamos pra cá, o posto não tinha inaugurado, ele demorou praticamente um ano para ser inaugurado, tanto o posto quanto a creche. **Foram inaugurados e amenizaram, parcialmente os problemas.** Porque se não tivesse inaugurado, ainda seria uma dificuldade a mais, porque você teria que estar buscando outro local ainda para o atendimento, por mais precário que seja, a dificuldade ainda seria um pouco maior. [...] não é um posto, é o Estratégia de Saúde da Família [ESF], e também não é, né?! Só leva a sigla. Ele não cumpre os parâmetros de um ESF, então a minha indignação... [*E que seriam quais?*] Por exemplo, o ESF tem por obrigação de fazer visitas periódicas a todas as famílias que são cadastradas, ter o acolhimento, que são esses agentes que passam nas casas, pra manter esse acolhimento e trabalhar com a prevenção. Mas não funciona. **Porque não existe quadro de funcionários.** Não tem funcionários pra fazer essa atividade. Essa mesma atividade, é feita pelos médicos dessa unidade também, eles também fazem visitas nas casas, para aquelas pessoas idosas, para as que tem maiores necessidades. Então tem todo um cronograma, todo um projetinho, para que eles sigam. E isso não acontece, porque não tem como acompanhar... **falta material dentro da unidade pra fazer uma obturação, falta luva. Falta papel pra impressão. Então falta muita coisa.** É precária. É uma situação vergonhosa. [Emerson, 33 anos, professor e presidente da associação de moradores do Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto - 12 de maio de 2017 - grifos nossos]



FOTO 28 – Estratégia de Saúde da Família do Jardim Panorâmico, Presidente Prudente, 2017.

Fonte: Trabalho de campo, 2017.

piscina e quartos num futuro andar superior. Garagem, muros e portão, que já estavam construídos, fechavam a fachada da casa.



FOTO 29 - Estratégia de Saúde da Família do Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, Presidente Prudente, 2017.

Fonte: Trabalho de campo, 2017



FOTO 30 – Imagem do *Google Earth* com destaque para a localização da ESF do Residencial Bela Vista I, entre os residenciais Tapajós e Cremonezi, Presidente Prudente.

Fonte: *Google Earth*



FOTO 31 - Estratégia de Saúde da Família do Residencial Bela Vista I, Presidente Prudente, 2017.

Fonte: Trabalho de campo, 2017 e *Google Earth*.

Embora as condições dos moradores do Jardim Zavaglia, em São Carlos, tenham experimentado melhorias com o aumento das linhas de ônibus, em decorrência da entrega das casas do Residencial Eduardo Abdelnur, a inexistência do serviço de saúde implica em adaptações nas suas práticas espaciais que, por vezes, dependem da colaboração entre vizinhos. Mas há casos em que chegam a desistir de buscar cuidados médicos, como contam Luciana¹²³ e Silvina¹²⁴:

¹²³ Luciana tinha 28 anos e estava desempregada quando realizamos a entrevista. Morava no Jardim Zavaglia, junto com seus três filhos (12, 8 e 3 anos). Contou que sua renda era de R\$600,00 reais, mas não especificou se nela estava incluso o valor do Bolsa Família que recebia referente aos seus filhos. Anteriormente, trabalhava em um hotel, mas com a mudança para o Jardim Zavaglia, não tinha com quem deixar seus filhos, e precisou sair do emprego, devido o valor recebido não compensar pagar alguém para cuidar deles. Nasceu em Ribeirão Pires, mudou-se junto com sua mãe e irmãs para as cidades de São Paulo, Sorocaba e São Carlos, sendo que em todas pagavam aluguel. Deixaram de pagar aluguel quando sua mãe conheceu seu padrasto, que havia herdado uma casa da antiga FEPASA. Segundo ela, pelo fato dessa casa ser antiga (mais de 100 anos), foram informados pela PROHAB de que seria demolida e eles seriam desapropriados, e dessa forma, teriam direito às casas do PMCMV. Mas sua mãe não aceitou, pelo fato dessa casa em que moravam ser na Vila Prado, área próxima ao centro. Quando sua mãe faleceu, ela resolveu fazer o cadastro na PROHAB, então conseguiu a casa em que estava no Zavaglia, no entanto, seu padrasto continua morando na casa antiga, na Vila Prado, que ainda não foi demolida. Da calçada em frente à sua casa, onde realizamos a entrevista, pude ver que seu quintal estava cimentado e seu muro erguido, embora não rebocado.

¹²⁴ Quando entrevistamos Silvina, ela nos contou que era aposentada, tinha 75 anos e morava com o seu filho, de 45 anos, aposentado em decorrência de acidente sofrido na profissão de cortador de cana há alguns anos atrás, que o deixou na condição de cadeirante. A casa estava no nome de seu filho, que concorreu na condição de portador de necessidades especiais. Ela contou que fez vários empréstimos e vendeu um terreno para fazer benfeitorias na casa, como muro, portão, calçada, cobertura da área. Os empréstimos são descontados diretamente na folha de pagamento sua e de seu filho, que somavam aproximadamente

[Assim que você mudou, quais foram os aspectos positivos que notou?] Positivo de ter a casa própria. *[E de negativo?]* **Não tinha transporte**, era bem difícil. **Agora tem dois**. Só tinha um ônibus. Agora tem três. Tem a da hora e meia, que é o Mercado, a hora certa que é o Arnon e só. **Agora tem o Abdelnur, porque como tem o [Residencial] Abdelnur e vem pro Zavaglia. Agora melhorou. E não tem o postinho de saúde**. Isso que é ruim pra gente. *[Aquele ali embaixo não funciona?]* Não. Ele foi construído, mas não tem nada lá. *[Não tem médico, enfermeiro, nada?]* Não. Não tem nem aparelho. E aí a gente **tem que ir no do Botafogo** e é complicado, porque às vezes nem passe *[de ônibus]* você tem. Você está com uma criança doente, como que você vai subir? *[É longe?]* O Botafogo é, né?! **Tem que subir o morro!** [...] *[Você nota se houve mais gastos em outras despesas que antes você não precisava gastar, depois que mudou pra cá?]* No transporte. Ficou.... Porque lá *[na Vila Prado]* eu fazia tudo a pé. **Aqui se você não tem sete reais...** no caso, eu acabei de levar ela *[a filha ao dentista]*, **peguei a carteirinha *[de passe]* emprestada da minha amiga. Se eu não tenho sete reais, não tem como eu ir.** *[Ah... e aqui no bairro como não tem atendimento, você foi até ao centro...]* Fui na UPA. *[outro carro fazendo barulho]* *[Então são sete pra ir e voltar, com você e ela?]* É. Ela passa por baixo, são 3,50 mais 3,50. *[Luciana, 28 anos, desempregada, Jardim Zavaglia, São Carlos – 09 de agosto de 2017]*

[E a senhora acha que tinha que ter mais algum outro tipo de comércio aqui?] Eu acho que devia. Sabe? Que nem o posto, você acha? **O posto está ali e nós precisamos ir LÁ** *[apontando para o alto e falando com ênfase]*. Eu não vou. **Eu fico sem tomar remédio**. Vou em lugar nenhum não. *[A senhora não busca os remédios?]* Eu não. **Eu compro Hidroclorotiazida** que é baratinho, às vezes está na promoção. O remédio da diabete...vai onde? Vai lá e fica mofando lá. Você não tem saúde. *[Onde, no Jardim Botafogo?]* É. No Botafogo. Não tem saúde e ainda... não tenho paciência. **Pega esses ônibus, com esses motoristas de tudo enrolado, você tem medo**. Eu já caí três vezes, que eles me jogaram. Uma lá perto do banco, eu fui subir no ônibus, eles fecharam a porta. Bateu nas minhas pernas, e acabou comigo. O outro foi que me derrubaram mesmo. Eu caí lá perto do Magazine *[Luiza – o ponto de ônibus fica em frente à loja]*, lá no ponto. Eu caí lá. Eu fui subir no ônibus, eles fecharam a porta e eu caí na rua. Outra vez eles fecharam as duas portas no meu joelho. Agora eu tenho problema no joelho. Nunca reclamei deles. Mas é difícil essa empresa. Muito difícil. *[Silvina, 75 anos, aposentada, Jardim Zavaglia, São Carlos – 09 de agosto de 2017]*

Outro aspecto evidenciado nessas entrevistas é a intrínseca relação estabelecida no cotidiano desses moradores entre assistência médica e mobilidade. Nos espaços pesquisados nas duas cidades, o acesso ao serviço de transporte público entrou em vigor concomitantemente à entrega das unidades habitacionais, caracterizando um respeito,

R\$1.300,00 de renda, já inclusos os descontos dos empréstimos realizados. Contou que já morou na cidade de Descalvado e no Jardim Jacobucci, em casa construída por seu ex-marido, mas que fora colocada no nome de uma outra mulher. Contou que perdeu tudo e ficou sem ter onde morar.

ainda que limitado, às regras do PMCMV. No entanto, a ausência de uma maior diversidade de linhas continua sendo um dos maiores problemas enfrentados.

O intervalo entre as linhas que ligam o Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto ao centro é de trinta minutos, não passando por outras centralidades da cidade que concentram comércio, serviços, saúde e estudos. Como seus deslocamentos não são necessariamente todos até o centro, os moradores que dependem do transporte coletivo gastam mais tempo para ir a outras áreas da cidade, ou ficam em casa. A mesma dificuldade é narrada por Elisângela¹²⁵, no fragmento a seguir:

[Sua mãe está no Ana Jacinta desde que foi inaugurado?] 24 Anos. [Nossa, então todo o processo que foi lá, mais ou menos você está vivendo aqui de novo. Ou não? Você consegue comparar?] – Sim. Olha, quando minha mãe pegou lá, era barro, era bem precário. A casa é menor, só que aqui eu já peguei asfaltado, com ônibus, bem melhor, a casa é maior, tem bastante diferença. [O que você nota que era melhor lá, melhor aqui? Por exemplo, o que mais precisava lá na época, e o que mais precisa aqui?] Na época, o que mais precisava lá era o asfalto, que não tinha e os ônibus, que não tinha, eles ficavam até um terço do conjunto, eles não desciam. Porque minha mãe mora na rua 10 [...], é o início do conjunto. Aqui, quer dizer, não falta nada, a única coisa que é ruim é que a empresa de ônibus que é super precária, o ônibus aqui é horrível, só pela misericórdia! Que horrível! [Horário ou sucateado?] Olha, os horários de dia de semana até que é bom, final de semana você não pode sair de casa, porque você morre no ponto de ônibus esperando. [Por que não passa?] Não. [O site informa que é a cada uma hora aos finais de semana, então não passa?] É muito precário, é assim: você pega o ônibus, minha mãe mora no Ana Jacinta, eu tenho que pegar dois ônibus. Eu pego um ônibus aqui, eu desço na praça, até passar o outro... Eu pego aqui 11h, eu vou chegar na praça 11h20, que aqui é rápido, eu vou pegar

¹²⁵ Assim como Emerson, mantivemos o nome original de Elisângela, por se tratar da presidente da associação de moradores dos Residenciais Bela Vista, Tapajós e Cremonezzi. Ela tinha 42 anos e contou que, além dela, na casa residiam seu filho de 16 anos, estudante, e seu esposo, de 40 anos, que fazia bicos como *barman* e como pintor. A renda da família era de aproximadamente mil reais, no entanto, não especificou se estava incluso o valor de outros programas sociais dos quais era beneficiária, como Bolsa família, Auxílio gás e Vivaleite. Quando a entrevistamos, havia se formado recentemente em uma faculdade particular da cidade, através do programa FIES, e contou que sempre “vai atrás” de seus direitos: “tudo que está dando fia... Injeção na testa! Estou indo atrás. Vou atrás do que é meu [...], tudo que eu tenho direito eu vou atrás”, se referindo aos programas sociais. Seu bairro anterior de moradia era o Conjunto Habitacional Ana Jacinta, onde morava na casa própria da mãe, junto com o seu filho. Ela e o marido passaram a morar juntos quando a casa no Residencial Bela Vista foi entregue. Elisângela nasceu em Presidente Prudente, morando primeiramente na Vila Iti, na casa de seus avós. Depois morou em São Paulo, junto com sua mãe, em casas de aluguel situadas em Osasco, no centro e no Pari. Voltaram para Presidente Prudente quando sua mãe foi contemplada com uma casa no Ana Jacinta, há 24 anos. Mudou-se para Europa, onde viveu por um ano com seu ex-marido. Quando retornou, voltou a morar no Ana Jacinta com a mãe. Busquei contato com Elisângela depois de acompanhar o grupo fechado do *Facebook* “João Domingos Netto oficial” e observar que, em vários *posts* relativos a reclamações ou abaixo assinados, seu nome era marcado. Entrei em seu perfil e vi outras publicações sobre reuniões com outras associações de moradores. Adicionei Elisângela na minha conta no *Facebook* e enviei uma mensagem, falando da pesquisa e propondo agendar uma reunião. Ela aceitou prontamente e me recebeu em sua casa. Observei então que todo o terreno estava calçado e murado. Conversamos numa sala aconchegante, com cortinas e retratos. As atas e pastas da Associação de moradores estavam guardadas em uma parte do *rack* da sala.

outro 13h, e vou chegar na minha mãe às 15h. Fora que o ônibus daqui eu até estranho, a TCPP... **Os ônibus de lá [do Ana Jacinta] são bem melhores do que os daqui, aqui só tem sucata.** Vive quebrando. **Os motoristas daqui, além de motoristas têm que ser cobrador e ainda tem que ser mecânico.** É sucata os ônibus daqui. Atrasa mais ainda. [Elisângela, 42 anos, Bacharel em Direito, moradora do Residencial Bela Vista e presidente dos Residenciais: Bela Vista, Tapajós e Cremonesi – Presidente Prudente, 08 de maio de 2017, grifos nossos]

No depoimento de Elisângela, podemos observar que, se comparadas com as antigas periferias, houve avanços quanto a presença de infraestrutura básica e dos ônibus, nesses novos conjuntos habitacionais. Mas, no que se refere à distribuição e frequência de linhas do transporte coletivo, os problemas permanecem e podem até parecer piores, devido a expansão do tecido urbano e das novas exigências e demandas na vida urbana. Decorrente disso, para os moradores dessas novas periferias, o uso da cidade tende a se limitar ao horário comercial, desestimulando o lazer nos finais de semana. “Os tempos desiguais dos cidadãos, sobretudo em termos de mobilidade, tornam-se, deste modo, mais um plano que condiciona e orienta o processo de fragmentação socioespacial” (SPOSITO, 2013, p.85), gerando sempre insatisfação. Por vezes, os impactos são ainda mais radicais, como é o caso de Fernanda, para quem, mudar para um desses novos espaços periféricos significou a perda do emprego, redução da sua mobilidade e forte limitação das práticas espaciais ao espaço de residência, além da dependência de ajuda para que muitas delas possam ser realizadas:

[E você consegue comparar aspectos positivos e negativos do bairro que você morava antes?] Sinceramente, eu prefiro aonde eu morava, lá era mercado perto, era médico, não precisa desta putaria, qualquer hora que você chegava, você era consultada, a escola do meu filho era perto, aqui ele usa cartão [de passe escolar], ele tem que ir lá no Brasil Novo, minhas receitas controladas têm que pegar no Brasil Novo, vacina é no Brasil Novo. Eu não sei pra que tem isso! [apontando para o ESF]. Então lá não, **lá era tudo perto, shopping, a cidade mesmo.** Eu tive que sair do meu serviço, e **eu saí do serviço por causa do passe,** meu patrão falou: ‘Fer, eu não consigo pagar o passe para você’. Tive que sair do serviço, agora eu não consigo, **uma vez na semana eu faço faxina,** foi hoje que eu acabei de chegar. [...] *[Como você anda pela cidade quando tem que sair daqui?]* Eu vou ali, **peço emprestado para um, peço para outro, mas é raro eu sair daqui.** *[Então você acha que mudou a frequência ou opção pelos lugares que você ia?]* Mudou bastante, é difícil eu sair daqui... **Eu deixei de fazer tudo, de ir ao centro,** no meu pai fica longe, preciso do ônibus. É difícil. Mercado, **tem que comprar aqui mesmo e é um absurdo pra fazer compras...** eu não vou sair daqui pra ir no [supermercado] Estrela, o passe vai compensar eu fazer aqui. *[Aí você compra aqui no bairro mesmo?]* É. Ali no Brasil Novo. *[Você considera que aqui é perto ou longe do*

centro?] Para mim **é longe porque eu dependo do ônibus, tem uns doidos que vão a pé** né, mas eu não vou não, senão quando chegar lá, eu *morro*. [...] Eu trabalho ali no [Jardim] Iguaçu, **eu vou de moto táxi quando meu patrão paga**, um moto táxi para ir e um para voltar. É bem mais rápido, eu acabei de chegar. [Fernanda, 28 anos, faxineira, Residencial Bela Vista, Presidente Prudente – 06 de janeiro de 2017, grifos nossos]

Diante das respostas de Fernanda, mais uma vez, reconhecemos a importância das considerações de Sposito (2011, p.83) sobre a fragmentação socioespacial, que vai além da descontinuidade territorial, enquanto processo que envolve a dimensão temporal, articulando diferentes escalas e as práticas socioespaciais:

Não se trata apenas de considerar a cidade fragmentada (fato), em função de descontinuidades territoriais no tecido urbano ou da presença de muros e de sistemas de segurança, o que podem ser indicadores fortes, mas não são, de per si, o processo de fragmentação, visto que para entendê-la são necessárias, de um lado, a perspectiva do tempo, de outro, a observação das articulações entre escalas e, por fim, o mais importante, deve-se frisar que os aspectos observados podem resultar em redefinição das ações econômicas e sociais, das práticas espaciais, bem como dos valores que sobre o urbano são reformulados.

À despeito de Presidente Prudente não possuir o relevo tão movimentado quanto São Carlos, onde é preciso “subir o morro”, como enfatizado anteriormente por Luciana¹²⁶, observamos que o uso de veículos particulares para os moradores desses conjuntos habitacionais vem ganhando relevância. Na entrevista com Miriam¹²⁷, parcialmente transcrita a seguir, os aspectos que merecem mais atenção dizem respeito aos seus deslocamentos, visto que, como também acontece em São Carlos, quando realizados por transporte público, são limitados por ônibus insuficientes e pela limitação da cobertura espacial e temporal:

[E você acha que houve um aumento de despesas que antes você não precisava pagar depois que mudou para cá?] **No transporte. Porque antes a gente trabalhava do lado do Jardim das Rosas, então lá a gente se locomovia a pé. Nós trabalhamos ali do lado da Unesp,**

¹²⁶ Entrevista parcialmente transcrita nas páginas 131 e 132 deste capítulo.

¹²⁷ Miriam tinha 42 anos, era professora e morava junto com o marido, da mesma idade, marceneiro de profissão, mas quando os entrevistamos, trabalhava como monitor de uma escola particular, e os três filhos do casal, com 12, 10 e 5 anos, no Jardim Panorâmico, em Presidente Prudente. Declarou que a renda era de 3 mil reais. Miriam contou que seu marido estava empregado e a renda havia passado em 40 reais, quando fizeram a inscrição. Pouco tempo depois, ele ficou desempregado e passaram a ter o direito de participar do sorteio. Depois da mudança para o Jardim Panorâmico, ele conseguiu emprego novamente. Moravam anteriormente no Jardim das Rosas, em uma casa de aluguel. Quando solteira, morava em Presidente Venceslau junto aos seus pais, nas fazendas em que seu pai trabalhava. Aos dezoito anos, morou em república nas cidades de Lins e Assis, para estudar. Retornou a Presidente Venceslau, casou e morou na casa dos sogros, antes de vir para Presidente Prudente. A casa ainda não tinha portão, apenas a delimitação da divisa lateral com os vizinhos, que haviam construído suas garagens, quando a entrevistamos.

pertinho, as crianças para ir a pé não se cansavam, a gente ia a pé. Aqui não, nós vamos de manhã, voltamos meio dia, ele volta de novo. Isto quando a gente não faz 3 viagens, são 6 quilômetros?! **12 km cada ida e volta!, Só que a gente às vezes vai até 3 vezes. 6 para ir 6 para voltar, de manhã e à tarde mais 6 para ir e mais 6 para voltar.** Isso quando não vamos de noite quando tem programação da escola. [*Vocês vão todos de carro ou de ônibus?*] No começo, **quando viemos para cá era de ônibus. Aí depois adquirimos o carro. Para poder facilitar, mesmo porque os gastos com o ônibus pode ser que equivalia o mesmo que os gastos com o carro.** Lá o carro não tínhamos tanta necessidade, não que ele não fosse útil, **mas lá tudo era perto,** tudo que precisava, igreja, mercado, trabalho. **O carro fazia falta? Fazia, mas não comprometia nossas atividades, só que aqui não dá.** Quando ficamos sem carro porque ele foi batido, nossa! **Foi muito complicado andar com 3 crianças no ônibus, na chuva,** para ir para a igreja, nossa. Mas **só compramos pela necessidade.** [...] [*Depois que você mudou para cá teve mudança nesta rotina, ou aumentou a despesa, por exemplo, precisou mudar, sair do emprego, acordar mais cedo?*] **Só acordar bem mais cedo, agora nas despesas.... Na verdade, a gente tira de um lugar para colocar em outro, mas não teve assim muita mudança não.** [...] [*Você considera que este bairro é perto ou longe do centro da cidade?*] Muito longe. [*E quanto ao seu local de trabalho?*] Muito longe também. [...] [*E quais os principais problemas enfrentados por vocês quanto a se mover pela cidade, o que você gostaria que mudasse?*] **Aqui o trânsito é muito complicado, não tem lugar para estacionar, no centro. A questão do usuário de ônibus, a demora, muito lotado.** Parece que os ônibus que a gente mais precisa, são os que mais demoram a chegar. Muito lotado o ônibus, muito muito lotado! [Miriam, 42 anos, professora, Residencial Cremonezi, Presidente Prudente – 25 de março de 2017]

Observamos que, quando comparadas à metrópole, há mais mobilidade nas cidades médias por veículos próprios, em função das distâncias menores, o que se evidencia no cotidiano dos seus moradores. Isso fica evidente quando Miriam enumera a quantidade de vezes que chega a ir e voltar de casa ao trabalho, desde que a família adquiriu um carro¹²⁸. O custo relativamente igual ao gasto com as passagens de ônibus e a redução do tempo para realizar tais deslocamentos por carro (ou moto), tem levado

¹²⁸ A distância do Residencial Panorâmico em que Miriam mora ao local que contou trabalhar, o Jardim das Rosas, é de aproximadamente seis quilômetros. Traçando essa rota no *Google Maps*, visualizamos que pode ser realizado em 12 minutos, de carro ou moto. Se ela realizasse esse mesmo itinerário por ônibus, ela teria que pegar um ônibus até o centro da cidade e outro do centro ao seu local de trabalho. Se ela tiver um cartão de passe, fará integração e pagará o preço de uma passagem, no valor de R\$3,60. Ida e volta, dá um total de R\$7,20. Esse valor, multiplicado por cinco, que é o total de integrantes da família que fazem o mesmo trajeto, daria um total de R\$36,00 a cada ida e volta. Mas, devido ao tempo que demandaria ir até o ponto de ônibus, esperá-lo, desembarcar no centro e pegar outro ônibus, não seria possível ir para sua casa almoçar, como contou fazer. Em seu carro, considerando o preço do litro do Etanol atualmente, de R\$2,70, ela deve gastar ao menos dois litros para ir e voltar (12 quilômetros no total), gerando um total de R\$5,40 por deslocamento. O mesmo trajeto, simulado pelo aplicativo Uber, que passou a vigorar na cidade a partir de março de 2018, o valor para a família realizar o deslocamento casa-escola ficaria num total de 12,22, valor também inferior ao totalizado no transporte público.

muitas famílias a adotar (ou almejar) a mesma estratégia de Miriam: deslocar-se por veículo automotivo próprio, “gerando seu próprio espaço-tempo” (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 302). Aliada a isso, a mudança para a casa própria, gerou uma nova relação da família com os demais espaços urbanos, uma vez que deixaram de deslocar-se a pé para o trabalho, a escola, o lazer, como faziam anteriormente, quando moravam em uma casa alugada no Jardim das Rosas¹²⁹, alterando suas práticas socioespaciais.

Embora Miriam não pague mais aluguel, agora gasta com transporte, o que, segundo ela, significou que não houve alterações nos seus gastos mensais. Além disso, o aumento do fluxo de carros na cidade e a ausência de locais para estacionar no centro, mencionados na entrevista, são potencializados por esse conjunto de transformações experimentadas por cidadãos das classes populares, e pode ser explicado pelas significativas mudanças econômicas e sociais que caracterizaram os anos do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) na presidência da República¹³⁰. Entre elas, destaca-se que “o incentivo ao consumo figurou como elemento de importância crucial e em escala cada vez maior” (ROLNIK, 2015, p.299), “marcado por demasiadas ambiguidades e contradições” (idem, p.262), com a instituição de políticas de transferência de renda, o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), o PMCMV, redução de IPI (imposto sobre produtos industrializados) em automóveis e eletrodomésticos por um lado, e por outro, a construção de imensos conjuntos habitacionais via mercado, sem reduzir as desigualdades no âmbito espacial.

Sara¹³¹ é assistente social, moradora do Residencial Cremonezi, em Presidente Prudente. Estava desempregada, mas anteriormente trabalhava no Lar Santa Filomena, que fica no Jardim Itapura, aproximadamente 2 km do centro da cidade. Para percorrer o trajeto de volta para sua casa, de cerca de 8 quilômetros, ela contou que precisava pegar dois ônibus ou ir caminhando até a praça central, para pegar outro ônibus que fosse até o seu novo local de moradia, gastando aproximadamente duas horas. Ela sabe que se realizasse o mesmo percurso de carro ou moto, chegaria mais rápido¹³², evidenciando

¹²⁹ Localizado em área pericentral de Presidente Prudente.

¹³⁰ O PT esteve à frente do governo federal de 2003 a 2016, quando Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2011) e Dilma Rousseff (2011 – 2016) ocuparam a Presidência da República.

¹³¹ Sara tinha 33 anos, era formada em serviço social, mas estava desempregada quando a entrevistamos. Embora a casa estivesse em seu nome, até cerca de um mês antes de realizarmos a entrevista, também morava com ela, a irmã, e seus três filhos. Estava morando sozinha quando a entrevistamos. Desde quando nasceu até 2010, morou na casa de sua mãe, no Jardim Monte Alto, porém em ruas diferentes. A partir de 2010, morou sozinha, em casa de aluguel, e também de ‘favor’, na casa da irmã, que era alugada. Com o sorteio das casas do PMCMV, mudou-se para o Residencial Cremonezi, em fevereiro de 2015.

¹³² Levaria 15 minutos, conforme simulação realizada no Google Maps.

tanto a ineficiência dos trajetos/linhas do transporte público e seu impacto no tempo gasto com deslocamentos, quanto a perspectiva futura de vir a adquirir um meio de transporte próprio:

Quando eu trabalhava, era lá no Lar Santa Filomena, era 12 por 36 [horas], trabalhava um dia e ficava um dia de folga. Eu chegava muito tarde, tinha que andar bastante porque é... era fora de mão a questão de ônibus. **Saía 20h do serviço, aí chegava entre 21, 22h em casa, mais para às 22h. Chegava um pouco tarde por não ter moto ou carro ainda.** [E você tinha que ir do Lar Santa Filomena até o centro e do centro para cá, para pegar ônibus?] Eu pegava, ou senão eu descia até o centro e ia caminhando, normalmente ia caminhando. Ou pegava dois [ônibus] que dá integração no cartão. [Sara, 30 anos, desempregada, Residencial Cremonezi, Presidente Prudente – 11 de março de 2017, grifos nossos]

A aquisição de um carro é desejo inclusive dos mais jovens e está diretamente relacionada à desvalorização do transporte público, em favor de uma solução individual que implica em consumo, como nos contaram Lara e Stefany:

[Considerando Presidente Prudente no geral, quais os principais problemas enfrentados por você e sua família quanto a se mover pela cidade, o que gostaria que mudasse na cidade?] Stefany: Poderia mudar praticamente tudo, mais ou menos, né?! Lara: **Eu focalizo nos ônibus, R\$3,60 em uma passagem para um ônibus que parece uma sardinha, não compensa, melhor juntar um ano e comprar um carro. Um carro desse, 1.0.** [Apontando para um carro que estava estacionado]. Antes era R\$2,50, com R\$5 você ia e voltava, agora com cinco você só vai, depois não volta. [Lara, 16 anos, estudante, Stefany, 17 anos, Residencial Bela Vista – Presidente Prudente, 03 de março de 2017, grifos nossos]

A aversão das meninas aos ônibus expressa a racionalidade das práticas socioespaciais dos moradores desses novos espaços periféricos e sua demanda por integração ao conjunto urbano. Assim, as práticas socioespaciais possibilitariam a “ponte conceitual entre as relações sociais e o espaço” (SOUZA, 2013, p.238). Portanto, a ampliação do consumo, inclusive entre as classes de menor renda, possibilitou, por um lado, o acesso a bens e comodidades antes restritas a classes de maior renda e, por outro, ao não tocar na segregação socioespacial, gerou novos problemas urbanos, como os congestionamentos, aumento do fluxo de veículos, como narra Pedro¹³³ a seguir:

¹³³ Pedro tinha 64 anos quando o entrevistamos, era aposentado e antes de mudar-se sozinho para o Residencial Bela Vista, morava na Vila Geni, em uma casa alugada, com aproximadamente dez pessoas, todos familiares. Sua renda era de R\$1.017,00. Nascido em Alfredo Marcondes, contou que já morou nos estados do Paraná e Mato Grosso. Mudou-se para o Paraguai e por fim retornou a Presidente Prudente. Sua casa já estava bastante alterada. Na parte da frente havia realizado a cobertura com laje e o piso, além de texturas nas paredes. Nos fundos, pude notar que havia uma edícula recém construída. Apenas o portão parecia mais velho, mas durante a entrevista me contou que pretendia trocá-lo por portão eletrônico. Havia

[Como é a rotina do senhor começando pela hora que acorda?] Geralmente eu saio de ônibus, porque se sair de carro, e for para a cidade, não tem lugar de estacionar... Não dá. Então, o carro fica em casa e eu vou de ônibus. *[O senhor vai mais para o centro?]* Sim, vou mais para o centro. *[E quando precisa de ir na casa de algum parente?]* Aí eu vou de carro... Quando vou no baile, também vou de carro. *[Porque chega mais tarde? Por causa dos horários?]* Sim, porque chega mais tarde, por causa dos horários, e quando a gente sai já sai cansado de tanto dançar, aí eu pego carro e venho embora... É mais prático! *[Depois que o senhor mudou para cá, houve mudança na rotina, o senhor deixou de ir a algum lugar?]* Não. *[E quais locais o senhor frequenta para fazer compras, compra de mercado, roupas?]* No centro. É porque eu sou sozinho, tenho a minha namorada que vem aqui e vai e volta, então eu vou. Se eu tenho que comprar um pacote de arroz, eu vou lá e compro, mistura, eu vou lá e compro, e venho embora. Não, não tem nenhum específico não, o que tiver oferta eu vou. *[Aí vai de ônibus mesmo?]* É, eu vou de ônibus. *[O senhor considera que aqui é perto ou longe do centro?]* É perto, porque a cada 20 em 20 minutos tem ônibus. Você pega o ônibus e vai embora. É perto. Hoje tudo é perto aqui... de primeira não, de primeira era tudo longe, porque não tinha ônibus. Era longe, agora não. Agora está tudo perto. [Pedro, 64 anos, aposentado, Residencial Bela Vista, Presidente Prudente – 06 de janeiro de 2017]

Pedro, devido à sua condição de aposentado e proprietário de veículo automotivo, tem maiores possibilidades de deslocamento, de acordo com a prática socioespacial a ser realizada. A heterogeneidade dos moradores desses novos conjuntos habitacionais, assim como a diversidade dos efeitos das políticas sociais então implementadas podem ser apreendidos quando comparamos a entrevista de Pedro com a de Josefa, já citada, que realiza seus deslocamentos exclusivamente por ônibus e é um caso exemplar do significado da segregação socioespacial. Ela trabalha em casa como cuidadora da sua irmã, que é aposentada por ser portadora de necessidades especiais. Na mesma residência, localizada no Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, também mora o filho, Jeferson, então desempregado. Durante a entrevista, Josefa falou sobre as dificuldades decorrentes do transporte público ineficaz:

Jeferson: **Aqui o ponto negativo é na área da saúde, transporte... É bem precário mesmo, transporte principalmente. São poucos ônibus, horário meio defasado.** Tinha que ter ônibus no mínimo de 20 em 20 minutos. *[E tem em quanto tempo?]* Durante a semana é de meia em meia. **Depois das 7, 8 horas da noite fica mais complicado ainda.** Porque só tem uma linha, né?! Que é João Domingos x Centro. **Só vai para o centro, não vai para outro local.** Josefa: **Aqui se a pessoa ficar doente, ela está lascada. Ela não vai para um HR [Hospital Regional], não vai para uma outra localidade...** Jeferson: É que nem

um carro na garagem também. Contou que assim que foi sorteado, começou a juntar dinheiro para realizar essas reformas.

eu acabei de falar pra você. Aqui nós estamos precisando de um UPA [Unidade de pronto atendimento], **porque aqui, é o segundo maior bairro de Presidente Prudente. Aqui tem, foi estipulado dez mil habitantes aqui dentro.** E é meio complicado. [...] Ambulância aqui é complicado. **Eles quando vem aqui, não tem muito acesso a endereço, eles ficam procurando, quando não acham, vão embora.** [...] *[E vocês consideram que o bairro é perto ou longe do centro?]* Jeferson: Afastado. Josefa: **Eu não tenho do que reclamar, eu não reclamo não. Eu não pago ônibus.** *[E quais são, se tem, os problemas enfrentados por vocês quanto a se mover pela cidade, o que vocês gostariam que mudasse, que facilitaria a vida de vocês?]* Jeferson: **Ônibus, né?! Tinha que ter mais linhas, mais opções aqui em Prudente.** [Josefa, 53 anos, cuidadora, Jeferson, 28 anos, desempregado, Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, Presidente Prudente - 17 de agosto de 2016]

Com base nesse depoimento, os seguintes aspectos relacionados ao transporte público merecem destaque: 1. há poucos horários de ônibus; 2. as linhas dirigem-se apenas ao centro, limitando suas possibilidades de acesso a outras áreas da cidade; 3. decorrente da grande quantidade de casas¹³⁴ em uma única área da cidade, concentra muitos habitantes e a quantidade de linhas acaba sendo insuficiente; 4. a noite, os deslocamentos tornam-se ainda mais difíceis, em função da redução dos horários, o que evidencia o estímulo ao processo de fragmentação socioespacial que está em curso nessa cidade (SPOSITO e GÓES, 2013), uma vez que, não apenas os espaços, mas os tempos, com os horários em que cada um pode utilizar os espaços da cidade são rigidamente demarcados.

Na narrativa de Alberto, a mudança para o Jardim Zavaglia, por um lado, significou uma extrema redução nos gastos com moradia, e, por outro, implica em aumento da distância até “a cidade”:

Eu pagava lá 700 [reais] de aluguel, estou pagando 37 [reais]. Então isso aí é uma melhora. O que mais? **A única coisa de ruim, não é ruim, se você quer uma coisa que é sua, você tem que morar aonde você tem pra comprar,** e agora **pra ir pra cidade** você tem um vai e vem daqui na cidade, nada nada **dá uns 8 quilômetros.** [Alberto, 68 anos, frisador ferramenteiro aposentado, Jardim Zavaglia, São Carlos – 10 de setembro de 2016, grifos nossos]

Embora a queixa de Alberto a respeito dos oito quilômetros de distância parece ser irrisória quando comparada às distâncias existentes nas metrópoles brasileiras, nas cidades médias, a extensão territorial é sempre menor¹³⁵, mas suas novas periferias

¹³⁴ Como apontado anteriormente, no Jardim João Domingos Netto, foram construídas 2.343 unidades habitacionais.

¹³⁵ Em Presidente Prudente, o bairro mais ao sul, Jardim Novo Prudentino, dista aproximadamente 21 Km do bairro mais ao norte, Francisco Belo Galindo. No eixo leste, o Conjunto Habitacional José Rotta dista

caracterizam-se por se localizar em áreas distantes da malha urbana compactada e com transporte público ineficaz, assim, as relações perto/longe precisam ser relativizadas, dependendo de várias condicionantes tais como: ocupação, idade, renda, número de membros da família e se possui veículo automotivo ou não.

No fragmento a seguir, Silvina apresenta-se desanimada pela ausência de comércio, serviços e equipamentos urbanos e cita a ajuda entre vizinhos como uma das estratégias adotadas para driblar tais ausências, em caso de necessidade:

eu estou desanimada aqui, estou mesmo! Uai, não tem nada! Tem dois supermercados. Tá bom. **Mas não tem uma farmácia,** se você precisa de remédio de noite, você tem que correr... **o posto [de saúde], olha, está lá...** A gambiarra lá do vizinho, e a gente não pode falar nada... [encostado no seu poste de energia, o vizinho havia feito um ‘gato’ na rede de energia]. A gente paga direitinho e os outros não pagam. Então é isso aí tudo de ruim. **Não é tudo de ruim? Pra quem saiu do [Jardim] Jacobucci pra viver sossegado aqui e não sossega!** Isso aí mesmo, junta um monte de rapaz e joga bola aqui na esquina. Na rua. É bolada no muro, é bola que entra aqui pra dentro, pipa. Você não tem sossego. **Então é duro viver aqui. Pra mim, que já tem idade e não vou pra lugar nenhum. Quem tem carro, vai. Agora eu não. O meu menino usa cadeira [de rodas], minha filha! Fica aí também, não tem nada! [...]** [Então só fica em casa mesmo?] É, então. Não. **Ele ainda sai. Ele tem a cadeirinha de motor que ele ganhou lá daqueles advogados lá.** Então. Mas é duro, viu? **Você quer uma verdura, você não tem. Você quer um remédio fora de hora, tem que correr pros vizinhos, porque não tem uma farmácia aqui.** Tem que ir lá pro Antenor [Garcia], naquela escuridão lá. Nós somos da [Igreja] Congregação [Cristã do Brasil], **nós nunca congregamos na igreja aqui, porque lá não dá para passar, maior escuridão.** A gente tem medo, né?! Porque você vê, de vez em quando fica sem os fios aí, eles roubam tudo lá. [E aqui ainda não conseguiu fazer a igreja?] Não. **Aqui não tem igreja. Tem salinha. Que nem eu mesma, fiz um coberto ali, de vez em quando eu tenho culto**¹³⁶. [Silvina, 75 anos, aposentada, Jardim Zavaglia, São Carlos – 09 de agosto de 2017, grifos nossos]

Silvina relaciona os deslocamentos realizados ao perfil de cada morador e ao tipo de transporte utilizado. Assim, os deslocamentos variam de acordo com os diferentes perfis mencionados por ela: proprietários de veículo automotivo, idosos e portadores de necessidades especiais. Ela comenta que seu filho, usuário de cadeira de rodas motorizada, tem maior mobilidade que ela, que encontra maior dificuldade para realizar

aproximadamente 15 Km do ponto mais a oeste, Residencial Maré Mansa. Em São Carlos, o Cidade Aracy, mais ao sul, dista 18 Km do Jardim Samambaia, mais ao norte; o ponto mais a oeste, Jardim Araucária, dista 15 Km do ponto mais a leste, Jardim Tangará. Em São Paulo, Tremembé, o ponto mais ao norte dista aproximadamente 77 Km de Marsilac, ao sul. Itaim Paulista, à leste, dista aproximadamente 46 Km de Vila Jaguará, a oeste. Cálculos realizados a partir do Google Maps.

¹³⁶ Em outros momentos, mencionou que foi construída mediante empréstimos.

inclusive as compras cotidianas. Lindón, no seu debate sobre “Geografia da Vida Cotidiana”, traz importantes contribuições para o sentido que as relações entre perto e longe adquirem, se considerados os diferentes cidadãos:

En relación a las prácticas cotidianas como desplazamientos, también hay que destacar la vertiente desarrollada con respecto **a personas de la tercera edad. Muchas investigaciones de este tipo constataron en distintos grupos, en contextos variados, la reducción de los desplazamientos cotidianos de este tipo de sujeto social.** Una relevante GVC de este tipo fue la realizada por Graham Rowles a fines de los años setenta. En aquella investigación, la reducción en los desplazamientos cotidianos de las personas mayores fue el punto de partida. Los hallazgos mostraron **lo limitado que es considerar los desplazamientos sólo en términos de distancias y recorridos. Éstos toman otra profundidad si se analiza el sentido que adquieren para las personas.** Además, el autor complementa los desplazamientos cotidianos con otra dimensión: **hay desplazamientos que no son físicos, aunque pueden ser igualmente importantes para el individuo.** De hecho, allí se ubica uno de sus principales hallazgos, ‘la fantasía geográfica’ (LINDÓN, 2006, p.372 – grifos nossos).

Outras implicações de residir nas novas periferias de uma cidade média, apresentam-se com maior clareza em São Carlos, devido à topografia da área na qual tais conjuntos foram construídos. Uma serra íngreme¹³⁷ separa o Planalto Verde e o Jardim Zavaglia dos demais espaços urbanos (“É tudo lá em cima”), decorrendo em maiores dificuldades nos deslocamentos que, no entanto, são facilmente superados com auxílio de automóvel (ou moto), como nos conta Tati¹³⁸:

[Assim que você mudou, o que notou de positivo no bairro?] Sinceramente? Nada! Não, **positivo é que as ruas são bem asfaltadas**, em vista da cidade, o estrago que está, mas.... o resto?! **A escola é longe, não tem pronto socorro, um postinho, uma base pra gente. Não tem nada! Não tem uma praça, não tem nada aqui!. É tudo lá em cima. É tudo longe!** [...] minha filha está estudando lá, mas a gente tem que ir de carro, porque não aguenta. **A subida é muito! É muito! E é muito longe!** Para as pessoas que moram lá [no início do bairro], é mais perto. Agora a gente não, pegar essa linha reta, depois sobe! **Eu levo uma hora, só pra ir lá!!!** *[Ela estuda onde?]* No Olívia Carvalho. *[me explicando onde é, indo para o Aracy I] [...]* *[Você nota se há mais gastos agora?]* Isso sim, porque... **combustível, principalmente.**

¹³⁷ Estão morfologicamente localizados entre a microbacia do córrego Água Quente e do córrego Água Fria.

¹³⁸ Tati tinha 21 anos, era dona de casa e morava no Residencial Planalto Verde junto com seu marido, de 25 anos, pedreiro, e a filha do casal, de 4 anos. Contou que a renda da família era de “mil e pouco”, pois o marido ganhava 100 reais por dia, e esse valor dependia se ele tinha serviço ou não. Não especificou se nesse valor estava incluso o Bolsa Família que recebia para a filha. Anteriormente morava há oito anos no Antenor Garcia, zona sul, junto com o marido, em um barraco, numa área de invasão. Quando solteira, morou com os pais em diversas cidades e estados, “não estava bom em uma cidade, ia morar em outra, ia tentando”. Por fim, retornou a São Carlos. O terreno de sua casa era cimentado, mas não possuía portão ou extensão dos muros laterais, no entanto, quando nos sentamos no sofá da sala, a decoração com almofadas coloridas, tapetes e quadros enfeitando as paredes, nos chamou a atenção.

Água, luz, porque lá eu não pagava. Mas não que afete assim. Mas o que está mais pesando um pouco é o combustível, **porque tudo precisa de combustível pra se locomover.** [*E ele vai trabalhar de carro?*] Ele vai, só que o patrão dele leva ele. Mas de vez em quando ele vai sim. **Mas o que está dificultando mais é as coisas serem muito longe aqui! Não tem um postinho de saúde. O postinho é lá longe. É um lugar que nem dá pra você ter tratamento. Um dentista, alguma coisa, você não pode.** Se você pertence aqui, você não pode passar lá no Aracy I, agora é só na vila, **sendo que é direito de todo mundo, né?!** [Tati, 21 anos, dona de casa, Residencial Planalto Verde, São Carlos – 10 de agosto de 2017]

Nessa passagem da entrevista com Tati, também chama atenção a referência ao direito (“de todo mundo”) à assistência médica, mencionada em função das diferenças entre conjuntos habitacionais de interesse social nesse aspecto.

No excerto a seguir, Gisele¹³⁹ valoriza a aquisição da casa própria, mas também reconhece que há muitas coisas a melhorar no Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto. Embora uma escola esteja em construção¹⁴⁰ e outra funcionando (FOTOS 11, 32 e 33), ela não atende às séries nas quais seus filhos estudam. Em decorrência disso, ela tem que levar e buscar sua filha mais nova na escola, o que reduz o tempo disponível para o trabalho e compromete o orçamento familiar.

[E o que é bom e ruim aqui?]. É bom aqui, é um lugar bom, ajudou demais a gente, nossa, essas casas, ajudou demais! Mas o único problema é a escola para mim, eu acho difícil, que ficou longe [...]. Tem as coisas boas sim, mas tem muita coisa que precisa melhorar também, tipo escola, que não tem. Depois de dois anos que foi inaugurar a creche, mas para mim também não serviu, porque é [para crianças] até um ano só, dois aninhos... E minha neném já está com cinco, vai para a primeira série ano que vem, então para mim não adiantou nada, dependo de ônibus, tenho que pegar ônibus para levar e buscar, tem tudo isso. [*Você leva ela até o ponto de ônibus?*] Não, tenho que levar lá! E eu sou faxineira. Então atrapalhou tudo, porque tenho que buscar meio dia, tive que sair de um monte de faxina, estou vivendo de ajuda, é complicado. [Gisele, 29 anos, faxineira, Conjunto João Domingos Netto, Presidente Prudente – 03 de março de 2017]

¹³⁹ Gisele nos contou que anteriormente morava com seus dois filhos de 5 e 9 anos no sítio dos pais, no distrito de Montalvão. Anteriormente tinha a ajuda da mãe para cuidar dos filhos enquanto trabalhava. Com a mudança, não tinha com quem deixá-los e seu ganho com faxinas não seria suficiente para pagar a alguém para buscar seus filhos na escola, nem mesmo com a complementação que recebia do Bolsa Família. No decorrer da entrevista, comentou que pegou “um serviço fixo lá no Damha [espaço residencial fechado de alto padrão], minha mãe vai cuidar das crianças, agora vai dar uma melhorada”.

¹⁴⁰ A escola estadual de ensino fundamental foi outro equipamento de uso coletivo previsto e ainda não construído. Em trabalho de campo, observamos que há apenas a demarcação da área, localizada na avenida Maria de Menezes Alcântara. De acordo com informações veiculadas no *site* da prefeitura municipal em 27 de março de 2017, a escola estadual teve aprovado o início de sua construção pela Secretaria de Estado da Educação



FOTO 32 – Placa informativa sobre futura escola no Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, em Presidente Prudente, 2017

Fonte: Trabalho de campo, junho de 2017



FOTO 33 – Área na qual a Unidade Escolar de Ensino Fundamental será construída, Conjunto Habitacional João Domingos Netto, Presidente Prudente, 2017.

Fonte: Trabalho de campo, junho de 2017.

Em 21 de dezembro de 2017, em matéria publicada no jornal O Imparcial, relacionada à atuação do Conselho Tutelar, foi informado que 30,54% dos casos registrados são relacionados a problemas na frequência escolar. De acordo com a entrevistada nessa reportagem, a coordenadora do Conselho II, Paloma Leonel,

uma das situações que refletiram nesta realidade foi a instituição do Conjunto Habitacional João Domingos Netto. Não que o novo bairro seja ruim para a cidade, mas sim a ‘falta de estrutura’ dele [...] desde que o bairro foi inaugurado, o fato de não ter escola no local e por ser um local afastado contribuem para que crianças e adolescentes ‘não queiram ou não possam’ ir até a aula, devido à distância a ser enfrentada até a escola mais próxima ou onde a matrícula está efetuada”, sendo o João Domingos Netto “um dos bairros que mais registram ocorrências”. Ainda na mesma reportagem, a “Seduc (Secretaria Municipal de Educação) esclareceu que estão ‘em construção no bairro duas escolas municipais’, uma para ensino infantil [creche] e outra para ensino fundamental 1 [do 1º ao 5º ano], além de uma outra escola prevista para o local, mas de responsabilidade do Estado. No entanto, somente 25% das obras estão concluídas e a demora é culpa dos ‘atrasos no repasse de recursos por parte do FNDE [Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação], do governo federal’, lembra a administração municipal. Em contrapartida, o FNDE foi procurado para esclarecer sobre os atrasos e frisou que em relação à obra da escola de ensino fundamental, já repassou à Prefeitura R\$ 202.274,15, o equivalente a 20% do valor total pactuado, que é de R\$ 1.011.370,75. ‘Segundo informações inseridas pela Prefeitura no Simec [Sistema Integrado de

Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação], a obra está em andamento, com percentual de execução de 27,90%, completa. E sobre a construção da creche, o FNDE já encaminhou R\$ 475.166,62, o equivalente a 24% do valor total pactuado, igual a R\$ 1.979.860,84.

Levando em conta as relações entre tempo e espaço, observamos que, se nos anos 1960 – 70, as periferias metropolitanas eram marcadas pelo processo de segregação, a despeito dos seus aspectos negativos, isso possibilitou, de modo inesperado, uma insurgência da cidadania, a partir do momento em que esses moradores se organizaram coletivamente e passaram a reivindicar por seu direito à saúde, educação, infraestrutura, também se reconheceram como cidadãos produtores do espaço urbano (HOLSTON, 2013). Quando foram produzidas as periferias de cidades médias, como Presidente Prudente e São Carlos, além de distantes da malha urbana compacta, as mesmas ausências foram observadas. As mudanças pelas quais as antigas periferias passaram ao longo do tempo, como a instalação de escolas, unidades de atendimento à saúde, acesso ao transporte coletivo, implementação de feiras etc., foram simultaneamente decorrentes da organização dos seus moradores, através de associações, favorecidas pelo seu próprio isolamento espacial, mas também de práticas pautadas no apoio político aos candidatos que se comprometessem com o investimento nesses espaços, ou seja, do clientelismo (CARVALHO, 1997).

Atualmente, observamos que nas novas periferias de Presidente Prudente e São Carlos, há uma tendência à resolução dos problemas de maneira imediata e através do mercado, que acaba sendo paliativa, pautada em práticas individualistas, portanto, despolitizadas, gerando um aprofundamento da fragmentação da vida urbana. No entanto, essas práticas se misturam com outras iniciativas, ora também pelo mercado, ora através de reivindicações coletivas junto a órgãos públicos, como discutiremos no capítulo 3.

Conforme os relatos anteriores, a ineficiência nos serviços de transporte público, escola e postos de saúde são característicos dos conjuntos que pesquisamos e evidenciam que o avanço para além da produção de casas, no âmbito da política habitacional, foi insuficiente, sobretudo se levamos em conta a localização desses empreendimentos, em um planejamento que combine localização, infraestrutura e padrão de moradia adequados.

Embora tenha havido um enfrentamento do *déficit*, o insuficiente reconhecimento do direito a cidade é uma crítica comum entre os diversos autores que vêm abordando o PMCMV, quer seja por sua desarticulação com a política urbana (BONDUKI, 2009; MARICATO, 2009;), pela desigualdade na distribuição dos recursos (CARDOSO,

ARAGÃO, 2013; HIRATA, 2009); ausência de mecanismos frente à uma política fundiária (ROLNIK, NAKANO, 2009; ROLNIK et al., 2010; ROLNIK, 2015), baixa diversidade tipológica e incompatibilidade entre a política habitacional e urbana (PEQUENO, ROSA, 2015; NASCIMENTO, TOSTES, 2011; MELAZZO, 2015) ou mesmo quanto a uma mera habitação social de mercado (SHIMBO, 2012; SHIMBO, LOPES, 2015).

Diante dessa ambiguidade, consideramos importante refletir sobre esse conceito Lefebvriano, uma vez que a crítica realizada ao PMCMV que se refere ao direito à cidade parece partir dos mesmos pressupostos difundidos e adotados pelos agentes públicos, no sentido de que desconsideram seu conteúdo transformador e, sobretudo, o papel atribuído aos trabalhadores como sujeitos sociais. É um debate efetivamente necessário, em função da confrontação que temos observado entre o cotidiano dessas novas periferias e a própria formulação de Lefebvre, em seu caráter utópico. O caráter de denúncia dos fins capitalistas que passaram a dirigir a produção do espaço urbano, “expulsando do centro urbano e da própria cidade o proletariado, destruindo a ‘urbanidade’” (LEFEBVRE, 1991, p.15)¹⁴¹, não pode ser desconsiderado. De cunho marxista, a ideia é voltar a cidade ao poder dos seus habitantes, “que a cidade torne a ser o que foi: ato e obra de um pensamento complexo” (idem, p.111), o que ocorreria a partir da organização da classe operária:

Não pode deixar de se apoiar na presença e na ação da classe operária, a única capaz de pôr fim a uma segregação dirigida essencialmente contra ela. Apenas esta classe, enquanto classe, pode contribuir decisivamente para a reconstrução da centralidade destruída pela estratégia de segregação e reencontrada na forma ameaçadora dos “centros de decisão”. Isto não quer dizer que a classe operária fará sozinha a sociedade urbana, mas que sem ela nada é possível (idem, p.112).

No artigo “El derecho a la ciudad: de Henri Lefebvre a los análisis sobre la ciudad capitalista contemporánea”, Camargo (2016) examina as premissas elaboradas por Lefebvre em sua relação com as transformações propostas por autores como David Harvey, Edward Soja e Ana Fani Alessandri Carlos, os quais “assumem o direito a cidade, assim como Lefebvre, como um marco de compreensão para o estudo dos problemas socioespaciais urbanos”¹⁴² (idem, p.4). Segundo o autor, “o direito à cidade, definido por

¹⁴¹ A obra original em francês, “Le Droit à la ville”, foi publicada em 1968.

¹⁴² Tradução nossa de: “*asumen el derecho a la ciudad, al igual que Lefebvre, como un marco de comprensión para el estudio de los problemas socioespaciales urbanos*”.

Henri Lefebvre em 1967 como o direito dos habitantes urbanos a construir, decidir e criar a cidade, e fazer desta um espaço privilegiado de luta anticapitalista”¹⁴³ (idem) está novamente no centro do debate político, “especialmente devido à explosão de novas lutas urbanas contra as expressões espaciais do domínio do capital financeiro”¹⁴⁴ (idem).

A partir do processo de reconstrução da França pós Segunda Guerra Mundial, houve a implementação de propostas urbanísticas de Le Corbousier, “para quem a cidade deveria ser reconstruída desde uma ordem espacial geométrica e racionalista, capaz de regular a ordem social urbana” (idem, p.6), com a organização e separação das funções da cidade, gerando um “gigantesco plano de habitações na periferia urbana, que se por um lado resolveu o problema de habitação para cerca de três milhões de famílias trabalhadoras, gerou segregação espacial e precarização da qualidade de vida urbana” (idem). O habitar no sentido de que “era uma atividade social que conferia aos cidadãos identidade urbana e por consequência os habilitava para a participação política”¹⁴⁵ (idem, p.8) foi substituído pelo *hábitat*, se reduzindo “a ocupar uma habitação, isto é, se converteu em uma função separada da atividade política”¹⁴⁶ (idem). Para Lefebvre, esse urbanismo moderno gerou uma maior segregação espacial, com o “predomínio do valor de troca do espaço agora mercantilizado, e na impossibilidade de que os trabalhadores pudessem participar nas decisões sobre a cidade” (idem, p.6). O direito à cidade é então concebido por ele como “a possibilidade e a capacidade dos habitantes urbanos e principalmente da classe operária, de criar e produzir a cidade” (idem), “como uma alternativa à alienação e à despolitização que o urbanismo moderno, promovido em geral pelos Estados modernos, havia produzido na sociedade”¹⁴⁷ (idem, p.4), “como o direito dos habitantes urbanos a construir, decidir e criar a cidade, e fazer desta um espaço privilegiado de luta anticapitalista”¹⁴⁸ (idem, p.3).

¹⁴³ Tradução nossa de: “*El derecho a la ciudad, definido por Henri Lefebvre en 1967 como el derecho de los habitantes urbanos a construir, decidir y crear la ciudad, y hacer de esta un espacio privilegiado de lucha anticapitalista*”.

¹⁴⁴ Tradução nossa de: “*debe especialmente a la explosión de nuevas luchas urbanas contra las expresiones espaciales del dominio del capital financiero*”.

¹⁴⁵ Tradução nossa de: “*era una actividad social que confería a los ciudadanos identidad urbana y por ende los habilitaba para la participación política*”.

¹⁴⁶ Tradução nossa de: “*redujo a ocupar una vivienda, esto es, se convirtió en una función separada de la actividad política*”.

¹⁴⁷ Tradução nossa de: “*como una alternativa a la enajenación y a la despolitización que el urbanismo moderno, promovido en general por los Estados modernos, había producido en la sociedad*”.

¹⁴⁸ Tradução nossa de: “*como el derecho de los habitantes urbanos a construir, decidir y crear la ciudad, y hacer de esta un espacio privilegiado de lucha anticapitalista*”

De acordo com Camargo (2012), David Harvey, inspirado em Lefebvre, assume “o direito à cidade como uma possibilidade social de luta e teoria anticapitalista”¹⁴⁹ (idem, p.5), “como uma estação de passagem, que não fica no chamado a melhorar o capitalismo, mas que se contempla na perspectiva de uma ordem sócio-espacial não capitalista”¹⁵⁰ (p.11), “nesse mesmo sentido o direito à cidade não pode limitar-se a reclamar justiça social e redistributiva, já que o capitalismo se adapta a diferentes distribuições de renda e riqueza”¹⁵¹ (idem).

Edward Soja, outro autor cuja obra é analisada por Camargo (2016), define que o direito à cidade “não se restringe à luta anticapitalista, mas sim que articula formas de resistência étnica, de gênero e cultural, como expressão da diversidade de experiências urbanas”¹⁵² (idem, p.5-6), diferente de Harvey, para Soja, a luta por esse direito “não pode se restringir à luta contra os efeitos do capitalismo no espaço urbano”¹⁵³ (idem, p.11), argumentando que “a luta anticapitalista não esgota as possibilidades de reivindicação da justiça espacial e do direito a cidade”¹⁵⁴ (idem, p.17), essa “luta pela justiça espacial transcende o conteúdo de classe do marxismo e se afirma nas possibilidades culturais, simbólicas e sociais que surgem nos interstícios da posmetrópolis”¹⁵⁵ (idem, p.11). Inspirado em Lefebvre, utilizou as categorias de análise do espaço percebido, concebido e vivido, sendo este último o “que rompe o dualismo entre o concebido e percebido, e que permite assim aproximar-se à complexidade da experiência vivida”¹⁵⁶ (idem, p.12), “marcado pelo oposto e o contraditório, o que possibilita a criação de alternativas ao capitalismo e ao direito à cidade”¹⁵⁷ (idem). O direito à cidade constitui para Soja, “um

¹⁴⁹Tradução nossa de: “*asume el derecho a la ciudad como una posibilidad social de lucha y teoría anticapitalista*”.

¹⁵⁰Tradução nossa de: “*como una estación de paso, que no se queda en el llamado a mejorar el capitalismo, sino que se contempla en perspectiva de un orden socio-espacial no capitalista*”.

¹⁵¹Tradução nossa de: “*En ese mismo sentido el derecho a la ciudad no puede limitarse a reclamar justicia social y redistributiva, ya que el capitalismo se adapta a diferentes distribuciones de renta y riqueza*”.

¹⁵² Tradução nossa de: “*no se restringe a la lucha anticapitalista, sino que articula formas de resistencia étnica, de género y cultural, como expresión de la diversidad de experiencias urbanas*”.

¹⁵³ Tradução nossa de: “*no puede restringirse a la lucha contra los efectos del capitalismo en el espacio urbano*”.

¹⁵⁴ Tradução nossa de: “*la lucha anticapitalista no agota las posibilidades de reivindicación de la justicia espacial y del derecho a la ciudad*”.

¹⁵⁵ Tradução nossa de: “*la lucha por la justicia espacial, que trasciende el contenido de clase del marxismo y se afirma en las posibilidades culturales, simbólicas y sociales que surgen en los intersticios de la posmetrópolis*”.

¹⁵⁶Tradução nossa de: “*que rompe el dualismo entre lo concebido y lo percibido, y que permite así aproximarse a la complejidad de la experiencia vivida*”.

¹⁵⁷ Tradução nossa de: “*marcado por lo opuesto y lo contradictorio, el que posibilita la creación de alternativas al capitalismo y el derecho a la ciudad*”.

horizonte de possibilidades imediatas que estão contribuindo, desde pequenas expressões, a criar relações espaciais justas e democráticas”¹⁵⁸ (idem, p.14).

Garnier (2012) elabora duas importantes críticas ao caráter utópico do direito à cidade, tanto na concepção de Lefebvre, quanto de Harvey. A primeira é a maneira extremamente generalista deste ideal, visto que ambos os autores não apresentam de maneira objetiva como alcançar tal conquista, apenas enfatizam sua consolidação em uma sociedade anticapitalista (idem, p.220):

Pero D. Harvey resulta impreciso e incierto en lo que se refiere a las vías y modos que permitirían alcanzar esto. Se contenta con evocar ritualmente, como hacía Lefebvre unos cuarenta años antes, los “movimientos de ciudadanos” que se oponen o reivindican, y los “espacios de esperanza” constituidos por los lugares alternativos donde, con o sin la ayuda de ciertas autoridades locales, se experimentan otras maneras de practicar el espacio urbano, maneras que Harvey, como Lefebvre, califica de “utopianas”. Con todo, salvo, como máximo, de manera puntual, superficial, efímera y, lo más a menudo, en una posición defensiva, ni unos ni otros han logrado hasta hoy impedir que se siga imponiendo la lógica de clase que orienta la urbanización.

A segunda crítica de Garnier (2012, p.224) está estritamente relacionada ao fato de que a conquista do direito à cidade tem sido condicionada apenas no campo das ideias, dos debates acadêmicos, incitando que não deixemos que esse direito permaneça apenas como “um alibi, um desejo piedoso ou uma ficção” (idem, p.218). Tal questionamento foi mencionado durante uma entrevista com o próprio Harvey:

En el marco de una entrevista con David Harvey en octubre 2010, le planteé la cuestión que sigue: **“¿Cree usted que las clases dirigentes que, hasta hoy, tienen el poder de actuar sobre las condiciones generales que configuran los procesos de urbanización”, según su definición del derecho a la ciudad, aceptarían sin reaccionar ser desposeídas de este poder bajo la presión popular? [...] En pocas palabras, significaría que consentirían en ser privadas de su poder económico y político, esto es, en dejar, finalmente, de ser clases dirigentes. ¿No es esto un sueño, por no decir una hipótesis irrealista sino absurda?”** “No puedo contestarle”, me dijo Harvey. “¿Por qué?”, pregunté yo. “Porque ésta es una pregunta que no se me ha planteado nunca”, lo que dice mucho del tipo de interlocutores con que D. Harvey suele tratar. **¿Quiere decir esto que el “derecho a la ciudad” está condenado a ser solamente un tema de debate académico?**

Buscando enfrentar esse desafio, com base nas entrevistas com os agentes bem informados e com os cidadãos beneficiários do PMCMV, inferimos que a questão da casa própria é incisiva, principalmente quando nos seus relatos, os entrevistados falam das

¹⁵⁸ Tradução nossa de: “*el derecho a la ciudad sea para Soja un horizonte de posibilidades inmediatas que están contribuyendo, desde pequeñas expresiones, a crear relaciones espaciales justas y democráticas*”.

novas perspectivas de futuros possíveis a serem efetivados a partir dessa propriedade, que não garante em si o direito à cidade, mas possui um potencial insurgente de luta por aqueles direitos que não foram contemplados simultaneamente à entrega das casas. No entanto, a mobilização é diferencialmente realizada, principalmente quando levamos em conta o papel desempenhado pelos sujeitos locais, como fica evidente no caso de Silvana Trevisan e do Trabalho Técnico Social realizado por sua empresa em Presidente Prudente¹⁵⁹, na sua mediação entre o mercado e os novos moradores. Assim se evidencia os limites entre mercado e poder público, que por vezes não são muito claros.

A partir das relações entre referencial teórico e a realidade empírica, e inspiradas em Garnier (2010), nos questionamos: como elaborar esquemas de pensamento que nos levem a realizar esse direito? Como estruturar esse ideal nas cidades atuais?

Soja nos apresenta pistas nesse sentido, a partir da teorização do Terceiro Espaço (espaço vivido), no sentido de “una elección estratégica que se dirige a la constitución de **una comunidad de resistencia que puede ser tan empoderadora y potencialmente emancipadora** como aquellas formadas alrededor de la formación de la historia y la constitución de las sociedades humanas”¹⁶⁰ (grifos nossos), demonstrando “de maneira clara que teorias servem para explicar aquilo que vivemos no dia-a-dia de modo prático, porém de que não temos sempre consciência” (CATALÃO, 2007, p.142).

Consideramos importante a breve retomada desse debate, para refletirmos sobre o conceito de direito à cidade e nos posicionarmos em relação ao seu entendimento. Ele só pode ser entendido como uma ruptura da cidade capitalista ou pode ser um conceito mobilizador para a ação social e política? Dito de outro modo, como questionam Magrini e Catalão (2017, p.126)¹⁶¹, “qual o papel das cidades para a reprodução de relações de injustiça e perpetuação das desigualdades? E, mais importante ainda, é possível encontrar nas cidades as condições mesmas para a ruptura dessas relações?”

Sem subestimar o amplo arcabouço teórico já constituído, concordamos com formulações analíticas de Magrini e Catalão (2017, p.128), para quem o direito à cidade deve “ser repensado de forma a contemplar as mudanças societárias, entre elas, em especial, o papel que o consumo representa para a integração e a sociabilidade dos

¹⁵⁹ Conforme comentado em seu depoimento, entre as páginas 100 e 101 desta tese.

¹⁶⁰ Essa passagem encontra-se no compilado de obras de Edward Soja traduzidas para o espanhol por BENACH, ALBET, 2010, p.205. O texto em questão trata-se de SOJA, Edward. «Thirdspace: Expanding the Scope of the Geographical Imagination», In: MASSEY, ALLEN, John & SARRE, Phil (eds.). *Human Geography Today*. Londres: Polity Press, 1999; pp. 260-278.

¹⁶¹ Livro no prelo.

segmentos socioeconômicos mais pobres”. Nesse sentido, além de contribuir para o enfrentamento do desafio proposto por Garnier (2012), tal proposição é convergente com as ideias de Holston (2013, p.34) sobre as particularidades da conquista da cidadania e do direito à cidade no Brasil que, a partir dos mesmos lugares históricos da diferenciação, alimentou “a irrupção de uma cidadania insurgente que desestabiliza os privilegiados, [...] na medida em que os pobres urbanos garantiram seu direito à cidade, adquirindo direitos políticos, tornando-se donos de imóveis, usando a lei a seu favor, criando novas esferas públicas de participação e se transformando em consumidores modernos” (idem). Ao autoconstruir as periferias, os moradores passaram a se ver como produtores, contribuidores e consumidores da cidade, adquirindo ‘direitos do contribuidor’, que “compreendem os ‘direitos à cidade’ que foram fundamentais na mobilização de novas práticas de cidadania nas periferias – direitos a serviços públicos, infraestrutura e moradia que se referem à vida urbana [...]” (idem, p.336), que se apresentam como “reivindicações legítimas com base em suas contribuições à própria cidade – à sua construção através das casas e dos bairros que ergueram, à administração da cidade via pagamento de impostos e à economia da cidade através do consumo” (idem). Para Holston (2013, p.339-340), esses moradores

costumam ver a casa própria, o pagamento de impostos e o consumo como provas de seus interesses na cidade. Essa convicção não só reafirma suas exigências por direito à cidade. Também dá aos moradores o sentido de serem cidadãos da cidade, para muitos a primeira compreensão substantiva de sua cidadania e da agência dessa cidadania. [...]. Os cidadãos urbanos encontram seus direitos ao exigí-los. Eles persistem, como munícipes, sem depender do toma lá dá cá de favores ou deferências. Essa mudança de atitude resulta da convicção de que os cidadãos urbanos conquistaram seus direitos e respeito construindo a cidade e pagando suas contas. [...]. Essa autoconstrução da moradia, de si mesmo e do cidadão nas periferias é ao mesmo tempo individual e coletiva. [...]. Assim, como construtores da cidade, pagadores de impostos e consumidores, esses cidadãos urbanos inverteram o argumento do verdadeiro interesse que os liberais dos séculos XIX e XX usaram para excluir os pobres do Brasil dos direitos dos cidadãos. Em vez disso, usam esse argumento, apresentando-o em termos um pouco diferentes para justificar seus direitos à cidadania plena.

A análise das entrevistas com moradores de conjuntos habitacionais de Presidente Prudente indica que o acesso à casa própria para os mais pobres, ainda que pelo mercado

e sem os serviços urbanos funcionando plenamente, representa para eles uma primeira conquista, como contou Cida¹⁶²:

eu não acreditei, quando minha prima foi no sorteio, que ela mandou mensagem para mim falando que eu fui sorteada. Eu chorei, **fiquei muito feliz, eu não sabia o que fazer, isso para mim foi maravilhoso, entendeu?** Porque eu saí do aluguel, e pagar o que eu pago aqui, que é uma “mixaria”. **Mas em outros aspectos, veio a dificuldade para a creche para minha filha**, eu tinha que sair daqui para deixar ela lá no São Judas. **Aí eu tive que entrar na Justiça, para eu conseguir aqui na [Escola] Vovó Silvéria [Jardim Cobral]**, porque é uma guerra para colocar ali. [Cida, 39 anos, empregada doméstica, Residencial Panorâmico, Presidente Prudente – 18 de março de 2017 - grifos nossos]

No entanto, tal aspecto positivo pode ser amenizado por problemas como os casos de violência extrema ocorridos nos conjuntos habitacionais de São Carlos, assim ter a casa própria, em várias das suas narrativas, “é a única coisa boa aqui”, como narrado por Eduardo:

Mas é isso, os dois principais **benefícios são**: tanto para a população do bairro em geral de poder conseguir **adquirir esse privilégio de ter uma casa** boa, embora pequena, por um valor monetário muito pequeno, assim como pra minha mãe, que queria muito que isso acontecesse [ter a casa própria] e que conseguiu. [*E os negativos?*] [riu] [pensando] eu acho que os negativos: a educação da população, não digo no sentido profissional, não é nem isso. **Educação no que diz respeito às regras de boa convivência** com os demais. [...] Se atentar mais, por exemplo, ao volume do som, se aquele é um dia ou o momento adequado para que o som fique tão alto [...] **Drogas**, por exemplo, eu já fiquei sabendo que numa outra rua um menino foi preso, menor de idade porque estava portando drogas. Já aconteceu, até duas vezes, acho que numa ocasião o marido, o segundo marido da mulher, ele **esfaqueou ela**, agrediu os filhos dela, e depois tentou cometer suicídio. Um outro evento, foi um senhor que bateu na mulher, trancou ela dentro de casa com os filhos e **tacou fogo na casa**. [...] é um absurdo. Primeiro por ele ter feito tamanha covardia de agredir uma mulher e ainda por cima trancá-la junto com os filhos menores, junto da casa, enquanto atea fogo nela, isso é totalmente inadmissível! [...] Os vizinhos ajudaram a retirar todos de casa e depois **lincharam o causador de todo o dano**. Mas de qualquer forma, é um absurdo. Porque essas pessoas de alguma forma **lutaram, ou estão lutando ainda pra poder pagar oitenta, cinquenta reais por mês pra ter uma casa**. E não é, obviamente, nenhum pouco

¹⁶² Cida tinha 39 anos, era empregada doméstica e morava no Jardim Panorâmico junto com sua filha, de três anos. Sua renda era de cerca de novecentos reais e morava anteriormente no Jardim São Judas Tadeu, em uma casa alugada. Ela também recebia o Bolsa Família, mas não especificou se estava incluso na renda declarada. Até os onze anos morava com seus pais, em casa própria, na Vila Furquim, depois morou com o pai e a madrasta, também em casa própria, no distrito de Eneida. Ao sair de casa para morar sozinha, pagou aluguel na Vila Santa Helena, no Jardim São Matheus e por fim, no Jardim São Judas Tadeu. Quando a entrevistamos, observamos que sua casa não possuía muros, exceto nos fundos, uma vez que, neste caso, a vizinha havia construído uma garagem fechada e consequentemente acabou delimitando o seu lote. Cida morava em uma das primeiras ruas do bairro, para quem vem no sentido Jardim Cobral – Parque dos Pinheiros.

justo que uma pessoa vá lá depois de um surto psicótico e taque fogo em um bem que o outro precisou lutar muito pra ter. Então assim, eu acho que no geral, é mais educação. [Eduardo, 22 anos, estudante universitário, Eduardo Abdelnur, São Carlos – 09 de setembro de 2016]

O significado do acesso a esse bem tão importante em trajetórias marcadas pela precariedade, não pode ser desconsiderado, ainda que envolva problemas, como os relatados por Cida, como a creche que ainda não havia sido inaugurada no Residencial Panorâmico, e a necessidade de recorrer à Justiça para obter vaga no bairro vizinho. Como Silvana Trevisan¹⁶³, consideramos que se utilizarmos o discurso de que “é melhor não ter [o PMCMV] se for pra ter do jeito que está”, desvalorizaríamos algo que é muito importante para nossos entrevistados. No entanto, mesmo reconhecendo tal importância, consideramos que “está longe de significar que não devemos ser críticos em relação a essas iniciativas, muito menos que devemos nos sentir plenamente satisfeitos com elas” (MAGRINI e CATALÃO, 2017, p.131).

No fragmento a seguir, apresentamos outro trecho da entrevista de Emerson, que apontou os aspectos positivos da casa própria, reconhecendo, por um lado, os avanços realizados, se comparados a programas habitacionais anteriores, como a existência de infraestrutura básica, praças e aquecedores solares. Por outro, ele destaca os problemas construtivos presentes na maioria das casas, a ausência de unidade ambulatorial em um conjunto onde há mais de 2.340 famílias, contrapondo-os aos direitos garantidos na Constituição Federal. Ao final, quando fala da luta para tornar aquele um lugar melhor, que começou a partir do momento em que passou a residir na sua casa própria, demonstra o reconhecimento “das limitações desse acesso e das necessidades ainda não satisfeitas, o que abre perspectivas reivindicatórias vinculadas ao pertencimento à sociedade de consumo, inexistente outrora” (MAGRINI e CATALÃO, 2017, p.146), assim como a relação com a consciência de seus direitos, seja de cidadania, seja o direito à cidade, “no qual os argumentos envolvendo o ‘direito à cidade’ dos movimentos sociais urbanos corporificaram as lutas dos moradores por esse reconhecimento de serem cidadãos portadores do direito a ter direitos” (HOLSTON, 2013, p.312), ainda que sua resposta revele um limiar tênue entre a defesa de interesses individuais e coletivos.

[E assim que você mudou, quais foram os aspectos positivos que notou?] Positivo pelo bairro, **pela estrutura que foi entregue, mediante aos outros programas que entregavam sem estrutura nenhuma.** Então aqui eu posso dizer que foi entregue com pelo menos

¹⁶³ Em entrevista citada neste capítulo, ver p.99.

o básico, que é água, esgoto, luz. Não veio o telefone, que deveria, porque é uma necessidade básica também. [...] A questão do asfalto. É um bairro bonito, que tem praças. Nesses pontos é positivo. [*E de negativo?*] Mas negativo, por exemplo, **eu estou num processo contra a Caixa Econômica Federal junto com a construtora, por causa de infiltração.** Eu estou com infiltração no banheiro [...] O processo com a construtora é demorado, é lento, mas é um processo, infelizmente. Então, tem algumas coisas, que nem, o aquecedor, em muitas casas deu problemas, como vazamento e tal, o que implica num aumento de custo, **porque como uma pessoa que não tem conhecimento nenhum de um sistema de aquecedor, vai consertar um vazamento?** Ele não consegue. Até que a empresa, venha com um técnico pra fazer a manutenção desse aquecedor, essa água fica vazando em tempo contínuo, o que resulta numa elevação de custo no final do mês na conta de água, que é de responsabilidade de um serviço mal prestado da construtora. [...] Então é por isso que muitos me conhecem assim “o professor que gosta de processar”. É assim que as pessoas me veem por aí... [*Porque todas essas coisas que você acha que não estão cumprindo com o seu dever, você entra com uma ação...*] Claro! Porque **é um direito meu e é um dever deles.** Então nós temos que saber separar os papéis de cada um. Porque enquanto cidadão, e eu cumpro com os meus deveres, **eu tenho os meus direitos, e os meus direitos estão previstos lá na Constituição.** E a Constituição não está lá pra ser debatida, **aquilo que está lá são direitos já conquistados.** Direito! E se é de direito, eu quero. Então eu não preciso chegar no gestor, e falar: “nós estamos precisando...” Não! Nós queremos que seja feita, e quando vai ser feito? “Ah, não temos verba!”, meu amigo, não é um problema nosso! Só que é um dever de vocês. Porque o não cumprimento com os deveres de vocês, em desacordo com os nossos direitos, descumprindo a constituição no artigo X, Y, Z, caracteriza improbidade administrativa [...]. Incomoda porque eu procuro as vias legais. Eles não têm como questionar. Como eles vão questionar sobre uma área de lazer, se a lei diz que ia haver, e não tem. **Como eles vão questionar sobre uma UBS e um posto de atendimento ambulatorial, se a Constituição diz que deve haver um, no mínimo para dez mil habitantes, se aqui não existe nenhum?** Porque ESF não é atendimento ambulatorial. Então quer dizer que eles estão descumprindo a lei, eles estão fora da lei. [...] pra mim não importa de quem seja a culpa, **me importa que estão roubando todos os meus direitos e existe a justiça pra isso.** [...]. Eu gosto do meu bairro! **É por isso que eu luto pelo desenvolvimento do meu bairro, porque aqui é a minha casa.** [Emerson, 33 anos, professor, presidente da associação de moradores e morador do João Domingos Netto, em Presidente Prudente – 12 de maio de 2017 - grifos nossos]

Consideramos que, no plano ideal, utópico, é preciso demandar um programa habitacional que garanta moradia digna, bem localizada e com adequados serviços de saúde, cultura, lazer, esporte, educação etc. Melhor ainda se houvesse nessas cidades movimentos populares por moradia que lutassem para que as leis do Estatuto da Cidade, entre elas, as relacionadas aos vazios urbanos e imóveis ociosos, fossem aplicadas e espaços atualmente sem usos na área central da cidade recebessem moradia destinada aos

segmentos de menor renda. No entanto, no cotidiano, observamos a urgência de uma habitação que, para nossos entrevistados, está associada ao sonho da casa própria. Contraditoriamente, demonstram contentamento por ter sua casa, mas reconhecem que outros direitos não foram respeitados, como o acesso a todos esses serviços que possibilitam uma vida urbana digna.

Consideramos que “é o reconhecimento dessas restrições que pode se configurar num potencial de questionamento e, a partir disso, de insurgência” (MAGRINI e CATALÃO, 2017, p.133), em sentido semelhante ao proposto por Holston em livro que tem a insurgência no próprio título, “Cidadania insurgente. Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil” (2013):

se a efetivação do direito à cidade passa pela construção de movimentos sociais progressistas que objetivem revolucionar a vida urbana, como é possível pensar em conscientização e mobilização social se parcelas de cidadãos, notadamente as mais pobres, não se enxergarem e nem forem enxergadas como partes integrantes da sociedade? Se não se virem e nem forem vistos como seres com direito a ter direitos? [...]. Isso recoloca a reflexão sobre o direito à cidade noutros termos, haja vista ser fundamental reencontrar os elementos de sua realização, mesmo que de modo embrionário, a partir do empoderamento daquilo que parece ser hoje o entrave à sua existência. Posto de outro modo, não é possível pensar o direito à cidade como nostalgia de uma cidade que já não existe, expressão, por sua vez, de uma sociedade que tampouco existe (MAGRINI e CATALÃO, 2017, p.134-5).

Para Holston (2013, p.298), a propriedade da casa nas distantes periferias urbanas teve um resultado que os ideólogos da industrialização não imaginaram, ao favorecer a politização dos seus moradores, uma vez que “as mesmas condições precárias, legais e materiais, que tornaram possíveis as periferias autoconstruídas, estimularam seus construtores a organizar associações de bairro como forma de superar essas desvantagens”, as quais tornaram-se “a substância de demandas sem precedentes pelos direitos de cidadania” (idem), produzindo nesses moradores a “expectativa de que, como cidadãos, eles não só têm direitos legais como seus problemas podem ser equacionados em termos dos direitos e da dignidade da cidadania democrática mais que por outros meios, como o patronato, o favor, ou a revolução” (idem). Em tempo, espaço e por meios diferentes, apresentaremos no capítulo 3, as primeiras articulações desses moradores de cidades médias, a partir de redes sociais virtuais, que nos levaram a questionar: como tais insurgências têm se manifestado em um contexto onde a influência do neoliberalismo pauta os diversos âmbitos da vida urbana?

3 - Neoliberalismo: da lógica normativa global ao cotidiano dos conjuntos habitacionais do PMCMV



FOTO 34, FOTO 35 e FOTO 36 – Destruição causada pelo desabamento de caixa d'água em residência do Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, Presidente Prudente, 2016.

Hoje pela madrugada eu estava dormindo com os meus filhos e acordei com a caixa d'água e o teto no chão, meus móveis estão todos molhados, a casa toda inundada de água e lama. E se o ocorrido fosse durante a tarde e eu ou os meus filhos tivesse andando pela casa? Isso ocorreu aqui no lote vermelho, serviço muito mal feito pela Lommy Engenharia. E agora, o que eu faço? [Calazans, 18 de setembro de 2016 – Grupo fechado “João Domingos Netto – oficial.”]

Fonte: grupo fechado no *Facebook* “João Domingos Netto – oficial”, setembro de 2016.

Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/1613621062232465/permalink/1764494930478410/?match=Y3Jpcw%3D%3D>.

As FOTOS 34, 35 e 36 e a postagem que abrem esse capítulo foram significativamente escolhidas porque evidenciam não apenas a lógica neoliberal presente durante a construção de tais unidades habitacionais por empresas privadas, subsidiadas pelo Estado, que como tais priorizam o lucro máximo em detrimento da qualidade, como também o alcance do *Facebook*, uma vez que como resposta à sua pergunta, “o que eu faço?”, a moradora recebeu 231 curtidas e 140 comentários que continham os mais diversos tipos de indicação: “Corra atrás dos seus **direitos**”, “Pessoal, alguém tem o contato da Eliana? Estou tentando falar com ela pelo *Facebook*, mas sem sucesso. **É da TV Fronteira**” “Processa eles... Você tem direito de até móveis novos”, “Chama a imprensa, e coloca na **Justiça**, nós pagamos seguro das casas!!!”, “Gente temos que nos reunir e fazer um protesto **a gente não é lixo não e estamos pagando a nossa casa** para a Caixa eles têm que tomar providências para não ficar as coisas como estão”. Consideramos que essas respostas são parte dos processos e práticas recorrentemente descritas e observadas junto aos moradores das novas periferias, que caracterizam soluções ora mais individuais, ora mais coletivas, privadas ou públicas, ou com forte conteúdo assistencialista, dos quais trataremos nesse capítulo. Problemas construtivos, como o caso extremo do desabamento descrito acima; a importância atribuída pelos moradores à casa própria e as articulações para solução de problemas, em diálogo com as formulações teóricas que consubstanciam essa tese, são os eixos que norteiam esse capítulo, portanto, subdividido em três seções. O pano de fundo de todo o capítulo é a lógica neoliberal, que permeia os princípios internacionais dos Estados e está presente nas medidas adotadas pelos governos na América Latina, impactando diretamente nas cidades pesquisadas através das políticas habitacionais.

Com base na obra de Dardot e Laval (2016, p.17), entendemos que o neoliberalismo, “antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados”. Atualmente prepondera o papel cada vez mais empresarial dos Estados, tendo estes incorporado a competitividade como um princípio institucional, com a economia regendo todas as escolhas e passando todos os níveis¹⁶⁴, desde a forma como são elaborados os programas habitacionais, até a resolução de problemas cotidianos dos respectivos moradores, conforme pudemos apreender com a realização de entrevistas.

¹⁶⁴ Sem esquecer que, de acordo com Marx, Weber e Polanyi (*apud* DARDOT e LAVAL, 2016, p.19), o mercado moderno sempre foi amparado pelo Estado.

Considerando que o neoliberalismo não é apenas “uma ideologia, um tipo de política econômica” (DARDOT e LAVAL, 2016, p.7), mas sim “um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (idem, p.7), compreendemos que é imprescindível analisar interescalarmente o Programa Minha Casa Minha Vida, observando como se insere numa lógica mais ampla, tanto no condicionamento do Estado pelo mercado, como na vida cotidiana dos moradores dos conjuntos habitacionais por ele produzidos, sendo precisamente essa a característica do neoliberalismo, com o “desenvolvimento da lógica do mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade” (idem, p.34).

Levando em conta esses pressupostos, mas também as considerações de Lindón (2005) quanto ao “mito da casa própria” e de Holston sobre “uma nova insurgência da cidadania nas periferias urbanas de São Paulo” (HOLSTON, 2013, p.37), construímos a hipótese de que, para os moradores desses espaços que denominamos novas periferias, a articulação para a resolução de seus problemas se estabelece num limiar, sendo ora mais individuais, ora mais coletivas, confluindo em diversas formas de produção do espaço urbano, ora como consumidores, ora como cidadãos. Nesse sentido, quando confrontamos os resultados da pesquisa empírica com as formulações teóricas, nesse caso, especialmente de Dardot e Laval (2016) e de Holston (2013), não apenas temos elementos para problematizá-las, como também para avançar, especialmente quando nossas evidências indicam a necessidade de relativizar afirmações muito categóricas, como por exemplo de que “o homem neoliberal é o homem *competitivo*, inteiramente imerso na competição mundial” (DARDOT e LAVAL, 2016, p.322).

3.1. O paradoxo da construção de unidades habitacionais subsidiadas via mercado

Boa tarde pessoal! Estamos de plantão aqui no João Domingos Netto até às 16:30 para oferecer os melhores serviços em construção civil, instalação de internet, antenas de TV e equipamentos de segurança! É a Mais Serviços facilitando o seu dia a dia! Contato com Jardim e Magal, *WhatsApp*: 18 9xxx- xx30 [Jardim – 17 de setembro de 2015 – Grupo Fechado “João Domingos Netto – oficial”]

Quem não quiser esperar a boa vontade da Sabesp em resolver o problema da água pode chamar que a gente resolve! (Só podemos mexer se for dentro do seu terreno) [Jardim – 18 de setembro de 2015 - Grupo Fechado “João Domingos Netto – oficial”]



FOTO 37 e FOTO 38 – Oferecimento de serviços privados nos primeiros dias após a entrega das unidades habitacionais do Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, Presidente Prudente, 2015.

Fonte: Grupo fechado no *Facebook* “João Domingos Netto (oficial)”. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/1613621062232465/permalink/1625457931048778/> e <https://www.facebook.com/groups/1613621062232465/permalink/1625949850999586/>.

Acompanhando as publicações nos grupos fechados do *Facebook* e durante as entrevistas realizadas, observamos tanto a existência de diferentes problemas decorrentes da forma como foram construídas as unidades habitacionais do PMCMV, quanto o oferecimento de serviços particulares para a sua solução, em ambas as cidades pesquisadas, mesmo transcorridos poucos dias após a entrega das unidades, como se observa nas postagens apresentadas no início dessa seção, que datam de 17 e 18 setembro de 2015.

Anúncios como estes, de prestadores de serviços na área da construção civil e pequenos concertos eram recorrentes, principalmente no grupo fechado “João Domingos Netto – oficial”, mas também outras, como da Trevisan Consultoria, orientando os moradores a quem recorrer frente à ausência de entregas de correspondências, aos problemas no encanamento, esgoto ou mesmo construtivos, informando telefones da Caixa Econômica Federal e dos Correios, além de estimular a organização desses moradores para solucionar tais problemas. Essas diferentes possibilidades nos inspiraram a incluir em nosso roteiro de entrevistas, o seguinte questionamento: “*Como os problemas têm sido resolvidos? Há ajuda entre vizinhos, da construtora, da Caixa Econômica Federal, de uma assistente social?*”

Entre os quarenta moradores entrevistados nas duas cidades, vinte e quatro relataram ter passado por alguma experiência negativa relacionada aos problemas construtivos, que são os mais diversos, desde a presença de canos entupidos, pisos soltos, trincos, rachaduras e mofo, até casos ainda mais graves, como queda da caixa d’água e alagamento, conforme nos contou Juliana:

[Como os problemas têm sido resolvidos? Há ajuda entre vizinhos, da construtora, da Caixa, tem uma assistente social trabalhando aqui?]. Não, só ficaram três meses depois que a gente ganhou a casinha, eles ficaram passando. Só que agora assim estas casinhas vão acrescentando muito problema, **a cerâmica está soltando sozinha, trinco nas paredes**, tem muitos, e trincos feios, até a minha começou a trincar agora, mas tem casa que tem trinco da rachadura deste tamanho! [mostrando com a mão] **Vazamento de goteira** tem bastante também, então assim, **a gente liga para eles e eles falam que não tem mais nada a ver com eles, como que não tem se a gente está pagando ainda?** A gente não acabou de pagar, bem dizer a gente não pode falar que a casa é da gente, porque assim, **é tipo um financiamento**. Vizinha: Diz que passou a garantia. *[E na Caixa que eles falam que não tem mais a ver com eles? E aí o que faz?]* Ah nada, uma suposição, **se a gente quiser arrumar, a gente por conta própria arruma**, igual, a casa da filha dela está soltando mais o piso da cozinha, ela foi atrás e eles falaram que não tem mais responsabilidade. Vizinha – Eles só vêm assim: **tem uma rachadurinha, eles descascam e rebocam de novo, não adianta**. Juliana – **Porque estas casinhas assim, eu reconheço**

que ajudou muita gente, no caso uma suposição, **eu mesma não ia ter condições de financiar uma casa, ajudou**, eu sei que ajudou, só que assim, **foram muito mal feitas estas casinhas, ela não tem estrutura, se você quer derrubar e por uma laje, não tem como pôr**. [*Elas não vêm com laje?*] Não, é forro... Vizinha – Eu acho que pelo menos o banheiro tinha que ser uma laje, porque assim, você escuta na sua? Juliana: **O que? Estralar? Não, da outra vizinha falou que estrala também**. Vizinha – Eu não sei se é porque está rachado a cumeeira, deve estar cedendo, mas... **eu tenho um medo daquele banheiro, eu acho assim, que pelo menos o banheiro que tem caixa d'água tinha que ter uma laje**. [*Vocês sabem se teve algum abaixo assinado, ou alguma ação no ministério público em relação a estas casas que estão com problema?*] Teve uma época que **fizeram uma reunião ali em cima** em uma casa, mas só a respeito das rachaduras. Problemas tinha vários, só que foi específico, só tratou dos problemas da rachadura, só. [Juliana, 36 anos, dona de casa, Residencial Tapajós, Presidente Prudente – 08 de abril de 2017]

Na narrativa de Juliana, observamos que, embora reconheça os aspectos positivos do acesso a casa própria, considera que o fato de ser “muito malfeita” e não haver solução para os problemas construtivos, é um desrespeito ao seu direito, por “estar pagando ainda”. Nesse sentido, é sobretudo como consumidora que demonstra indignação. Problemas semelhantes relacionados a trincos e rachaduras, nas unidades em São Carlos foram mencionados apenas por Sueli e Tati, ambas do Residencial Planalto Verde:

[*E os primeiros dias no bairro, além desses, teve mais algum outro pequeno problema que você não previu que pudesse acontecer?*] Ah, **o problema teve na casa, porque estava um cheiro forte de esgoto, mas foi o único que teve**. Porque ninguém suportava ficar aqui. Fedia demais! Vizinha: e os reboques, né?! Tati: Na verdade, a casa começou a dar muitos defeitos, né?! **Tem casas que ouvi falar, que isso aqui está tudo caindo de mofo! Você percebe trinco, ali embaixo está dando infiltração**. [*Aqui foi tijolo?*] Acho que foi bloco. Vizinha: Não, **é tijolo**. Eu já quebrei pra ver, é tijolo! Tati: Mas não vale nada, você passa... ali fora, está tudo desgastado. Vizinha: Eu **fui colocar uma cortina, abriu assim** [mostrando com a mão – riso] não pode por... Tati: É. Aqui tudo o que você vai fazer, **um quadro que você vai..., olha. Não aguenta! A parede é fraca! É areia pura!** [*falo das paredes de bloco de concreto, que me disseram ter no Eduardo Abdelnur...*] aqui não, aqui você coloca a cortina, ela cai. Não aguenta. Vizinha: **a única coisa de bom, que nós ganhamos, é a casa! É, graças a Deus, né?!** A gente tem dificuldade, mas tem, né?! Tem o nosso teto, tem... é nosso! Vizinha: **Tem um carro, né?! Senão a coisa é feia! Uma moto...** [*Vocês têm moto também?*] Vizinha: Não, eu não. Ela tem. **Mas tudo veio através da casa, porque dependia de aluguel, de você... você não tinha condição**. Então **o que foi aliviando, você foi se apertando, pra comprar uma coisinha melhor**. Porque a gente também tem que tentar crescer na vida. Mas, **o único problema que está tendo, são essas casas! Rachadura!** [*Você chegou a ligar lá reclamando?*] Ah, **a gente vai lá, eles vêm, arrumam, depois dá problema de novo**. [Tati, 21 anos, dona de casa, Residencial Planalto Verde, São Carlos – 10 de

Os problemas mencionados são resultantes da péssima qualidade construtiva e do baixo investimento, estrategicamente utilizado pelas construtoras, para viabilizar o negócio, garantindo maiores margens de lucro. Embora Tati reconheça as adversidades decorrentes, elas são amenizadas em seu depoimento, uma vez que a casa própria lhe possibilitou investir o dinheiro economizado com o aluguel na aquisição de outros bens, como moto, carro, para “crescer na vida”, reproduzindo “no contexto brasileiro tendências internas, nas quais a propriedade privada da casa representou a porta de entrada das famílias no universo do consumo por meio do crédito” (SHIMBO, 2015, p.61), estimulando assim tal mercado.

Quando comparadas as entrevistas entre as duas cidades, dos 17 moradores que relataram casos mais graves de casas com trincos, rachaduras, caixa d’água vazando ou forro cedendo, 15 eram de Presidente Prudente e apenas 2 em São Carlos, o que não significa que não houve problemas decorrentes dessa estratégia de maximização dos lucros por parte das construtoras nessa cidade. Como apresentado no capítulo 2, depreendemos que em São Carlos os problemas relacionados à violência assumiram uma presença mais marcante entre seus moradores, uma vez que houve denúncias por parte do Ministério Público e relatórios avaliativos das Universidades no Residencial Planalto Verde e Jardim Zavaglia, em São Carlos, que podem inclusive ter sido substanciais para que problemas relacionados a estrutura fossem amenizados em outras unidades, como é o caso do Residencial Eduardo Abdelnur, implementado cinco anos após o Jardim Zavaglia, pela mesma construtora, a RPS. Neste residencial não houve menção à problemas relacionados à estrutura por moradores ou imprensa local, uma vez que nas suas casas foi utilizado o sistema construtivo de paredes e lajes de concreto moldados no local.

De acordo com um relatório do Departamento de Engenharia da Universidade de São Paulo, sediado em São Carlos, houve falhas no Residencial Planalto Verde que colocam em risco a vida dos moradores, em função da fragilidade na fundação das residências, de erros no sistema de drenagem e da existência de umidade na base das paredes e no forro de todas as casas, entre outros defeitos¹⁶⁵.

¹⁶⁵ De acordo com matéria: “MPF pede que Caixa e construtora façam reparos por falhas em moradias” publicada em 03/08/2016 no site: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/08/mpf-pede-que-caixa-e-construtora-facam-reparos-por-falhas-em-moradias.html>. Acessado em 08/08/2016.

Segundo os técnicos, caso os reparos não fossem realizados imediatamente, a situação poderia inviabilizar o uso das unidades em pouco tempo. Em São Carlos, o Ministério Público Federal moveu ação civil pública contra a Caixa Econômica Federal e a construtora Marimbondo por falhas nas edificações do Residencial Planalto Verde e pediu à Justiça Federal que obrigue ambas a inspecionar o empreendimento e apresentar, em até 90 dias, um relatório detalhado com o cronograma das reformas. Na ocasião, a Procuradoria requereu que as obras tivessem início em até 30 dias, a partir da aprovação desse projeto¹⁶⁶. As empresas ficariam ainda responsáveis pela transferência dos moradores a outros empreendimentos do PMCMV durante os trabalhos, caso necessário¹⁶⁷. Segundo o procurador da República, Ronaldo Ruffo Bartolomazi, autor da ação:

A prova técnica indica que as irregularidades noticiadas não decorrem do mau uso dos imóveis pelos arrendatários, mas sim de vícios/defeitos de construção, capazes de afetar a solidez e a segurança da obra, trazendo, por conseguinte, um significativo coeficiente de risco para a integridade física e a vida dos moradores. [...] Não há dano moral coletivo mais evidente do que a sensação experimentada por milhares de pessoas ludibriadas, enganadas pela ambição desmesurada de empresas¹⁶⁸.

Além dos problemas construtivos no Residencial Planalto Verde, em 18 de maio de 2016, o Ministério Público Federal também ajuizou uma ação civil pública contra a Caixa Econômica Federal e a RPS Engenharia por falhas de construção nos imóveis do Residencial Zavaglia, no Jardim Gramado. Em outubro de 2011, já havia reclamações de moradores sobre avarias nos imóveis (FOTOS 39, 40, 41 e 42). O Ministério Público Federal acompanha a situação desde 2012, quando realizou a primeira inspeção no local.

Em novembro de 2015, um laudo da Escola de Engenharia da USP de São Carlos detalhou os problemas estruturais. Segundo os técnicos, as casas apresentam desde fundações frágeis até revestimentos precários. Vários imóveis contêm trincas e reboco que facilmente se desprende, assim como as telhas, fixadas com argamassa de baixa qualidade. O documento

¹⁶⁶ Transcorridos mais de dois anos após essa publicação, não houve outras referências à essa ação até a escrita das páginas finais dessa tese.

¹⁶⁷ De acordo com matéria: “MPF pede que Caixa e construtora façam reparos por falhas em moradias” publicada em 03/08/2016 no site: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/08/mpf-pede-que-caixa-e-construtora-facam-reparos-por-falhas-em-moradias.html>. Acessado em 08/08/2016.

¹⁶⁸ Se condenadas, a Caixa e a Marimbondo terão de pagar indenização destinada ao Fundo Federal de Defesa dos Direitos Difusos. Informações retiradas do site do Ministério Público Federal, disponível em: http://www.prsp.mpf.mp.br/sala-de-imprensa/noticias_prsp/mpf-em-sao-carlos-sp-processa-caixa-e-construtora-por-falhas-em-moradias-do-minha-casa-minha-vida. Acessado em 08/08/2016.

destaca ainda que o sistema de drenagem é insuficiente e a falta de impermeabilização na base das paredes causa o surgimento de mofo¹⁶⁹. O engenheiro da USP, José Elias Laier, explicou:

Primeiro, é uma fundação muito frágil, apenas uma placa jogada sobre o solo isso não é uma coisa robusta, não houve a parte de impermeabilização, que não foi adequadamente conduzida. Com isso, tem muita umidade nas casas. Também a ligação do forro com as paredes não teve cuidados especiais, bem como na instalação de portas e janelas¹⁷⁰.



FOTO 39, FOTO 40, FOTO 41 e FOTO 42: Problemas construtivos denunciados por moradores nas unidades habitacionais no Jardim Zavaglia, São Carlos, 2016.

Fonte: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/05/mpf-pede-que-caixa-e-construtora-facam-reparos-emergenciais-em-casas.html>, acessado em 02/08/2016.

No *site* onde foram encontradas essas denúncias, consta que, para o Ministério Público Federal (MPF), a RPS foi a responsável pela execução da obra e a CAIXA, que contratou a empresa, estava incumbida da fiscalização do empreendimento para que as casas fossem entregues em boas condições. Enquanto fornecedor dos imóveis, o banco deve providenciar os reparos, de acordo com o artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor. À RPS também

¹⁶⁹ De acordo com a matéria: “MPF pede que Caixa e construtora façam reparos emergenciais em casas”, de 18/05/2016. Disponível no *site*: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/05/mpf-pede-que-caixa-e-construtora-facam-reparos-emergenciais-em-casas.html>. Acessado em 02/08/2016.

¹⁷⁰ Idem.

cabe essa obrigação, pois, segundo o artigo 12 da mesma lei, as construtoras estão sujeitas ao ressarcimento de danos causados por edificações deficientes.

Para o autor da ação, o procurador Ronaldo Ruffo Bartolomazi, “não há dúvidas de que o material utilizado na construção das moradias era de baixíssima qualidade, demonstrando o completo desvalor, por parte das réis, com os arrendatários que adquiriram e pagavam pelos imóveis constantes do Jardim Gramado”.

De acordo com o “O Relatório de Avaliação da Execução de Recursos do Governo”, cuja finalidade foi “avaliar a efetiva aplicação dos recursos na produção de unidades habitacionais para o PMCMV, beneficiários com renda até 3 salários mínimos”:

com 95% de nível de confiança, que **em pelo menos 48,9% dos casos há algum problema** ou incompatibilidade nas unidades habitacionais em relação às especificações e quantitativos previstos no Projeto. Isso significa que em pelo menos 336 do universo de 688 empreendimentos há problemas de incompatibilidade ao se comparar a execução e o projeto. As incompatibilidades mais frequentes foram **trincas, fissuras, infiltração e vazamentos**¹⁷¹.

No entanto, no mesmo relatório “registra-se número reduzido de falhas mais graves, sendo que a Controladoria monitora a solução de problemas construtivos nos empreendimentos cujas falhas construtivas foram apontadas como casos críticos” (idem, p.10).

Devido ao fato de o objetivo central do PMCMV ter sido, na prática “contratar e construir rapidamente para atingir as metas estabelecidas” (CARDOSO, MELLO & JAENISCH, 2015, p.101), as “considerações sobre a qualidade dos empreendimentos ou sobre a sua adequação às necessidades dos futuros moradores passam, então, a segundo plano” (idem). Embora a Caixa mantenha o programa de relacionamento “De olho na qualidade”, são recebidas as reclamações sobre as condições físicas do imóvel e encaminhadas diretamente aos construtores, que “devem emitir um laudo de contestação ou resolver o problema no menor tempo possível”¹⁷². Observamos que muitas vezes as soluções são temporárias, inerentes a lógica neoliberal, a qual se pauta em “construir novas exigências que ponham os indivíduos em situações em que são obrigados a escolher entre ofertas alternativas e incitados a maximizar seus próprios interesses” (DARDOT e

¹⁷¹ BRASIL, Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União – CGU. Relatório de Avaliação da Execução de programa de governo – RAV. Disponível em: <https://auditoria.cgu.gov.br/download/9141.pdf>

¹⁷² Idem. Assim como para o Jardim Zavaglia, não foram apresentadas outras referências a esse processo na imprensa ou entre os cidadãos ou agentes bem informados entrevistados até outubro de 2017.

LAVAL, 2016, p.223), como nos contou Juliana¹⁷³, “em ter que arrumar por conta própria” os pisos soltos, e também Pâmela e Márcia na narrativa a seguir, que detalham a burocracia e indefinição de responsabilidades, desestimulando a busca por soluções, que são visibilizadas apenas em casos extremos:

Pâmela - Do meu ponto de vista, o único problema pra mim que teve e **tem até hoje é que quando chove, entra água pela porta**. Eu cheguei a reclamar, mas não adiantou em nada. [*Não vieram?*] Pâmela - Não. Márcia: **É um problema de praticamente todo mundo**. É porque eles colocaram aquela lateral de metal e uma borracha, mas não convém aquilo ali, porque **depende do jeito que a chuva vem, ela entra pela sala e alaga**, se você não for tirando com o rodinho, na hora que você chega em casa assim, está alagado. Pâmela - Até hoje chove dentro, choveu molhou a sala. Márcia: De construção de obra, **eu tive problema com o forro, meu forro cedeu, entrou água de chuva**. Aí eu reclamei, tive que ir atrás, ela teve que [técnica] vir aí. Fez praticamente **uma entrevista** também, **tiraram foto da casa**, porque eles querem saber se é verdade. Foi bem difícil eu conseguir falar com eles. [*Foi na Caixa?*] Márcia: Não. Eu cheguei a ir lá perto do Maxxi [hiperatacado], lá **na gerência da construtora mesmo**, mas ela falou que não era, me passou o telefone pra ligar novamente. Porque pra gente, tudo bem que eles passam o telefone, mas eu acho que tipo assim: se você tem todos os meus dados aí, por que você tem que passar de um pra outro e ele ficar pedindo pra você, seu CPF e RG? Toda hora! Foi o que acabei freando eles, eu falei: **porque vocês querem toda hora meu CPF e RG, se você tem tudo aí no cadastro?** Você tem um computador aí na sua frente! Então você não tem que ficar pedindo pra mim, a partir do momento em que você pega o meu nome e meus dados na primeira vez, você já tem registrado. Então isso aí é bem **burocrático** pra todo mundo, eu acho que aqui **tem gente que nem vai atrás**. - Pâmela - **Eu mesma não vou**. Márcia: **Porque é muito difícil**. Eles, sabem...?! Eles acompanhar isso daí. Eles falaram que as construtoras tinham o que? Dois anos pra acompanhar? Por dois anos, né?! Acabou. **Agora é a Caixa Econômica quem resolve, mas a Caixa se tornou mais burocrática ainda...** Pâmela - **Até resolver...** Porque tipo assim, a gente liga num número, eles mudam para um ramal, aí pede todos os dados, aí depois pra outro ramal, sabe?! **Eles vão te dando uma canseira, que você desiste!** Igual, eles acham que a gente tem o dia inteiro pra ficar no telefone. A gente não tem! Eu não tenho. **A gente trabalha, eu tenho três filhos, eu preciso trabalhar, eu preciso limpar minha casa, lavar a roupa, e não é fácil!** Aí você acaba se estressando. Então, pra você não ser grossa com a pessoa no telefone, **você acaba desistindo. Aí você faz por conta!** É igual a porta, **se a gente quiser, a gente vai ter que arrumar, porque eles não vêm arrumar**. Esse é o único problema que eu tenho e reclamo até hoje é a porta. Márcia: Eles acham que é assim: **colocou você dentro, pronto! Você entrou? Acabou**. Pâmela - Aí já é um problema seu, você tem que se virar, eles não podem mais te dar assistência nenhuma, entendeu? Márcia: **É. Desde que não caia a parede, não caia... (riso) não caia caixa, igual caiu a caixa d'água da mulher lá**. Pâmela - Aí eles vêm. **Porque veio a mulher da TV Fronteira, deu toda aquela burocracia,**

¹⁷³ Entrevista transcrita nas páginas 163 e 164.

teve uma mídia toda! Márcia: Perdeu os móveis... **Pâmela** - Aí, eles pegaram e **ela praticamente ganhou a casa nova! Com os móveis tudo!** [*Eles reformaram tudo?*] **Pâmela** - Tudo! **Ela ganhou tudo novo! Porque caiu, mas tipo... da sala, pegou sala, cozinha, banheiro, quarto tudo... ela ganhou tudo!**

Observamos que tais indefinições são decorrentes da construção de unidades habitacionais subsidiadas pelo Estado por empresas privadas, uma vez que este atende ao “objetivo de criar situações de mercado e formar indivíduos à lógica de mercado”(DARDOT e LAVAL, 2016, p.191), que “tende não apenas a ‘desligar’ as atividades e seus resultados, como também a despolitizar as relações entre o Estado e os cidadãos” (idem, p.318). No cotidiano, o que observamos foi certa indistinção entre os papéis de cada um deles, Estado e empresas, quando os moradores precisavam buscar solução para os problemas construtivos das suas casas, como fica nítido na entrevista com José:

[Assim que o senhor mudou, quais foram os aspectos positivos que notou?] Nenhum. *[E os negativos?]* Negativo **era goteira na casa, aí mandavam eles arrumar, eles vinham arrumavam, ficava do mesmo jeito.** *[E o senhor ligava onde para arrumar?]* Antigamente eles tinham um escritório ali embaixo. *[Na construtora mesmo?]* Sim. *[Aí depois que eles saíram a casa continuou a dar problema?]* Teve que ligar. Pingando ainda. *[Aí o senhor chegou a ligar?]* Eu não tenho o número deles né. *[Aí não tem para quem recorrer?]* Aham. [José, 46 anos, pintor, Residencial Bela Vista – Presidente Prudente, 27 de janeiro de 2017, grifos nossos]

A indistinção resultante da lógica em que tais unidades habitacionais foram produzidas gera incerteza entre seus moradores, tendendo a prevalecer a busca de soluções “por conta”, assim “não perdendo tempo”, como afirmou Ane, embora, outros tenham sido mais persistentes, como nos contou Sara:

Como foram os primeiros dias aqui no bairro, teve algum pequeno problema, ou aconteceu alguma coisa que você não tivesse previsto que pudesse acontecer? Não, não teve não. **O único problema que tem é que molha dentro quando chove. As paredes estão tudo mofando, é isso, mas de problema grave, maior não.** *[E você chegou a procurar a construtora ou a Caixa devido a este problema?]* **Procurei, veio, mas não resolveu nada. Eu acho que hoje nem tem mais... Eu acho que hoje a construtora nem aqui está mais, aí eu nem vou mais atrás, ficar perdendo meu tempo, e só enchendo o saco e só passando raiva.** *[Eles não chegaram a consertar nada de quando vieram?]* Não. **Só subiram lá em cima e olharam, não sei se fez alguma coisa, mas não resolveu nada, continua molhando do mesmo jeito.** Eu tenho que deixar o registro aqui sempre fechado, porque se deixar muito tempo aberto começa a vazar lá no fundo, e é lá de cima mesmo, da caixa, não sei se é, mas é de lá. Aí desliga o registro e para de vazar. **E as paredes,**

que está tudo... porque molha, molha dentro, então está tudo mofando, está até lá se você quiser ver. **O homem até arrumou aqui para mim, vamos ver se vai melhorar, porque eles mesmo não arrumaram nada.** [Ane, 36 anos, autônoma, Residencial Tapajós, Presidente Prudente – 01 de janeiro de 2017, grifos nossos]

[Você tem informações sobre a construtora responsável ou o número de casas quando foi inaugurado?] Sim, **a gente tinha o telefone, tudo, se acontecesse alguma coisa, a gente ligava direto.** Só que aí depois que eles fizeram esta escolinha aqui, porque antes **a construtora fica aqui na escolinha**, e algumas pessoas reclamavam de alguma coisa que tinha que fazer, **elas já falaram que não era com eles mais.** Mas assim, hoje, vamos supor, tem alguma coisa para fazer na minha casa **a respeito de estrutura, que está rachando, aí eu liguei na Caixa, fui na prefeitura, aí eu tenho que ligar na parte da habitação da Caixa, para pedir o seguro, para concertar se estiver de acordo, se não mexeu na estrutura, daí tem que estar ligando, pra acionar o seguro da Caixa, mas eu não liguei ainda, eu tenho que ligar!** [...] *[E como que os problemas têm sido resolvidos? Tem ajuda entre vizinhos, da construtora, da Caixa, tem alguma assistente social trabalhando aqui?]* No começo eles resistem, eles fazem de tudo para não ser problema deles, tipo questão de ligações demorava para vir para algumas pessoas, eu sempre consegui, só que também ficava enchendo o saco. *[Ficava ligando?]* É. Tipo a minha parede teve que fazer 3 vezes, refazer, porque a estrutura já estava rachada, e eu acho que tem que refazer de novo porque tem uma viga que está coisando, mas assim, eu sempre que ligava conseguia, mas os vizinhos reclamavam que não conseguiam, no tempo deles, às vezes demorava um pouco. **Eu, particularmente, sempre ligava na Caixa quando eu não conseguia.** [Sara, 33 anos, desempregada, Residencial Cremonesi, Presidente Prudente – 11 de março de 2017, grifos nossos]

Podemos identificar no conjunto de depoimentos citados, um antes e um depois, relacionado à presença da construtora responsável no conjunto habitacional. Se antes, frente aos problemas construtivos, sabiam a quem recorrer, depois, as dificuldades, inclusive próprias do processo de segregação socioespacial, predominam. Há, portanto, um descompasso temporal entre a manifestação dos problemas e a provisoriamente das primeiras soluções implementadas pelas construtoras, durante sua permanência no bairro, que caracterizam o próprio imediatismo da “era do consumo” (ALONSO, 2006). Embora não elimine a possibilidade da solidariedade entre vizinhos, tal descompasso estimulou a busca por soluções individuais no próprio mercado.

Quando voltamos nosso olhar para a escala global, consideramos que as lógicas que permeiam as políticas habitacionais no Brasil – e também na América Latina, especialmente nos casos do Chile e o México - demonstram cada vez mais que, com a preponderância da lógica neoliberal, longe de haver uma “retirada do Estado diante do mercado” (DARDOT e LAVAL, 2016, p.19), há cada vez mais uma sustentação do Estado

ao mercado, sendo uma “mesma lógica normativa que rege as relações de poder e as maneiras de governar em níveis e domínios muito diferentes da vida econômica, política e social” (idem).

Mattos (2016) dirige sua atenção às modificações ocorridas na produção do espaço urbano, atentando para as “mutações ocorridas na cidade”, caracteriza o papel do Estado nos arranjos realizados para o avanço da economia global que se “estabeleceu ao crescimento econômico como o objetivo básico da gestão estatal, e gerou um processo que alcançou seu apogeu quando, durante as últimas décadas do século passado, um número crescente de países se assentou aos princípios e critérios do discurso neoliberal”¹⁷⁴ (idem, p.27). O autor apresenta ainda um conjunto de instrumentos que permitiram a consolidação da lógica financeira, entre eles, a consolidação e modernização do sistema bancário, a articulação e hierarquização da bolsa de valores, a geração de novos produtos financeiros que “buscaram impor a ordem geral regido pela lógica da mercadoria, evoluindo desde uma situação marcada pelo desdobramento da industrialização e pela generalização do consumo, para outra na qual o setor produtivo perdeu força ante a imposição da lógica financeira”¹⁷⁵ (idem, p.29-30).

A orientação do Banco Mundial para os países credores, no sentido de uma readequação do sistema de provimento habitacional, revela “um dos mecanismos por meio dos quais os modelos - teóricos e práticos – de tomada do setor habitacional pelo setor financeiro foram disseminados” (ROLNIK, 2015, p.83), e assim, o alcance de tal lógica. Se durante os anos 1970, a prática dominante era a de conceder “empréstimos a governos para financiar projetos destinados a promover acesso a terra e moradia para os mais pobres, com baixa capacidade de retorno do ‘investimento’” (idem, p.80), a partir dos anos 1980, há uma readequação progressiva dessa política, direcionando “seus empréstimos para instituições financeiras” (idem). Rolnik (2015) ainda cita um documento escrito em 1993 por técnicos do Departamento de Infraestrutura Urbana do Banco Mundial, no qual fica nítida a postura desse banco quanto ao papel do Estado, que aconselhava aos “governos a abandonar seu antigo papel de produtores da habitação e a adotar um *papel facilitador* da gestão do setor habitacional como um todo” (idem, p.79,

¹⁷⁴ Tradução nossa de: “se ubicó al crecimiento económico como el objetivo básico de la gestión estatal, y se generó un proceso que alcanzo su apogeo cuando, durante las últimas décadas del siglo pasado, un número creciente de países se adscribió a los principios y criterios del discurso neoliberal”.

¹⁷⁵ Tradução nossa de: “buscaron imponer el orden general regido por la lógica de la mercancía, evolucionó desde una situación marcada por el despliegue de la industrialización y por la generalización del consumo, hacia otra en que el sector productivo perdió fuerza ante la imposición de la lógica financiera”.

grifos nossos). Dessa forma, “a política evoluiu, nos anos 1990, rumo à criação de um setor financeiro habitacional nos países que sirva aos consumidores, financistas e governos, que seja capaz de *dinamizar a economia*” (idem, p.81).

Essa transferência de parte do processo de provimento a habitação para “agentes privados com interesses mercantis se identifica como o núcleo da neoliberalização nas políticas urbanas”¹⁷⁶ (IMILAN, OLIVEIRA e BESWICK, 2016, p.165), privatizando o acesso a habitação e gerando modelo que, “longe de resolver as demandas habitacionais históricas permitiu a emergência de novas vulnerabilidades e desigualdades socioespaciais”¹⁷⁷ (idem).

Os efeitos da superioridade dessa lógica, segundo a qual, o Estado é apenas um executor de tais regras, pode ser exemplificada em distintos contextos. Para os países classificados como “*low income* [baixa renda], a prioridade é a reforma dos sistemas de posse através do desenvolvimento de sistemas de direito de propriedade orientados ao mercado, além de investimentos em infraestrutura e na indústria de construção” (ROLNIK, 2015, p.82), sendo os países da América Latina, casos exemplares desse processo, o que justifica a especial atenção que dedicamos às medidas adotadas por México, Chile e Brasil.

Através da comparação entre México, Chile e Inglaterra, Imilan, Oliveira e Beswick (2016, p.163) demonstram “como a crise da habitação pública deriva de uma série de ações de neoliberalização das políticas habitacionais”, com a “criação de mecanismos financeiros, políticas excludentes e privatizadoras que limitam o acesso à habitação para as classes sociais mais necessitadas” (idem). Embora no caso brasileiro, o PMCMV tenha alcançado as famílias com rendimento de até três salários mínimos, há outros efeitos dessa lógica via mercado, como a padronização dos projetos destes conjuntos habitacionais, que é estratégica para os agentes privados, pois lhes garante maiores lucros, a partir da produção estandardizada de um grande número de unidades habitacionais em um menor tempo, como observa Rolnik (2015, p.310):

O programa atribui o poder de decisão sobre a localização e o desenho do projeto para os agentes privados. Mesmo no caso da faixa 1, em que o papel do incorporador é formalmente atribuído ao FAR, as empresas privadas são as verdadeiras responsáveis por encontrar e adquirir a terra e por elaborar os projetos. No entanto, o critério para orientar as

¹⁷⁶ Tradução nossa de: “*a actores privados con intereses mercantiles se identifica como el núcleo de la neoliberalización en las políticas urbanas*”.

¹⁷⁷ Tradução nossa de: “*lejos de resolver las demandas habitacionales históricas ha permitido la emergencia de nuevas vulnerabilidades y desigualdades socioespaciales*”.

decisões desses agentes não pode ser outro senão o da rentabilidade. Considerando que o teto dos preços e as dimensões das unidades estão previamente estabelecidos, o lucro do empreendedor se baseia na economia de custos obtida no processo de produção. Essa economia é obtida através da padronização, da escala (número de unidades reproduzidas), da rapidez de aprovação e construção e do menor custo possível com a compra do terreno. O resultado dessa equação financeira é a construção de megaempreendimentos padronizados inseridos nas piores localizações da cidade, isto é, onde o solo urbano é mais barato.

Embora prevaleça a padronização das unidades habitacionais via mercado, ponderamos que a presença de outras instâncias públicas na efetivação de tais unidades foi fundamental para a demarcação de diferenças objetivas nos próprios conjuntos – calçadas e quintais cimentados, disposição das unidades habitacionais de forma a delimitar o limite lateral ou mesmo a construção (ou a ausência) do alicerce dos muros entre as residências - como aquelas observadas em São Carlos, uma vez que tanto no Residencial Eduardo Abdelnur (FOTO 43), como no Residencial Planalto Verde (FOTO 44), através do Programa Casa Paulista, houve um investimento adicional em telhas de barro, forro de lajota, e um pé direito com 2,60 metros de altura¹⁷⁸, com o acréscimo inclusive de piso cimentado em todo o recuo frontal no Residencial Planalto Verde¹⁷⁹ (FOTO 44).

¹⁷⁸ Com base em informações retiradas de: <https://www.facebook.com/prefeiturasacarlos/posts/848425821953098>, de 28 de abril de 2016.

¹⁷⁹ Informações retiradas de: “São Carlos – Obra do Planalto Verde segue a todo vapor”. Disponível em: <http://www.regiaoemdestake.com.br/news/s%C3%A3o-carlos-obra-do-planalto-verde-segue-a-todo-vapor/>, de 19/12/2013. Acessado em: 05/12/2014.



FOTO 43 - Residencial Eduardo Abdelnur, São Carlos: fachada com muro lateral, calçada cimentada e quintal permeável, 2017.

FOTO 44 - Residencial Planalto Verde, São Carlos: fachada com divisão lateral, calçada e entradas cimentadas, 2017.

Fonte: Trabalho de Campo, agosto de 2017.

Elencamos outras diferenças na construção dos conjuntos habitacionais, mesmo que na mesma cidade e pela mesma construtora, como é o caso quando comparamos o Residencial Eduardo Abdelnur (FOTOS 45 e 46) e o Jardim Zavaglia (FOTOS 47 e 48), ambos em São Carlos, e construídos pela RPS Construtora, sendo as mais marcantes a pavimentação de sarjetas, a disposição e o tamanho da casa no lote, cujo projeto arquitetônico do Residencial Eduardo Abdelnur possibilitou uma prévia demarcação dos limites de cada uma das unidades, inclusive com o alicerce do muro na parte frontal já realizado e as maiores unidades habitacionais entre os conjuntos pesquisados, de 45,51m², ao contrário do realizado no Jardim Zavaglia, que possui as menores unidades habitacionais entre todos, de 42,52 m².



FOTO 45 e FOTO 46 – Canteiro de obras do Residencial Eduardo Abdelnur, São Carlos, com os muros laterais previamente demarcados, 2016 e 2017.

Fonte: Site da RPS e Trabalho de campo, agosto de 2017. Disponível em: <http://rpsengenharia.com.br/imoveis-a-venda/residencial-abdelnur>.



FOTO 47 e FOTO 48 – Jardim Zavaglia em São Carlos: sem muros laterais e sem calçadas pavimentadas, 2011 e 2017.

Fonte: Trabalho de campo e site da prefeitura de São Carlos. Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2011/158774-minha-casa-minha-vida.html>, acessado em 16/02/2018.

Por sua vez, quando comparamos com os projetos arquitetônicos realizados em Presidente Prudente, inferimos que houve uma escolha por calçadas e quintais permeáveis, o que do ponto de vista ambiental é extremamente positivo, no entanto, no cotidiano requer uma série de cuidados maiores, implicando em soluções improvisadas por seus moradores quando não dispõem de recursos ou tempo para a sua manutenção (FOTOS 49 e 50). Além disso, a ausência de demarcações mais precisas nos conjuntos habitacionais de Presidente Prudente (FOTOS 51, 52 e 53), como aquelas observadas em São Carlos nos Residenciais Planalto Verde e Eduardo Abdelnur (FOTOS 43, 44 e 45), resulta em conflitos pela falta de privacidade ou pelo avanço inadequado no terreno do vizinho, ainda que mínima, como visualizado na FOTO 53 e narrado por Cida e Elisângela:



FOTO 49 - Residencial Bela Vista, Presidente Prudente: fachada com a divisão lateral previamente demarcada em apenas uma das laterais, calçada e quintal sem pavimentação, 2015.

FOTO 50 - Residencial Cremonesi, Presidente Prudente: calçadas semipermeáveis, 2015.

Fonte: Trabalho de Campo, julho de 2015.



FOTO 51 - Residencial Cremonezi, Presidente Prudente: casas padronizadas e limites imprecisos dos lotes, 2014.

FOTO 52 - Residencial Panorâmico, Presidente Prudente: muro construído entre os relógios de luz, 2014.

Fonte: Trabalho de Campo, dezembro de 2014.

O único problema que nós tivemos aqui, geral, para todo mundo, que até agora está tendo, e **graças a Deus, não saiu morte**, porque eu pensei que ia sair, é que a construtora, diferente do Ana Jacinta, **eles fizeram as casas assim**: todas as casas eu fico sempre com um corredor, um corredor é meu, um é do vizinho, e esse corredor que é do vizinho, o que faz a divisa do corredor é a minha casa. [*É parede com parede?*] **A minha casa é como se fosse o muro do vizinho, e eles fizeram um alicerce no chão**, esse alicerce seria meio a meio, se eu fizer tijolo deitado em cima do alicerce seria metade do muro meu, metade do muro seu. [...] como eu não ajudei meu vizinho, automaticamente subtende-se que **ele teria que recuar o muro para dentro desse alicerce, para fazer dentro do limite da casa dele, para eu poder depois fazer dentro do meu**. Não, ele fez o que, **fez o muro igualando à parede da casa dele, como eu não ajudei, ele igualou este muro à parede da casa dele, não quer que eu rele no muro. Se eu faço o muro eu perco o cm dentro da minha casa, e se eu mexo, ele [o vizinho] não vai deixar, porque ele fez sozinho. E a própria construtora não explicou isso**. [...] Então se eu quiser fazer de meia com você, eu ponho o tijolo deitado, metade meu, metade seu, se eu não quiser, eu pego aquele arrimo que está dividido, eu ponho o tijolo para dentro é seu, para dentro é meu. **Então está tendo muita briga com isto, pelo menos as laterais**. [Elisângela, 42 anos, Bacharel em Direito, moradora do Residencial Bela Vista e presidente dos Residenciais: Bela Vista, Tapajós e Cremonezi – Presidente Prudente, 08 de maio de 2017]

[*Você acha que a violência chega a ser um dos problemas aqui do bairro? Teve algum caso?*] [falando baixo] Eu acho, aqui embaixo, **elas [vizinhas] bebem, sabe?! Final de semana, é muita violência entre ela e a filha, elas brigam de se pegar mesmo!** A primeira vez eu tive que apartar, a menina empurrou ela, ela bateu a cabeça no negócio da água, e o menino também, ela empurrou os dois, foi a primeira vez que fiz isso, mas me arrependi viu, porque hoje é assim, é insultando. **Ela me insulta, ela fica jogando indireta e eu tenho que ficar ouvindo**. E eu me conheço, **eu vou segurando, porque se eu for para cima dá até polícia**. Então eu estou na minha, **por isso que eu falo que eu queria murar da altura disso aqui, para não ter problema. Mas Deus vai me dá graça, até final do ano eu consigo isso aí**. [...] . Minha filha fica muito **presa dentro de casa** porque eu não confio de deixar ela sozinha aqui fora, ainda mais como te falei com **o quintal tudo aberto, eu não tenho privacidade**, fica passando pessoas gente no meu quintal, eu não posso falar nada, porque está aberto. [*As pessoas usam para cortar caminho?*] **É ficam cortando caminho**. E eu tenho que ficar olhando isto e ficar quieta, porque se eu for falar alguma coisa falam “ah então fecha”, a pessoa vai falar isso para mim, aí os ânimos vão alterar. [Cida, 39 anos, doméstica, Jardim Panorâmico, Presidente Prudente – 11 de março de 2017]

Tais limites importam principalmente quando consideramos as constatações de Sennett (1998, p.29) de que “os seres humanos precisam manter certa distância da observação íntima por parte do outro para poderem sentir-se sociáveis”. A despeito dessa separação não ter sido considerada em nenhum dos conjuntos habitacionais implantados em Presidente Prudente, observamos que seus moradores, quando não dispõem de

condições financeiras para a construção dos muros, utilizam diferentes maneiras para demarcar o espaço de cada um, como visualizado nas FOTOS 54 e 55, com móveis e plantas ou gradis:



FOTO 53: Ausência de limites e demarcações entre os lotes e casas, Jardim Panorâmico, Presidente Prudente, 2014.

FOTO 54: Limites e demarcações improvisados no Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, Presidente Prudente, 2017.

Fonte: Trabalho de campo, dezembro de 2014 e agosto de 2017.

Ainda conforme pesquisa realizada por Rolnik (2015, p.311), com representantes de construtoras de grande porte, o elevado número de unidades habitacionais por empreendimento é fundamental, pois a escala é uma condição para a lucratividade no contexto do programa: foi afirmado que, com taxas de retorno inferiores a 15%, só vale a pena construir empreendimentos de faixa 1 com mais de seiscentas unidades habitacionais. Ao mesmo tempo em que apresentam impactos urbanísticos muitas vezes desastrosos, os grandes conjuntos possibilitam significativos ganhos de escala para as construtoras, ampliando sua margem de lucro.

Como sustentam Imilan, Oliveira e Beswick (2016, p.166), os “processos chamados de forma geral como neoliberais são diversos e seus efeitos e impactos devem ser lidos considerando suas trajetórias locais para revelar o neoliberalismo existente em cada contexto político, institucional e cultural”¹⁸⁰.

No México¹⁸¹, esses autores observaram que a lógica neoliberal vem sendo adotada desde 1983, com a privatização do setor estatal, liberalizando rapidamente a economia, e o Banco Central passando a ser dirigido por funcionários do Banco Mundial, os “quais aplicaram políticas neoliberais para favorecer as exportações, com a desvalorização da moeda, congelamento de salários, aumento de preços e eliminação dos subsídios para a habitação pública” (idem, p.169), sempre com o discurso de “elevação da competitividade e crescimento econômico” (idem), sendo essa competitividade “a expressão mais clara de que estamos lidando não com uma ‘mercantilização sorrateira’, mas com uma expansão da racionalidade de mercado a toda existência por meio da generalização da forma-empresa” (DARDOT e LAVAL, 2016, p.27).

Embora no início dos anos 2000, tenha ocorrido um *boom* habitacional no México, com o número de créditos quase quadruplicando em dez anos, e chegando à marca de 725 mil em 2006 (DIAS e GARCIA, 2007), foi direcionado especialmente a grupos de renda mais elevada. A despeito da maioria das habitações ser destinada a categoria denominada de interesse social, Schteingart e García (2006, p.41) demonstram que “as faixas de renda requeridas para poder ter acesso às mesmas estão muito acima dos níveis de renda da

¹⁸⁰ Tradução nossa de: “*los procesos llamados de forma general como neoliberales son diversos y sus efectos e impactos también deben ser leídos en mérito de sus trayectorias locales para poder develar el “neoliberalismo realmente existente”5 en cada contexto político, institucional y cultural*”.

¹⁸¹ Consideramos importante essa discussão interescolar, uma vez que a mesma lógica neoliberal que impulsionou a construção dessas unidades habitacionais mexicanas teve repercussão nas unidades habitacionais construídas pelo PMCMV.

maioria da população”¹⁸² (idem, p.50), sendo que apesar dos promotores se apoiarem em créditos do Infonavit¹⁸³ para vender as casas produzidas, é “importante pontuar que 60% dos beneficiários ganham menos de quatro salários mínimos”¹⁸⁴ (idem), abaixo do rendimento exigido para linha de financiamento de interesse social, que “exige renda entre 5.4 e 16.3 vezes o salário mínimo mensal”¹⁸⁵ (idem, p.47).

Se durante a criação do Infonavit, nos anos 80, um dos objetivos fundamentais era o de constituir-se em um Fundo Solidário no qual as contribuições dos trabalhadores de maiores rendas facilitariam o acesso ao crédito daqueles de menor renda, chegando a 83% dos créditos, na década de 1990, após as modificações no Instituto¹⁸⁶, apenas 23% tiveram acesso aos créditos, transformando-se aos poucos em “fonte de recursos para trabalhadores de renda média e alta”. Apesar disso, “os recursos desta instituição estimularam o desenvolvimento de um setor construtor e/ou promotor importante”¹⁸⁷, com mudanças impactantes no setor imobiliário.

No Chile, o ano de 1983 marca o início de um maior “pragmatismo que vai dar forma as características fundamentais do modelo chileno, resumida em seletividade e focalização do gasto, privatização da provisão de serviços e descentralização da política social”¹⁸⁸ (IMILAN, OLIVEIRA, BESWICK, 2016, p.170), sendo que a partir de 1990, “com o fim da ditadura e o início de um ciclo de governos de partidos de centro esquerda se aprofunda e refina a lógica neoliberal”¹⁸⁹ (idem). O modelo chileno de provisão habitacional, fortemente privatizado, foi bastante elogiado durante a década de 1990 por ter conseguido diminuir o *déficit* habitacional, demonstrando assim que “a expansão de um sistema de subsídios estatais com foco na população mais vulnerável pareciam ser

¹⁸² Tradução nossa de: “*los rangos de ingreso requeridos para poder tener acceso a las mismas están muy por encima de los niveles de ingreso de la mayoría de la población.*”

¹⁸³ O Infonavit é a sigla do Instituto do Fundo Nacional de Habitação para os Trabalhadores, que “financia, na atualidade, a grande maioria da habitação produzida com o apoio do setor público do México e dos promotores privados, cujo papel dentro da produção de habitação mudou de maneira notável nos últimos 15 anos [...] com a intermediação das empresas empregadoras, para integrar grupos de adquirentes de habitação, deixando de lado os sindicatos”. (SCHTEINGART e GARCÍA, 2006, p.39-41).

¹⁸⁴ Tradução nossa de: “*pero resulta importante aclarar que 60% de los derechohabientes gana menos de cuatro salarios mínimos.*”

¹⁸⁵ Tradução nossa de: “*y se exigen unos ingresos de entre 5.4 y 16.3 veces el salario mínimo mensual.*”

¹⁸⁶ Entre elas, a mudança no teto da renda de dois para quatro salários mínimos ainda durante a década de 1990.

¹⁸⁷ Tradução nossa de: “*los recursos de esta institución estimularon el desarrollo de un sector constructor y/o promotor importante.*”

¹⁸⁸ Tradução nossa de: “*pragmatismo que va a dar forma a las características fundamentales del modelo de política social bajo el neoliberalismo chileno, resumida en selectividad y focalización del gasto, privatización de la provisión de servicios y descentralización de la política social.*” (IMILAN, OLIVEIRA, BESWICK, 2016, p.170)

¹⁸⁹ Tradução nossa de: “*con el fin de la dictadura y el inicio de un ciclo de gobiernos de partidos de centro izquierda se profundiza y refina la lógica neoliberal.*”

uma resposta adequada às demandas habitacionais”¹⁹⁰ (idem, p165.). No entanto, este suposto êxito só foi possível ao “custo de diminuir os padrões de qualidade e, sobretudo, localizando a população vulnerável em áreas de periferia e extra periferia urbana, gerando uma série de novas vulnerabilidades”¹⁹¹ (idem). De fato, a provisão privada de serviços e o subsídio do Estado à demanda habitacional logrou “um êxito quantitativo, cobrindo a amplos segmentos sociais, mas sacrificando a qualidade dos bens e serviços e ao custo de um alto endividamento individual”¹⁹², sendo que no “Chile, saúde, educação e habitação são amplamente tratados como um direito na forma de bens mercantis aos quais o estado assegura seu acesso”¹⁹³.

Consideramos que o fato de o acesso à habitação ser reconhecido como direito e bem mercantil, ao mesmo tempo, é decorrente da própria indistinção entre Estado e iniciativa privada, fruto dessa expansão neoliberal, sobre a qual Dardot e Laval (2016, p.317) ponderam: “a nova gestão pública possui duas dimensões: ela introduz modos de controle mais refinados, que fazem parte de uma racionalização burocrática mais sofisticada e embaralha as missões do serviço público, alinhando-as formalmente a uma produção do serviço privado”.

Essa dimensão está marcadamente presente na constituição do PMCMV, o qual, por um lado, reconheceu o direito à moradia, após um longo período de ausência de programas habitacionais a nível federal, e por outro, delegou às empresas a construção dos conjuntos habitacionais. As empresas, por sua vez, como estratégia para garantir significativos lucros, reduziram ao máximo os custos, produzindo em grande escala casas padronizadas, e por vezes com baixa qualidade construtiva.

Dessa forma, contraditoriamente, foram reunidos na mesma política, o enfrentamento ao *déficit* habitacional, operacionalizado via mercado, como uma política contracíclica, e que ainda visava gerar emprego e renda. O direito à moradia passou então a ser combinado com todos esses outros elementos, e assumiu um formato específico. Para Dardot e Laval (2016, p.318), “essa nova etapa da racionalização burocrática vem acompanhada da perda de significado próprio dos serviços públicos. De fato, um dos

¹⁹⁰Tradução nossa de: “*la expansión de un sistema de subsidios estatales con foco en la población más vulnerable parecían ser una respuesta adecuada a las demandas habitacionales*”.

¹⁹¹Tradução nossa de: “*a costa de disminuir los estándares de calidad y, por sobre todo, localizando a la población vulnerable en áreas de la periferia y extraperiferia urbana, generando una serie de nuevas vulnerabilidades*”.

¹⁹²Tradução nossa de: “*un éxito cuantitativo, cubriendo a amplios segmentos sociales pero sacrificando calidad de los bienes y servicios y a costa de un alto nivel de endeudamiento individual*”.

¹⁹³Tradução nossa de: “*En Chile, salud, educación y vivienda son ampliamente tratados antes que como un derecho como bienes mercantiles a los cuales el estado asegura su acceso*”.

efeitos da nova gestão pública é que os limites entre o setor público e o privado se embaralharam”.

No entanto, consideramos importante questionar o quanto essas novas combinações refletem no cotidiano dos moradores dos conjuntos habitacionais pesquisados. De que maneira esses novos limites entre Estado e mercado aparecem nas formulações desses moradores? Como esse embaralhamento se estabelece em seu cotidiano, quando surgem os problemas decorrentes da mudança para a nova casa?

Quando analisamos outra fonte de pesquisa, o *Facebook*, sem desconsiderar as entrevistas, as articulações dos moradores para solucionar os problemas das novas periferias sugerem a necessidade de problematizarmos a despolitização inerente à inclusão via mercado¹⁹⁴. No seu conjunto, as práticas espaciais descritas, ora têm caráter individual, como a compra de motocicleta para favorecer uma maior mobilidade em um menor tempo, ora mais coletivo, através de recurso a meio de transporte coletivo, porém, via mercado, conforme exemplos apresentados na seção 3 desse capítulo.

Antes disso, na seção 2, as referências quase unânimes à importância da casa própria nos depoimentos dos entrevistados evidenciaram a importância de conferirmos atenção à essa questão que preferimos tratar com base na concepção de “mito da casa própria”, tal como discutido por Lindón (2005). Não desconsideramos que, na opinião dos pesquisadores da questão habitacional no Brasil, o reconhecimento do direito à casa própria não foi efetivamente acompanhado pelo reconhecimento do direito à cidade no âmbito do PMCMV, mas, contraditoriamente, identificamos um potencial de insurgência que é por ele possibilitado.

¹⁹⁴ Em geral, as soluções via mercado possibilitam obter respostas rápidas e parciais para problemas que são amplos, ao mesmo tempo que geram desmobilização.

3.2. Hoje você pode deitar, respirar, porque você tem a sua casinha, você não está na rua



FOTO 55 - Sorteio das unidades habitacionais do Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, Estádio Prudentão, Presidente Prudente, 2015.

Fonte: Site do Ifronteira, disponível em: <http://www.ifronteira.com/noticia-presidenteprudente-61850> e <http://www.folhadopontal.com.br/site/noticiasver.php?idnot=2747>.

FOTO 56 - Sorteio das unidades habitacionais do Jardim Zavaglia, Ginásio de Esportes “Milton Olaió Filho”, São Carlos, 2011.

Fonte: Site da prefeitura municipal de São Carlos. Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2011/158969-4-mil-participam-do-sorteio-do-jd-zavaglia.html>.

As fotos que abrem essa seção são referentes ao sorteio das unidades habitacionais em Presidente Prudente, ocorrido em janeiro de 2015¹⁹⁵, no estádio Prudentão, com a presença de cerca de 10 mil pessoas¹⁹⁶ (FOTO 56) e do Jardim Zavaglia, em São Carlos, significativamente ocorrido no dia 1º de maio de 2010 (FOTO 57), dia do trabalho, como forma de prestar “homenagem a todos os trabalhadores de São Carlos e em especial aos que aguardam ansiosamente por um teto seu e de sua família”, conforme observou o prefeito Osvaldo Barba na ocasião¹⁹⁷. Essas fotos foram escolhidas tanto devido ao registro do elevado número de pessoas que esses sorteios reuniam, quanto porque nos dão uma primeira dimensão da importância atribuída a “um lugar para chamar de seu”, como é a casa própria. No entanto, sempre nos questionávamos se após algum tempo morando nesses novos espaços, com todos os problemas decorrentes dessa nova periferia ou mesmo da unidade habitacional em si, a casa própria continuaria assumindo tamanha importância ou se aquilo que os motivava era apenas ter um lugar para morar.

Em ambas as cidades, a entrega das unidades habitacionais ocorreu com a presença de autoridades políticas de diferentes esferas, como vereadores, deputados, prefeitos, ministros e presidente da República¹⁹⁸, evidenciando tanto a importância do PMCMV, quanto às vantagens políticas que dele eram esperadas.

Como pormenorizado em Santos (2017)¹⁹⁹, o evento de entrega das unidades do Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, em Presidente Prudente, que estava marcado com um início às 10h da manhã (FOTO 58), contou com um número elevado de participantes. A necessidade de passar por equipamentos de detecção de metais, para ter acesso à tenda onde a presidente discursava (FOTOS 59, 60 e 61), foi a principal responsável pelas filas de aproximadamente 615 metros que se formaram em pleno sol.

¹⁹⁵ A lista completa foi divulgada em 18/01/2015 e pode ser acessada através do *link*:

<http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/Documento.do?cod=24378>

¹⁹⁶ “Cerca de 10 mil pessoas enfrentam forte calor em sorteio do João Domingos Netto”, de 18/01/2015. Disponível em: <http://www.ifronteira.com/noticia-presidenteprudente-61850>, consultado em 22/01/15.

¹⁹⁷ Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2010/156630-moradias-do-minha-casa-minha-vida-serao-sorteadas-em-1o-de-maio.html>, acessado em 16/02/18.

¹⁹⁸ Em Presidente Prudente, a presidente Dilma Roussef esteve presente durante a entrega do Conjuntos Habitacional Jardim João Domingos Netto e em São Carlos durante a entrega do Residencial Planalto Verde.

¹⁹⁹ Relatório final de pesquisa de iniciação científica (FAPESP) de SANTOS, Fernanda Andrade. **Quando novos personagens entram em cena: estudo do Conjunto Habitacional João Domingos Netto (Presidente Prudente - SP), a partir das mudanças introduzidas por seus moradores.** 2017.



FOTO 57 – Publicação informativa sobre a entrega das unidades habitacionais do Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, Presidente Prudente, 2015.

Fonte: Página do *Facebook* da prefeitura municipal de Presidente Prudente.



FOTO 58 - Tenda principal do evento de entrega das chaves, Conjunto Habitacional João Domingos Netto, Presidente Prudente, 2015.

Fonte: Trabalho de campo, 16 de setembro de 2015.



FOTO 59 – Moradores organizados em fila para entrar na cerimônia de entrega das chaves do Conjunto Habitacional João Domingos Netto, Presidente Prudente, 2015.

FOTO 60 – Moradores dentro das tendas onde ocorreu a cerimônia de entrega das chaves do Conjunto Habitacional João Domingos Netto, Presidente Prudente, 2015.

Fonte: Trabalho de campo, 16 de setembro de 2015.

Embora o PMCMV tenha sido utilizado como uma medida contra a crise econômica, a dimensão política alcançada ao “conter os efeitos políticos nefastos que uma crise econômica poderia gerar sobre a sucessão presidencial, serviu para fortalecer a candidatura da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff – lançada como ‘mãe do Minha Casa Minha Vida’ – à sucessão de Lula, que não podia mais se reeleger” (ROLNIK, 2015, p.306-307). Além disso, contribuiu para minimizar os efeitos da crise econômica durante o primeiro Governo Lula (2003 – 2006).

Apreendemos que tais ganhos políticos foram compartilhados principalmente em nível municipal, especialmente quando observamos tanto as matérias²⁰⁰ publicadas nos

²⁰⁰ As seguintes manchetes foram publicadas no *site* da Prefeitura de São Carlos: “Prefeitura realizou o sonho da casa própria de 806 famílias neste domingo”, disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2014/167525-prefeitura-realizou-o-sonho-da-casa-propria-de-806-familias-neste-domingo.html> e “Prefeitura irá disponibilizar moradias populares às famílias do Antenor Garcia”, disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2014/166067-prefeitura-ira-disponibilizar-moradias-populares-as-familias-do-antenor-garcia.html>

sites das prefeituras a respeito de unidades habitacionais implementadas pelo PMCMV, quanto durante as entrevistas realizadas com seus moradores:

[As pessoas chegam a ir na construtora reclamar?] Não. Acho que ninguém foi, **porque na verdade isso foi algo que doou, então pra todo mundo... Está todo mundo... “Bom. Ah eu ganhei aqui, vou pagar...”**, tem pessoas aqui que está pagando R\$30 por mês e a casa depois de um certo tempo, você pagando a casa é sua! **Então as pessoas não estão se preocupando muito.** [Não ligam de reclamar...]. Não. **Não liga de ter que subir essa subida com crianças, às vezes pra ir até outro bairro...** A escola é LÁ [com ênfase] ... Tem uma escola pra esse bairro aqui, mas **você tem que subir um subidão.** É mais difícil, mas o povo não está preocupado. **Ninguém reclama, ninguém fala nada. O Prefeito também não ajuda.** Está assim e assim vai ficando. E toda semana **ele está aqui nesse campo, ali naquele morrão fazendo entrevista, pra ver se se reelege de novo.** [Ele é candidato de novo?] De novo. Vai se reeleger de novo, mas... E o povo, do jeito que **o povo** é burro é capaz de por ele de novo, deu tanto problema pra cidade aqui. **Só porque ele deu as casas, que o povo...** [é o Paulo Altomani?] O Altomani. [Cláudia, 22 anos, desempregada, Residencial Planalto Verde, São Carlos – 09 de setembro de 2016]²⁰¹

Cláudia se mostra indignada com o fato de não haver escola no conjunto habitacional em que reside e relaciona a influência de políticos locais à ausência até mesmo de manifestações de descontentamento. Em parte, tal entendimento decorre das diversas escalas envolvidas na execução do PMCMV, visto que as prefeituras são as responsáveis por indicar a demanda e aprovar o projeto, a Caixa gerencia a aprovação dos beneficiários, o Governo Federal subsidia as unidades habitacionais e as empreiteiras privadas são as responsáveis pela sua construção. Mas do ponto de vista da política eleitoral, ao “indicar a demanda significa, por um lado, um baixo investimento do ponto de vista financeiro e institucional e, por outro, um grande recurso para angariar votos em pleitos municipais” (ROLNIK, 2015, p.308).

No entanto, a crise política que caracterizou a esfera política federal desde 2015, fortemente influenciada pelo envolvimento da mídia na campanha contra a presidente eleita, Dilma Roussef, impactou os efeitos do PMCMV. Nesse sentido, é significativo que as primeiras publicações realizadas pelos futuros moradores no grupo fechado do

²⁰¹ Cláudia tinha 22 anos, e estava desempregada. No momento da entrevista, havia se mudado para o Residencial Planalto Verde há uma semana, junto com seu filho de 1 ano e três meses, e seu atual marido, de 27 anos, que era calheiro. Estava grávida do seu terceiro filho. Ela mencionou um outro filho, de três anos, que morava com a avó, no mesmo bairro. A renda da família era por volta de dois mil reais. Durante a entrevista, contou que a casa onde estava morando, era de sua prima, que teve o marido assassinado em outro bairro e estava com medo de morar sozinha ali. Ela estava morando há pouco, provisoriamente, para evitar que a casa fosse ocupada por outras pessoas, até sua prima decidir o que fazer com ela. Antes de se mudarem para o Residencial Planalto Verde, ela morava junto com seus dois filhos em uma casa de aluguel no Cidade Aracy I, zona sul de São Carlos e ele morava de aluguel junto a um amigo, no Jardim Beatriz.

Facebook do Conjunto Habitacional João Domingos Netto demonstrassem preocupação com a possibilidade de uma manifestação violenta, devido ao fato de estar confirmada a presença da presidente na cerimônia de entrega²⁰², como demonstram os *posts* a seguir:

Gente, não estou aqui para criticar ninguém nem apoiar também, ok?! Porque cada um tem a sua opinião. **Estão falando de manifestação contra o governo Dilma, mas uma pergunta que não se cala: o que os contemplados do conjunto JDN tem a ver com isso?** Nós apenas queremos pegar a chave de nossas casas e pronto, independente de quem vai entregar para nós, ok??! Então faça o que vocês quiserem, só não estrague o sonho de mais de 2000 famílias, por que amanhã é o dia da nossa vitória. #Deus no comando (Barros, 15/09/2015).

Miguel: Verdade. **Deus é mais, o que Ele promete, Ele cumpre, nada e nem ninguém é maior que Deus.** Amanhã nada nos deterá, conquistaremos nossa vitória e ninguém vai nos atrapalhar, porque a benção estará em nossas mãos pra honra e glória de Deus. Amém!

Moreira: Verdade, concordo! **Por que não manifestaram na urna?** *Aff*, povinho sem noção. Deixa eu pegar minha chave, depois faz o que quiser.

Araújo: *Aff*, **deixem de ser babacas, a manifestação é contra a Dilma**, ninguém está contra ninguém, ninguém está indo lá tirar a chave da casa de ninguém, nem a Dilma pode fazer isso, só estão indo protestar lá porquê lá é onde **essa cobra** vai estar.

Moreira: **Babaca é você. Por que quando tem manifestação de impeachment vocês não vão?** É lá que tem que protestar, não na entrega das chaves das nossas casas

Araújo: Sempre fui a todas as manifestações e não é o teu choro que vai impedir a manifestação. **Fica na tua aí, já ganhou a casa, não sei do que está reclamando. Um monte de gente queria estar no seu lugar, ao invés de ficar de chororô, vai agradecer a Deus pela benção e deixe as pessoas manifestar em paz.**

Araújo: *Aff*, vou nem comentar mais nada, não estou a fim de briga, **vão lá pegar essas chaves e bater palminha pra Dilma. Ao invés de estar feliz por ter ganho a casa** ficam falando merda no face, já está quase na hora, corram pra lá.

Vieira: Sem noção mesmo esse povo, o tanto que foi falado nas eleições **e ainda votaram nela.** Agora vão querer fazer showzinho para estragar o dia lindo de milhares de famílias que estão realizando o sonho. Não sou a favor do governo dela, não votei nela. Mas isso não me dá o direito de ir protestar pra acabar com a felicidade dos outros porque só vai dar confusão e atrasar o lado dessas famílias e nada vai resolver só show e tumulto mesmo. Quer protestar? Protestem na urna que é mais bonito, não em cima do dia de realização de sonhos do povo. Ahh, pelo amor...

Araújo: Boa sorte aos ganhadores e parabéns pela conquista. **DILMA QUE SE DANE.** Quem quiser ficar de briguinha virtual também. Tchau pra vocês.

O período em que tais postagens foram realizadas, setembro de 2015, durante o primeiro ano do segundo mandato de Dilma Rousseff, foi marcado por insatisfação de uma

²⁰² Simultaneamente, outras agradeciam a Deus pela possibilidade de ter a casa própria, o que revela a heterogeneidade dos futuros moradores, inclusive, do ponto de vista político.

considerável parcela da sociedade, muito fortemente influenciada por intensa campanha desencadeada pela mídia. Tal insatisfação estava presente inclusive entre os beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida faixa 1, conforme observamos nos *posts* e na referida cerimônia de entrega, limitando a dívida política sobre a qual disserta Rolnik (2015, p.309):

mesmo na faixa 1, em que o pagamento da prestação é simbólico, o sentido é a introdução da disciplina financeira e a adesão à sua lógica. Para esta faixa, são duas as dívidas: a prestação mensal, que precisa ser paga durante dez anos, sob pena da perda da casa, e a dívida política, a ser retribuída sob a forma de votos, para quem “me deu a casa”.

Assim, embora a acirrada disputa presidencial de 2014 tenha marcado a história da política brasileira, dividindo o Brasil entre ‘direita’ e ‘esquerda’, na escala municipal, os efeitos positivos do PMCMV prevaleceram. Mas outros fatores também contribuíram com insatisfação em relação aos últimos governos do PT, como a agenda neoliberal em parte resultante das alianças estabelecidas para a primeira eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, “que abarcou políticos de partidos conservadores e antigos rivais [...] baseada em um programa de reformas gradual e cauteloso, comprometido com o respeito às instituições de mercado e a manutenção da estabilidade econômica” (ROLNIK, 2015, p.294), resultando em “um equilíbrio político frágil, que exigiu concessões reiteradas para ser mantido. Nesse cenário político, as margens efetivas para mudança permaneceram muito limitadas” (*idem*), contrariando alguns de seus princípios, visto que:

Uma de suas agendas era a construção de um Estado de direitos, em que o acesso à moradia adequada e o direito à cidade eram elementos importantes. Por outro lado, é exatamente no mesmo período que o país vê avançar a hegemonia dos circuitos globalizados do capital e das finanças, assim como das agendas e pautas neoliberais, especialmente nas políticas habitacionais, o que faz com que esse momento seja marcado por ambiguidades e contradições (ROLNIK, 2015, p.262).

Além disso, o período foi marcado por constantes ataques ao governo petista, sobretudo através da mídia, “com seu poder de amplificar e reproduzir mensagens com duplo sentido: mensagens que fazem de conta que esclarecem o mundo como ele é, mas que, no fundo, existem para retirar das pessoas toda compreensão e toda defesa possível” (SOUZA, 2017, p.19).

Nesse contexto, em decorrência da generalizada descrença na política, concomitante ao avanço da influência de igrejas conservadoras, “quem me deu a casa” passa a desempenhar um papel divino, “na graça divina no dom que a aspirina tem de

aspirar a dor”, parafraseando Gilberto Gil. Assim, a aquisição da casa própria, predominantemente, não é atribuída aos subsídios do governo federal e sim a uma dádiva:

[Assim que a senhora mudou, quais foram os aspectos positivos que notou?] O que eu vi de bom? [pensando] **Ah, ter a casa da gente, própria, né bem?! Ter a casa da gente, própria. Porque o aluguel está caro, né?! Nossa! Sou muito grata porque Deus me abençoou. E não só eu, como todo mundo.** Que a gente conversa, tem conversado que... e todo mundo está contente. [...] *[Pretende morar sempre aqui, deixar a casa para os filhos? ...]* Ah sim. *[Ou quando puder vender, a senhora...]* Ah não. Não! **O que Deus me deu, misericórdia! Não! Agradeço a ele todos os dias da minha vida!** [Dona Jô, 57 anos, auxiliar de serviços gerais, Residencial Eduardo Abdelnur, São Carlos – 10 de agosto de 2017]

[...] **porque eu digo que eu pra ganhar a casa foi um milagre de Deus.** Foi milagre! **Deus que me deu, porque possibilidade de ganhar, eu não tinha nenhuma.** Não tinha, mesmo. *[Você não estava nos parâmetros?]* Não estava. Não tinha assim... **tudo o que eles me pediam, não tinha.** Porque na verdade, nem da cidade eu era mais... Eu tinha vindo do sul, **mas fazia pouco tempo que eu estava aqui, então eu não tinha todos os documentos que eles precisavam.** E quando eles me pediam: “Ah, e a sua carteirinha de vacinação?! Pra provar que estava aqui?!”, e eu “ah, eu não tenho!” **E aí chegava lá na minha casa, eu orava, “Deus, eu vou continuar pagando aluguel, vou ter que ficar morando numa *kitnet* onde tem bandido”, né?! Porque lá no Antenor [Garcia] é bravo. E aí eles ligavam e diziam: “Ah, desconsidera o que nós te pedimos, porque nós acabamos de encontrar!”. Então é milagre, foi milagre de Deus!** Deus trabalhou tremendamente na minha vida. Eu tenho só que agradecer a Deus. [Irene, 51 anos, dona de casa, Residencial Planalto Verde, São Carlos – 09 de setembro de 2016]

Embora Irene, assim como Dona Jô, relacione a obtenção da casa própria à “graça divina”, a tolerância frente à ausência de seus documentos por parte dos responsáveis pela indicação da demanda não pode ser desconsiderada. Como relembra no fragmento transcrito, “lá no Antenor é bravo”, seu espaço anterior de moradia é uma das áreas de risco da cidade, onde há alguns barracos em que vivem cidadãos com alto índice de exclusão social²⁰³ e, embora isso não tenha sido evocado no momento da entrevista, foi

²⁰³ “Cerca de 200 metros ao sul da cidade, dela separada por uma depressão íngreme e a ela conectada por uma única via, foram criados, além do Cidade Aracy I e II, os bairros Presidente Collor de Mello e Antenor Garcia, todos empresário e político Airton Garcia, segundo seus interesses. Todos eles foram introduzidos em área delimitada pela bacia hidrográfica do Córrego Água Quente, gerando poluição das nascentes, assoreamento, crescimento da erosão nas encostas, descarga de esgoto não tratado nos cursos d’água, ausência de arborização próxima às casas e desmatamento” (OLIVEIRA, 2015, p.49). Há uma tendência de denominar estes quatro bairros pertencentes à região sul como Grande Aracy, devido ao fato de suas demarcações serem muito mais simbólicas do que visíveis (ÁVILA, 2006). No entanto, através de mapeamentos, Ávila (2006, p.57) chegou aos seguintes dados para o Antenor Garcia: “são 1654 lotes divididos em sete ruas e duas avenidas distantes a 45 minutos do centro da cidade, via transporte público, num total de uma população superior a 3.014 habitantes. É muito difícil precisar a quantidade de pessoas residentes no bairro, pois parece haver um fluxo relativo de moradores: pessoas, ou até mesmo famílias

um dos critérios adicionais adotados para favorecer o acesso às residências do Residencial Planalto Verde, em São Carlos. Ou seja, a explicação, desconhecida pelas entrevistadas, não envolve nem o divino, nem os políticos locais, mas sim os princípios do PMCMV, definidos pelo governo federal.

Na entrevista a seguir, Tati, que também morava em um barraco no Antenor Garcia, narra detalhadamente os aspectos positivos e negativos vividos no seu local anterior de moradia, distinguindo a casa e o “novo bairro”:

*[Em qual bairro vocês moravam antes?] Antenor Garcia. [Era casa?] Não era casa não! No meu, na verdade, a gente veio de um barraco. De uma área de invasão lá, e a gente conseguiu aqui. [...] [Você poderia comparar aspectos positivos e negativos daqui do Planalto, em relação ao Antenor, que você morava antes?] [pensando]. Ah, positivo é **porque é mais sossegado, né?! Eu acho que é porque é bairro novo, é mais sossegado. Mas... pra mim, lá era melhor, tinha mercado perto, tinha tudo perto!** Agora, aqui não. [...] [Você acha que a violência chega a ser um dos problemas do bairro?] Ainda não. Porque em todo bairro, um dia vai ter, conforme vai crescendo. Mas por enquanto, não. [E no seu local anterior de residência?] Ah, lá sim. **Lá era... é tipo assim, era eles, lá, sabe?! Mas não chegava a me afetar**, como em todo bairro tem. Mas não era uma coisa que chegava a afetar a minha vida! Era uma coisa que via.... [Você chegou a ver alguma coisa...?] Direto! **Todo mundo via, mas disfarçava.** É que nem aquele negócio, cada um cuida da sua vida. Tipo assim, você vê morte, **você vê um matando o outro, mas é uma coisa que não cabe a mim nem a ninguém, né?! Você vai fazer o que? Você vai lá se intrometer, é capaz de vir e tirar a tua vida também!** [...] [Você está satisfeita por morar aqui?] Graças a Deus eu estou, né?! Ah, insatisfeita que eu falo nessas partes, que não tem muito benefício pra gente, **mas eu estou no que é meu. Eu tenho meu teto, o quartinho da minha filha que eu sempre sonhei em ter**, mas só isso que está de ruim aqui é isso. **Não tenho nada pra fazer nesse bairro, ah não ser na sua casa.** Não tem uma pracinha, não tem uma escola, não tem nada. [Tati, 21 anos, dona de casa, Residencial Planalto Verde, São Carlos – 10 de agosto de 2017]*

Assim, o cotidiano anterior de Irene e Tati, no qual experimentaram a moradia em um espaço em que “você vê um matando o outro”, fez com que projetem na nova casa própria, diferentes dimensões relacionadas à segurança, tal como propõe Rosa (2015, p.32-33):

De modo complementar, as vivências anteriores da casa como lócus de violências dão lugar ao ideal da casa como *abrigo*; as inseguranças e incertezas nas demais esferas da vida fazem depositar na casa (própria) a dimensão mais ontológica de *segurança* – ainda que tais dimensões ideais (dentre outras) estejam em contínua tensão com a realidade

inteiras, deixam o bairro, geralmente para ir morar com parentes em outros bairros da cidade, ou em outras cidades. Há também o movimento contrário: constantemente o bairro recebe migrantes, em grande parte moradores de fazendas, provenientes do Estado do Paraná e Minas Gerais”.

cotidiana, com outras esferas de vulnerabilidade que a atravessam, mesmo quando o acesso à moradia se concretiza de alguma maneira.

Na entrevista com Cristina²⁰⁴, parcialmente transcrita abaixo, observamos que se mostra indignada com a falta de cuidado dos moradores com o bairro e, inclusive, com o fato de não valorizarem sequer a “casa própria”, pela qual ela agradece “a Deus, todos os dias”, ou seja, para ela, os responsáveis pelos problemas são sujeitos concretos com quem convive cotidianamente, enquanto que a “casa própria”, o aspecto positivo, tem origem divina:

*[A senhora nota diferenças no bairro desde que mudou?] De melhoras? [É.] Ah, nenhuma. **Não tem melhora nenhuma, continua do mesmo jeito.** E aqui eu reclamo muito aqui desse bairro **é das queimadas e o lixo ali que o povo joga.** Tudo quanto é coisa, é bicho morto, é resto de construção. Às vezes a pessoa que não põe o lixo na rua, pega a sacolinha e vai jogar lá. Acumula ali. Esses dias, mais ou menos há uns 20 dias, eu não sei se foi a prefeitura quem mandou catar o lixo que estava lá embaixo, no buraco. Cataram, retiraram tudo. Mas já estão jogando tudo de novo. Só que isso aí, às vezes comento com meu marido e meu filho, as pessoas reclamam, mas não tem nem o que reclamar, **porque são os próprios moradores que destroem o bairro.** Porque se todo mundo colaborasse, todo mundo fizesse direitinho que nem é pra fazer, mas não faz. Enquanto três ou quatro pessoas cuidam, cinco ou dez vão lá e detonam. Então não tem muito... o povo é muito porco. Não dá valor nas coisas. É falta de respeito com as outras pessoas, é falta de interesse, **porque quando a gente vai atrás dessas casas, é uma burocracia danada. A gente fica naquela expectativa: “será que eu vou ganhar? Será que não vou ganhar?”** Vai fazer dois anos que eu moro aqui, **até hoje parece que não acredito que a casa é minha, sabe?! Eu estava passando muita necessidade na época.** Eu pagava seiscentos reais de aluguel. Pra quem ganhava 500, sabe?! Então tinha que meus filhos, casados, me ajudar e quando fui sorteada, voltei pra casa... se era pra eu voltar feliz, eu voltei assim, **parece que não acreditando. Eu só acreditei que a casa era minha quando estava com a chave na mão.** Falei: agora sei que é minha mesmo. Mas vou falar pra você: **eu agradeço a Deus todos os dias pela minha casa, todo dia!** Já tem muita gente aqui que... foi atrás por ir, mas não demonstra ter tanta necessidade não. **Porque tem muita gente aqui no bairro que alugou. Outros venderam. Outros desfizeram das casas. Eu não conheço nenhum, mas a gente ouve comentários.** [Cristina,*

²⁰⁴ Quando entrevistamos Cristina, ela tinha 55 anos, era dona de casa e morava no Residencial Planalto Verde, junto com seu marido, de 74 anos, aposentado, e seu filho, de 19 anos, desempregado. Contou que quando foi sorteada, sua renda era de 500 reais, para ela e o filho, apenas, proveniente de seu trabalho como diarista. Após mudar-se para a atual casa, casou e a renda era unicamente da aposentadoria de seu marido, no valor de 900 reais. Morava anteriormente no Cidade Aracy II, em uma casa de aluguel. Cristina nasceu no Paraná, na “roça”, e depois mudou-se para São Paulo, Santo Amaro e por fim, nos últimos 17 anos, em São Carlos. Chegou a comprar uma casa no Cidade Aracy, mas por conta de desentendimentos com a vizinhança, vendeu a casa e não conseguiu comprar outra depois, então ficou morando de aluguel. Realizamos a entrevista na calçada, em frente à sua casa, que tinha os muros erguidos, muitas flores plantadas no quintal e também uma árvore com orquídeas, na calçada.

55 anos, dona de casa, Residencial Planalto Verde – 10 de agosto de 2017]

Embora após a entrega das chaves, o “usuário habilitado” tivesse a obrigação de ocupar o imóvel em até 30 dias, Cristina relembra dos comentários que ouviu, relacionados à venda ou aluguel. Nos casos em que tais irregularidades são constatadas, a prefeitura tem até 90 dias para notificar a Caixa que, se comprovadas, fazem com que o contrato seja rescindido e o imóvel seja repassado para quem ficou na lista de “suplentes”.

Durante cerimônia de entrega de unidades habitacionais do Residencial Cremonezi, em Presidente Prudente, a superintendente regional da Caixa, Célia Marisa Molinari de Mattos, enfatizou tal regra e solicitou aos futuros moradores que denunciasses quaisquer irregularidades: “O imóvel tem que ser habitado por vocês, não pode ser emprestado, alugado ou vendido. Contamos com a colaboração para que denunciem caso isso aconteça. A casa tem que ser destinada realmente a quem merece”²⁰⁵. Esse parece ter sido o caso de Sara, que conta ter ficado em 23.º lugar da lista de suplentes durante o sorteio das unidades habitacionais:

*[Quanto as condições do Minha Casa Minha Vida, como foi sua experiência na aquisição da casa? Como você ficou sabendo, quais foram as dificuldades, as vantagens?] Eu fiz minha inscrição e fiquei na lista de espera, de suplência, aí em 2014 me ligaram para levar a documentação, e fiquei o ano inteiro participando do sorteio, mas nenhum saiu meu nome, até no último sorteio tinha acabado as casinhas, faltaram 23 nomes para chegar no meu nome. **Mas Deus é tão bom, que abençoou que não deu certo para umas pessoas e deu certo para mim, graças a Deus.** [E você ficou na ansiedade...] Não. Quando foi o último sorteio, eu já tinha perdido as esperanças já. **Eu falei, ah, Deus vai preparar pra mim.** [Sara, 33 anos, desempregada, Residencial Cremonezi, Presidente Prudente – 11 de março de 2017]*

No mesmo sentido que Sara, Cida atribui a “benção de Deus” o aspecto positivo que a mudança para a casa própria representa, sobretudo no que se refere ao fato de deixar de pagar aluguel, mas não menciona seu direito à habitação e, muito menos, qualquer conquista a ela relacionada. Mas a noção de direito aparece quando se trata do acesso à creche, garantido para a filha a partir de recurso à Justiça.

*[Assim que você mudou, quais foram os aspectos positivos que você notou assim que chegou?] Uma coisa que eu **agradeço a Deus foi ter conseguido um lugar para eu morar**, veio em boa hora porque eu estava grávida da minha filha, eu morava de aluguel, e eu passava muita*

²⁰⁵ Disponível em: <http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/noticias.xhtml?cod=29240>, publicado em 22 de novembro de 2014.

dificuldade, muita mesmo. Na época eu trabalhava em um prédio, dois anos eu trabalhei lá... eu não acreditei, quando minha prima foi no sorteio, que ela mandou mensagem para mim falando que eu fui sorteada.... Eu falei: “mentira!” E ela: “verdade!” **Eu só fui ‘cair a ficha’ e acreditar quando eu vi o jornal, que eu vi meu endereço.** Eu chorei, fiquei muito feliz, eu não sabia o que fazer, porque **foi uma benção de Deus. Então isso para mim que foi maravilhoso, entendeu?** [com lágrimas nos olhos] Porque eu saí do aluguel, e **pagar o que eu pago aqui**, que é uma “mixaria”. Mas **em outros aspectos, veio a dificuldade para a creche para minha filha**, eu tinha que sair daqui para deixar ela lá no São Judas. **Aí eu tive que entrar na justiça, para eu conseguir aqui na Vovô Silvéria**, porque é uma guerra para colocar ali. [*É aqui perto?*] É, aquela creche que fica lá na frente. Lá é uma creche muito boa, muito recomendada, todo mundo quer colocar criança ali. **E graças a Deus, minha filha está lá e eu não tenho o que reclamar.** E aos poucos está melhorando aqui, mas eu falo aqui em si, nas casinhas precisava melhorar um pouquinho mais, nas coisas, como este **matagal, parece que a prefeitura esquece de nós. O postinho é até uma maravilha ter chegado até aqui, mas às vezes tem a desejar.** Eu já fui lá duas vezes e não tenho sorte. Porque eu nunca vi você chegar no postinho, e a pessoa falar que às sete horas da manhã já acabaram as senhas e não tem como você consultar, eu tenho que ir que horas? Tenho minha filha, tenho que deixá-la na creche, não tenho condições de sair muito cedo daqui, pois é só eu ela, não tem com quem deixar. Então eu acho muito a desejar, duas vezes que fui lá quase discuti com a moça. **E falta vaga, uma médica para atender tudo, ela atende clínico, ginecologista, pediatria, tudo, ela atende os três, porque não tem médico.** [*E é aqui no bairro mesmo o postinho?*] É, ali na frente. Aqui na avenida, lá na frente. Às vezes eu vou no “Cohabão” que é muito melhor. [*Aí você tem que ir de ônibus?*] É, tem que ir de ônibus, porque lá eu consigo consulta. Então são coisas assim que deixa meio que a desejar. [*E comparando lá com São Judas, onde você morava antes, o que tem de melhor ou pior em cada um deles?*] Ah lá tinha tudo. Tinha lotérica para pagar conta, tem panificadora, tem mercado, perto, que **não precisa você ir lá no centro** para você resolver que por ali tem né? **Resolve no bairro mesmo. Eu falo que aqui precisaria de uma lotérica também**, se a pessoa pensasse bem ia ganhar dinheiro, que olha, 350 casas, às vezes você tem que pagar uma conta e tem que ir lá no centro para acertar esta conta porque não tem aqui um lugar para você pagar, facilitaria. [*Acho que ninguém iria no centro só para pagar a conta...*] Claro que não... **A pessoa já fazia isso no bairro né.** [...] [*E você pretende morar sempre aqui, deixar a casa para ela?*] Ah sim, com certeza, é para ela, para o futuro dela. [Cida, 39 anos, doméstica, Jardim Panorâmico, Presidente Prudente – 11 de março de 2017, grifos nossos]

No entanto, identifica os aspectos negativos decorrentes da mudança para essa nova periferia que envolvem, além da questão da creche já mencionada, também a insuficiência de médicos no Estratégia de Saúde da Família do Jardim Panorâmico, o mato acumulado nos arredores e ainda o reconhecimento da própria monofuncionalidade característica de tais espaços como um problema, presente quando fala da ausência de locais para pagar contas. Todos esses aspectos são também evidências de que o não

reconhecimento de seu direito à cidade é percebido por Cida. Se entendemos a “insurgência” como “uma ação na contramão, uma contrapolítica, que desestabiliza o presente e o torna frágil, desfamiliarizando a coerência com que geralmente se apresenta” (HOLSTON, 2013, p.62), podemos observar que está presente, ao menos como potencialidade, pela desfamiliarização, ainda que não tenha se tornado ação. Assim, “os altos níveis de satisfação com a propriedade do imóvel contrastam com a grande insatisfação em relação às condições urbanas”, tal como vem sendo observado por outros pesquisadores, como Rufino *et al.* (2015, p.124), por exemplo.

Apesar dessa insatisfação quanto à ausência de urbanidade, muitos enfatizavam a importância da casa própria apontando para as diferentes possibilidades de alteração na casa e de valorização do bairro com o tempo, assim como ocorrera nas antigas periferias dessas cidades. Inspiradas pela ideia do aluguel subsidiado em áreas melhor equipadas, que possibilitariam uma maior integração à áreas bem servidas da cidade, oferecendo “condições mínimas de habitabilidade e sociabilidade” (MAIA e LUCENA, 2015, p.354), tínhamos a seguinte pergunta final no roteiro de entrevista: “*Se você pudesse optar, o que preferiria: morar no atual bairro, em uma casa própria, ou no centro, mas com um aluguel pago pelo governo?*” Após as primeiras cinco entrevistas, observamos que essa pergunta teria que ser revisada, visto que os moradores demonstravam um forte apego à sua área anterior de moradia ou uma vontade de morar em bairros socioeconomicamente mais valorizados, ou seja, moderando o peso de lógicas mais objetivas como estar próximo ao centro, que tem uma concentração maior na oferta de comércio e serviços, para lógicas mais subjetivas relacionadas a um sentimento de pertencimento à redes sociais anteriores ou ao *status* que determinados espaços poderiam proporcionar. Assim, a pergunta se modificou para: *Se você pudesse escolher um bairro para morar em Presidente Prudente/São Carlos, qual escolheria? E o que acha se te dessem a seguinte opção: morar nesse bairro com uma garantia que o aluguel seria pago pelo governo pra sempre ou ter a casa própria aqui?*

Quanto à primeira pergunta, entre os 35 moradores que a responderam²⁰⁶, 17 afirmaram preferir o local anterior de moradia, mesmo que situado em área periférica, 6 citaram o próprio conjunto habitacional em que estavam morando (5 em Presidente Prudente e 1 em São Carlos), 7 mencionaram áreas mais valorizadas (2 em Presidente Prudente citaram condomínios fechados de alto padrão, 5 em São Carlos citaram

²⁰⁶ Embora o número total de entrevistado tenha sido 40, ressaltamos que os outros cinco moradores responderam à formulação inicial do roteiro de entrevistas, que já os direcionava ao centro da cidade.

loteamentos abertos em áreas valorizadas), 2 não elegeram um local, 1 mencionou outra cidade, e apenas 2 (1 de cada cidade), afirmaram preferir o próprio centro.

Consideramos significativa essa escolha baseada em laços afetivos, visto que dos 17 bairros anteriores de moradia citados, apenas dois²⁰⁷ encontram-se em áreas melhor equipadas. Assim, os moradores citaram o próprio bairro anterior de moradia e não uma área central e melhor localizada como o centro, como inicialmente prevíamos. Nesse sentido, apresentamos um trecho da entrevista com Patrícia²⁰⁸ que apontou o Jardim Gonzaga como opção desejada de moradia, apesar dos problemas por ela já conhecidos e relatados:

*[E se você pudesse escolher por um bairro pra morar em São Carlos, qual bairro você escolheria?] Ah, lá em cima. [riso] [No Antenor?] Não. No Gonzaga. [E o que você acha se te dessem a seguinte opção: morar no Gonzaga, com a garantia que o aluguel seria pago pelo governo pra sempre, ou ter a casa própria aqui no Zavaglia?] Ah, ter a minha casa própria aqui no Zavaglia. [É? E porquê?] Ah, porque também devido a muitas coisas que acontece, né?! Minha família também é terrível. Você não viu agora esse moço que veio aqui? As minhas irmãs, apesar de que elas também moram aqui. Perderam as crianças pro conselho tutelar, porque bebe demais, sabe? [Que dó...] **E lá em cima também é muita briga, muita morte também.** É tanta coisa que... se fosse pra escolher por um lugar assim, eu preferiria ficar na minha casa mesmo, longe dos outros. [Patrícia, 27 anos, dona de casa, Jardim Zavaglia, São Carlos – 09 de agosto de 2017]*

Mas observamos também que a concepção dos moradores quanto à habitação passa por outras relações, como o papel da propriedade privada no capitalismo e à forte desconfiança frente à estabilidade que dependesse do governo, visto que das 40 entrevistas realizadas, em 31 a preferência foi pela casa própria:

Esse negócio de governo não é bom não, deixa aqui mesmo. Porque aqui eu sei que eu pago... vai saber esse negócio aí, se não paga mais. Esse negócio aí é mentira, **esses mentirosos não pagam nada não... é melhor eu pagar mesmo.** [Fernanda²⁰⁹, 28 anos, diarista, Residencial Bela Vista, Presidente Prudente – 06 de janeiro de 2017]

²⁰⁷ Sendo em Presidente Prudente o Jardim São Judas, o bairro anterior de moradia de Cida, em São Carlos, o bairro anterior de moradia de Luciana, a Vila Prado.

²⁰⁸ Patrícia tinha 27 anos, era dona de casa, morava com os filhos de 6 e 11 anos e estava grávida quando realizamos a entrevista. Além dos filhos, seu atual companheiro de 19 anos também morava com ela. Informou que sua renda fixa era de R\$200,00, através do Bolsa Família, além da renda de seu companheiro, que trabalhava com reciclagem, mas não soube especificar o valor ganho. Contou que sempre morou em barracos de aluguel no Jardim Gonzaga, mas a mudança era constante. Sua última moradia antes de ir para o Jardim Zavaglia, foi num barracão cedido por um contato de seu padrasto, no qual moravam ela, seus filhos, suas irmãs, sobrinhos, mãe e padrasto. Contou que além dela, suas irmãs também foram contempladas com uma residência cada uma no Zavaglia, através de intermediações da PROHAB. Sua casa tinha muros e quintal cimentado.

²⁰⁹ Quando entrevistamos Fernanda, ela nos contou que tinha 28 anos, trabalhava como diarista e morava com seu filho de 11 anos no Residencial Bela Vista, em Presidente Prudente. Quando perguntei sobre seus rendimentos, me contou ser aproximadamente cem reais, mas não especificou se era semanal, já que fazia

É uma oferta muito tentadora! Muito tentadora mesmo, mas... independentemente de qualquer coisa, é... eu acho, pelo menos acho que a gente devia pensar um pouco no futuro. E, vamos supor que seja esse **o governo atual** que me ofereça esse benefício, **o governo pode mudar**, e mesmo que o governo mude e esse benefício permaneça, eu não sei. Alguma coisa lá em cima pode acontecer, talvez a gente possa passar por uma **crise econômica** tão grave ao ponto de eles começarem a aparar as arestas e talvez essa seja uma aresta a ser aparada. Então assim, pelo bem ou pelo mal, embora as vezes eu leia uns artigos na internet, falando que hoje em dia, os jovens da geração Y estão mais empenhados, mais interessados em adquirir experiências do que bens, casas, carros, eu ainda acho que é interessante, mesmo que eu viaje o mundo inteiro, e adquira todas as experiências do mundo, eu acho que ainda assim, é interessante, **se um dia eu cansar ou não tiver mais afim, eu ter um lugar meu, pra voltar**. Sem depender de ninguém. [Eduardo, 22 anos, estudante universitário, Eduardo Abdelnur, São Carlos – 09 de setembro de 2016]

No fragmento de entrevista a seguir, Miriam também valoriza a experiência positiva de “sair do aluguel” e relaciona diretamente os problemas da casa com o contexto político, especialmente no que se refere à corrupção e a culpabilização da então presidente, Dilma Rousseff:

*[Assim que você mudou, quais foram os aspectos positivos que você notou?] **Eu não posso falar que a casa é totalmente nossa porque ainda pagamos as prestações**, embora seja mínimo. **A diferença do aluguel pela diferença que pagamos aqui pelas prestações é muito grande**, então essa sensação de você estar, entre aspas, morando no que é seu, é uma sensação muito boa, porque de aluguel, por mais que seja um contrato, você nunca sabe por quanto tempo você vai permanecer, se no mês que vem você não puder pagar o aluguel como você vai se deparar com a situação com o dono da casa, então **aqui a sensação é diferente**, a sensação aqui é muito boa. **É a sensação de estar morando em um pedaço que ninguém vai te incomodar pelo fato de ser de outra pessoa**, então no momento ela é minha, embora não tenha terminado de pagar as prestações, é minha [...] *[Você está satisfeita por morar aqui?]* **Eu estou, acho que precisa melhorar muita coisa**. Mas acho assim que das condições que a gente veio, de ter que pagar aluguel, e hoje estar podendo morar aqui.... É lógico, pelo que a gente vê da **roubalheira do Brasil, na questão da política, de repente a casa poderia ser realmente melhor, com produtos de melhor qualidade**.*

faxina uma vez por semana, nem se estava incluso o valor do Bolsa Família que recebia. Morava anteriormente na Vila Líder, junto com seu filho e seu pai, em uma casa de aluguel, que era quem arcava com todas as despesas da casa. Ela contou ainda que seu pai também conseguiu uma casa pelo PMCMV, no Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, pois havia pago pelo terreno, em 2004. Anteriormente, Fernanda trabalhava em uma lotérica na própria Vila Líder. Ia a pé para o trabalho. Com a mudança, saiu do emprego pelo fato de ter que pegar ônibus, e seu patrão não pagar por esse transporte. Nasceu na cidade de Dracena, onde morava com a avó, que faleceu quando Fernanda tinha dez anos. Mudou-se para Presidente Prudente, onde morou com a mãe nos bairros Vila Líder, Vila Brasil e Vila Furquim. O terreno de sua casa não era cimentado e não possuía muros, apenas um portão improvisado, que contou ter colocado para inibir a entrada de policiais. Além disso, segundo ela, o relógio de luz estava amassado porque policiais subiram nele, procurando por drogas em sua casa.

Não foi, é o que temos, nossa intenção agora é ir melhorando o que a gente tem, não dá para ficar esperando, e nem ficar ‘praguejando’ o que a gente tem. Mas dá para melhorar sim, poderiam ter entregue estas casas com muro. Daria para ter feito muito mais coisa tendo em vista o tanto que se rouba! Poderia ter entregue sim casas muito melhores, acomodações melhores, e não consigo ver como se fosse assim: Ah! Às vezes, eu lembro que no início, uma moça veio fazer o meu pé e a gente estava conversando. **Ela falou assim: “ah, a gente tem que agradecer a Dilma! Que não sei o que, que proporcionou isso pra nós!”.** Eu falei: **“eu não vejo assim! Ela foi escolhida não por mim, ela foi escolhida por outros, não foi a minha candidata, e ela não fez mais do que a obrigação dela! E ela fez muito pouco!** Porque o que pago de imposto, isso aqui é muito pouco! Muito pouco, entendeu? **Então poderia ser bem melhor. Só que também poderia ser pior... Então, não tem pra onde correr!** [Miriam, 42 anos, professora, Residencial Panorâmico, Presidente Prudente – 25 de março de 2017, grifos nossos]

A sensação de morar em algo próprio, enfatizada por Miriam, no qual “ninguém vai te incomodar”, expressa a importância da propriedade enquanto “corporização e a exteriorização do livre-arbítrio de um indivíduo. Assim, um indivíduo é livre à medida que for proprietário de sua própria pessoa, uma relação corporificada e expressa na propriedade de terras e de coisas” (HOLSTON, 2013, p.59). Nesse sentido, se observa o alcance do mito da casa própria, como uma segurança de “uma certeza territorializada”, tal como propõe Lindón (2005, s/n):

A insegurança, que em si é algo que atravessa as sociedades contemporâneas em quase todos os grupos sociais, é ainda mais intensa nos grupos sociais excluídos. Portanto, a casa própria se valoriza como algo que reduz a insegurança. Algumas expressões muito usuais em discursos locais que traduzem a importância de ter alguma certeza territorializada são as seguintes: "Daqui ninguém pode me tirar", "O que quer que aconteça, eu sei que tenho um teto". Essas frases parecem precedidas de algo que não foi dito: "quando já não há instituições que me dão segurança". Ao mesmo tempo, pode-se decifrar que o conteúdo implícito nestas frases é "as seguranças que me foram dadas a partir do teto que consegui"²¹⁰.

²¹⁰ Tradução nossa de: “*La inseguridad, que si de por sí es algo que atraviesa a las sociedades contemporáneas en casi todos los grupos sociales, es aun más intensa en los grupos sociales excluidos. Por eso, la casa propia acrecienta su valoración como algo que reduce la inseguridad. Algunas expresiones muy usuales en los discursos locales que traslucen la importancia de tener alguna certeza territorializada son las siguientes: “De aquí no me pueden sacar”, “Pase lo que pase, se que tengo un techo”. Estas frases parecen estar antecedidas por algo no dicho: “cuando ya no hay instituciones que me den seguridades”. Al mismo tiempo, se puede decifrar que el contenido implícito en esas frases es “las seguridades me las da el techo que yo he conseguido”.* Retirado de: LINDÓN, Alicia. El mito de la casa propia y las formas de habitar. Universidad de Barcelona: **Scripta Nova**. Vol. IX, núm. 194 (20), 1 de agosto de 2005 [sem numeração de página]. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-20.htm>, acessado em 08/09/2014.

A insatisfação de Miriam quanto às acomodações, insuficientes para a família, mencionada em outros momentos da entrevista, quando contou que o casal dorme com o filho mais novo, de cinco anos, e os outros dois filhos dormem no segundo quarto, é decorrente do tamanho mínimo aceitável nas normativas do PMCMV, para a tipologia 1 – “casa térrea: área interna útil de 36,00m² (não computadas paredes e área de serviço), dividida entre sala, cozinha, banheiro, circulação, 2 dormitórios e área externa com tanque e máquina” (BRASIL, s/d., p.8). Tal metragem mínima foi seguida pelas construtoras, como forma de garantir maiores lucros, visto que são os agentes privados que decidem a “localização e o desenho do projeto” (ROLNIK 2015, p.310), sendo que “o critério para orientar as decisões desses agentes não pode ser outro senão o da rentabilidade” (idem). Embora Nascimento *et al.* (2015, p.214) tenha analisado os apartamentos que integram condomínios, suas inferências a respeito da padronização de tais unidades habitacionais mediante os diferentes arranjos familiares presentes nesses espaços são elucidativas também para os espaços que pesquisamos:

Além das diferenças culturais, econômicas e sociais, as configurações familiares variam na unidade em número e em tipo – gênero, grau de parentesco. Nos mesmos metros quadrados e na mesma configuração espacial (social, serviço e íntimo) habitam pessoas sozinhas, casal com ou sem filhos, às vezes um, dois ou até nove filhos; avó, mãe e filha ou filho etc. Não há como universalizar ou padronizar a configuração familiar em pai, mãe e dois filhos. As possibilidades de alteração e/ou de modificação dos espaços existentes poderiam acolher, de forma coerente, as necessidades habitacionais de pessoas distintas e que se transformam ao longo do tempo (NASCIMENTO & COSTA, 2015, p.214).

No entanto, se por um lado, a forma espalhada dos conjuntos habitacionais aqui pesquisados exige maior investimento em capeamento asfáltico, linhas de ônibus etc., por outro lado, o espaço do quintal dessas residências, ao contrário dos apartamentos, permite que possam ser realizadas ampliações, tais como mencionadas por Miriam, pois “não dá pra ficar esperando”, projetando no futuro perspectivas que só foram possíveis a partir da casa própria.

Levando em conta as utopias e esperanças que movem os habitantes para periferias longínquas, Lindón (2005, s/n) buscou “decifrar esse fragmento do imaginário urbano coletivo entre os habitantes desta periferia que chamamos o mito da casa própria

e indagar como se articula com as formas de habitar”²¹¹. Sua análise é elaborada a partir das narrativas desses habitantes²¹², baseada “nos processos de construção sócio-simbólica destes territórios, nas formas de habitar que ali se desenvolvem, nas utopias que movem os imaginários de seus habitantes”, sendo que muitas vezes “estas utopias do habitante resultam da apropriação social das grandes utopias dos urbanistas e pensadores”²¹³ (HIERNAUX y LINDÓN, 2004 *apud* LINDÓN, 2005, s/n). “Estes ideais – utopias, esperanças – encontram um núcleo importante que estamos denominando o ‘mito da casa própria’”²¹⁴(LINDÓN, 2005, s/n), que precisam ser levados em conta, tanto “no momento em que as pessoas decidem mudar de residência ou área”²¹⁵ como quando “se instalam no lugar e começam a estabelecer formas particulares de habitá-lo”²¹⁶ (idem), são “parte de um imaginário coletivo, de uma subjetividade compartilhada que emerge em decisões e ações concretas, como a compra de um lote irregular na área, a decisão de deixar uma habitação compartilhada com familiares em uma área melhor equipada”²¹⁷(idem).

Devido ao fato de nossa perspectiva analítica ser voltada à complexidade envolvida no cotidiano dos moradores dos espaços residenciais pesquisados, que combina a aquisição da casa própria, considerada como seu aspecto positivo principal, com circunstâncias tais como a residência em área distante do centro e/ou com transporte público insuficiente, em áreas monofuncionais, com tamanho inadequado às necessidades da família etc., buscamos nas entrevistas, a base para a construção de nossa análise para a questão habitacional, ou seja, em “miradas construídas expresamente desde la vida cotidiana. Esto último requiere que el análisis tome como punto de partida al individuo y su espacio. Por ello, no toda referencia a lo cotidiano es una ‘mirada desde la vida cotidiana y su espacialidad’” (LINDÓN, 2006, p.389). Levando em conta as referências teóricas discutidas, procuramos identificar como o mito da casa própria substanciava a

²¹¹Tradução nossa de: “descifrar ese fragmento del imaginario urbano colectivo vigente entre los habitantes de esta periferia, que llamamos el mito de la casa propia e indagar cómo se articula con las formas de habitar”.

²¹² Sua pesquisa empírica foi realizada no Valle de Chalco, área periférica da Cidade do México, ocupada nos anos 1970.

²¹³ Tradução nossa de: “estas utopías del habitante resultan de la apropiación social de las grandes utopías de los urbanistas y pensadores (Hiernaux y Lindón, 2004)”.

²¹⁴ Tradução nossa de: “estos ideales –utopías, quimeras- encuentran un núcleo importante que estamos denominando el ‘mito de la casa propia’”.

²¹⁵ Tradução nossa de: “en el momento en el que las personas deciden trasladar su residencia a la zona”.

²¹⁶ Tradução nossa de: “se instalan en el lugar y comienzan a establecer formas particulares de habitarlo”.

²¹⁷ Tradução nossa de: “parte de un imaginario colectivo, de una subjetividad compartida que emerge en decisiones y acciones concretas, como la compra de un lote irregular en la zona, como la decisión de dejar una vivienda compartida con familiares en una zona más céntrica de la ciudad y mejor equipada”.

narrativa desses cidadãos. Inicialmente tínhamos como pressuposto que os significados positivos relacionados à casa própria que estão na base do tal “mito”, poderiam ser colocados em xeque pelos moradores, quando a casa subsidiada pelo governo se diferenciava da anterior, que era melhor localizada e com maior disponibilidade de equipamentos públicos coletivos no entorno, além disso, quando o pertencimento preexistente também fosse levado em conta. Mas tal contraposição nem sempre norteou as entrevistas.

Em grande medida, isso se explica porque esses habitantes “estão movidos por utopias e esperanças construídas em torno a um núcleo duro do imaginário urbano como é o ‘mito da casa própria’”²¹⁸ (LINDÓN, 2005, s/n), que, enquanto mito, “se constitui em uma verdade (às vezes fantasiosa) de alto conteúdo emotivo, que goza de extraordinária estima ou valorização social e que constrói uma forma de vínculo com o mundo e com o território periférico em particular”²¹⁹ (idem). Esse forte conteúdo emotivo deriva dos diversos sentidos que ter a casa própria pode adquirir, “é uma constatação de que não estão fora da sociedade e da cidade, mas sim ‘integrados’ a ela de uma forma: a propriedade, ainda que seja nas bordas da cidade”²²⁰(idem), desse modo, tem a capacidade de “compensar as exclusões sociais vividas, assim como pode outorgar segurança ao seu proprietário”²²¹ (idem). Oferece uma segurança de ter “alguma certeza territorializada”²²² (idem), no sentido de que dali ninguém pode lhes tirar, como explica Silvio:

*[E se o senhor pudesse escolher morar em qualquer bairro aqui de Prudente, onde você escolheria?] Você quer que eu responda um? [Risos] Central Parque. [Central Parque, o Condomínio?] É, o lugar dos ricos. [E o que você acha se te dessem a seguinte opção: Morar no Central Parque, em uma casa alugada, mas o governo iria pagar este aluguel para sempre ou ter casa própria aqui no Jardim Panorâmico?] Ter a casa própria né? [Mesmo se fosse no condomínio?] Mesmo que fosse, não compensa. Porque **no dia de amanhã vai que falam “tem que sair daqui” não adianta, você tem que ter o que é seu.** [Silvio, 46 anos, restaurador de móveis, Jardim Panorâmico, Presidente Prudente – 25 de março de 2017]*

²¹⁸ Tradução nossa de: “núcleo duro del imaginario urbano como es el “mito de la casa propia””.

²¹⁹ Tradução nossa de: “se constituye en una verdad (a veces fantasiosa) de alto contenido emotivo, que goza de extraordinaria estima o valoración social y que construye una forma de vínculo con el mundo y con el territorio periférico en particular”.

²²⁰ Tradução nossa de: “es una constatación de que no están fuera de la sociedad y de la ciudad sino “integrados” a ella de una forma: la propiedad, aunque sea en los bordes de la ciudad”.

²²¹ Tradução nossa de: “compensar las exclusiones sociales vividas, así como por otorgar seguridad a su propietario”.

²²² Tradução nossa de: “de tener alguna certeza territorializada”.

Em que pese na narrativa de Silvio, a preferência pela casa própria, a valorização dos espaços fechados como o “lugar dos ricos” não pode ser desprezada, uma vez que parece haver um certo consenso entre pobres e ricos quanto ao espaço de cada um na cidade, numa clara distinção espacial entre os espaços mais e menos valorizados na cidade.

Numa outra perspectiva, que não deve ser desarticulada da anterior (LINDÓN, 2006), Melazzo (2015) analisa os dados da dinâmica imobiliária entre os anos de 1995 e 2012 em Presidente Prudente e Marília, apresentando dois aspectos que nos permitem relacioná-los à valorização dos condomínios fechados apontada pelos moradores como o “espaço dos ricos”. O autor, ao espacializar os preços da terra urbana, demonstra que há, por um lado, “processos de diferenciação espacial cada vez mais intensos. Os segmentos de altas rendas, que podem exercer seu ‘poder de compra’ encontram no mercado os espaços diferenciados que procuram, por eles produzidos, reforçando a seletividade espacial produzida pelo mercado” (idem, p.387). Por outro lado, nos empreendimentos do PMCMV nas cidades que pesquisamos²²³, “predomina um padrão periférico de inserção de tais empreendimentos, seja em relação a seus centros principais, seja em relação às áreas onde predominam os maiores preços médios do m² da terra urbana” (idem, p.391), assim “as localizações relativas seguem um padrão de afastamento do centro principal e também onde os preços do m² da terra urbana são sistematicamente menores” (idem).

A crescente valorização dos espaços privados, cercados, murados, tanto residenciais como privados, em detrimento dos espaços públicos e uma certa “repulsa sobre os espaços privados dos empobrecidos” também analisado por Prévôt Schapira (2001, p.51), que busca fundamentar o conceito de fragmentação socioespacial, caracterizado pela conformação de uma ‘cidade em arquipélago’, outorgando “uma visibilidade aumentada nas diferenças, nos fechamentos e comunitarismos de todo tipo, o que coloca em perigo as formas de urbanização passadas, amplamente construídas sobre a existência de um espaço público” (idem, p.40).

Mas a questão do mito casa própria, para Lindón, também “se relaciona com os horizontes do tempo”²²⁴ (2005, s/n), projetado para o futuro, quando, por exemplo, seus

²²³ Embora o autor refira-se à Marília e Presidente Prudente, os mesmos processos são verificados na cidade de São Carlos, conforme apresentado em Silva (2018).

²²⁴ Tradução nossa de: “*se relaciona con los horizontes de tiempo*”.

moradores afirmam que a casa recém adquirida será um teto para a velhice ou mesmo uma herança para seus filhos, como explicou Sônia:

*[Pretende morar sempre aqui, deixar a casa para os filhos?] Até quando eu viver, eu vou morar aqui [...]. **Tenho seis filhos né?! Tenho que pensar neles!** [...]. Os outros já são casados, mas **ninguém sabe o dia de amanhã né.** [...]. *[E o que acha que é bom e ruim na sua opinião?]* **A única coisa ruim,** é que nem falei pra você, **o ônibus só.** Por não passar entre os bairros. *[Se você pudesse escolher por um bairro pra morar aqui em São Carlos, qual escolheria?]* Santa Felícia. *[E o que a senhora acha se te dessem a seguinte opção: morar no Santa Felícia em uma casa de aluguel, mas com o governo pagando pra sempre, ou ter a casa própria aqui no Eduardo, qual escolheria?]* Ah, **ter a casa própria. Lógico! Porque é minha. Lá eles vão pagar até eu falecer, e depois, os meus filhos? Eles vão morar onde? Meus netos? Porque eu tenho 12 netos. Um dia eles vão precisar, ne?!** Aliás, já tem um que fica aqui comigo 24 horas. [Sônia, 45 anos, dona de casa, Residencial Eduardo Abdelnur, São Carlos – 10 de agosto de 2017]*

A despeito dos atuais problemas decorrentes da pouca disponibilidade de transporte público, Sônia representa a casa própria como um investimento do qual as próximas gerações de sua família usufruirão, “ou, pelo menos, uma forma de entesouramento, enquanto elemento de um patrimônio durável e transmissível – e um investimento social, na medida em que encerra uma aposta no futuro ou, mais exatamente, um *projecto de reprodução* biológica e social” (BOURDIEU, 2000, p.38). Além disso, “se observa que este mito reorganiza a relação do indivíduo com o mundo, com o entorno (o bairro), com o entorno mais extenso e difuso (a periferia) e com a cidade: o status de proprietário lhe permite, de alguma forma, vislumbrar o futuro”²²⁵ (LINDÓN, 2005, s/n), ainda que esse futuro seja caracterizado por permanências, como a carência relacionada à necessidade, uma vez que os filhos e netos de Sônia, “um dia vão precisar”. Mas também podem comportar o novo, como pode ser observado nos planos de Sara, quando descreve as possibilidades de ampliação dos cômodos, inclusive para que possa trabalhar em casa:

[Você fez ou pretende fazer alguma alteração na casa?] Eu fiz só a linha provisória ali no fundo porque chovia e entrava bastante água dentro. Aí fez uma linha, que já evita esse..., mas pretendo sim, tenho bastante ideias, **pretendo fazer a minha fábrica de pão,** que eu tenho vontade de abrir, no fundo fazer essa fábrica de pão, **e em cima, se Deus quiser, eu quero fazer uns quartos, um espaço bem legal, uma cozinha no fundo também. Eu tenho bastante ideias, só falta dinheiro. [risos]** *[E você pretende morar sempre aqui, deixar a casa para os futuros filhos?]* Eu **pretendo fazer uma coisa legal para ficar para minha irmã e sobrinhos, mas depois, se Deus quiser eu vou**

²²⁵ Tradução nossa de: “se observa que este mito replantea la relación del individuo con el mundo, con el entorno (el barrio), con el entorno más extenso y difuso (la periferia) y con la ciudad: La condición de poseedor le permite entrever de alguna forma el futuro”.

casar em breve, [risos], mas é para família mesmo. [*Mas você pretende continuar morando aqui? Mesmo depois que acabar de pagar?*] Eu pretendo passar em um concurso e trabalhar fora. Mas por enquanto... [...] [*Você está satisfeita por morar aqui?*] Eu estou, **só preciso de dinheiro para arrumar meu canto. Eu gosto daqui. Muitas pessoas falam que não gostam, que não se adaptou.** Vizinha: eu no começo não gostei, **achava tudo longe, porque eu morava perto do centro, era tudo perto. Agora tenho que pegar ônibus lotado, agora que estou me acostumando.** Sara: Mas eu gosto daqui, desde o começo. **Me adaptei assim que mudei. Não senti tanto, antes de vir, eu ficava imaginando as dificuldades de pegar o ônibus, mas depois que eu cheguei aqui, me adaptei muito rápido.** [*E se você pudesse escolher morar em qualquer bairro aqui de Prudente, que você pudesse escolher, onde você escolheria?*] Eu por enquanto, **estou bem onde eu estou.** É lógico que a gente, né?! Procura... [*Não tem nenhum bairro de Prudente, que você fala: 'queria morar ali!'*] **No condomínio seria ótimo né, quando eu ficar rica só.** (risos). Mas eu estou satisfeita, a minha casa é gostosa, *arejadinha*. **Lógico quando estava com minha irmã, meu sobrinho, você vê que é pequeno, mas se tiver condições dá para aumentar,** dá para fazer um espaço gostoso, **só que precisa investir,** só que é caro, mas estou satisfeita aqui por enquanto. [*E o que você acha se te dessem a seguinte opção: se o governo te garantisse morar no condomínio, a casa não seria sua, mas ele iria pagar o aluguel para sempre, ou ter a casa própria aqui? Qual você escolheria?*] **Eu escolheria aqui, na minha casa. Apesar que você pode alugar essa casa e... (risos) Fazer dinheiro!** [*Não. Era um ou outro! [risos] ou morar no condomínio de aluguel, ou aqui..*] Não, **na minha casa!** [Sara, 33 anos, desempregada, Residencial Cremonezi, Presidente Prudente – 11 de março de 2017]

Outros dois aspectos presentes na narrativa de Sara, decorrentes da localização do Residencial Cremonezi, precisam ser discutidos: o primeiro deles é relacionado as diferenças de percepção quanto à facilidade de adaptação aos novos espaços de moradia, de acordo com a localização de sua residência anterior. Sara que morava anteriormente no Jardim Monte Alto²²⁶ e relata ter acostumado facilmente ao deslocamento por ônibus, ao contrário de sua vizinha, que morava no centro e agora busca adaptar-se à nova rotina. O segundo aspecto é o de que se reitera o consenso entre pobres e ricos quanto ao espaço de cada um na cidade, como anteriormente evidenciado por Silvio.

Para Lindón (2005, s/n), as formas de habitar, “como aqueles sistemas de relações que o habitante estabelece com o espaço habitado, incluindo condutas ou práticas, mas também, representações e significados relativos ao espaço habitado”²²⁷ (ALLEN, 2003 *apud* LINDÓN, 2005, s/n), a levou a encontrar nas periferias que analisou, “várias formas

²²⁶ Situado na zona oeste da cidade, a aproximadamente seis quilômetros distante a do centro.

²²⁷ Tradução nossa de: “como aquellos sistemas de relaciones que establece el habitante con el espacio habitado, incluyendo conductas o prácticas, pero también, representaciones y significados relativos al espacio habitado (Allen, 2003).”

de habitar com territorialidades multiescalares e nas quais o mito da casa própria às vezes se desfigura e outras se potencializa”²²⁸ (idem), apresentando duas dessas formas de habitar pela relação que têm com o mito da casa própria: “o habitar utópico introvertido”²²⁹ (idem) e o “habitar de rejeição atópico”²³⁰ (idem).

No “habitar utópico introvertido”, em um micro lugar, que é a casa, “o sentido do lugar mantém a união entre a “casa” e a “propriedade”²³¹ (idem). A casa própria é visualizada como um “mito alcançado e por isso, se torna no símbolo do progresso familiar”²³² (idem), “neste habitar se constrói subjetivamente a ‘casa própria’ como algo mais que o simples lócus, começa a construir-se como um lugar”²³³ (idem), como nos contou Josefa:

*[E o que a senhora achou de aspecto positivo assim que mudou? A senhora mudou pra cá, e falou: nossa, que bom!?!] Aqui **mudou bastante, porque sobra o dinheiro do aluguel que eu pagava. Dava pra gente sobreviver, antigamente não sobrava nada. Agora sobra bastante, que dá pra gente... até inclusive eu fiz o meu muro.** [...]. [E comparando o bairro com o lugar que a senhora morava antes, o que a senhora acha de positivo e negativo?] **Eu não acho nada. Eu acho positivo.** Tudo de bom na minha vida que aconteceu, eu nem acredito. **Tem vez que eu estou dormindo no meu quarto, eu falo: “não acredito que a casa é minha!” [com lágrimas nos olhos].** Eu não estou acreditando até hoje. **Pra mim isso é um sonho.** É um sonho, um sonho que realizei até a morte! [Josefa, 53 anos, cuidadora, Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, Presidente Prudente - 17 de agosto de 2016]*

Diferentemente do modelo atópico, no habitar utópico, “a casa própria toma um sentido complexo. Por um lado, é um bem intercambiável no mercado, mas também é uma posse material e ainda tem outro aspecto que de certa forma sintetiza os dois anteriores. Permite imaginar um futuro”²³⁴ (LINDÓN, 2005, s/n).

No modelo que denominou de “habitar de rejeição atópico”, não interessa ao sujeito “estabelecer um vínculo com esse território, nem projetar um futuro ali. Seu espaço de vida é concebido como uma mera ‘localização’, um local no qual se está em

²²⁸ Tradução nossa de: “*varias formas de habitar con territorialidades multiescalares y en las cuales el mito de la casa propia a veces se desdibuja y otras se potencia*”.

²²⁹ Tradução nossa de: “*habitar utópico replegado*”.

²³⁰ Tradução nossa de: “*habitar del rechazo atópico*”.

²³¹ Tradução nossa de: “*el sentido del lugar mantiene la unión entre la “casa” y la “propiedad*”.

²³² Tradução nossa de: “*mito logrado y por ello, deviene en el símbolo del progreso familiar*”.

²³³ Tradução nossa de: “*en este habitar se construye subjetivamente a la “casa propia” como algo más que el simple locus, empieza a construirse como un “lugar”*”.

²³⁴ Tradução nossa de: “*La casa propia toma un sentido complejo. Por un lado es un bien intercambiable en el mercado, pero también es una posesión material y aun tiene otro aspecto que de cierta forma sintetiza los dos anteriores: Permite imaginar un futuro.*”

um presente, ainda que esse presente se prolongue no tempo sempre se vive como um agora²³⁵” (idem). A casa própria se fraciona em propriedade por um lado e, por outro, a casa, sendo o que se valoriza nesse caso, “não é a casa, mas sim ter uma propriedade que pode entrar na lógica do mercado, ser vendida e assim gerar os recursos para acessar a outra casa²³⁶” (idem). Tal rejeição ficou evidente no depoimento de Nice, que apesar de não gostar do atual espaço de moradia, o Residencial Cremonesi, afirma “eu prefiro aqui”, visto que a nova casa é uma segurança para seus filhos:

[Vocês estão satisfeitos por morar aqui?] Nice – Não. **Eu não gosto. Igual eu falei, é costume**, não que a gente goste, acaba acostumando. *[E o que você acha que é pior aqui?]* Nice – Tipo.... **Se fosse comunidade, deveria ser mais unido e não são.** [...] aqui são muito antissociais o povo aqui. *[E se você pudesse escolher morar em qualquer bairro em Prudente, qual você escolheria?]* Nice – Santa Mônica. Marlon – Ah, onde eu morava né. (Vila Marcondes) *[E se te dessem a seguinte opção: Você morar na Santa Mônica, e você morar na Vila Marcondes, mas um aluguel pago pelo governo para sempre, você teria a garantia do aluguel ser pago lá...]* Marlon- Aqui ou lá?. *[Morando lá, mas a casa não seria sua, é só um aluguel pago pelo governo.]* Nice – Não, então **eu prefiro aqui.** Marlon – Eu prefiro aqui então né. Nice – Eu penso assim, **eu por ser mãe, quem gostaria de morrer e não deixar uma casa para os filhos?** Porque eu penso assim, a gente está aqui agora, mas daqui 5 minutos ninguém sabe, **e deixar os filhos desamparados**, entre partes né, porque não fica totalmente desamparado, **mas não existe coisa melhor por você ter a sua casa. Eu agradeço a Deus por ter me dado a minha casa, quem me deu a minha casa foi Deus, mas o local é muito estranho.** [Felipe, 16 anos, estudante, Nice, 35 anos, dona de casa e Marlon, 14 anos, estudante, Residencial Cremonesi, Presidente Prudente - 11 de março de 2017]

As iniciativas dos moradores das novas periferias que analisamos, reunidas nos fragmentos do *Facebook* e nas entrevistas, nos indicam que a casa própria, enquanto mito, pode assumir significados diferentes para seus habitantes, de acordo com sua trajetória de vida e experiência da/na cidade. Assume a forma de um simples bem valorizável adquirido no mercado e que poderá ser negociado assim que possível. Significa uma conquista, a despeito dos muitos problemas cotidianos, quer seja construtivo, quer seja relacionado à distância ou mesmo à insuficiência dos serviços, sendo as reivindicações e articulações para solucioná-los potencialmente insurgentes, como analisaremos na seção seguinte.

²³⁵ Tradução nossa de: “*Su espacio de vida es concebido como una mera “localización”, un sitio en el cual solo se está en un presente, aunque ese presente se prolongue en el tiempo siempre se vive como un ahora.*”

²³⁶ Tradução nossa de: “*no es esa casa, sino tener una propiedad que puede entrar en la lógica de mercado, ser vendida y así generar los recursos para acceder a otra casa*”.

3.3. O Facebook: entre insurgências e interesses diversos



FOTO 61 - Feira livre no Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, Presidente Prudente, 2017.

Fonte: Trabalho de campo, 2017.

FOTO 62 – Festa Junina no Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, Presidente Prudente, 2018.

Fonte:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1798212460270269&set=pcb.2108561562738410&type=3&theater&ifg=1>.

Neste domingo na festa Julina teremos sensacional bingo com vários prêmios além de prêmios gratuitos para sorteios. Também teremos Vale lanches e refrigerante do Caçula lanche e Delivery La - Chapa. [Emerson Santos – 29 de julho de 2017 – grupo fechado no *Facebook* “João Domingos Netto – oficial”]. Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1432652393492946&set=pcb.1919774068283828&type=3&theater&ifg=1>

Durante as entrevistas realizadas com os cidadãos residentes nesses novos espaços, juntamente com suas publicações no *Facebook*, muitas das quais buscavam minimizar os efeitos decorrentes da situação espacial na qual estavam ou mesmo daqueles decorrentes de problemas construtivos, nos levaram a questionar se seriam evidências da preponderância da lógica neoliberal, ou se suas publicações teriam um potencial para gerar reações que subvertessem os processos resultantes da referida situação espacial, possibilitando novas articulações, como foram aquelas publicações referentes à organização de festas coletivas e implantação de feira livre, como registradas nas FOTOS 62 e 63 que abrem essa seção.

Preliminarmente, consideramos importante assinalar que, embora tenham grupos fechados no *Facebook* relacionados aos conjuntos habitacionais tanto em Presidente Prudente quanto em São Carlos, há diferenças quanto ao conteúdo e acessos quando comparamos os grupos fechados “João Domingos Netto – oficial”, com 9.184 membros, de Presidente Prudente e os de São Carlos: “Planalto Verde Bairro”, com 1663 membros até novembro de 2018 e o “Residencial Eduardo Abdelnur”, com 1489 membros até março de 2018²³⁷.

As publicações referentes à compra e venda de produtos e serviços estão presentes em todos os grupos observados. No entanto, aquelas que articulavam/organizavam esses moradores, foram observadas apenas durante os primeiros dias após a entrega das unidades habitacionais do Planalto Verde, em São Carlos e, embora com menor peso, continuaram presentes no grupo fechado do João Domingos Netto.

Há ainda outras formas de participação nessa rede social, como é o caso do Residencial Cremonezi, que aparece como “local” e tem apenas 3 curtidas e 2 *check-ins*. Além disso, junto com os Residenciais Bela Vista e Tapajós, está na rede como um perfil, com o nome “Residenciais Bela Vista Tapajós e Cremonezi”, tendo como responsável a presidente da associação de moradores desses três conjuntos habitacionais, Elisângela²³⁸. Para acompanhar as notícias veiculadas, como informações sobre ofícios enviados e pedidos realizados à prefeitura, é necessário “solicitar amizade”²³⁹. O Jardim Panorâmico e Zavaglia não estão na rede, seja como “grupo fechado”, “página”, “local” ou “perfil”

²³⁷ Observamos que esse grupo foi excluído do *Facebook*.

²³⁸ Entrevistamos Elisângela em 08 de maio de 2017.

²³⁹ Nesse caso, os residenciais não estão como “página”, mas sim como “perfil”, como se fosse um perfil privado e para acompanhar as publicações é necessário ser seu amigo virtual.

Pelas entrevistas, soubemos que o Residencial Planalto Verde, único grupo fechado referente aos conjuntos habitacionais de São Carlos ainda presente no *Facebook*, pouco publica denúncias devido à existência de um grupo no *WhatsApp*, restrito aos moradores, utilizado como uma ferramenta para troca de informação, serviço, venda e controle, como nos contou Irene:

[*E o que você acha do grupo?*] Acho muito bom. Acho bom, porque, por esses dias tinha um ladrão que invadiu na casa de uma moça e a moça rapidamente pediu socorro pelo grupo que, de repente esparramou e foi rápida a atitude de chamar a polícia e vir. Achei muito bom. [*Conseguiu pegar o ladrão?*] Conseguiu pegar. Pelo grupo, porque aí... na hora que entrou o socorro da moça, o povo estava online e perguntou pra moça o que aconteceu, enquanto falava [por gravação de áudio, disponível nessa rede social], o outro chamava a polícia e tudo aconteceu... Eu achei bom. Foi uma coisa que chamou muita a minha atenção. E aí no grupo, se você pede assim: “alguém sabe de alguém que coloca um portão por preço em conta?” Alguém indica. “Conhece alguém que cuida de criança?” Alguém indica. Entendeu? [*No grupo do Facebook?*] Não. Do *WhatsApp*. [*Do WhatsApp é por rua, ou não?*] Não. O grupo é geral. Tanto que chama Condomínio Planalto Verde no *WhatsApp*. Ai só quem é morador que participa. [*E fica fechado?*] Fica. Só para o morador daqui mesmo. Aí se põe alguém de fora e não é daqui, é tirado. [*E chega a ter publicação de alguma coisa de alguém vende um bolo diferente e aí...*] Isso. Eu sou uma que coloca: “minhas tortas estão prontas!” Tem venda, a gente entrega, é bom. Ajuda bastante. [Irene, 51 anos, dona de casa, Residencial Planalto Verde, São Carlos]

Destacamos que a abrangência maior do grupo fechado “João Domingos Netto – oficial” está relacionada tanto à via de mão dupla estabelecida entre o seu criador, Emerson²⁴⁰, com a prefeitura, que também soube utilizar esta ferramenta para estabelecer um canal de comunicação com os sorteados, quanto à sua personalidade engajada, destacada em outros momentos por Silvana Trevisan²⁴¹, e constatado durante nossa entrevista. Observamos o alcance dessa rede social, quando Emerson nos explicou o motivo de sua criação, demarcando três distintas fases nesse grupo fechado. A fase inicial tinha por objetivo possibilitar que seus futuros moradores conhecessem seus vizinhos e se organizassem para dividir gastos com a construção dos muros entre as residências. Uma segunda fase, marcada por reivindicações sem algum tipo de filtro que impedisse publicações falsas, e uma mais atual, no qual prepondera a publicação de ofertas de venda

²⁴⁰ Presidente da Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, entrevistado em 12 de maio de 2017.

²⁴¹ Responsável pelo Trabalho Técnico Social em três lotes no Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, e nos Residenciais Bela Vista e Tapajós, conforme abordado na seção 1.3 do capítulo 1 dessa tese.

e troca, muito embora aquelas convocando os moradores a se organizar para algum tipo de protesto ainda estejam presentes:

[E quanto ao grupo do Facebook? O que você pensa sobre ele? Até que ponto ele ajuda ou atrapalha?] Na verdade foi uma coisa muito sem pensar. [...] Foi assim: ocorreu o sorteio das casas, mas não tinha nem previsão para a entrega das chaves. **Só tinha os contemplados. Qual a ideia inicial? Existia já um grupo que as pessoas queriam se encontrar, pra achar os seus vizinhos pra dividir os custos com o muro.** Até aí, super bacana. Entrei no grupo, participava, mas eu via que o grupo não funcionava, não produzia. As pessoas não adicionavam, não entravam, e eu não entendia o que acontecia. **A administradora não fazia funcionar. Aí eu peguei e criei o grupo.** Como o dela chamava João Domingos Netto, eu **chamei o meu “João Domingos Netto – oficial”.** Por que? O que fiz antes? **Eu entrei em contato com a prefeitura,** não me recordo o nome da pessoa responsável na época, da página da prefeitura, para que eles **divulgassem o link do grupo que eu criei no Facebook,** para que lá também fosse um **veículo de comunicação da prefeitura** pra informar aos moradores, através do grupo, sobre data de sorteio, sobre qualquer tipo de informação. E eu pedi que eles divulgassem o grupo, para que as pessoas aderissem ao grupo também. **Porque todo mundo que queria saber de informação tinha que entrar no site da prefeitura, era uma maneira de se comunicar.** E a prefeitura tornou oficial de fato, porque **colocaram o meu grupo no site deles.** Então as pessoas começaram a entrar, acessar e foi um efeito... **foi viralizando. Depois que todos estavam morando aqui, eu tive que dar direcionamento para o grupo, porque começou a virar uma baderna. Muita briga, confusões....** Começou a tomar uma proporção muito grande, o que você precisava fazer? Intervir. E você chamava a atenção e as vezes não funcionava. E aí pra resolver o problema tinha que bloquear, banir a pessoa do grupo. [...]. **Só que hoje ele acabou virando uma utilidade pública!** Porque todo mundo que mora aqui no bairro, e todo mundo que tem o seu **comércio, tanto aqui quanto fora, aqui da zona norte, vende os seus produtos para os moradores daqui.** Você entra no grupo hoje, você só vê: “marmitex”, “salgadinho”, “ração”, “material para construção”. Então tudo o que precisa, tem ali. **As pessoas querem saber se tem médico no postinho, as pessoas perguntam ali. Sempre tem alguém que informa.** Então virou assim... [*Um local de encontro virtual?*] Sim. Informativo! Tipo um jornalzinho virtual. Então as pessoas compram, vendem, pedem doação de roupa de bebê, fazem troca, vende carro, vende moto. O que você imaginar, que nem uma feira de rolo acontece no João Domingos. Com a questão que é um grupo destinado ao bairro.

As muitas possibilidades de uso dessa rede social ficam evidentes nas suas respostas, tanto positivas, como negativas. Como ele mencionou, o *Facebook* serviu como ponto de encontro entre os moradores do João Domingos que estão segregados socioespacialmente mas que, a partir dessa rede social, puderam conhecer seus vizinhos e assim combinar despesas futuras, como a construção dos muros entre as casas. Nessas práticas podemos identificar estratégias significativas e esforços de antecipação. Mas é

utilizado também como uma espécie de mural virtual, no qual podem obter informações sobre o que está acontecendo no conjunto habitacional ou mesmo no posto de saúde, mesmo que não estejam presentes, e ainda contratar serviços e adquirir produtos, movimentando os mercados próximos, que realizam entregas nessa área.

Há também os aspectos negativos, como a dimensão que alguns boatos ou *Fake News* podem adquirir. Nesse sentido, é dramático o caso do espancamento de um morador, provocado pela postagem de uma vizinha, que não passava de um boato. Sem chegar a descrever ou comprovar o suposto estupro de uma criança, ela mencionava a presença de um homem que seria responsável por tal ato, passando-se por deficiente físico e circulando pelas ruas do bairro. A reação violenta foi rapidamente desencadeada, culminando no espancamento do morador que realmente era deficiente físico e não havia cometido crime algum²⁴². Numa espécie de tribunal virtual, outros moradores queriam saber o que aconteceu e manifestavam-se: “Por quê tarado? O que aconteceu?”, “Sabe a onde ele mora, pra nós *dar um pau* nele?” Outros defendiam o emprego dos procedimentos legais e o recurso às instituições responsáveis: “Tem que chamar as autoridades. Sei que o povo se revolta, pois quem não fica indignado com isso tudo? Nossas crianças a mercê de vagabundo, mas justiça com as próprias mãos também não é justiça!” ou “Ele seduziu alguma criança do bairro? Chamou a polícia?”

O caso teve uma grande repercussão, atingindo centenas de comentários que envolviam inclusive, novas práticas violentas voltadas à suposta responsável pelo boato, dos quais são exemplos: “Gente, o que está acontecendo no JDN? Cheio de polícia, coisas estranhas acontecendo aqui. Alguém sabe de algo????”; “Deve ser por causa de uma desocupada que causou tudo isso”; “Verdade, a culpada é a Nunes, desocupada, sem noção”; “Agora tem que ir atrás dessa Nunes, isso sim”; “Disseram que o homem é deficiente de verdade, quebraram a muleta dele batendo nele e dizem que ele tem esquizofrenia, quanta maldade! Não sei se vocês viram, mas na postagem dela um cara perguntou onde o homem morava que ele ia lá dar um pau nele, ela deve ter passado o endereço”; “Tem que pegar essa vaca e dar umas nela”; “Ela se for no mínimo esperta não sai mais de casa, porque está jurada já”; “Tem é que vazar do bairro depois do que fez”.

²⁴² Em entrevista com a Secretária de Assistência Social (já citada) nesse período, soubemos que esse morador vivia em condição de vulnerabilidade extrema num *lixão* da cidade, quando foi contemplado com a casa própria no João Domingos Netto.

Embora Caldeira (2000) tenha escrito em período anterior, em que não era clara a capacidade de potencialização das redes sociais, relacionamos tal ocorrência violenta com a “fala do crime” proposta pela autora: “A fala do crime - ou seja, todos os tipos de conversas, comentários, narrativas, piadas, debates e brincadeiras que têm o crime e o medo como tema - é contagiante” (p.27). Dessa maneira, os moradores a internalizaram através dos comentários e demais postagens, alimentando “um círculo em que o medo é trabalhado e reproduzido e no qual a violência é a um só tempo combatida e ampliada” (idem). Além disso, o dilema entre “fazer justiça com as próprias mãos” e recorrer às instituições responsáveis pela “segurança pública”, como a polícia e a justiça, decorrendo na predominância trágica da primeira opção, pode expressar novas indefinições acerca das responsabilidades do Estado nesses espaços recentemente produzidos por uma “política habitacional de mercado” (SHIMBO, 2010), com base na qual as atribuições privadas assumem importante proeminência e combinam-se à tendência global de hegemonia neoliberal que vai muito além de “uma ideologia, um tipo de política econômica” (DARDOT e LAVAL, 2016, p.7), caracterizando “um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (idem, p.7).

Acompanhando essas redes sociais, observamos também sua utilização como um canal direto de cobrança de um posicionamento junto às autoridades locais evidente em uma das postagens sobre acidente ocorrido na entrada do Residencial Tapajós em 14 de março de 2016:

- Acabou de acontecer um grande acidente na entrada do [Residencial] Tapajós com [Residencial] Cremonezi, aquela entrada que está uma buraqueira danada. O motorista foi desviar do buraco, perdeu o controle e bateu em uma lixeira, em seguida em um poste. Aquela entrada ali está um perigo. Amanhã cedo vou gravar um vídeo, graças a Deus a pessoa sobreviveu, antes que morra alguém tem de ser feito alguma coisa, **porque com vereadores não dá para contar.**
- Hoje **peguei o WhatsApp do prefeito**, o número de celular dele, mandei um jóia bem grande para ele, ele não me respondeu, mas ele visualizou. A foto do *WhatsApp* dele, ele está careca.
- Alguém tem que fazer alguma coisa, **vai ter que ser eu, não é. vereador não, só não dou um jeito de ligar para a Dilma porque o negócio está louco para o lado dela.** Esta semana teremos uma

novidade, o fusca patrulha, Aguardem!!! (Mattos²⁴³, 14 de março de 2016 – grifos nossos - em Residencial Tapajós Pr²⁴⁴)

Sem desconsiderar a importância da denúncia, outros dois elementos presentes nesta postagem nos chamaram a atenção: o suposto grau de exposição/acesso às autoridades por meio das redes sociais²⁴⁵ e o fato dos problemas dos novos espaços residenciais favorecerem a visibilidade de pessoas que pretendem ingressar na carreira política.

Além de Mattos, autor desta reclamação, há ao menos outros dois pré-candidatos a vereador, que através de suas denúncias e propostas²⁴⁶, pretendiam favorecer sua candidatura a vereador para as eleições municipais de 2016, como pode ser observado nos fragmentos que extraímos do grupo fechado no *Facebook* “João Domingos Netto (oficial)”. Na primeira narrativa, Cajo²⁴⁷ questiona a presença de outros políticos na reunião que tinha como pauta a organização da feira no bairro, visto que ele foi repudiado por alguns moradores por estar se promovendo como candidato a vereador, às custas dos seus problemas:

“Boa noite a todos do bairro! Amanhã no bairro haverá uma reunião política. Foi falado que só estaria nessa reunião os moradores e os secretários, segundo Nogueira. Mas amiga Nogueira, vai vir a maioria dos vereadores que aí estão. E aí, como fica? Será que vocês vão falar que são oportunistas ou vai defender gente de fora? Eu, como pré-candidato, eu ia respeitar os moradores do bairro, mas pelo que vejo esse não foi o falado e sim que seria uma reunião com promotor de justiça e os secretários. Tem alguma coisa aí de errado!!!” (Cajo, 06 de abril de 2016)

- Meu Deus, já começou a briga... E nós do bairro, ficamos como? (Castilho)

- Pior... Sabe Isa, estou pensando nos problemas das casas, ônibus, saúde e escola para todos. Não sou candidata. Enquanto uns e outros só querem se eleger, atacando quem não tem nada com política. Se querem o bem para o bairro, pensem em nós em primeiro lugar, que não tem nada com política. (Nogueira)

²⁴³ Temos indícios de que Mattos era um pré-candidato a vereador, o que gerava reações negativas de alguns moradores, especialmente quando se propunha a participar das reuniões articuladas pela associação de moradores do Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto para tratar dos problemas do bairro, pois é morador do Residencial Maré Mansa, em área periférica já consolidada, localizada na zona norte da cidade.

²⁴⁴ Consideramos importante destacar como um ‘local’ no *Facebook* pode ter o mesmo nome em diferentes coordenadas geográficas. Observamos que ao procurar por “Residencial Tapajós” no *Facebook*, há diferentes opções: em Bauru, Londrina, Manaus e Campo Grande. Para se diferenciar dos demais, foi acrescentado um “Pr” ao final do nome, possivelmente em alusão ao nome da cidade, Presidente Prudente.

²⁴⁵ Enviar uma mensagem por meio do aplicativo *WhatsApp* para o prefeito municipal e para a Presidente da República, Dilma Rousseff, caso tivesse o número do celular dela.

²⁴⁶ Sempre acompanhadas de postagens de moradores que repudiavam tais “pré-candidatos”.

²⁴⁷ Acompanhando as postagens no grupo fechado, constatamos que este usuário tem outro perfil nessa rede social, nomeado como E. Lima.

- Eu não quero saber dessas pecinhas. Só sei que vai ter reunião amanhã. Uma reunião para ver o que possam fazer de melhorias. Pra nós, principalmente a feira livre. Tanto é que o Adriano da SEDEPP vai vir, eu vou ser a primeira a meter a boca, se isso for verdade. Boa noite! Gente, acabei de saber que a reunião é para discutir e resolver problemas do bairro. Vai ter várias pautas, inclusive sobre a feira. Então, não vamos nos desesperar. Se alguns vereadores forem mesmo, eles vão de atrevidos, só para ter votos. Mas essa questão em outubro a gente resolve nas urnas. (Lima)
- Mas desde o início eu disse que seria sobre questões do bairro. Tanto é que citei que nem o promotor e nem eu somos candidatos. A nossa única atenção tem que ser voltada a ele. Por isso, peço a todos que, se pudermos, vamos ouvir primeiro o que ele vai falar e depois tirar todas as dúvidas. (Nogueira)
- Apoiado, é o mais correto. (Dias)
- Isso mesmo. Tomara que não vá nenhum porco espinho estragar tudo. (Lima)
- Tem gente que fica postando o que está acontecendo na cidade, falando que está preocupado com a população do João Domingos, mas gente: fiquem espertos! Porque tem gente do lado de lá, vamos dizer, lá da zona leste, querendo ser presidente de bairro aqui, através de certas pessoas. Cuidado, porque é ano de eleição municipal. A gente tem que eleger pessoas que não são oportunistas... Vamos eleger candidato que vai olhar por nós aqui no bairro. Não tenho nada contra você, Cajo, mas você fica falando demais nas costas dos outros. É o que eu penso. (Meira, 03 de abril de 2016).

Num contexto muito diverso, observamos, principalmente durante o período eleitoral municipal, o uso dessa rede virtual na promoção de possíveis candidatos, prometendo resoluções de problemas que, devido à complexidade própria da lógica neoliberal em que surgiram, que podem gerar dificuldade de distinção em relação à sua responsabilidade, em especial quando o acesso ao direito à casa própria passou a ser mediado pelo mercado. A superioridade atribuída ao setor privado, constatada por Dardot e Laval (2016, p.290), presente na concepção do Programa Minha Casa Minha Vida que, ao “‘terceirizar’ para o setor privado ora serviços públicos inteiros, ora segmentos de atividades”, provocou um embaralhamento frente ao qual, esses moradores têm dificuldade de discernir de quem é a responsabilidade pela garantia do funcionamento de escolas, postos de saúde, e mesmo quem poderia participar das reuniões para tratar desses problemas, se apenas promotores públicos ou também candidatos a vereador.

Na postagem a seguir, esse questionamento aparece quanto à presença de políticos na reunião que trataria da organização da feira no bairro. Porém, há comentários de alguns moradores discutindo a importância da presença de um promotor público para tratar de outros assuntos também relevantes, como educação, saúde e transporte, o que nos levou a questionar se haveria indícios de uma consciência do direito à cidade que não estaria

sendo respeitado, corroborando a análise de Holston (2013, p.22) de que “os mais entrincheirados regimes de cidadania desigual podem ser desfeitos por movimentos de uma cidadania insurgente” (idem):

“Pessoal, me tirem uma dúvida: amanhã às 19h30min terá REUNIÃO aqui no Postinho sobre a feira livre ou sobre candidatos e pré-candidatos as eleições?????” (Tinta, 05 de abril de 2016).

- Sei que às 19h30min é sobre a feira (Cristina)

- Então.... É que estou vendo outras postagens sobre outra reunião neste mesmo horário!!!! (Tinta)

- Tinta, NOSSO OBJETIVO É A FEIRA. SE FOREM FALAR OUTRAS COISAS QUE ME INTERESSE, EU FICO. SENÃO, VOLTO PARA O MEU LAR. (Lima)

- Eu vou à reunião da feira, até porque já dei meu nome para vender peixes e roupa, mas na outra não vou. Porque falaram que era uma reunião para discutirmos coisas do bairro entre moradores e secretário e o promotor público, aí postaram que não ia ter políticos. Aí já me falaram que vai estar a corja toda lá de cima!!!! (Cajo)

- Eu estou fora de Política!!! Gente, vamos focar em nossos objetivos!!! Feira livre para nosso bairro! (Tinta)

- Acontece que tem muita gente que fala demais e se dói demais, aí já começa a falar que é reunião de política, de candidato e tal... Bom, uma certa pessoa que está participando deste *post* com comentários me bloqueou, mas mesmo assim eu sei o que ele comentou. Alguém quer ser vereador e diz que vai vencer a guerra? Que guerra? **Guerra pra ver qual vai ser a maior feira de Prudente? Por acaso o JDN é outra cidade? Por acaso o vereador do bairro JDN só lutará por interesses do JDN?** Outros bairros que se danem? **Esquece que nasceu e cresceu em outro bairro? Esquece que tem amigos e familiares em outros bairros? O prudentino vota em um candidato que vai legislar em Presidente Prudente, que vai lutar por interesses de todos os prudentinos, claro, que com ênfase maior na região em que mora por viver todos os dias os problemas e necessidades de sua região,** mas sinceramente Frango Carijó, tá feio este seu circo! E um detalhe, nada mais justo ter vereadores e políticos em TODAS as reuniões de bairro da cidade, afinal **vereadores e prefeitos são eleitos para a cidade** e não é porque você quer ser político (kkkk) que os vereadores não têm o direito de participar e ter um espaço para serem cobrados e dar explicações sobre suas legislaturas aos seus eleitores! (Jardim – grifos nossos)

- Pessoal, **não só a feira, a escola, o posto também.** Estão prontos, **até quando vai ficar fechada a escola? Abrindo, vai melhorar ate o ônibus!** Já será um pessoal que não vai precisar pegar pra levar crianças pra escola. **E os Correios?** Que só ouvi comentário e até agora nada... (Caetano)

- Postaram que era com um promotor. Então ele pode resolver sobre a escola e assim desafogar os ônibus. Vamos pensar e falar sobre isso também, a união faz a força! (Caetano)

- Vamos todos para reivindicar os problemas do bairro, e cobrar para que eles resolvam. (Zocante)

Embora essa publicação expresse uma intensa desconfiança quanto à política no sentido partidário, por parte dos moradores desses novos conjuntos habitacionais,

observamos que outras articulações são fomentadas tanto nessa rede social, que não se limitam à melhoria no transporte, saúde ou educação, mas envolvem também àquelas relacionadas aos referidos problemas construtivos. Assim, alguns passam a se livrar de trincos/rachaduras por conta própria, enquanto outros investem na articulação coletiva junto ao Ministério Público. Isso é variável em cada cidade, particularmente no que se refere ao estímulo ou à limitação das potencialidades do surgimento de insurgências ou de uma conscientização sobre o “direito à cidade” que seja capaz de superar a poderosa tendência à individualização própria do neoliberalismo, que pauta a “nova razão do mundo” de que nos falam Dardot e Laval (2016).

O alcance dessa rede social foi problematizado por, Silvana Trevisan, responsável pelo trabalho técnico social em três lotes do conjunto habitacional Jardim João Domingos Netto e nos Residenciais Bela Vista e Tapajós:

Porque não é todo mundo que usa *Facebook*. Você tem gente lá que não tem computador, que não sabe ler. [...] então, eu acho que é um dos grandes problemas, olha o que era muito mais fácil nos outros conjuntos habitacionais [menos extensos, como o Bela Vista, que ela trabalhou, por exemplo] era essa comunicação. Era fácil! Eu fazia um ofício e colocava embaixo das portas, o cara entregava rapidinho. Você entendeu? Nas portas, falava e as pessoas liam. Lá é muito. É uma cidade! Então você precisa ter canais de comunicação. Então, às vezes uma parte pelo *Facebook*, outra parte com e-mail, outra parte com o mesmo comunicado escrito, outra parte, sabe... talvez com carro de som.

Contraditoriamente, a combinação entre elevado número de moradores, distância socioespacial e uma presença incisiva dos agentes locais responsáveis pela implementação do Trabalho Técnico Social (TTS) contribuiu para o fortalecimento não apenas do grupo fechado “João Domingos Netto – oficial”, como também para o surgimento da associação de moradores dos conjuntos habitacionais de Presidente Prudente, que concentram um elevado número de unidades habitacionais, sendo 791 nos Residenciais Bela Vista, Tapajós e Cremonezi e 2.343 no João Domingos Netto. Durante entrevista, Silvana ressaltou o esforço do TTS em fortalecer a comissão de moradores, por um lado, e, por outro, o período pré-eleitoral para as eleições municipais, favorecendo a emergência de pré-candidatos a vereador, que procuram explorar os problemas do bairro para conseguir uma certa visibilidade, gerando desconfiança:

[quanto à associação de moradores] ...está engatinhando. Outra coisa, é um momento político-partidário, então tem muitos ali que querem se aproveitar dessa condição pra se eleger vereador. [Já tem isso também?] Já tem. Então, tem uns que querem... [...] E a comissão, essa comissão que está, que são esses elementos, eles são bem esclarecidos, eles não

têm nada com a questão política partidária, eles estão ali pensando no bairro, na organização, no planejamento. Então você tem alguns moradores que querem só nesse sentido, sabe?! Então, eles estão meio recuados assim, até passar esse período de... [...]. Até porque a política não está ainda definida, mas eu já conversei com esse pessoal aqui, que um dos caminhos que eu via, era fazer isso! Era chamar todos eles, que querem ser vereadores pelo [Conjunto Habitacional Jardim] João Domingos Netto. Mas aí, eu fico pensando assim: nenhuma dessas pessoas se envolveram com a comissão. Então, vai chegar agora e falar: “agora eu quero ser vereador!” Porque você teve um pessoal que realmente lutou pelo bairro, lutou pela.... Sabe?! [Sem interesse...]. Não, com interesse partidário! Há uma intenção política no sentido de ter um projeto de sociedade, de ter um bairro que realmente esteja incluído na... sabe? Mas não com interesse partidário. Então, a comissão fica bastante desconfiada disso. “Ah, agora a pessoa está lá. Não se envolveu em nada no bairro e agora está pedindo voto pra gente votar e....”. [Entrevista com Silvana Trevisan, 20 de julho de 2016]

Um ano após essa entrevista, constatamos que a associação de moradores, que funcionava em caráter provisório nos residenciais Tapajós, Bela Vista e Cremonesi, e também no Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, foi efetivada, e seus presidentes nos contaram o quanto as redes sociais auxiliam na divulgação das suas ações, devido à ausência de um espaço próprio e de condições para a realização das reuniões, mas sobretudo, pelo alcance das publicações, embora Emerson também reconheça que não atinge a 100% de seus moradores:

Que nem, a moradora [se referindo a vizinha que acabara de ir a sua casa, pedir o número do seu telefone, pois o padre queria falar com ele] fala assim: “ah, o padre é uma autoridade”. Tudo bem, ele é um padre, mas ele é um cidadão como qualquer outro, no meu ponto de vista, independente. O que difere ele de mim? Ele é um cidadão tanto quanto eu, e isso não dá privilégio pra ele, como não vai dar privilegio à nenhum outro morador. [Ela estava pedindo um favor para o padre?] Ela queria o meu telefone, porque o padre quer conversar com o presidente do bairro. Então se o padre quer conversar com o presidente do bairro, **nosso único caminho é o Facebook. Então ele me chama no imbox, liga pelo Messenger** e faz o que você fez. Marca uma reunião. Entendeu? Caso contrário, eu não atendo ninguém. **A minha casa não é a associação de moradores.** É a minha casa. Eu não posso transformar a minha casa em uma associação. Aqui é uma sede provisório em caráter de documentos, pra documentar, até que tenhamos uma que a prefeitura construa aí a área de lazer, com salas e a gente possa ocupar alguma sala, pra chamar de associação, uma área em que os moradores saibam que vamos atender X dias na semana. [...] O que acontece? As reuniões... como eu te disse, estamos num processo de legalização da associação[...]. Duas vezes ao mês, uma vez ao mês, pra gente poder ir ao encontro com os munícipes, com aqueles que tiverem interesse em participar, com a proposta que estivermos em pauta, para pode estar debatendo. **Porém a gente barra naquele problema: não temos onde realizar. Como vou fazer uma reunião num bairro com 10 mil, 12 mil, adultos, e que, Deus me livre guarde,**

resolva aparecer mil, como que chamo pra minha casa? Como falo com essas mil pessoas? Eu não tenho um espaço adequado, eu não tenho uma caixa de som, eu não tenho retroprojektor, eu não tenho telão, eu não tenho nada! Então é totalmente inviável. [...] [... nem todos conhecem...]. Não. Nem dá! Assim, não é que seja impossível, mas não dá! [Por isso a saída ser o Facebook...] **É a melhor saída! Sem ele a gente não consegue atingir... ainda assim eu acho que deva atingir uns 60, 70%! [Mas ainda é uma boa margem...]** Não! É uma margem.... É uma barreira... não podemos nos esquecer que temos vários idosos, pessoas que não tem conhecimento de *internet*. E tem várias pessoas que não têm condições de pagar *internet*. Aqui nós temos via rádio e fibra ótica, tem os planos de internet de operadora, porém se você tentar usar o seu celular, ele não funcionará, por um acaso agora tem sinal, mas é instável. Então você não consegue atingir todos. **Então um dos objetivos, e a gente ainda vai sentar pra estudar, que é como se comunicar com a população.** [Emerson, 33 anos, professor e presidente da associação de moradores do Conjunto Habitacional João Domingos Netto - 12 de maio de 2017- grifos nossos]

A presidente da associação dos moradores dos Residenciais Tapajós, Bela Vista e Cremonezi destacou o quanto as redes sociais, em especial o *WhatsApp* e o *Facebook*, facilitam a comunicação com seus moradores, quando se queixam de problemas e demandam melhorias necessárias ao bairro:

[E como que os problemas têm sido resolvidos? Há ajuda entre vizinhos, da construtora, ou é mais concentrado aqui mesmo?] Mais a associação, mais sou eu ou minha vice, ou as pessoas que não são da associação e me ajudam. *[E as pessoas entram em contato com você como? Vêm aqui?]* Eu tenho *WhatsApp*, eu tenho *face*, ou me param no meio da rua. Eles dão um jeito. *[Se alguém tem alguma reclamação pra fazer...]* Ai faz no *WhatsApp*! *[Você considera que são importantes, as redes sociais, para associação?]* Sim, a minha intenção, é que eu não tenho como. Seria ver um meio para poder divulgar mais, se eu tivesse um escritório, que eu pudesse fazer um *login* em alguma coisa, que chamasse mais a atenção, para que todos os moradores tivessem o *Facebook* da associação. **Porque para mim, é mais viável eu divulgar pelo *face* da associação, do que ir de porta em porta, batendo, tirando xerox com meu dinheiro, porque a associação não tem fins lucrativos.** Eu tenho que tirar, ir em porta em porta, colocar bilhete, tirar do meu bolso e ainda escutar o morador falando: “Eu não sabia, não veio na minha porta!”. **Então através do *face* eu poderia divulgar para todos.** [Elisângela, presidente da associação dos moradores dos Residenciais Bela Vista, Tapajós e Cremonezi, moradora do Residencial Bela Vista, 08/05/2017, em Presidente Prudente – grifos nossos]

Holston (2013, p.150) também atentou para aspectos semelhantes mas que guardam também muitas diferenças, quando demonstrou como os moradores de um dos bairros da periferia de São Paulo em que fez pesquisa, o Jardim das Camélias, expressaram a força de suas exigências a partir da fundação de células locais do Partido dos Trabalhadores (PT), no início dos anos 1980, e mantiveram às próprias custas, “uma

sala de reuniões no bairro – um fato notável, considerando-se sua pobreza – onde discutiam regularmente questões de seu interesse, mobilizavam moradores em torno de problemas comunitários [...] e organizavam campanhas eleitorais para candidatos do PT”.

Expressando uma das muitas potencialidades do uso dessas redes sociais, a publicação de Zocante²⁴⁸ feita no grupo fechado no *Facebook* dos moradores do Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto (FOTO 64), oferece um plano de transporte familiar, com preços variados, voltado ao atendimento de diferentes necessidades de deslocamento para serviços médicos. Trata-se, portanto, de um serviço especializado, cuja relevância se evidencia quando levamos em conta que o primeiro ônibus sai desse conjunto habitacional às 05h:50min em direção ao centro. Alguns hospitais e serviços de saúde, como o Hospital Regional (HR), Ambulatório Médico de Especialidades (AME), Hospital Estadual (HE) e Clínica de Fisioterapia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), não ficam em eixos distantes do centro, necessitando que peguem outro ônibus no centro para acessá-los. Alguns moradores relatam que, se tiverem consultas marcadas no primeiro horário, às 7h, não conseguem chegar em tempo, perdendo o serviço de saúde, agendado, na maioria das vezes, com certa antecedência. A partir do plano escolhido, de acordo com o serviço ofertado por Zocante, o morador poderá até mesmo ir à supermercados realizar compras, como pode ser visualizado no *post* e na foto publicados:

Olá a todos! Esse trabalho que estamos pretendendo realizar é um serviço sério em seu bairro. Como a primeira Festa Junina que foi realizada na frente da praçinha, é para dar mais comodidade a todos. **Pois sabemos que os ônibus nem sempre passam no horário e nem sempre se chega no horário das consultas médicas.** E por apenas R\$ 20,00 reais por mês sua família terá este conforto sem preocupação com mais transporte. Ligue nos telefones e se informe mais pois estamos aqui sempre para melhor atender. Ass: B. Zocante (Zocante, 6/11/2016 - Página no *Facebook*: “João Domingos Netto oficial - grifos nossos.)

²⁴⁸ Mantivemos apenas o último sobrenome dos autores das postagens. A despeito do caráter público do *Facebook*, nesse caso, se trata de grupo fechado, o que justifica tais cuidados.

Planos para sua família



Planos (A)
Buscamos e Levamos em clinicas, posto de saúde, Upas e AME. Valor R\$ 20,00 Mensal por Família.

Planos (B)
Buscamos e Levamos em clinicas, posto de saúde, Upas, AME, Tratamentos semanal em fono, fisioterapia e etc. Valor R\$ 35,00 Mensal por Família

Planos (C)
Buscamos e Levamos em clinicas, posto de saúde, Upas, AME, Tratamentos semanal em fono, fisioterapia e etc, Compras em supermercados,. Valor R\$ 45,00 Mensal por Família

Em Todos os Planos inclui a Busca fora de horário ou quando o cliente tiver alta médica em hospitais ou clinica médicas sem agendamento.
Todo Transporte dos planos tem que ser agendados 3 (dias) antes pois temos que fazer rotas.
O Único que não tem agendamento é a busca de alta médica.

Nato Transporte
Rua Edson Gonçalves Drimel Nº93
João Domingos Netto Cep 19036-140
Fone: 99820-9448 99625-7739

**João Domingos Netto,
Residencial Tapajós e Cremonezzi**

Chegou o Transporte rápido e fácil para você..
Nato Transporte veio trazer mais conforto e qualidade nos atendimento médicos e exames médicos.
Sua família paga R\$ 20,00 Por mês e terá um transporte na porta de casa por 7 dias por semana e 24hr por dia sem pagar mais nada por isto.
Transportamos para rede posto de saúde, Hospitais, UPAS e clinicas particulares e serviço de comprar de mercado.
Nunca foi tão barato ter conforto na porta de sua casa.
Ligue nos telefone e iremos atender você na sua casa.



**Fone: 18-99820-9448
18-99625-7739**

FOTO 63 - Transporte coletivo privado oferecido em grupo fechado do *Facebook* “João Domingos Netto – oficial”, 14 de novembro de 2016.

Fonte: Grupo fechado no *Facebook* “João Domingos Netto (oficial). Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/1613621062232465/permalink/1791945581066678/>.

Os exemplos de soluções via mercado, para minimizar os efeitos decorrentes da situação espacial desses moradores, nos levaram a questionar se são evidências da preponderância da lógica neoliberal, permeando todos os níveis de práticas e subjetividades, agravada pelo processo de fragmentação socioespacial no qual seu cotidiano se inscreve, ou se o compartilhamento de dificuldades como a baixa mobilidade e acessibilidade aos principais serviços públicos de saúde, lazer, além de centros de compras, ainda pode gerar reações que tenham potencial para subverter tal processo.

A busca por soluções alternativas, nesse caso, se inscreve na própria subjetividade neoliberal, que a todo momento sugere que o Estado não funciona, gerando assim, uma forma de despolitização, numa vez que não valeria a pena o esforço de organização e reivindicação, pelo fato de demorar ou ser muito burocrático. Para Dardot e Laval, a relação entre governantes e governados é subvertida pela lógica neoliberal, esgotando os princípios da cidadania construídos na democracia, fortalecendo a figura do homem empreendedor:

De fato, é toda a cidadania, tal como se construiu nos países ocidentais desde o século XVIII, que é questionada até em suas raízes. É o que se

vê em especial pelo questionamento prático de direitos até então ligados à cidadania [...] “Nada de direitos se não houver contrapartidas” é o refrão para obrigar os desempregados a aceitar um emprego inferior, para fazer os doentes ou os estudantes pagarem por um serviço cujo benefício é visto estritamente como individual, para condicionar os auxílios concedidos à família às formas desejáveis de educação parental. O acesso a certos bens e serviços não é mais considerado ligado a um status que abre portas para direitos, mas o resultado de uma transação entre um subsídio e um comportamento esperado ou um custo direto para o usuário. A figura do “cidadão” investido de uma responsabilidade coletiva desaparece pouco a pouco e dá lugar ao homem empreendedor. Esse não é apenas o “consumidor soberano” da retórica neoliberal, mas o sujeito ao qual a sociedade não deve nada, aquele que “tem de se esforçar para conseguir o que quer” e deve “trabalhar mais para ganhar mais”, para retomarmos alguns dos clichês do novo modo de governo (DARDOT, LAVAL, 2016, p.380-381).

Ainda para esses autores (2016, p.9), “a ação coletiva se tornou mais difícil, porque os indivíduos são submetidos a um regime de concorrência em todos os níveis”. Quando confrontamos tais afirmações com os casos relatados, tanto no *Facebook* como nas entrevistas, evidenciamos a necessidade de relativizar afirmações embasadas apenas teoricamente, uma vez que o trabalho empírico nos forneceu evidências de que simultaneamente à busca por soluções via mercado, há articulações coletivas para solucionar problemas decorrentes da localização de seus espaços de moradia, ou decorrentes das características construtivas das suas casas.

Consideramos que, do ponto de vista político, também há articulação coletiva para a resolução de problemas, como os abaixo assinados encaminhados à Prefeitura Municipal por moradores do Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, em Presidente Prudente, que resultaram na viabilização da feira, a partir de 16 de abril de 2016 (FOTOS 65 e 66) e possibilitaram para esses moradores, práticas de consumo e lazer no próprio loteamento. Observamos que as estratégias se combinam, e embora sejam importantes as diferenças entre as periferias que pesquisamos e aquelas pesquisadas por Holston (2013), ambos são espaços “de futuros alternativos, produzidos nas experiências de se tornar proprietários, de organizar movimentos sociais, de participar de mercados consumidores e de fazer julgamentos estéticos sobre a transformação das casas” (p.29).



FOTO 64 – Crianças brincando em brinquedos durante a feira do João Domingos Netto, Presidente Prudente, 2016.

Fonte: Trabalho de campo, 2016.



FOTO 65 - Feira livre no Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, Presidente Prudente, 2017.

Fonte: Trabalho de campo, 2017.

Se para Holston (2013), a concepção de cidadania estava pautada num novo entendimento do direito à cidade, no qual a própria segregação teria estimulado potencialmente a organização e a luta por direitos, na análise do cotidiano dos moradores dos conjuntos habitacionais que pesquisamos, identificamos várias dimensões correlacionadas. Assim sustentamos a ideia de que se trata de uma outra forma de politização, muito pautada no próprio mercado. Atualmente, não é possível tratar o interesse individual e o coletivo como pares opostos, mas combinados, que assim geram mais possibilidades do que disjunções. Os problemas são transformados em oportunidades. Há moto táxi no próprio bairro (FOTO 67), as lojas de conveniências e as iniciativas de transporte coletivo descritas anteriormente rompem a monofuncionalidade com que esses espaços foram criados e também movem uma economia local.



FOTO 66 – Moto-táxi no Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, Presidente Prudente, 2018.

Fonte: Grupo fechado no *Facebook* “João Domingos Netto – oficial”. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=469329810259955&set=gm.2180465058881393&type=3&theater&ifg=1>.

Embora tenha diminuído o *déficit* habitacional quantitativo em decorrência do PMCMV, a ineficiência nos serviços de transporte público, escola e postos de saúde são

característicos dos conjuntos que pesquisamos e evidenciam que, sem desconsiderar os avanços em relação às políticas habitacionais anteriores, há insuficiência do reconhecimento do direito à cidade. Conforme já mencionado, tal crítica é aspecto comum entre os diversos autores que vêm abordando o PMCMV. Porém, consideramos que o acesso a esse bem, ainda que com insuficiências, como também foi apontado anteriormente, e via mercado, pode gerar nesses moradores, a insurgência de ideais contestatórios e, portanto, favorecer o seu reconhecimento como cidadãos, pois há “dimensões de cidadania que passam pelo mercado, assim como existe uma dimensão política no consumo” (TASCHNER, 2010, p. 48).

A relação “multifacetada, e, portanto, mais complexa” entre consumo e cidadania (TASCHNER, 2010, p.47), pode ser observada nas entrevistas a seguir, nas quais, por um lado, ter a casa própria “ajudou”, mas por outro, estão pagando por esse bem:

[Como os problemas têm sido resolvidos? Há ajuda entre vizinhos, da construtora, da Caixa, tem uma assistente social trabalhando aqui?] Não, só ficaram três meses depois que a gente ganhou a casinha, eles ficaram passando. Só que agora assim estas casinhas vão acrescentando muito problema, a cerâmica está soltando sozinha, trinco nas paredes, tem muitos, e trincos feios, [...] então assim, **a gente liga para eles e eles falam que não tem mais nada a ver com eles, como que não tem se a gente está pagando ainda?** A gente não acabou de pagar, bem dizer a gente não pode falar que a casa é da gente, porque assim, é tipo um financiamento. Vizinha – Diz que passou a garantia. *[E na Caixa que eles falam que não tem mais a ver com eles?]* É, pela Caixa. *[E aí o que faz?]* Ah nada, uma suposição, **se a gente quiser arrumar, a gente por conta própria arruma, igual, a casa da filha dela está soltando mais o piso da cozinha, e ela foi atrás e eles falaram que não tem mais responsabilidade. [...].** Porque estas casinhas assim, eu reconheço que ajudou muita gente, no caso uma suposição, eu mesmo não ia ter condições de financiar uma casa, ajudou, eu sei que ajudou, só que assim, foram muito malfeitas estas casinhas, ela não tem estrutura, se você quer derrubar e por uma laje, não tem como pôr. [...] *[Vocês sabem se teve algum abaixo assinado, ou alguma ação no ministério público em relação a estas casas que estão com problema?]* Teve uma época que fizeram uma reunião ali em cima em uma casa, mas só a respeito das rachaduras[...] eu queria fazer [o muro] dentro do meu quintal, só que não teve como por causa do poste, porque é um serviço porco que eles fizeram aí. Por exemplo assim, se eu quiser fazer dentro do meu quintal, o muro vai barrar no poste, então eu tive que fazer ali para livrar do poste, ali, está vendo? [...] Foi, ele [o marido] mesmo quem fez [o muro], assim, a gente não gasta com mão de obra. [Juliana, 36 anos, dona de casa, Residencial Tapajós, Presidente Prudente – 08 de abril de 2017]

[...] eu tenho privilégio porque na minha reunião, eu tenho muitas autoridades, vem todas. Nós estamos com um problema agora na saúde, então já tem a reunião agora.... Porque eu tenho muito contato com os secretários. [...] Agora o pessoal está se unindo e vendo que

não precisa de você quebrar, brigar, fazer as coisas, que com a conversa resolve. Com a união resolve, eles estão aprendendo que com a união, com uma conversa, com a reunião, com as pessoas certas! [...] Dos três bairros, nós nunca tivemos esse problema, de quebrar, de ser aquilo, porque eu sempre tive este leque, essa facilidade de conversar com os secretários [...] **então eu tenho muito parceiro nosso aqui em Prudente, como o secretário de obras, o Rodiney Rena**, então eu não tenho o que reclamar. [...] Uma coisa que é difícil para os outros bairros que o meu é rápido. Os matos! De beira de estrada, esses matos que crescem, em fundo de vale... O meu eu ligo para ele, eu ligo! **Eu não preciso mandar ofício, eu ligo pra ele**, com vinte dias, no máximo um mês ele já carpe. Aqui é rápido. Aqui eu não tenho o que reclamar, é rápido as coisas. [...] Inclusive essa casa aqui também, nós estamos com um processo contra a Caixa, porque eles deram a casa tudo rachada, com um monte de infiltração. A minha casa não tem muita, mas tem! Com infiltração, com rachadura, mofada. **Quer dizer: Está pagando? Estou pagando! Estou pagando pouco? Estou, mas é minha e estou pagando. Não interessa o quanto eu estou pagando! E nós estamos com um processo contra. Já está na [esfera] federal e tudo! [E você sabe se tem mais pessoas nessa situação?]** Tem, só eu encaminhei, **como eu não tenho a OAB ainda, foi pelo meu professor que está como advogado da associação, nós estamos com 100 pessoas mais ou menos com processo contra a CEF.** [...] A Caixa Econômica vinha, arrumava, a construtora arrumava aquele um ano que tinha que arrumar, acabou. Ligava para a construtora e informava que havia acabado a garantia, e eles falavam “Amém, acabou acabou!”. **Então, “não, perai, gente, não é assim! Acabou acabou, não! Peraí. A lei do consumidor está falando assim, assim, assim!”.** “Ah, e o que a gente faz?” **Vamos fazer tal coisa, assim assim assim...** E na época, o professor falou pra mim: “Vamos fazer!” “Você topa entrar, professor?” “Eu topo!” Então nós estamos com uns cem processos, tem mais uns ali pra eu poder entrar com..... **Nós entramos com o processo, entramos pedindo indenização.** [Elisângela, 42 anos, Bacharel em Direito, moradora do Residencial Bela Vista e presidente da associação de moradores dos Residenciais: Bela Vista, Tapajós e Cremonezi – Presidente Prudente, 08 de maio de 2017]

Elisângela, ainda que tenha relatado a formalização de um processo coletivo contra a Caixa Econômica Federal, ao final, após desligarmos o gravador, ficou um bom tempo falando do atrito²⁴⁹ que teve com a diretora do posto de saúde, sendo que esta teria enviado uma menina para ameaçá-la, e ela respondeu que tinha “amizade com PCC, promotor, delegado, secretário e *João-ninguém*”, revelando um amálgama entre o formal e o informal para a resolução dos seus problemas. Além disso, por um lado, reforça a importância de reuniões de moradores para a resolução dos problemas coletivos nesses

²⁴⁹ Segundo ela, o atrito começou porque alguns moradores estavam ameaçando bater na diretora do ESF porque esta maltratava as pessoas, ou porque o atendimento não era satisfatório. Ainda segundo Elisângela, a diretora achou que ela estava instigando a população a agir assim. Contou que pretendia tirar “essa mulher” do posto de saúde com provas de que não trabalhava adequadamente. Já tinha enviado reclamações ao secretário de saúde e conservava provas das ameaças que recebeu pelo celular, para “tirá-la pela lei”.

conjuntos habitacionais, mas, por outro, revela que tais pedidos seriam atendidos em decorrência do seu bom relacionamento com o secretário de obras.

Outro presidente de associação de moradores entrevistado, Emerson, nos apresentou os documentos nos quais estava formulando, em nome da associação de moradores, a solicitação do que estava previsto para o Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, mas não foi realizado, no que se refere à saúde, educação e transporte, sempre reiterando que tinha como premissa a Constituição Federal:

E nós traçamos cinco diretrizes e delas, todas já fizemos e já encaminhamos os documentos... [Já tem proposta para todas?] Não, já foi solicitado tudo o que nós queremos do bairro que é de dever dos nossos gestores, e tudo em cima de lei orgânica e da constituição do estado e Constituição Federal. Não é em caráter de pedir nada, é de exigir tudo aquilo que é de direito e o Poder Público tem o dever de fazer. [Emerson, 33 anos, professor e presidente da associação de moradores do Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, Presidente Prudente – 12 de maio de 2017]

Outras iniciativas que evidenciaram a possibilidade de reivindicações coletivas, foram analisadas a partir do grupo fechado “João Domingos Netto (oficial)”, revelando a importância da atuação de Silvana Trevisan²⁵⁰ junto à comissão de moradores, desde os primeiros dias após a entrega das chaves, inclusive nessa rede social, tirando as dúvidas, orientando e motivando seu fortalecimento:

“Bom Dia! Algum líder de bairro ou alguém sabe de Correio? Se já estão atendendo o bairro... já mudei o endereço das minhas correspondências, mas tenho que pegar pela *Internet* por não chegarem!” (Araújo, 18 de novembro de 2015)

- Até agora nada dos Correios. Eu fui lá me informar porque o CEP não constava na hora de transferir as correspondências, **eles me passaram que ainda tinha que fazer o mapeamento do bairro**, mas até agora nada. (Silva)

- As minhas estou indo todos os dias nos Correios pegar, pois fica lá, se não volta tudo de onde veio (Moreira)

- **Pessoal, não é verdade que não tem o mapa. Temos um mapa no ‘Estratégia Saúde da Família’ com todas as ruas...**O bairro também tem CEP e se quiserem verificar está no próprio *site* dos Correios e na cartilha que foi entregue pela Trevisan. Os Correios alega que não está passando porque não tem funcionários para entregar as cartas. **A comissão de moradores está fazendo um abaixo assinado para entrar com um pedido para a solução da situação na Promotoria Pública e precisamos de vocês para ajudar a comissão de moradores.** Para telegrama pago e Sedex, o Correio tem mapa??? O bairro é novo e todas as instituições precisam cadastrar os CEPs em seu sistema, instituições, lojas etc... O bairro tem CEP sim.... Agora não passa Correio porque o Correio não tem funcionários para entregar as cartas. **Vocês poderiam ajudar a comissão de moradores reivindicar este direito.**

²⁵⁰ Responsável pelo Trabalho Técnico Social em três lotes deste conjunto habitacional.

Penso que vocês poderiam ajudar também a comissão de moradores a solicitar com urgência este serviço essencial para os moradores do JDN. Eles estão passando de casa em casa recolhendo assinaturas dos moradores. (Silvana Trevisan Batista)²⁵¹

Em 02 de julho de 2016, dez meses após a mudança para o novo espaço, Santos, participante da associação de moradores, publicou: “hoje teve início as atividades do Correio no João Domingos. Mais uma conquista”. Os comentários que seguem a publicação nos chamaram a atenção, pois sugerem confiança na associação e grande satisfação por algo que aparentemente parece tão banal, mas é extremamente importante, como o fato de receber correspondência na própria casa:

- É só acreditar porque estamos trabalhando para o bairro. Infelizmente tem pessoas que não acreditam e outros que não residem no bairro. Parabéns a todos da Comissão e aos Moradores. E vem aí a Festa Julina dia 17/07/2016. E muito mais para todos nós. (Ferreira)
- Eu recebi um monnnnte de correspondência... **saí na calçada e dei de cara com a Carteira, quase abracei ela de tão feliz que fiquei!!!** (Nunes)

Ponderamos que, embora as primeiras manifestações de insatisfação tenham ocorrido em um grupo virtual, a garantia de acesso ao serviço dos Correios no Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto só foi possível quando essas reclamações saíram do plano virtual e passaram para o real, ou seja, a partir do momento em que houve a coleta de assinaturas e a associação de moradores encaminhou o abaixo assinado com tais reivindicações às unidades dos Correios. Assim, a dimensão espacial, que supostamente seria uma barreira ou impedimento para o acesso a tal direito, foi superada. Longe de cair no equívoco, já criticado por Bauman (2008, p.138), de considerar “a *internet* como uma nova e aperfeiçoada forma de fazer política” ou “dizer que surfar na rede mundial é um modo novo e mais eficaz de engajamento político” (*idem*), constatamos as possibilidades que seu uso pode gerar, mas que terão sucesso apenas quando de fato saírem do plano virtual para o real.

Em relação ao *Facebook*, observamos que vem sendo utilizado como ponto de encontro virtual entre esses moradores que estão segregados socioespacialmente mas que, a partir dessa rede social²⁵², podem interagir com outros moradores e criar novos vínculos

²⁵¹ Mantivemos o nome de Silvana Batista Trevisan no original devido ao fato de ser uma agente bem informada com quem realizamos entrevista, conforme já citado anteriormente.

²⁵² Durante as entrevistas com Elisângela e Emerson, ambos foram enfáticos ao denunciar a ausência de espaço em suas residências ou no próprio conjunto habitacional para a realização das reuniões das associações de moradores que presidem, mas acrescentando que o grupo fechado no *Facebook* representava uma alternativa a esse problema.

sociais. Com o objetivo de esclarecer os moradores sobre as articulações realizadas pela associação de moradores, seu presidente, Emerson Santos, que também é o moderador do grupo no *Facebook* “João Domingos Netto (oficial)”, publicou:

Hoje estivemos presentes no Ministério Público em reunião com Promotor Mário Coimbra, tratando de assuntos referente a melhorias do bairro. Também aproveitamos a oportunidade para pedir a fiscalização do meio ambiente e vigilância sanitária sobre as queimadas e a poeira causada pelos caminhões que trabalham no loteamento ao lado do bairro. Att: Associação de Moradores. [Emerson Santos, 11 de agosto de 2017]

Após três meses dessa publicação, em 22 de novembro de 2017, Emerson *postou* a seguinte mensagem: “Obrigado a todos que se fizeram presentes na escuta pública nesta terça feira. Parabéns a todos que fizeram uso da palavra para falar sobre os problemas do nosso bairro. Unidos somos mais fortes, que venham as melhorias. Att; Assoc. de Moradores João Domingos Netto”. A partir das FOTOS 68 e 69 que acompanharam a publicação, é possível constatar que houve participação da população, no pátio da escola municipal de ensino infantil localizada neste loteamento, em atendimento ao apelo feito no *Facebook*.



FOTO 67 e FOTO 68: Reunião dos moradores do Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto junto a representantes do Ministério Público, Presidente Prudente, 2017.

Fonte: Grupo Fechado no *Facebook* “João Domingos Netto (oficial)”, disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1533401540084697&set=pcb.1970906786503889&type=3&theater&ifg=1>.

Poucos dias após essa reunião, algumas iniciativas foram tomadas pelo Ministério Público, como sugere o comunicado publicado por Emerson na mesma página, no dia 24 de novembro de 2017 (FOTO 70):

**ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO
CONJUNTO HABITACIONAL JOÃO DOMINGOS NETTO**

ATENÇÃO

Informamos, que no
DIA 02/12, será colhido os dados pessoais
dos moradores (tipo: RG - CPF - Comprovante
de Endereço do titular) do **CONJUNTO
HABITACIONAL JOÃO DOMINGOS NETTO**,
que tem **problemas de infraestrutura com
sua moradia. O MINISTÉRIO PÚBLICO**
entrará com representação coletiva contra a
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.



MPSP
Ministério Público
DO ESTADO DE SÃO PAULO

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

**HORÁRIO:
DAS 13:00 ÀS 18:00hs**

LOCAL: Escola Sylvia Marelene (Creche)

FOTO 69 - Post publicado por Emerson no grupo fechado do *Facebook*, 2017.

Fonte: Grupo Fechado no *Facebook* “João Domingos Netto (oficial)”. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1535811176510400&set=p.1535811176510400&type=1&theater>.

Assim, a partir do *Facebook*, percebemos iniciativas de melhorias e luta por serviços nesses novos espaços, a partir de postagens na rede social. Nessas iniciativas, se destacou a atuação dos presidentes de associações, cuja criação foi estimulada pelo Trabalho Técnico Social previsto no próprio programa, mas nem sempre realizado, como ocorrido em São Carlos, caracterizando atuação diferenciada entre os agentes responsáveis. Como enfatizam Maia e Lucena (2015, p.367), na implantação do Programa Minha Casa Minha Vida, “velhas estratégias reproduzem antigos problemas, entre os quais, a periferização da cidade, em que se produz cidade sem urbanidade e a intensificação das desigualdades socioespaciais e dos conflitos a elas inerentes”, porém novas dinâmicas estão postas, como “a forma como tem se dado a relação Estado-capital imobiliário, a conjuntura política e econômica do país, as formas e as estratégias de expansão e reprodução do capital em geral e suas implicações no processo de urbanização brasileira” (idem). Embora seus problemas não sejam mais a ausência de asfalto ou energia elétrica, consideramos que há novos elementos, como o próprio alcance que as redes sociais podem alcançar, permitindo que os cidadãos comecem a participar da produção desses espaços, a partir da mudança para lá, através delas, mesmo quando não estão presentes, ou seja, quando estão apenas

on-line na comunidade virtual. Essa pode ser uma expressão atual da construção de uma cidadania desbravadora, como sugerida por Holston (2013, p. 29-30), ao analisar as periferias da metrópole paulista dos anos 1970:

Lá eles viveram em condições precárias e ilegais. Tiveram de construir suas próprias casas, se organizar para conseguir serviços básicos e lutar para manter suas casas em meio a diversos conflitos, frequentemente violentos, pela propriedade dos imóveis. [...]. Dessa forma, a autoconstrução transformou as periferias em espaços de futuros alternativos, produzidos nas experiências de se tornar proprietários, de organizar movimentos sociais, de participar de mercados consumidores e de fazer julgamentos estéticos sobre as transformações das casas. [...] Tais comparações indicam que a cidade não é apenas um contexto de lutas pela cidadania. O capeamento do asfalto, concreto e estuque, sua infraestrutura de eletricidade e de encanamento são também sua substância. As periferias constituem um espaço de construtores da cidade e de sua cidadania desbravadora.

Por fim, ressaltamos que, ainda que permeadas pela lógica neoliberal, as evidências encontradas no cotidiano dos moradores dessas novas periferias, indicam que suas iniciativas para reverter as desigualdades que insistem em moldar esses espaços são potencialmente insurgentes²⁵³.

²⁵³ No sentido de que a insurgência é “uma ação na contramão, uma contrapolítica, que desestabiliza o presente e o torna frágil, desfamiliarizando a coerência com que geralmente se apresenta” (HOLSTON, 2013, p.62).

4 – Considerações Finais

Desde a elaboração do projeto que deu origem à essa pesquisa, até a redação das últimas páginas dessa tese de doutorado, o Brasil passou por significativas transformações. Consideramos necessário enfatizá-las nas considerações finais dessa tese, que buscou analisar as relações entre velhas práticas, como a produção de conjuntos habitacionais periféricos e novas, como o lançamento de um programa habitacional com o alcance do PMCMV, com possibilidades de “insurgência da cidadania” (HOLSTON, 2013). Nesse sentido, consideramos que a coerência com esses pressupostos implica em destacar as mudanças socioeconômicas desse período (2002 - 2015), decorrentes das políticas de aumento proporcional do salário mínimo, “que teve reajuste nominal de 155% e aumento real de 73% entre janeiro de 2003 e março de 2010” (ROLNIK, 2015, p.263), da implementação de política de transferência de renda aos segmentos mais vulneráveis, como o Bolsa Família, do fomento aos setores econômicos industriais, com redução de impostos etc., cujas medidas simultaneamente movimentaram a economia, incentivando o consumo, e proporcionaram aos segmentos de menor poder aquisitivo à inclusão nesse mercado consumidor. Embora ainda apresente números elevados, é evidente a considerável redução da pobreza alcançada nesse período, com uma queda de “57 milhões para menos de 30 milhões de pessoas, ou de 30% para 15 da população, entre 2001 e 2008” (ROLNIK, 2015, p.263).

Dentre essas políticas, nessa tese, dedicamos especial atenção ao Programa Minha Casa Minha Vida, que tinha o objetivo de conter os efeitos da crise econômica que assolava a economia mundial, a partir do setor habitacional, que não era contemplado por uma política federal desde os tempos do BNH (1964-1986). O modelo adotado para a execução do PMCMV no Brasil, insere-se na lógica de mercantilização e financeirização da moradia, “como parte dos programas de ajuste estrutural” (ROLNIK, 2015, p.81), sendo o Banco Mundial importante na disseminação de tal modelo de política habitacional via mercado, atuando “não apenas por meio de empréstimos diretos para países [...], mas sobretudo por meio de sua influência no desenvolvimento teórico e prático do modelo” (idem). Mas o contexto nacional em que o PMCMV foi implantado é importante, uma vez que foi precedido de reuniões entre ONGs e especialistas em políticas habitacionais que se articulavam numa proposição que levava em conta também

o direito à cidade, no âmbito do Partido dos Trabalhadores, e que resultou no Projeto Moradia²⁵⁴.

A eleição de Lula como presidente da República, em 2002, gerou uma série de expectativas quanto ao enfrentamento do *déficit* habitacional. Já no primeiro ano de seu governo, em 2003, foi criado o Ministério das Cidades e realizadas reuniões com especialistas e movimentos sociais que tinham como pauta a incorporação das propostas do Projeto Moradia. No entanto, como a vitória na eleição ocorreu em função de uma candidatura baseada numa “coalizão ampla e pluralista, que abarcou políticos de partidos conservadores e antigos rivais, representantes de grandes empresas e outros *stakeholders* que estavam em lados opostos em eleições anteriores” (ROLNIK, 2015, p.294), para manter a governabilidade, se realizaram “alianças com partidos políticos conservadores que haviam aderido à coalizão por conveniência, e não por convergência programática” (idem), resultando em “um equilíbrio político frágil, que exigiu concessões reiteradas para ser mantido. Nesse cenário político, as margens efetivas para mudança permaneceram muito limitadas” (idem).

Por um lado, uma série de conquistas parecia avançar, como a criação, a partir de lei de iniciativa popular, do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), com um fundo (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social), que seriam oriundos do Orçamento Geral da União, de outros fundos e fontes não onerosas. Seu atendimento priorizava as famílias de menor renda, através da concessão de subsídios, com caracterização diferenciada por regiões, e os “recursos utilizados para diversos tipos de intervenção, como produção habitacional e de lotes urbanizados, urbanização, regularização fundiária, melhoria habitacional, reforma e conversão de imóveis para habitação” (ROLNIK, 2015, p.297). Por outro lado, os escândalos decorrentes do “mensalão”²⁵⁵ e das alianças realizadas para a chegada de um representante do PT à

254 Entre 1999 e 2000, ao coordenar o Instituto Cidadania, Lula incorporou o Projeto Moradia, que objetivava “a construção de projetos de desenvolvimento que associassem o enfrentamento da questão social, o crescimento econômico e geração de empregos” (BONDUKI, 2009, p.9), sendo sua equipe formada por importantes especialistas na área habitacional. Lançado em 2000, o projeto tinha três dimensões: gestão e controle social, projeto financeiro e urbano fundiário. Propunha a criação do Sistema Nacional de Habitação, formado pelos três entes da Federação sendo que o controle social seria exercido pelo Conselho Nacional das Cidades e órgãos nos estados e municípios, aos quais caberia gerir fundos de habitação, que deviam concentrar recursos para subsidiar a baixa renda. Os subsídios proviriam do Orçamento Geral da União (OGU) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), enfatizando a necessidade de aprovação do Estatuto da Cidade para facilitar e baratear o acesso à terra, combatendo a especulação com imóveis ociosos. (BONDUKI, 2009). Além disso, o Projeto Moradia, para além da construção de casas, propunha intervir na questão urbana e fundiária (BONDUKI, 2009; ROLNIK, 2015).

255 Entre 2005 e 2006 ocorreu um escândalo de corrupção política mediante compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional, o qual foi nomeado como “mensalão”. O caso teve como

presidência da República, geraram a concessão de cada vez mais espaço nos ministérios a aliados conservadores, como ocorreu com a transferência do controle do Ministério das Cidades - que ainda estava em estágio muito inicial e já enfrentava resistências por parte da equipe econômica - para o Partido Popular (PP), “herdeiro político da Arena, partido da situação durante os anos do regime militar” (ROLNIK, 2015, p.298).

Embora outros ministros também tenham sido renomeados, devido à mesma crise, com a ida de Dilma Rousseff para a Casa Civil e Guido Mantega para o comando do Ministério da Fazenda, “uma série de medidas que tinham como estratégia o crescimento e a ampliação do consumo passou a ser, então, a política dominante” (ROLNIK, 2015, p.299). No entanto, houve o estouro da crise hipotecária e financeira nos Estados Unidos, em 2008, que ameaçava atingir a todos os países, e poderia, conseqüentemente, contaminar “a estratégia econômica do governo brasileiro” (idem, p.300). Estrategicamente, os empresários atingidos intensificaram “o lobby junto à Fazenda para implementar um ‘pacote habitacional’ nos moldes do programa mexicano, que por sua vez, havia sido inspirado no modelo chileno” (idem, p.300). Essas negociações foram realizadas junto ao Ministério da Fazenda, sem a participação do Ministério das Cidades ou da equipe que estava formulando o Plano Nacional de Habitação (PlanHab)²⁵⁶ (BONDUKI, 2009, p.12).

Sob o argumento de que era necessário um ‘pacote’ que funcionasse imediatamente como uma medida contracíclica, a maioria das ações previstas no PlanHab não foram consideradas, pois “as medidas deveriam ser imediatas e, portanto, desviar de qualquer política complexa que exigisse longo tempo de maturação ou que encontrasse resistências, como é o caso de uma política fundiária” (ROLNIK, 2015, p.301). Ao contrário do PlanHab, o novo ‘pacote’ “foi elaborado pelo governo em diálogo direto com os empresários e investidores envolvidos” (idem).

Simultaneamente, houve um redirecionamento das articulações iniciais com os movimentos sociais de luta por moradia, e que representavam uma série de conquistas,

protagonistas alguns integrantes do governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, membros do Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Popular Socialista (PPS), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido da República (PR), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Republicano Progressista (PRP), e Partido Progressista (PP).

²⁵⁶ Segundo Bonduki (2009, p.12), o PlanHab tinha como objetivo “planejar as ações públicas e privadas, em médio e longo prazo, para equacionar as necessidades habitacionais do país no prazo de quinze anos. Foi concebido como um plano estratégico de longo prazo [...] resultou de um amplo processo participativo, que envolveu todos os segmentos da sociedade durante dezoito meses. Suas propostas, estratégias de ação e metas consideraram a diversidade da questão habitacional, as variadas categorias de municípios, as especificidades regionais e os diferentes olhares de cada segmento social.

para articulações políticas e econômicas particularmente desfavoráveis para o enfrentamento dos problemas urbanos. Além disso, o impacto que Lula quis causar, ao “politizar as medidas”, propondo a construção de 1 milhão de casas ao invés de 200 mil, com o aumento da parcela do programa que “deveria ser dirigida aos setores de mais baixa renda – inicialmente eram 20% das unidades, já que o principal foco era o ‘segmento econômico’ (faixas de quatro a dez salários mínimos, a clientela potencial desses produtos)”²⁵⁷, deve ser compreendido no âmbito de sua própria experiência de pobreza e de conquista da cidade, expressivas de uma narrativa de mudança urbana com a qual muitos de seus votantes se identificavam (HOLSTON, 2013).

Desse modo, parte significativa das iniciativas adotadas por Lula na presidência na República estão relacionadas à sua trajetória pessoal e de militância política, ao mesmo tempo em que decorrem das alianças políticas, que envolveram a tentativa de conquistar a confiança também dos empresários. A ampliação do acesso ao consumo para as classes de menor renda é evidência dessa combinação. Isso teve desdobramentos contraditórios, dentre eles, a melhoria na vida dos trabalhadores, que puderam, através de um aumento efetivo na renda, expansão do acesso ao crédito, e uma consequente ampliação no acesso aos bens (eletrodomésticos, *smartphones*, veículos, motos etc.), inserir-se na “sociedade do consumo” (BAUDRILLARD, 2010), mas fomentou um duplo processo de desmobilização desses grupos, como foi tratado pelas principais críticas de muitos de seus partidários, que argumentavam que tal política “desmobiliza o envolvimento político dos cidadãos com ‘seduções do mercado’, desarmando as exigências de uma verdadeira mudança social que as classes baixas deveriam estar fazendo com gratificações imediatas de ganhos materiais” (HOLSTON, 2013, p.26). Além disso, tal inclusão via mercado teve importante papel no aquecimento do próprio mercado, como é o caso do acesso a habitação pelo PMCMV, e também nas novas articulações populares nele pautadas, como estamos tratando nessa tese. Quando nos questionamos se a mudança para esses novos espaços implicou em mudanças nas práticas espaciais, constatamos que essa ampliação do consumo, inclusive entre as classes de menor renda, possibilitou, por um lado, o acesso a bens e comodidades antes restritas a classes de maior renda - como a utilização de

²⁵⁷ Retirado de: FIX, Mariana e ARANTES, Pedro Fiori. “Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação. Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa Minha Vida.” União Nacional por Moradia Popular, 2009. [sem numeração de página]. Disponível em: http://www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=297:como-o-governo-lula-pretende-resolver-o-problema-da-habitacao&catid=40:materiais-sobre-politica-de-habitacao&Itemid=68, acessado em fevereiro de 2017.

automóveis particulares descrita por alguns de nossos entrevistados - e, por outro, ao não tocar na segregação socioespacial, gerou novos problemas urbanos, como os congestionamentos, aumento do fluxo de veículos etc.

Assim, o acesso à casa própria via endividamento constitui uma das expressões do neoliberalismo, atribuindo ao mercado papel e poder antes reservado ao Estado. Para os cidadãos entrevistados, isso gera uma indistinção que se expressa tanto na dificuldade de identificar os responsáveis pelos principais problemas que enfrentam nos novos conjuntos habitacionais, quanto nas estratégias empregadas para sua solução, que envolvem práticas ora mais individualistas, ora mais coletivas, mas sempre sob poderosa influência do mercado, constituindo um modo de vida adaptado ao endividamento, uma vez que “a dívida é uma relação econômica indissociável da produção do sujeito devedor e sua ‘moral’. [...] O conceito contemporâneo de ‘economia’ inclui, por sua vez, a produção econômica e a produção da subjetividade”²⁵⁸ (LAZARATTO, 2013, p.13). Mesmo assim, não se pode desconsiderar a importância dos subsídios que facilitaram a aquisição da casa própria, significando uma oportunidade para milhões de brasileiros que há muitos anos esperavam por alguma política pública que atenuasse o *déficit* habitacional do país. Embora o acesso via mercado condicionado ao lucro máximo do capital imobiliário decorra num conjunto de problemas cotidianos para os moradores dos conjuntos habitacionais do PMCMV, as carências históricas que caracterizam suas trajetórias de vida evidenciam-se numa desconfiança geral em relação aos governos e governantes e assim na preferência pela casa própria, enquanto uma certeza territorializada.

O reconhecimento desses aspectos indica o caráter amplamente contraditório do PMCMV, para cuja compreensão esperamos ter contribuído com essa tese de doutorado. Nesse sentido, a relação entre as dificuldades decorrentes da forma como foram implantados os conjuntos habitacionais e a importância da casa própria enquanto “mito” (LINDÓN, 2005), nas experiências narradas por nossos entrevistados, revelam o caráter amplamente contraditório que também caracteriza a insurgência da cidadania nas periferias atuais, com novas formas de politização, pautadas no próprio mercado.

Foi assim que, sobretudo, com base nas contribuições de Lindón (2005) e de Holston (2013), quando nos questionamos se haveria indícios da “insurgência da

²⁵⁸ Tradução nossa de: “*la deuda es una relación económica indisociable de la producción del sujeto deudor y su ‘moral’. ... El concepto contemporáneo de ‘economía’ abarca, a la vez, la producción económica y la producción de la subjetividad*”.

cidadania” (HOLSTON, 2013), nos depoimentos dos próprios moradores, concluímos que suas articulações nesses espaços, que denominamos novas periferias, se estabelece num limiar, sendo ora mais individuais, ora mais coletivas, confluindo em diversas formas de produção do espaço urbano, ora como consumidores, ora como cidadãos. Nesse conjunto de possibilidades, as redes sociais ganham especial importância, uma vez que possibilitam romper o relativo isolamento espacial a que estão submetidos, favorecendo a aproximação entre moradores, desses com os sujeitos locais responsáveis pela implementação do PMCMV e entre moradores de diferentes espaços urbanos. Entre suas potencialidades, destacamos a articulação para a resolução de distintos problemas em conjuntos habitacionais tão extensos, como a presença da feira do Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto, os abaixo-assinados encaminhados à promotoria pública reivindicando outras melhorias ao bairro. Ainda que não constituam um movimento social organizado, são práticas socioespaciais coletivas, cujo caráter de insurgência reside na própria superação do individualismo, mesmo que tenham duração limitada. Nesse sentido, vale retomar um fragmento do depoimento de um de nossos entrevistados, Emerson, que faz amplo uso do *Facebook* para buscar a solução de problemas comuns aos moradores do Conjunto Habitacional João Domingo Neto, em Presidente Prudente, demonstrando que a insurgência da cidadania está presente nessas novas periferias que já se tornaram o seu bairro e a sua casa.

Porque é um direito meu e é um dever deles. Então nós temos que saber separar os papéis de cada um. [...]. Eu gosto do meu bairro! É por isso que eu luto pelo desenvolvimento do meu bairro, porque aqui é a minha casa.

Mas depoimentos assim não foram colhidos em São Carlos, portanto, quando a comparamos com Presidente Prudente, constatamos que as diferenças encontradas tanto em relação aos processos reivindicatórios, quanto na disposição dos equipamentos públicos, relacionam-se tanto à atuação dos sujeitos responsáveis pelo PMCMV na escala local como às particularidades da produção do espaço urbano de cada uma das cidades. Quando comparamos os espaços anteriores de moradia dos sujeitos contemplados pelo PMCMV, observamos importantes diferenças no que tange à sua disposição espacial em cada uma dessas cidades. Embora em ambas as cidades, as habitações desses cidadãos estivessem majoritariamente localizadas em áreas periféricas, em São Carlos, uma parte expressiva dos entrevistados já habitavam a periferia sul da cidade, setor que concentrou uma parcela significativa de bairros implementados de maneira precária, cujas carências

de equipamentos públicos e transporte público, aliado a problemas ambientais, caracterizam um setor marcado pela “concentração de bolsões de pobreza, [...] em uma situação muito perversa, que é quando conjuga a pobreza com a fragilidade ambiental²⁵⁹”, agravada pelo relevo que delimita esses espaços, gerando “um problema de conexão com a cidade. Isso aqui é apartado, é meio que uma ilha né?!”²⁶⁰ Em Presidente Prudente, observamos uma disposição espacial dessas áreas anteriores de moradia mais difusa, permeando as bordas de todos os setores da cidade, inclusive próximas a loteamentos com segmentos de rendas diferentes, ou áreas que se valorizaram a medida em que novos hipermercados, loteamentos foram implementados nos interstícios desses loteamentos. De certa maneira, observamos que essas experiências anteriores de moradia geram nesses moradores expectativas diferentes quanto ao futuro do próprio bairro e quanto a maneira como os demais moradores da cidade os percebem.

Quanto aos principais problemas enfrentados pelos cidadãos nos novos espaços residenciais, a partir do depoimento de seus moradores, constatamos que em Presidente Prudente, aqueles relacionados à questões construtivos sobressaíram, enquanto em São Carlos, aqueles relacionados à violência assumiram uma presença mais marcante entre seus moradores. Entre as estratégias para sua solução, observamos que em Presidente Prudente, elas combinam/mesclam iniciativas individuais de contratação de profissionais para realizar pequenos reparos, com outras mais coletivas, como os abaixo-assinados encaminhados ao Ministério Público por iniciativa de seus representantes de bairro, com ampla divulgação de seus resultados via *Facebook*. Em São Carlos, apesar de termos constatado a presença de denúncias por parte do Ministério Público quanto aos problemas construtivos nas unidades habitacionais, nos fragmentos de entrevistas, seus cidadãos deram maior destaque à ocorrência de crimes considerados hediondos, o que inclusive influenciou na presença dum menor número de estabelecimentos comerciais na periferia sul de São Carlos. Durante todas as entrevistas realizadas, notamos que a presença de vendedores ambulantes era mais evidente em São Carlos, os quais vendiam em automóveis com megafones, os mais diversos produtos, como pães, produtos de limpeza, verduras, botijões de gás, plásticos em geral, ou seja, são alternativas temporais à vulnerabilidade espacial encontrada nesses espaços.

Em ambas as cidades, observamos que a mobilidade espacial/temporal dos moradores desses novos conjuntos habitacionais é limitada, reforçando velhos estigmas

²⁵⁹ Conforme Sandra Motta, docente da Universidade de São Carlos, em entrevista (09/09/2016).

²⁶⁰ *Idem*.

e, por vezes, restringindo seu cotidiano ao próprio espaço de moradia. Mas as intensidades dessas mudanças são diferentes, uma vez que os impactos do PMCMV sobre o processo de fragmentação socioespacial que já estava em curso nessas cidades médias (SPOSITO e GÓES, 2013), foi maior em São Carlos do que em Presidente Prudente, decorrente não apenas da distância e do próprio relevo que aparta os cidadãos da zona sul de São Carlos, mas também relacionado aos estigmas que se intensificaram, assim, o próprio desenvolvimento do comércio nesse setor foi mais limitado em função dos roubos e furtos ocorridos no interior dos poucos estabelecimentos que lá se instalaram.

A radicalização quanto à localização periférica dos novos conjuntos habitacionais financiados pelo PMCMV ocorreu, portanto, em ambas as cidades, gerando consequências diretas sobre o processo de segregação socioespacial e na reprodução de características de velhas práticas que o programa pretendia evitar. No que se refere ao futuro e às potencialidades identificadas, nos questionamos: terão às práticas socioespaciais desses moradores, que combinam reivindicações coletivas, mais presentes em Presidente Prudente, e soluções individuais, predominantes em São Carlos, potencial para subverter o processo de fragmentação socioespacial? É preciso continuar pesquisando.

5 - Bibliografia

- ABREU, Diores Santos. *Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente*. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1972.
- ALONSO, Luis Enrique. *La era del consumo*. Madri: Siglo XXI, 2006.
- AMARAL, Adriana; NATAL, Geórgia; VIANA, Luciana. “Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital.” *FAMECOS*, dezembro de 2008.
- AMORE, Caio Santo. “'Minha Casa Minha Vida' para iniciantes.” Em *Minha Casa...E a cidade?*, por AMORE, Caio Santo, SHIMBO, Lúcia Zanin e RUFINO, Maria Beatriz (orgs.) Cruz, 428. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- ANDRADE, Luciana Silva. “É possível transformar em cidade a anticidade? Crítica ao urbanismo de empreendimentos do PMCMV.” Em *Minha Casa... E a cidade?*, por AMORE, Caio Santo, SHIMBO, Lúcia Zanin e Beatriz RUFINO (org.), 165-194. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- ÁVILA, Milene Peixoto. *Periferia é periferia em qualquer lugar? Antenor Garcia: Estudo de uma periferia interiorana*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos: UFSCar, 2006, 112p.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo. A transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BENACH, Núria; ALBET, Abel. *Edward W. Soja. La perspectiva postmoderna de un geógrafo radical*. Barcelona: Icaria editorial, 2010.
- BONDUKI, Nabil. “Do Projeto Moradia ao Programa Minha Casa, Minha Vida.” *Teoria e Debate* 82 (maio 2009).
- BOURDIEU, Pierre. *As estruturas sociais da economia*. Tradução: Maria Fernanda Oliveira. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.
- CAMACHO, Vitor Augusto Luizari. *Problematizando mudanças espaciais e temporais entre os Censos dos anos de 2000 e 2010: Os mapas da exclusão/inclusão social de Presidente Prudente/SP*. Trabalho de conclusão de curso de graduação em Geografia, Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, 2013.
- CAMARGO, Frank Molano. «El derecho a la ciudad: de Henri Lefebvre a los análisis sobre la ciudad capitalista contemporánea.» *Folios*, 2º semestre de setembro de 2016: 3-19, n.44.
- CAMPELLO, Tereza (org.). *Faces da desigualdade no Brasil. Um olhar sobre os que ficam para trás*. Brasil: CLACSO/FLACSO/Agenda Igualdade, 2017.
- CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim. “Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil.” Em *O*

- Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*, por CARDOSO, Adauto Lúcio. 17-65. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- CARDOSO, Adauto Lucio; MELLO, Irene de Queiroz; JAENISCH, Samuel Thomas. “A implementação do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: agentes, processos e contradições.” Em *Minha Casa... E a cidade?*, por AMORE, et al. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual.” *Dados*, 1997.
- CATALÃO, Igor. “Crítica Bibliográfica: Edward W. Soja. Postmetropolis: Critical studies of cities and regions.” *Revista Cidades*, Vol 4, n. 06 de 2007: 137-144.
- CATELAN, Márcio José. “Vida a crédito nas cidades médias/intermediárias brasileiras: efeitos do programa habitacional Minha Casa Minha Vida.” Em *Urbanização, produção e consumo em cidades médias/intermediárias.*, por BELLET, Carmen; MELAZZO, Everaldo Santos; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; LLOP, Jose Maria (eds.). Presidente Prudente; Lleida: Universidade Estadual Paulista; Edicions de la Universitat de Lleida, 2015.
- CORRÊA, Roberto Lobato. “Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão.” Em *A produção do espaço urbano. Agentes e processos, escalas e desafios*, por CARLOS, Ana Fani Alessandri. et al., 41-51. São Paulo: Editora Contexto, 2016 [2011].
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIAS, Camila Caldeira Nunes. “Encarceramento, seletividade e opressão: a "crise" carcerária como projeto político.” *Análise*, junho de 2017, n.28/ ed.
- DIAS, Edney Cielici; GARCIA, Fernando. “Uma moradia social sem paternalismo.” *Conjuntura da Construção*, jun de 2007: 4-8.
- DOZENA, Alexandre. “São Carlos e seu "desenvolvimento": contradições urbanas de um polo tecnológico.” Dissertação de Mestrado em Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas - FFLCH, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2001.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. *Fronteiras de tensão. Política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. “Histórias da água quente: um olhar sobre a ocupação urbana da bacia.” Relatório de pesquisa, 2005.
- FERNANDES, Silvia Aparecida Souza. “Territorialização das políticas habitacionais em Bauru e Presidente Prudente.” Dissertação de Mestrado em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP, Presidente Prudente, 1998.
- FERREIRA, Francisco Barnabé. “Transformações urbanas na cidade de São Carlos: condomínios horizontais fechados e novas formas de sociabilidade.” Dissertação

- de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos - UFScar, São Carlos, 2007.
- FIX, Mariana; ARANTES, Pedro Fiori. “Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação. Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa Minha Vida.” *União Nacional por Moradia Popular*, 2009.
- GARCÍA, Martha; SCHTEINGART, Beatriz. “Nuevas políticas de vivienda en México. Nuevas relaciones entre sector público y privado y retos para el futuro.” Em *La vivienda en México: construyendo análisis y propuestas*, por BENAVENTE, Borjas Adriana e ESCOBEDO, Mónica Bucio (orgs.), 39-50. Ciudad de Mexico: Centro de Estudios Sociales y de Opinión Pública, 2006.
- GARNIER, Jean-Pierre. “El derecho a la ciudad desde Henri Lefebvre hasta David Harvey. Entre teorizaciones y realización.” *Ciudades*, 2012, n. 15: 217-225.
- GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- GÓES, Eda. “Cotidiano, consumo e vida urbana em cidades médias brasileiras.” *Confinis [Online]*, 2016.
- GOES, Eda. “Usando “dinheiro de plástico” e planejando o futuro: consumo, crédito e nova subjetividade em cidades médias.” *Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais (ONLINE)*, Jan-Abr 2018: v.20, n.1, p.141-160.
- HIRATA, Francini. ““Minha Casa Minha Vida”: política habitacional e de geração de emprego ou aprofundamento da segregação urbana?” *Aurora*, julho de 2009, ano III, n.4 ed.
- HOLSTON, James. *Cidadania Insurgente. Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “Regiões de Influências das Cidades - REGIC.” Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- IMILAN, Walter; OLIVEIRA, Patricia; BESWICK, Joe. «Acceso a la vivienda en tiempo neoliberales: Un análisis comparativo de los efectos e impactos de la neoliberalización en las ciudades de Santiago, México y Londres.» *Revista Invi*, noviembre de 2016: 163-190.
- LANGENBUCH, Juegen Richard. Entrevista feita por Revista Espaço e Debates. *Depoimento: Periferia Revisitada* (Ano XVII, 2001, n.42).
- LAVANDEIRA, Lucélia M. L. “Apreensão da diversidade urbana. Análise comparativa da morfologia e do uso do espaço público em dois fragmentos na cidade de São Carlos.” Mestrado em Engenharia Civil, Universidade Federal de São Carlos - UFScar, São Carlos, 1999.
- LAZARATTO, Maurizio. *La fábrica del hombre endeudado. Ensayo sobre la condición neoliberal*. 1ª. Buenos Aires: Amorrortu, 2013.
- LEFEBVRE, Henri. *La revolución urbana*. Barcelona: Oikos-tau, 1983.

- . *O direito à cidade.. Revisão de: Maria Ofélia da Costa*. São Paulo: Editora Moraes Ltda, 1991.
- LIMA, Renata Priore. “O Processo e o (Des)controle da expansão urbana de São Carlos (1857-1977).” Dissertação de Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007.
- LINDÓN, Alicia. “Geografías de la vida cotidiana.” Em *Tratado de geografía humana*, por Alicia LINDÓN, Daniel HIERNAUX (dirs.) e Georges BERTRAN et al., 356-400. Barcelona: Anthropos Editorial, 2006.
- . “Cotidianidades territorializadas entre la proximidad y la diastemia: ritmos espacio-temporales en un contexto de aceleración.” *Revistas de La FAHCE*, 2011: 15-34.
- LINDÓN, Alícia. “El mito de la casa propia y las formas de habitar.” *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 1 de agosto de 2005.
- MAGRINI, Maria Angélica. *Vidas em enclaves. Imaginário das cidades inseguras e fragmentação socioespacial em contextos não metropolitanos*. Doutorado em Geografia, Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia - FCT UNESP, 2013.
- MAGRINI, Maria Angélica; CATALÃO, Igor. “Direito à cidade e consumo: Contradições e convergências.” Em *Consumo, crédito e direito à cidade: dimensões e perspectivas analíticas*, por Eda GÓES et al. Livro no prelo, 2017.
- MAIA, Doralice Sátyo; LUCENA, Wilma Guedes de. “A expansão periférica e a habitação popular nas cidades do interior do território brasileiro: o processo de urbanização em cidades de distintas escalas geográficas - Campina Grande e Patos na Paraíba.” Em *Urbanização, produção e consumo em cidades médias/intermediárias*, por BELLET, Carmen; MELAZZO, Everaldo Santos; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; LLOP, Jose Maria (eds.). Presidente Prudente; Lleida: Universidade Estadual Paulista; Edicions de la Universitat de Lleida, 2015.
- MARACCI, Marilda Teles. “O movimento por moradia e políticas de Estado no contexto da produção do espaço-território urbano em Presidente Prudente (SP).” Dissertação de Mestrado em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP, Presidente Prudente, 1999.
- MARICATO, Ermínia. “É preciso repensar o modelo.” *Arquitetura e Urbanismo*, setembro de 2009.
- MARICATO, Ermínia. “Cidades - Urgente: colocar a questão urbana na agenda nacional.” *Carta Maior*, junho 2012.
- MASSEY, Doreen. “Concepts of space and power in theory and in political practice.” *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, 2009, num. 55 ed.: 15-26.

- . *Pelo espaço. Uma nova política da espacialidade*. Tradução: Rogério Haesbaert Hilda Pareto Maciel. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- MASSEY, Doreen. “Um sentido global de lugar.” Em *O espaço da diferença*, por Antonio A. ARANTES (org.), 176-185. Campinas: Papirus, 2000.
- MATHIVET, Charlotte. “O direito à cidade: chaves para entender a proposta de criar “Outra cidade possível”.” Em *Cidades para tod@s. Propostas e experiências pelo direito à cidade*, por SUGRANYES Ana e MATHIVET, Charlotte (eds.). Santiago: Habitat International Coalition, 2010.
- MATTOS, Carlos A. de. “Financiarización, valorización inmobiliaria del capital y mercantilización de la metamorfosis urbana.” *Sociologias*, mai/ago de 2016: 24-52.
- MELAZZO, Everaldo Santos. “Interações, combinações e sinergias: produção do espaço urbano, dinâmicas imobiliárias e o Programa Minha Casa Minha Vida em cidades médias brasileiras.” Em *Urbanización, producción y consumo en ciudades medias/intermedias*, por Carmen BELLET, Maria E. B. SPOSITO Everaldo MELAZZO e Josep Maria LLOP (org.), 373-396. Lleida: Edicion de la Universitat de Lleida, 2015.
- MELAZZO, Everaldo, e Clóvis Alexandre CASTRO. “A escala Geográfica: noção, conceito ou teoria?” *Revista Terra Livre*, ago/dez de 2007: 133-144.
- NASCIMENTO, Denise Morado; TOSTES, Simone Parrela. “Programa Minha Casa Minha Vida: a (mesma) política habitacional no Brasil.” *Arquitextos*, junho de 2011.
- NASCIMENTO, Denise Morado et al. “Programa Minha Casa Minha Vida: desafios e avanços na Região Metropolitana de Belo Horizonte.” Em *Minha Casa... E a cidade?*, por AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lucia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz RUFINO. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, 195-228.
- OLIVEIRA, Viviane Fernanda de. *Os sentidos da casa própria: condomínios horizontais populares e novas práticas espaciais em Presidente Prudente e São Carlos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.
- ORTIZ, Fabrício Espinosa; VIEIRA, Antônio; OROSCO, Claudio Garibay. “Narrativas sobre el lugar. Habitar una vivienda de interés social en la periferia urbana.” *Revista Invi*, agosto de 2015.
- PEQUENO, Renato; ROSA, Sara Vieira. “Inserção urbana e segregação espacial: análise do Programa Minha Casa Minha Vida em Fortaleza.” Em *Minha Casa... E a cidade?*, por AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lucia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz RUFINO. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- POCHMANN, Márcio. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

- PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE, DOMINIUM CONSULTORIA*. Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, PMHIS (2014).
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, PROHAB - Progresso e Habitação São Carlos, TEIA - casa de criação*. Plano Local de Habitação de Interesse Social, PLHIS. Etapa 3. Estratégias de Ação. Relatório final (setembro de 2010).
- PRÉVÔT-SCHAPIRA, Marie-France. «Segregación, fragmentación, secesión. Hacia una nueva geografía social en la aglomeración de Buenos Aires.» *Economía, Sociedad y Territorio*, enero/junio de 2000: 405-431.
- . “Fragmentación espacial y social: conceptos y realidades.” *Perfiles Latinoamericanos*, diciembre de 2001: 33-56.
- PRÉVÔT-SCHAPIRA, Marie-France; PINEDA, Rodrigo Cattaneo. “Buenos Aires: la fragmentación en los intersticios de una sociedad polarizada.” *Eure*, dezembro. Vol. 34, num. 103 de 2008: 73-92.
- REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Editora UNESP, 2014.
- ROLNIK, Raquel; NAKANO, Kazuo. “Direito à moradia ou salvação do setor?” *Folha de São Paulo*, 14 de março de 2009: A3.
- ROLNIK, Raquel. *Como produzir moradia bem localizada com recursos do Programa Minha Casa Minha vida: implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade*. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.
- . *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- RONCONI, Marcella Moraes; MENDONÇA, Andrey Albuquerque. “Relações fluidas no Facebook: uma análise netnográfica a partir do período eleitoral de 2014.” *XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Rio de Janeiro: Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação, 2015.
- ROSA, Thaís Troncon. “Da “casa própria” à casa manjada: dinâmicas socioespaciais e vulnerabilidades territorializadas nas periferias urbanas.” *39º Encontro Anual da Anpocs*. Caxambu, 2015.
- . “Favelas, Periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias .” *33º Encontro Anual da Anpocs* . Caxambu, 2009.
- RUFINO, Maria Beatriz Cruz. et al. “A produção do Programa PMCMV na Baixada Santista: habitação de interesse social ou negócio imobiliário?” Em *Minha Casa...E a cidade?*, por AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lucia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz RUFINO. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015,
- RUFINO, Maria Beatriz Cruz. “Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos analíticos.” Em *Minha Casa... E a cidade?*, por AMORE, Caio Santo; SHIMBO,

- Lucia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz RUFINO. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015,
- SCHTEINGART, Martha; GARCÍA, Beatriz (orgs.). “Nuevas políticas de vivienda en México. Nuevas relaciones entre sector público.” Em *La vivienda en México. Construyendo análisis y propuestas*, por Adriana Borjas BENAVENTE e Mónica Bucio ESCOBEDO, 39-50. México, D.F.: Centro de Estudios Sociales y de Opinión Pública, 2006.
- SENNET, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SHIMBO, Lúcia. “Sobre os capitais que produzem habitação no Brasil.” *Novos Estudos*, julho de 2016: 119-133.
- SHIMBO, Lúcia Zanin. *Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro*. Belo Horizonte: Editora c/ arte, 2012.
- SHIMBO, Lúcia Zanin. “Métodos e escalas de análise .” Em: *Minha Casa... E a cidade?*, por AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lucia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz RUFINO. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015,
- SHIMBO, Lúcia, Zanin, e João Marcos de Almeida LOPES. “Projeto e produção da habitação na região central do estado de São Paulo: condições e contradições do PMCMV.” Em *Minha Casa... E a cidade?*, por AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lucia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz RUFINO. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015,
- SILVA, Bruno Leonardo Barcella. “A dinâmica dos agentes imobiliários e suas estratégias fundiárias em cidades médias: da reprodução do capital à reprodução das desigualdades socioespaciais.” Dissertação de Mestrado em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP, Presidente Prudente, 2018.
- SILVA, Flávia Cristine. “Segregação socioespacial no Jardim Morada do Sol em Presidente Prudente/SP.” Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP, Presidente Prudente, 2008.
- SILVA, Joseli Maria. “Contribuições das geografias feministas nas abordagens das relações entre espaço e diferenças.” Em *A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação*, por SPOSITO, Eliseu Savério; et al (orgs.), 507-522. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2016.
- SILVA, Joseli Maria, Márcio José ORNAT, e Alides Baptista CHIMIN JR. “Geografias feministas e pensamento decolonial: a potência de um diálogo.” Em *Diálogos ibero-latino-americanos sobre geografias feministas e das sexualidades*, por SILVA, Joseli Maria; et al (orgs.), 11-30. Ponta Grossa: Todapalavra, 2017.
- SILVA, Ronés Borges. *Segregação e/ou Integração: O "Programa de Desfavelamento e Loteamentos Urbanizados" em Presidente Prudente*. Dissertação de Mestrado em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista,

- Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2005.
- SOBARZO MIÑO, Oscar Alfredo. *Os espaços da sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente*. Tese de doutorado em Geografia, Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, 2005.
- SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2017.
- . *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* 2ª. Belo Horizonte: Edufmg, 2012.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 2013.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. "A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais." Em *A produção do espaço urbano. Agentes e processos, escalas e desafios*, por CARLOS, Ana Fani Alessandri, SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs), 123-145. São Paulo: Contexto, 2016 [2011].
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *O chão em Presidente Prudente: a lógica da expansão territorial urbana*. Dissertação de Mestrado em Geografia, Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, 1984.
- . "Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas." *Revista de Geografia*, set/dez de 1994: 71-85.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. "Segregação socioespacial e centralidade urbana." Em *A cidade contemporânea. Segregação espacial*, por VASCONCELOS, et al., 61-93. São Paulo: Contexto, 2013.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. "Segregação socioespacial e centralidade urbana." Em *A cidade contemporânea. Segregação espacial*, por Pedro de Almeida VASCONCELOS, Roberto Lobato CORRÊA e Silvana Maria PINTAUDI. São Paulo: Contexto, 2013.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. *Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial*. São Paulo: Editora da Unesp, 2013.
- TASCHNER, Gisela. "Cultura do consumo, cidadania e movimentos sociais." *Ciências Sociais Unisinos*, jan/abr. de 2010: 47-52.
- TURRA NETO, Nécio. "A noção de geração no estudo das transformações do espaço urbano. Contribuições para se pensar a relação entre geografia histórica e práticas culturais na produção da cidade." Em: *Geografia urbana: ciência e ação política*, por OLIVEIRA, Floriano José Godinho de, et al (orgs.), 317-342. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2014.

TURRA NETO, Nécio. "Pesquisa Qualitativa em Geografia." *ResearchGate*, Maio 2013: Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/236848335_Pesquisa_Qualitativa_em_Geografia.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

a) Websites consultados

- C A S construtora*. abril de 2016. <casconstrutora.com.br>.
- CAIXA*. fevereiro de 2015. <<http://www.caixa.gov.br/Paginas/home-caixa.aspx>>.
- Central de ajuda do Facebook*. s.d. <<https://www.facebook.com/help/>>.
- Centro Cultural Matarazzo*. s.d. <<http://www.culturapp.com.br/index.php/equipamento/centro-cultural-matarazzo/>>.
- ESTADÃO - Portal do estado de São Paulo*. abril de 2018. <<http://www.estadao.com.br/>>.
- Google Maps*. s.d. <<https://www.google.com.br/maps>>.
- I7 Notícias*. s.d. <<http://www.i7noticias.com/>>.
- Ifronteira - G1 - Presidente Prudente*. s.d. <<http://ifronteira.com/>>.
- Jornal Primeira Página*. s.d. fevereiro de 2018. <<https://www.jornalpp.com.br/>>.
- Lommy Engenharia Empreendimentos*. s.d. <<http://www.lomyengenharia.com.br/empreendimentos/em-obras.html>>.
- Ministério do Desenvolvimento Social*. s.d. <<http://mds.gov.br/>>.
- Ministério do Esporte*. s.d. <<http://www.esporte.gov.br/>>.
- Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União - CGU*. (s.d.). <<http://auditoria.cgu.gov.br/>>.
- MMF Construtora*. s.d. <<http://www.mmfconstrutora.com.br/>>.
- Nave Sal da Terra*. s.d. <<http://www.navesaldaterra.com.br/>>.
- PAC - Programa de Aceleração do Crescimento*. s.d. <<http://www.pac.gov.br/>>.
- Página no Facebook "Governo de Presidente Prudente"*. s.d. <<https://www.facebook.com/PrefeituraPrudente/>>.
- Página no Facebook "Prefeitura Municipal de São Carlos"*. s.d. <<https://www.facebook.com/prefeiturasaocarlos/>>.
- Portal Prudentino*. s.d. <portalprudentino.com.br/>.
- Portal Sentido Horário*. s.d. <<http://www.sentidohorario.com.br/>>.
- Prefeitura Municipal de Presidente Prudente*. s.d. <<http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/index.xhtml>>.
- Prefeitura Municipal de São Carlos*. s.d. <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/>>.
- PROHAB - Progresso e Habitação de São Carlos S/A*. s.d. <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/prohab.html>>.
- Região em Destake*. s.d. <<http://www.regiaoemdestake.com.br/>>.
- RPS Engenharia*. s.d. <<http://rpsengenharia.com.br/>>.
- São Carlos Agora - Notícias em tempo real*. s.d. <<http://www.saocarlosagora.com.br/>>.
- São Carlos em Rede*. s.d. <www.saocarlosemrede.com.br/>.
- Senado Federal*. s.d. <<https://www12.senado.leg.br/hpsenado>>.
- Tec Mundo*. s.d. <<https://www.tecmundo.com.br/>>.
- União Nacional por Moradia Popular*. s.d. <www.unmp.org.br/>.

b) Leis e Decretos consultados

BRASIL. Decreto nº5.209, de 17 de setembro de 2004, regulamenta a Lei nº10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências (17 de setembro de 2004). Acesso em fevereiro de 2018, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm

BRASIL. Decreto nº6.135, de 26 de junho de 2007, dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências (26 de junho de 2007). Acesso em fevereiro de 2018, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm

BRASIL. Decreto nº6.392, de 12 de março de 2008, Altera o Decreto nº5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família (12 de março de 2008). Acesso em 2018 de fevereiro, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6392.htm#art3

BRASIL. Decreto nº6.917, de 30 de julho de 2009, Altera os arts. 18, 19 e 20 do Decreto nº5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família (30 de julho de 2009). Acesso em fevereiro de 2018, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Decreto/D6917.htm#art3

BRASIL. Decreto nº7.4999, de 16 de junho de 2011, regulamenta dispositivos da lei nº11.977, de 07 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e dá outras providências (16 de junho de 2011). Acesso em 20 de Novembro de 2017, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7499.htm

BRASIL. Decreto-Lei nº10.836, de 09 de janeiro de 2004, cria o Bolsa Família e dá outras providências (09 de janeiro de 2004). Acesso em fevereiro de 2018, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm

BRASIL. Lei nº10.260, de 12 de julho de 2001, dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências (12 de julho de 2001). Acesso em fevereiro de 2018, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10260.htm

BRASIL. Lei nº10.453, de 13 de maio de 2002, dispõe sobre subvenções ao preço e ao transporte do álcool combustível e subsídios ao preço do gás liquefeito de petróleo - GLP, e dá outras providências (13 de maio de 2002). Acesso em fevereiro de 2018, disponível em http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2002/L10453.htm

BRASIL. Lei nº11.977, de 07 de julho de 2009, Dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, altera o Decreto-Lei nº 3.365, as Leis nº4380, 6.015,8.036 e 10.257, e a Medida Provisória nº2.197-43 e dá outras providências (07 de julho de 2009). Acesso em março de 2015, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/L11977compilado.htm

BRASIL. MINISTÉRIO DAS TRANSPARÊNCIA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE GERAL DA UNIÃO (CGU), Relatório de Avaliação da Execução dos Programas de Governo, nº 65 – Integralização de cotas ao FAR (Novembro de 2016). Acesso em dezembro de 2017, disponível em <http://www.cgu.gov.br/noticias/2017/02/ministerio-da-transparencia-fiscaliza-aplicacao-dos-recursos-do-minha-casa-minha-vida>

CAIXA. Caderno de Orientação Técnico Social (COTS), dispõe sobre o apoio as equipes técnicas dos Estados, Distrito Federal, Municípios, Entidades Organizadoras no desenvolvimento do Trabalho Técnico Social (TTS) nos programas sob gestão do Ministério das Cidades operacionalizados pela CAIXA (maio de 2013). Acesso em maio de 2017, disponível em http://portal.cnm.org.br/sites/6700/6745/caderno_de_orientacao.pdf

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS. Lei nº13.691, de 25 de novembro de 2005, Institui o Plano Diretor do município de São Carlos e dá outras providências (25 de novembro de 2005). Acesso em dezembro de 2014, disponível em http://www.saocarlos.sp.gov.br/images/stories/pdf/Lei_13691_05_Plano_Diretor.pdf

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS. Lei nº14.986, de 06 de julho de 2009, dispõe sobre empreendimentos habitacionais de Interesse Social e sua vinculação ao "Programa Minha Casa Minha Vida" do Governo Federal e dá outras providências (06 de julho de 2009). Acesso em agosto de 2015, disponível em http://www.saocarlos.sp.gov.br/images/stories/legislacao_urbanistica_municipal/lei14986-digital.pdf

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Portaria nº21, de 22 de janeiro de 2014, aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades (22 de janeiro de 2014). Acesso em novembro de 2017, disponível em <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosCidades/PAC/Manuais-Gerais-PAC/portaria21.pdf>

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Portaria nº610 de 26 de dezembro de 2011, Dispõe sobre os parâmetros de priorização e o processo de seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV (26 de dezembro de 2011). Acesso em outubro de 2017, disponível em http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Portarias/Portaria_610_compilada_2012_07_12.pdf

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE, DOMINIUM consultoria, Plano Local de Habitação de Interesse Social de Presidente Prudente (2014). Acesso em janeiro de 2015, disponível em <file:///C:/Users/vfdeo/Downloads/PlanoMunicipaldeHabitDeInteresseSocial.pdf>

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE. Decreto nº25.533/2015, de 13 de março de 2015, dispõe sobre convocação dos suplentes do Programa Minha Casa Minha Vida (13 de março de 2015). Acesso em abril de 2016, disponível em <http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/publicacao.xhtml?cod=512>

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, PROHAB - Progresso e Habitação São Carlos, TEIA - casa de criação, Plano Local de Habitação de Interesse Social de São

Carlos. Etapa 3. Estratégias de Ação. Relatório final (setembro de 2010). Acesso em janeiro de 2015, disponível em http://www.saocarlos.sp.gov.br/images/stories/pdf/2015/PROHAB/PLHISSC_ETAPA3_subproduto2_v.FINAL.pdf

6 - Anexos

ANEXO I - Roteiro de entrevista com cidadãos

Para começar: sempre explicar que se trata de pesquisa da Universidade, que não haverá identificação dos entrevistados, mas que precisa gravar a entrevista.

Primeiro Bloco: começaremos pela identificação dos moradores, apresentando o perfil dos entrevistados. Pois assim podemos identificar o perfil de quem está residindo nos bairros pesquisados.

A. Perfil

A.1. Idade

A.2. Profissão

A.3. Número de componentes da família, idades e profissões respectivas

A.4. Renda familiar aproximada

A.5. Em qual bairro moravam antes? Apartamento ou casa? Era aluguel, junto a familiares, cedido por parente? Quantas pessoas moravam com você nessa casa?

A.6. Pensando desde que nasceu, poderia me falar em quais bairros (ou cidades) já morou e em quais pagava aluguel?

A.7. Para os recém-chegados na cidade ou que não nasceram nela: qual o motivo da vinda?

Segundo bloco: trataremos das motivações/escolhas que influenciaram na opção pelo bairro, buscando entender como ocorreu o processo de escolha (ou não) pelo bairro, bem como se existem facilidades ou melhores condições de oferta e financiamento, se os modelos das habitações são adequados às famílias. Problemas do bairro, mudanças ocorridas (no caso daqueles que moram há mais tempo) e facilidades/dificuldades de acesso a outras parcelas da cidade também devem ser observados.

B. O Bairro

B.1. Há quanto tempo moram nesse bairro?

B.2. Tem informação sobre a construtora responsável? Sobre o número de casas, quando foi inaugurado...?

B.3. Logo que você mudou, quais foram os aspectos positivos que notou?

B.4. E os negativos?

B.5. Poderia comparar aspectos positivos e negativos desse bairro em relação ao seu local anterior de moradia?

B.6. Como foram os primeiros dias no bairro? Houve algum pequeno problema ou ocorreu algo que não tinha previsto que pudesse acontecer?

B.7. Nota diferenças no bairro desde que mudou? Se sim, quais?

B.8. Como os problemas têm sido resolvidos? (Há ajuda entre vizinhos, da construtora, da CEF..., há uma assistente social trabalhando aqui...?) Já chegou a ficar doente e precisar de ajuda do vizinho (ou ao contrário)?

B.9. (Caso não tenha mencionado a questão da insegurança) A violência era (ou é) um dos problemas do bairro? (se sim) E quanto ao seu local de residência anterior, havia problemas relacionados à insegurança? Por que acha que isso acontece?

B.10. (Caso não tenha sido mencionada). Houve alguma ocorrência violenta com você, com alguém da sua família ou alguém próximo, nesse bairro? E no seu local anterior de residência?

B.11. (Caso não tenha mencionado). Você e sua família adotam medidas de segurança em sua casa, como trancar portas e janelas, fazer seguro...? Têm algum equipamento de segurança, como cerca elétrica, alarme...? (Caso a resposta anterior tenha sido negativa). Gostaria que tivesse (acha importante)? – Pretende instalar?

B.12. (Caso não tenha sido mencionada a questão das condições para aquisição da residência). Considerando as condições do PMCMV, como foi a sua experiência na aquisição da casa própria: como ficou sabendo, dificuldades, vantagens...? O que acha da casa ser no nome da mulher?

B.13. Por quanto tempo é o seu financiamento/valor da prestação?

B.14. Tem sido fácil pagar as prestações ou isso compromete muito a renda familiar? (Se possível, perguntar qual o valor pago)- Nota se há mais gastos em outras despesas que anteriormente não precisava gastar?

B.15. Você fez ou pretende fazer alguma alteração no imóvel? (construir mais quartos, aumentar a área de serviço, garagem, construir o muro). Por quê?

B.16. Pretende morar sempre aqui, deixar a casa para seus filhos...?

B.17. (caso não tenha mencionado entre os problemas do bairro) Você acha que as residências são muito próximas umas das outras? Isso incomoda?

B.18. (Caso a família tenha ao menos um filho, mencionado no perfil) E quanto ao(s) seu(s) filho(a/s), eles gostam de morar aqui? Porque?

B.19. Gostaria de realizar alguma mudança na sua casa? Se sim, quais?

B.20. Você é ou foi beneficiário de algum outro programa social? Se sim, qual (is)?

Terceiro bloco: Buscaremos aqui caracterizar o cotidiano das pessoas residentes no bairro, descrevendo seu dia a dia, seus deslocamentos pela cidade, buscando identificar se houve mudanças de comportamento após mudarem para tais residências.

C. Cotidiano e cidade

C.1. *Descreva a rotina da sua família, começando pela hora em que acordam... (quando e como saem de casa...) (Qual horário e qual tipo de transporte cada um da sua família utiliza para ir pra escola ou para o trabalho? (Se mencionar que utiliza ônibus) Necessita pegar mais de um?)*

C.2. *Após a mudança para esse bairro, houve mudanças na sua rotina ou aumento nas despesas? (ex.: precisou mudar/sair do emprego, acordar mais cedo para pegar ônibus/pegar mais de um; deixar de ir a algum lugar ou necessitar ir mais vezes a determinado lugar...)*

C.3. *(Caso não tenha sido mencionado nas duas respostas anteriores) Como são feitos seus deslocamentos pela cidade? Houve mudanças em relação a frequência ou a opção pelos lugares que anteriormente frequentava? Se sim, por quê?*

C.4. *Que locais frequenta para fazer compras? Houve mudanças em relação a frequência ou a opção pelos lugares que anteriormente frequentava? Se sim, por quê?*

C.5. *Qual tipo de comércio tem em seu bairro? (caso exista) Você o frequenta? (caso não tenha) Qual você considera importante ter aqui?*

C.6. *(Caso não tenha mencionado antes) Você considera que esse bairro é perto ou longe do centro da cidade?*

C.7. *(Caso não tenha mencionado antes) E quanto ao seu local de trabalho, é perto ou longe?*

C.8. *(Caso não tenha mencionado antes e tenha ao menos um filho estudando) E quanto à escola onde estuda (m) seu/sua filho/a, é perto ou longe? **Quais os meios de transporte utilizado por eles para o trajeto até a escola? Já ABORDADO NA QUESTÃO C1** (caso tenha mencionado **que alguém utiliza** as vans) Como ficou sabendo desse serviço/ entrou em contato com outras mães/pais?*

C.9. *(caso não tenha mencionado) Quais os principais problemas enfrentados por você e sua família quanto a se mover pela cidade? O que você gostaria que mudasse?*

Quarto bloco: Temos por objetivo entender como é a relação destes moradores com seus vizinhos

D. Vizinhança

D.1. *Você conhece seus vizinhos?*

D.2. *(Em caso de resposta anterior positiva) Costuma realizar atividades conjuntas com eles? Ou já precisou da ajuda deles para alguma coisa/ já ajudou?*

D.3. *Seus filhos mantêm relações com as crianças da vizinhança?*

D.4. *Você costuma receber mais visitas de moradores desse bairro ou de outros bairros?*

Quinto bloco: buscamos compreender o uso do espaço nos momentos de lazer destes moradores.

E. Lazer

E.1. Existe área de lazer neste bairro (descrição)? (caso exista) Você ou outros membros de sua família utilizam? Com que frequência?

E.2. (Caso não tenha) Você gostaria que tivesse? Como seria?

E.3. O que você e sua família costumam fazer nas horas de folga? Onde vão?

E.4. Você tem assinatura de TV? Internet? (Caso não tenha, gostaria de ter?)

E.5. Você utiliza as redes sociais? (FB, Instagram, twitter...) O que você pensa sobre elas? Já comprou alguma coisa ou foi a determinado lugar por influência delas? (propaganda, bate papo com os amigos, grupos fechados...) Sabe se esse bairro está no facebook ou tem algum grupo no WhatsAap? Você participa? (Se não disse) O que acha disso?

E.6. (caso o bairro tenha grupo no Facebook ou WhatsApp e o entrevistado participe) Já resolveu algum problema, ou comprou alguma coisa a partir das publicações do grupo?

F. Avaliação

F.1. (Retomando o início da entrevista) Você está satisfeito por morar aqui? O que acha que é bom e o que é ruim, em sua opinião? (aproveita os aspectos que foram mencionados durante a entrevista para ver se há mudança ou detalhamento da opinião dada no início)

F.2. Se você pudesse escolher por um bairro para morar em Presidente Prudente, qual escolheria? E o que acha se te dessem a seguinte opção: morar nesse bairro (mencionar o bairro que o morador falou) com uma garantia que o aluguel seria pago pelo governo pra sempre ou ter a casa própria aqui no.... (bairro em que estiver)?

Para finalizar: Você pode confirmar que autorizou a gravação da entrevista? (para ficar gravado)

Obrigada pela atenção.

ANEXO II - Roteiro de entrevista com agentes bem informados

A) Roteiro para entrevista com a Secretária de Assistência Social de Presidente Prudente, Regina Penati

Para começar: explicar o objetivo da pesquisa, que é o de *analisar os desdobramentos do programa habitacional Minha Casa Minha Vida no cotidiano dos moradores dos conjuntos habitacionais implantados em Presidente Prudente e São Carlos, para compreender as mudanças/permanências das periferias, da cidade como um todo e dos próprios moradores, visando apreender o papel deste programa habitacional na afirmação desses cidadãos como cidadãos.*

- *Qual foi o período em que você esteve como Secretária de Assistência Social?*
- *Quais as atribuições da Secretaria de Assistência Social junto à implantação do Programa Minha Casa Minha Vida em Presidente Prudente?*
- *[se não comentou antes] Como ocorria essa relação entre Secretaria e Governo Federal?*
- *Como você avalia o Programa Minha Casa Minha Vida em geral e em Presidente Prudente? Quais os principais aspectos positivos e negativos que observa no Programa?*
- *Especificamente no caso do João Domingos Netto, como ocorreu a atuação da Secretaria? Quais e como foram as etapas?*
- *[se não comentou antes] É possível falar de um perfil desses moradores? (exemplo: advindos de determinadas áreas da cidade, composição familiar, aluguel/coabitação...).*
- *Para o João Domingos Netto, pelo que acompanhamos na imprensa, sabemos que houve algumas ações na Justiça quanto ao sorteio das casas/candidatos à moradia eliminados. Você poderia contar um pouco como a Secretaria lidou com essas dificuldades? Quais foram as ações?*
- *Estamos observando uma grande quantidade de placas de casas para alugar/vender na cidade. Você, como geógrafa, cidadã e alguém que foi representante do poder público, qual a leitura que faz dessas mudanças?*
- *Nesses novos conjuntos habitacionais, pelo que temos acompanhado, algumas ESFs (Estratégia Saúde da Família) foram entregues, mas ainda não estão funcionando, como é o caso das localizadas no Jardim Cremonezzi e João Domingos Netto. O mesmo ocorre com a creche em construção no João Domingos Netto e da escola que ainda não foi construída no mesmo bairro. Houve outros casos decorrentes desses problemas na Secretaria de Assistência Social? Poderia falar um pouco delas?*
- *Observamos que os conjuntos habitacionais muito populosos, com o decorrer do tempo, acabam gerando lideranças políticas nos próprios bairros, elegendo*

vereadores que são moradores desses bairros ou até mesmo definindo algumas eleições municipais. Em Presidente Prudente, sabemos do importante papel político que o Conjunto Habitacional Ana Jacinta assumiu ao longo dos anos. *Para o caso do João Domingos Netto, você considera que essas dinâmicas podem se repetir ou assumem algum tipo de particularidade? A partir da sua experiência, você considera que há alguma indicação de politização desses moradores?*

- *Você poderia indicar outras pessoas envolvidas com o processo de implantação do Minha Casa Minha Vida em Presidente Prudente, e que eu pudesse realizar esse mesmo tipo de entrevista?*

B) Roteiro para entrevista com a Silvana Trevisan, proprietária da Trevisan Assessoria e Consultoria

Para começar: explicar o objetivo da pesquisa, que é o de *analisar os desdobramentos do programa habitacional Minha Casa Minha Vida no cotidiano dos moradores dos conjuntos habitacionais implantados em Presidente Prudente e São Carlos, para compreender as mudanças/permanências das periferias, da cidade como um todo e dos próprios moradores, visando apreender o papel deste programa habitacional na afirmação desses cidadãos como cidadãos.*

- *Há quanto tempo existe a empresa e antes de realizar o trabalho técnico social em alguns conjuntos habitacionais em Presidente Prudente, quais outras cidades atuava, ou quais eram as principais demandas atendidas pela empresa?*
- *Quais foram as atribuições da Trevisan Assessoria junto à implantação das unidades do Programa Minha Casa Minha Vida em Presidente Prudente?*
- *Você notou diferenças entre o trabalho realizado junto aos futuros moradores dos residenciais Tapajós e Bela Vista em relação ao João Domingos Netto? Se sim, quais? [se ela não comentar, perguntar se há uma cartilha como a que recebemos do Vitor para os outros residenciais].*
- *[se não comentou antes] Como ocorria essa relação entre a empresa e o Governo Municipal? Havia alguma relação direta entre a empresa e o Governo Federal ou a Caixa Econômica Federal?*
- *A partir da sua experiência, como você avalia o Programa Minha Casa Minha Vida em geral e em Presidente Prudente? Quais os principais aspectos positivos e negativos que observa no Programa?*
- *[se não comentou na pergunta 2] Especificamente no caso do João Domingos Netto, como ocorreu a atuação da empresa? Quais eram as principais demandas? Que tipos de ações eram realizadas?*
- *[se não comentou antes] Quais problemas mais chamaram sua atenção no trabalho junto ao João Domingos?*
- *Você poderia contar sobre os aspectos que mais chamaram a atenção ou que ocorreram com mais frequência no dia da entrega das chaves e nos primeiros dias de mudança para o local? Houve diferenças/semelhanças em relação aos primeiros dias nos residenciais Bela Vista e Tapajós?*
- *[se não comentou antes] É possível falar de um perfil desses moradores? (exemplo: advindos de determinadas áreas da cidade, composição familiar, aluguel/coabitação...).*
- *Conversando com o Vitor Camacho, soubemos que, antes de receberem a chave da unidade habitacional do João Domingos Netto, era realizado um trabalho junto aos moradores nos CRASs. Você poderia contar como era feito esse trabalho, quais as principais orientações?*

- Nesses novos conjuntos habitacionais, pelo que temos acompanhado, algumas ESFs (Estratégia Saúde da Família) foram entregues, mas ainda não estão funcionando, como é o caso das localizadas no Jardim Cremonezzi e João Domingos Netto. O mesmo ocorre com a creche em construção no João Domingos Netto e da escola que ainda não foi construída no mesmo bairro. *A partir da sua experiência, você considera que para algumas famílias possa haver uma piora na condição social, em decorrência desses problemas?*
- Observamos que os conjuntos habitacionais muito populosos, com o decorrer do tempo, acabam gerando lideranças políticas nos próprios bairros, elegendo vereadores que são moradores desses bairros ou até mesmo definindo algumas eleições municipais. Em Presidente Prudente, sabemos do importante papel político que o Conjunto Habitacional Ana Jacinta assumiu ao longo dos anos. *Para o caso do João Domingos Netto, você considera que essas dinâmicas possam se repetir ou assumem algum tipo de particularidade? A partir da sua experiência, você considera que há alguma indicação de politização desses moradores?*
- *[se não comentou antes] E em termos da organização entre moradores, você tem informações de que está acontecendo? Vê possibilidades?*
- *Você poderia indicar outras pessoas envolvidas com o processo de implantação do Minha Casa Minha Vida em Presidente Prudente, e que eu pudesse realizar esse mesmo tipo de entrevista?*

C) Roteiro para entrevista com a Secretária de Assistência Social da PROHab de São Carlos, Yara Abreu e Flávia Aparecida Massoli Rocha

Para começar: explicar o objetivo da pesquisa, que é o de *analisar os desdobramentos do programa habitacional Minha Casa Minha Vida no cotidiano dos moradores dos conjuntos habitacionais implantados em Presidente Prudente e São Carlos, para compreender as mudanças/permanências das periferias, da cidade como um todo e dos próprios moradores, visando apreender o papel deste programa habitacional na afirmação desses cidadãos como cidadãos.*

- *Há quanto tempo você exerce sua função aqui na PROHAB?*
- *Quais as atribuições da ProHab junto à implantação do Programa Minha Casa Minha Vida em São Carlos?*
- *[se não comentou antes] Como ocorria essa relação entre a PROHab e Governo Federal?*
- *Como você avalia o Programa Minha Casa Minha Vida em geral e em São Carlos? Quais os principais aspectos positivos e negativos que observa no Programa?*
- *[se não comentou antes] É possível falar de um perfil desses moradores? (exemplo: advindos de determinadas áreas da cidade, composição familiar, aluguel/coabitação...).*
- *Para o Edurado Abdelnur e Planalto Verde, pelo que acompanhamos na imprensa e em entrevista com alguns moradores, observamos relatos de casos violentos, de pequenos furtos à assassinatos. Como você analisa esses acontecimentos em bairros tão recentes?*
- *Quem foi o responsável pelo Trabalho técnico social ou você saberia me dizer quais foram as ações realizadas junto a esses novos moradores? Como você analisa esse trabalho junto aos moradores?*
- *Nesses novos conjuntos habitacionais, pelo que temos acompanhado, algumas ESFs (Estratégia Saúde da Família) foram entregues, mas ainda não estão funcionando, como é o caso da localizada no Jardim Zavaglia. Houve outros casos decorrentes desses problemas na assistência social da ProHab? Poderia falar um pouco delas?*
- *Observamos que os conjuntos habitacionais muito populosos, com o decorrer do tempo, acabam gerando lideranças políticas nos próprios bairros, elegendo vereadores que são moradores desses bairros ou até mesmo definindo algumas eleições municipais. Para o caso da junção daqueles três grandes conjuntos habitacionais em uma única área da cidade, você considera que essas dinâmicas podem se repetir ou assumem algum tipo de particularidade? A partir da sua experiência, você considera que há alguma indicação de politização desses moradores?*
- *Você poderia indicar outras pessoas envolvidas com o processo de implantação do Minha Casa Minha Vida em São Carlos, e que eu pudesse realizar esse mesmo tipo de entrevista?*

ANEXO III – Declaração de Beneficiário - Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) – Recursos do FAR



Declaração de Beneficiário - Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) – Recursos do FAR

Grau de sigilo
Público

DECLARAÇÃO DE BENEFICIÁRIO(A)(S)

Responsável Familiar:

Nome Completo:

Estado Civil:

Profissão:

RG:

CPF nº:

Renda:

Pessoa com deficiência: SIM NÃO

Telefones para contato:

Endereço:

Município/UF:

CEP:

Cônjuge:

Estado Civil:

Profissão:

RG:

CPF nº:

Renda:

Pessoa com deficiência: SIM NÃO

Cônjuge Ausente: SIM NÃO

Para fins de inscrição junto ao Programa Minha Casa Minha Vida – Recursos do FAR, declaro(amos) que:

Possuo(amos) renda familiar até R\$ 1.600,00;

Possuo(amos) renda familiar até R\$ 3.275,00 e estou(amos) enquadrado(s) na condição de Calamidade Pública/Situação de Emergência ou operações PMCMV vinculadas ao PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

Sou(amos) pessoa(s) com deficiência e/ou tenho(amos) pessoa(s) da família com deficiência.

Nome(s) da(s) pessoa(s) com deficiência:

CID(Classificação Internacional de Doenças) nº

Será necessário promover adequação no imóvel pretendido? SIM NÃO

Tipo(s) de adequação do imóvel: () Física () Visual () Intelectual () Auditiva () Nanismo

- Que não sou(amos) proprietário(s), cessionário(s), usufruário(s), arrendatário(s) ou promitente(s) comprador(es) de imóvel residencial urbano ou rural no local de domicílio



Declaração de Beneficiário - Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) – Recursos do FAR

nem onde pretende(mos) fixá-lo, e não participo(amos) de qualquer programa de financiamento, parcelamento imobiliário e/ou arrendamento; em qualquer localidade do país;

- Que não fui(mos) beneficiado(s) em qualquer época com subsídios diretos ou indiretos provenientes de recursos orçamentários da União e/ou dos Fundos Habitacionais FAR, FDS, FGTS e FNHIS para aquisição de moradia;

- Ter ciência de que o imóvel ora adquirido destina-se a residência do(s) adquirente(s), não podendo alugá-lo ou cedê-lo;

- Ter ciência de que serei(mos) excluído(s) de qualquer outro programa similar caso seja(mos) beneficiado(s) com o presente programa;

Declaro(amos), ainda, que a renda bruta mensal do Grupo Familiar é de R\$ _____ (por extenso), e que durante o período do parcelamento permitirei(emos) a fiscalização do imóvel pela instituição financeira ou preposto, devidamente identificado.

Nestas condições, **DECLARO(AMOS)** suficientemente esclarecido(s) de que eventual falsidade nas informações prestadas nesta declaração configura **OS CRIMES DE FALSIDADE IDEOLÓGICA e ESTELIONATO**, previstos no Código Penal Brasileiro, ensejando o pedido de abertura do competente **INQUÉRITO POLICIAL** junto à Polícia Federal, bem como de que terei que devolver a totalidade do subsídio pelo qual fui(omos) diretamente ou indiretamente beneficiado(s), atualizado pela taxa média diária ajustada dos financiamentos apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, sob pena de inscrição nos cadastros restritivos, sem prejuízo das demais ações judiciais cabíveis.

_____ de _____ de _____

Local/Data

Assinatura do BENEFICIÁRIO
Nome: _____
RG/CPF: _____

Assinatura do BENEFICIÁRIO
Nome: _____
RG/CPF: _____

Testemunhas

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
De Olho na Qualidade (exclusivo Minha Casa, Minha Vida): 0800 721 6268
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

DECLARAÇÃO DE BENEFICIÁRIO - PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) – RECURSOS DO FAR

- 1 OBJETIVO**
- 1.1 Obter declaração do beneficiário sobre o atendimento aos requisitos legais para participação no Programa Minha Casa Minha Vida – Recursos FAR - Fundo de Arrendamento Residencial.
- 2 NORMA**
- 2.1 GESTOR**
- 2.1.1 GEMCV – GN Programa Minha Casa Minha Vida – Fase I
- 2.2 VINCULAÇÃO**
- 2.2.1 Manual Normativo: [HH 152](#)
- 2.3 DISPONIBILIZAÇÃO DO MODELO**
- 2.3.1 Formulário eletrônico disponível:
- por meio de "download" clicando no "link": [MO29881012](#).
- 2.4 QUANTIDADE E DESTINAÇÃO DE VIAS**
- 2.4.1 O modelo é preenchido em 1 via destinada ao processo de parcelamento.
- 2.5 UNIDADES QUE UTILIZARÃO O MODELO**
- 2.5.1 Agências e GHAB.
- 2.6 MODELO A SER SUBSTITUÍDO**
- 2.6.1 MO29881011.
- 2.7 PRAZO DE ARQUIVAMENTO**
- 2.7.1 Deve ser observado o prazo previsto no [HH 152](#).
- 2.8 GRAU DE SIGILO**
- 2.8.1 #PÚBLICO
- 2.9 ALTERAÇÕES EM RELAÇÃO À VERSÃO ANTERIOR**
- 2.9.1 - Alteração do termo "Cônjuge Varão Ausente" para "Cônjuge Ausente".
- 2.10 ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA**
- 2.10.1 Tipo de modelo: formulário eletrônico.
- 2.10.2 Impressão/Tipo de papel: posterior ao preenchimento, papel A4 - Mod. 71.139, frente e verso do papel.
- 2.10.3 Formato do modelo: 210 mm (largura) e 297 mm (altura).
- 3 PROCEDIMENTOS**
- 3.1 INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO**
- 3.1.1 O modelo contém campos auto-explicativos.